



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS
EXATAS
Programa de Pós-Graduação em Geografia



TEREZA CRISTINA VALVERDE ARAUJO ALVES

**PARQUES URBANOS DE FORTALEZA-CE: ESPAÇO
VIVIDO E QUALIDADE DE VIDA**

RIO CLARO-SP
2013

TEREZA CRISTINA VALVERDE ARAUJO ALVES

**PARQUES URBANOS DE FORTALEZA-CE: ESPAÇO
VIVIDO E QUALIDADE DE VIDA**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - *Campus* de Rio Claro, para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Magda Adelaide Lombardo

RIO CLARO-SP
2013

301.3 Alves, Tereza Cristina Valverde Araujo
A474p Parques urbanos de Fortaleza-CE: espaço vivido e
 qualidade de vida /Tereza Cristina Valverde Araujo Alves. -
Rio Claro : [s.n.], 2013
 198 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots.

 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
 Instituto de Geociências e Ciências Exatas
 Orientador: Magda Adelaide Lombardo

 1. Ecologia humana. 2. Parques urbanos como locus
 relacional. 3. Espacialidade. 4. Verde urbano. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

TEREZA CRISTINA VALVERDE ARAUJO ALVES

PARQUES URBANOS DE FORTALEZA-CE: ESPAÇO VIVIDO E QUALIDADE DE VIDA

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”- Campus de Rio Claro para obtenção do título de Doutora em Geografia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. MAGDA ADELAIDE LOMBARDO - Orientadora
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Profa. Dra. ANA TEREZA CACERES CORTEZ
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Prof. Dr. ANTONIO CARLOS SARTI
EACH/USP/São Paulo (SP)

Prof. Dr. MARCELLO MARTINELLI
FFLCH/USP/São Paulo (SP)

Profa. Dra. ANDREIA MEDINILHA PANCHER
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Rio Claro, SP 12 de dezembro de 2012.

A Deus, Ser supremo, fonte de luz e inspiração, presente em todos os momentos de minha vida fazendo-me trilhar caminhos que amadureceram, sobretudo, minha alma na compreensão da imensa beleza que constitui o planeta terra com suas variadas e imprescindíveis formas de vida.

À minha família, em especial, filhos e esposo, por terem feito concessões à minha ausência prolongada em horas que era importante estar junto deles, fonte inesgotável na superação dos obstáculos e hesitações nem sempre fáceis de serem transpostas rumo à conclusão desta tese.

(In memorium) Aos meus pais e irmão pelo exemplo de dignidade e força.

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho não seria possível sem o apoio de muitas pessoas, é dever de gratidão nomeá-las, mesmo correndo o risco da omissão, meu profundo agradecimento:

À Prof^ª. Dr^ª. Magda Adelaide Lombardo, pelo incentivo diuturno, e fundamentalmente por me fazer acreditar que seria capaz de avançar no complicado labirinto do saber, compartilhando comigo sua sabedoria e paciência, minha gratidão.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, seus dirigentes, professores, técnicos e alunos pelo incentivo e oportunidade que me foi auferida na realização do doutorado.

Aos meus amigos Severina Gadelha e Alles Lopes, com quem tive a oportunidade de discutir em diversas ocasiões o rumo da pesquisa, sempre disponíveis no encaminhamento de sugestões, críticas e observações enriquecedoras, a minha gratidão.

A amiga Socorro Rios, desde o mestrado, acompanhou meu crescimento acadêmico e com a qual pude compartilhar dúvidas e inquietações metodológicas.

A minha parceira Olímpia nos reverses e sucessos no alcance da tese.

Às professoras Luzianeide Coriolano e Adriane Goyarebe, pelas contribuições na banca de qualificação, críticas relevantes na orientação da pesquisa, meus agradecimentos.

Aos meus alunos bolsistas do Programa de Iniciação Científica e de Iniciação Tecnológica Elaine Cristine, Patrícia Mendes Barroso, Sandra Regina de Paula Sousa, Herculano Gonçalves Santos, e minhas bolsistas do Pibic/Jr Camila Cruz Araujo e Juliana Gonçalves de Sousa, diligentes na condução do trabalho de campo e pacientes quanto aos constantes e inevitáveis ordenamentos de cunho instrumental da pesquisa. Minha gratidão eterna.

“Não são necessários demasiados argumentos para se persuadir o quão regular e útil é se fazer uma paragem que sirva à população para se aliviar ou passear (chame-se o lugar de passeio, prado, alameda, tulherias ou tenha qualquer outra denominação), que conte com um aspecto de simetria, asseio, piso plano e amenidade, que não só traga prazer para o olhar e para o olfato, como também contribua com outras comodidades e atrativos à recreação e à saudável distração dos que aí concorrem.”

(Manuscrito anônimo sobre a Cidade do México, 1788)

RESUMO

A presente pesquisa está fundamentada nos princípios teóricos e paradigmáticos trabalhados na geografia humanista, ao buscar a categoria do espaço de vida representado nos parques urbanos como *locus* relacional, no qual o indivíduo em diversas escalas promove permanente e sucessivas trocas no sentido físico e perceptual. A partir dessa problematização foi traçado o norteamento investigativo pautado, sobretudo, na identificação e caracterização dos parques urbanos delimitados à zona urbana de Fortaleza ao longo de um recorte histórico. Em diversos momentos, as falas e impressões dos sujeitos captados na pesquisa empírica puderam revelar elementos importantes para compreensão do papel desses ambientes na qualidade de vida do cidadão. Tanto na formulação da hipótese como na abordagem dos dados, a perspectiva qualitativa embasou a trajetória metodológica, bem como alcance dos objetivos traçados, vez que os resultados da pesquisa revelaram a precariedade como os ambientes dos parques estão representados na fisionomia urbanística da cidade e a luta diuturna de organizações não-governamentais e da sociedade civil na conservação e permanência desses logradouros para a qualidade ambiental e de vida da população. Como resultados conclui-se que a desigualdade sócioespacial reproduzida em diferentes escalas na cidade de Fortaleza é recorrente nas áreas verdes públicas, evidenciada particularmente nos parques por servir de cenários “emblematicamente neutros” aos permanentes fluxos sociais, possibilitando formas integrativas entre as poucas manchas verdes existentes como contraponto à massa edificada, ambientes de “exceção”, voltados ao conforto físico e psicológico do cidadão da metrópole. Ao longo da história urbana da capital cearense os espaços destinados a praças e parques têm sofrido uma redução gradativa fruto do avanço imobiliário, estratificação do solo e da pouca efetividade em termos de disciplinamento legal do Código de Postura do Município que se vê à mercê de uma ordem econômica danosa aos interesses coletivos.

Palavras-chaves: Parques urbanos. Qualidade de vida. Espacialidade. Verde urbano.

ABSTRACT

The present research is based on the theoretical and paradigmatic principles worked in humanist geography, when searching the category of living space represented in urban parks as relational locus, in which the individual, at various scales, promotes permanent and successive exchanges in physical and perceptual sense. From this problematization, it was traced the investigative direction based, mainly, on identification and characterization of urban parks delimited to the urban area of Fortaleza through historical view. At several times, the speeches and impressions of the subjects, captured in empirical research, could reveal important elements for understanding the role of these environments on the quality of citizens' life. Both, in the formulation of the hypothesis as in the approach to data, the qualitative perspective underlay the methodological trajectory, as well as the achievement of outlined objectives, once the research results revealed the precariousness like park environments are represented in urban physiognomy of city and the diurnal fight of non governmental organizations and civil society in conserving and keeping these playing fields for quality of environment and quality of peoples' life. As a result, it is concluded that socio spatial inequality, reproduced in different scales in Fortaleza city, is recurrent in public green areas, evidenced particularly in parks for serving as scenarios "emblematically neutral" since it allows permanent flows of social exchanges, integrative forms among the few existing green spots as counterpoint to the built mass, setting up as environments of "exception", focused on the physical and psychological comfort of metropolis citizens. Throughout urban history of Cearense capital, the spots for squares and parks have been suffering a gradual reduction, advancing housing fruit, soil stratification and little effectiveness in terms of legal disciplining of Posture Code of Municipality that finds himself at the mercy of an economic order harmful to the collective interests.

Key-Words: Urban parks. Quality of life. Spatiality. Urban green.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Parque O’Higgins – Santiago (1).....	43
Figura 2 – Parque O’Higgins – Santiago (2).....	43
Figura 3 – Parque Bustamante – Santiago (1).....	43
Figura 4 – Parque Bustamante – Santiago (2).....	43
Figura 5 – Mapa conceitual do percurso metodológico da pesquisa	53
Figura 6 – Estátua Vênus e o Cupido.....	57
Figura 7 – Estátua Deus Netuno	57
Figura 8 – Quiosque Café Caio Prado	58
Figura 9 – Chafariz	58
Figura 10 – Relevância dos parques em meio urbano	62
Figura 11 – Vista aérea de Fortaleza.....	64
Figura 12 – Distribuição dos parques urbanos por Secretaria Executiva Regional.....	82
Figura 13 – Parque da SER I.....	121
Figura 14 – Muro do empreendimento	124
Figura 15 – Máquina no limite do parque.....	124
Figura 16 – Parques da SER II	126
Figura 17 – Manifestação popular	128
Figura 18 – <i>Playground</i>	128
Figura 19 – Riacho Rio Branco	128
Figura 20 – Pista de <i>jogging</i>	128
Figura 21 – Parque da Liberdade.....	130
Figura 22 – Lago do Amor.....	131
Figura 23 – Estátua do Índio	132
Figura 24 – Parque Pajeú, Parque da Liberdade e o curso do riacho Pajeú	135
Figura 25 – Canal do Parque Pajeú.....	138

Figura 26 – Parque Pajeú- Alameda	138
Figura 27 – Parque Pajeú/ Degradação ambiental.....	139
Figura 28 –Riacho Pajeú	139
Figura 29 – Área esportiva do Parque Adahil Barreto (1)	141
Figura 30 – <i>Playground</i> do Parque Adahil Barreto (2).....	141
Figura 31 – Entrada do Parque Adahil Barreto	141
Figura 32 – Carta do Parque Ecológico do Cocó.	144
Figura 33 – Aula de ginástica aeróbica.....	146
Figura 34 – Aula de ritmos.....	146
Figura 35 – área de visitação do parque.....	147
Figura 36 – Entrevista com os usuários do parque	147
Figura 37 –Parques da SER IV.....	149
Figura 38 – Parque Parreão: parte da ponte existente.....	151
Figura 39 – Área de calçamento destinada a caminhadas	151
Figura 40 – Parreão: poluição no córrego	151
Figura 41 – Ponte improvisada sobre o Riacho	151
Figura 42 – Lagoa do Opaia	153
Figura 43 – Lagoa do Opaia: campo de futebol	154
Figura 44 – Lagoa do Opaia: área arborizada	154
Figura 45 – Vista parcial da lagoa	154
Figura 46 – Calçadas e quadra polivalente.....	154
Figura 47 – Parques da SER VI.....	157
Figura 48 – Área de jardim	159
Figura 49 – Alameda central	159
Figura 50 – Bosque das flores	160
Figura 51 – Área de <i>playground</i>	160

Figura 52 – Parque e APA de Sabiaguaba	164
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de área verde em cada por SER´s de Fortaleza	68
Gráfico 2 – Frequentadores dos parques quanto ao sexo	99
Gráfico 3 – Frequentadores dos parques quanto à faixa etária	100
Gráfico 4 – Escolaridade dos frequentadores dos parques	101
Gráfico 5 – Faixa de renda familiar dos pesquisados	102
Gráfico 6 – Distância entre parque e residência dos entrevistados	103
Gráfico 7 – Forma de deslocamento dos entrevistados até os parques	104
Gráfico 8 – Frequência dos entrevistados nos parques	105
Gráfico 9 – Tempo de permanência dos entrevistados nos parques	106
Gráfico 10 – Conhecimento dos entrevistados quanto ao número de parques da cidade de Fortaleza	107
Gráfico 11 – Uso de outros parques pelos entrevistados	108
Gráfico 12 – Conhecimento sobre o Plano Diretor por parte dos entrevistadores	109
Gráfico 13 – Conhecimento dos entrevistados sobre movimentos em defesa do parque	110
Gráfico 14 – Iniciativa dos entrevistados em frequentar os parques	111
Gráfico 15 – Influência da sensação térmica na decisão dos entrevistados irem ao parque	112
Gráfico 16 – Tempo de utilização do parque pelos entrevistados	113
Gráfico 17 – Forma como os entrevistados se dirigirem aos parques	114
Gráfico 18 – Percepção dos entrevistados sobre a tranquilidade e segurança nos parques	115
Gráfico 19 – Opinião dos entrevistados sobre as condições de conservação dos parques pela administração pública	116
Gráfico 20 – Responsabilidade dos entrevistados quanto à preservação ambiental dos parques	117
Gráfico 21 – Opinião dos entrevistados sobre o que falta nos parques para melhoria da qualidade de vida da comunidade	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultados sintéticos da pesquisa índices e percepções	37
Quadro 2 – Secretarias, população, parques e amostra populacional pesquisada (%)	51
Quadro 3 – Categorias de análise dos parques e suas variáveis	52
Quadro 4 – Aproximações conceituais e analíticas em torno da sustentabilidade dos parques e áreas verdes urbanas, conforme apresentado por Vélez Restrepo (2009).....	60
Quadro 5 – Coordenadas geográficas dos parques de Fortaleza	81
Quadro 6 – Quantitativo por SER – nº de habitantes/m ²	83
Quadro 7 – Relação de espécies imunes ao corte.....	94
Quadro 8 – Dados apurados da amostra do parque da Av. Sargento Hermínio.....	125
Quadro 9 – Dados apurados na amostra do Parque Rio Branco	129
Quadro 10 – Dados apurados na amostra do Parque Liberdade	133
Quadro 11 – Dados apurados na amostra do Parque Pajeú	137
Quadro 12 – Dados apurados do parque Adahil Barreto	142
Quadro 13 – Dados apurados da amostra do Parque Ecológico do Cocó.....	148
Quadro 14 – Dados relativos aos parques Parreão e Lagoa do Opaia	156
Quadro 15 – Tabulação dos dados da pesquisa: Parque Falconete Fialho	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequentadores dos parques quanto ao gênero	98
Tabela 2 – Frequentadores dos parques quanto à faixa etária	99
Tabela 3 – Escolaridade dos frequentadores dos parques	100
Tabela 4 – Faixa de renda familiar dos pesquisados.....	101
Tabela 5 – Distância entre parque e residência dos entrevistados	103
Tabela 6 – Forma de deslocamento dos entrevistados até os parques	104
Tabela 7 – Frequência de uso dos parques pelos entrevistados.....	105
Tabela 8 – Tempo de permanência dos entrevistados nos parques	106
Tabela 9 – Conhecimento dos entrevistados quanto ao número de parques da cidade de Fortaleza	107
Tabela 10 – Uso de outros parques pelos entrevistados.....	108
Tabela 11 – Conhecimento sobre o Plano Diretor por parte dos entrevistados.....	109
Tabela 12 – Conhecimento dos entrevistados sobre movimentos em defesa do parque	110
Tabela 13 – Iniciativa dos entrevistados em frequentar os parques.....	111
Tabela 14 – Influência da sensação térmica na decisão dos entrevistados irem ao parque ..	112
Tabela 15 – Tempo de utilização do parque pelos entrevistados	113
Tabela 16 – Forma como os entrevistados se dirigirem aos parques.....	114
Tabela 17 – Percepção dos entrevistados sobre a tranquilidade e segurança nos parques....	115
Tabela 18 – Opinião dos entrevistados sobre as condições de conservação dos parques pela administração pública	116
Tabela 19 – Responsabilidade dos entrevistados quanto à preservação ambiental dos parques	117
Tabela 20 – Opinião dos entrevistados sobre o que falta nos parques para melhoria da qualidade de vida da comunidade	118

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PARQUES URBANOS DE FORTALEZA – UM ENFOQUE MULTIDISCIPLINAR	24
2.1 Contribuições do enfoque humanista para a percepção da espacialidade dos parques urbanos	24
2.2 Sentidos e ambivalências na ótica perceptual dos usuários dos parques urbanos	36
2.3 Os parques urbanos e as múltiplas referências no espaço vivido	38
3 DISCUSSÃO DO MÉTODO	47
3.1 Descrição do método e das técnicas utilizadas na pesquisa de campo	47
3.2 Categorias de análise do instrumental de campo	51
3.3 Tratamento e sistematização de dados da pesquisa	53
4 RELEVÂNCIA DOS PARQUES NO MEIO URBANO	54
4.1 Os parques urbanos de Fortaleza na espacialidade histórica da metrópole	56
4.2 Os parques urbanos de Fortaleza na concepção geoeconômica e política	63
4.3 Áreas dos parques integradas ao ecossistema urbano	70
4.4 Cobertura verde dos Parques por Secretaria Executiva Regional (SER)	81
4.5 Os parques urbanos indicadores de sustentabilidade ambiental	85
4.6 Políticas públicas: usos e funções das áreas livres	88
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA NA ÓTICA DOS PESQUISADOS	98
5.1 Detalhamento da amostra	98
6 CARACTERIZAÇÃO DOS PARQUES POR SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS	120
6.1 Parque da SER I	120
6.1.1 Parque Polo de Lazer da Sargento Hermínio	121
6.2 Parque da SER II	127

6.2.1 Parque Rio Branco	134
6.2.2 Parque Liberdade	131
6.2.3 Parque Pajeú	135
6.2.4 Parque Adahil Barreto	139
6.2.5 Parque Ecológico do Cocó: jurisdição estadual.....	143
6.3 Parques da SER IV.....	149
6.3.1 Parque Parreão	151
6.3.2 Lagoa do Opaia	152
6.4 Parques da SER VI.....	157
6.4.1 Parque Falconete Fialho	158
6.4.2 Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba e Área de Proteção Ambiental de Sabiaguaba.....	162
6.5 Análise dos parques na produção do espaço urbano	164
6.6 À guisa de proposições.....	173
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	179
APÊNDICES	191

1 INTRODUÇÃO

Este estudo está fundamentado nos princípios teóricos e paradigmáticos trabalhados na geografia humanista quando busca situar o espaço de vida humana como *locus* da existência cotidiana, numa perspectiva relacional na qual o indivíduo em diversas escalas promove permanente e sucessivas trocas com o meio natural, transformando-o, ao mesmo tempo em que se vê metamorfoseado pelas influências insurgentes dos contextos sociopolítico e histórico que permeiam o agrupamento humano.

Nesse sentido, o norteamento investigativo pautou-se na identificação e caracterização dos parques urbanos enquanto objeto de estudo, sendo estes delimitados à zona urbana de Fortaleza, captados pelas falas e impressões dos sujeitos e tratados segundo a ótica fenomenológica. O uso desses logradouros no cotidiano da urbe torna-se uma referência importante para se conhecer até que ponto essas áreas públicas, ou espaços verdes livres, permitem associar o reencontro do indivíduo às formas naturais de convívio com a natureza e o quanto essa interação é significativa para sua qualidade de vida.

Ao longo de sua história urbana, a capital cearense tem se ressentido pela diminuição de praças e parques face ao aumento das construções e da pouca efetividade dada ao seu Código de Postura Municipal, que se vê à mercê de uma ordem econômica danosa aos interesses coletivos e ao mesmo tempo excludente na distribuição do solo urbano.

Ao pensar a conjectura dos parques na malha urbana, se desvela um fenômeno envolto numa mística que consegue agregar interesses difusos entre o capital e o social. Os parques reproduzidos como “espaços neutros” permitem, mesmo que precariamente, a convergência da natureza tipificada por uma pequena área de vegetação, mediada, por sua vez, pela intensa área edificada, representando simbolicamente ambientes de “exceção” dimensionados no tripé saúde - higiene – utilidade, concepções que remetem as suas origens nos meados do século XIX na Inglaterra e França, quando os jardins dos palácios eram abertos ao público. No decorrer do tempo os parques passaram a serem considerados logradouros voltados ao conforto físico e psicológico do cidadão e da melhoria ambiental da cidade.

Como elementos do ecossistema urbano, os parques atuam na dimensão espacial e temporal, visto serem encarados pelos seus usuários como coadjuvantes para o equilíbrio das condições ambientais da cidade, bem como proporcionadores de tempo voltado ao lazer muitas vezes subtraído na luta pela sobrevivência do dia a dia. Na espacialidade dos parques ocorre o alívio das tensões estressantes ocasionadas, sobretudo, pelo acelerado ritmo de vida

na metrópole, eles funcionam como “organismos vivos”, absorvendo e minimizando a artificialização imposta na produção do espaço. Não obstante o caráter reconstrutor direcionado à melhoria da qualidade de vida, os parques têm sido alvo de intervenções antrópicas que recaem na diminuição e/ou degradação de sua estrutura original, tornando-se territórios emblemáticos quando associados à contemplação das necessidades do cidadão e, ao mesmo tempo, relegados, de um modo geral, ao abandono por parte do poder público e, conseqüentemente, pela comunidade diante do iminente perigo que estes possam apresentar.

No tocante à construção de praças, parques e passeios públicos, os reflexos dos modelos de urbanização implementados na cidade de Fortaleza não destoaram do ocorrido em outros aglomerados urbanos. Porém, na realidade local, pela carência em sua topografia de elementos vegetais de grande porte, com predominância de paisagens fluviomarinhas – a destacar os manguezais como um de seus principais biomas –, sua mata ciliar tendo sido alterada pelo aterramento e canalização de suas principais bacias hidrográficas. Dessa forma a cidade vem sofrendo efeitos de um processo de edificação progressiva, com o desaparecimento e/ou mesmo a diminuição dos poucos parques e praças existentes, incorrendo na perda gradativa da qualidade ambiental da cidade, na impermeabilização do solo, o que compromete a estética paisagística, sobretudo, na áreas verdes protegidas.

Nesse sentido, as possibilidades de recuperação ambiental dos biomas existentes no espaço urbano têm se tornado extremamente vulnerável em virtudes das ocupações ilegais e uso intensivo do solo urbano. Nesse mesmo diapasão, pode-se inferir a questão dos espaços públicos como os parques: seu desaparecimento dificilmente poderia ser compensado, uma vez que a cidade possui poucas áreas de baixo adensamento urbano, sem contar que os ambientes dos parques respondem a uma série de necessidades prementes da vida moderna, como práticas de atividades ao ar livre, manifestações artísticas-culturais, espaços de convivência e prática de esportes, opções de lazer, entre outros. Portanto, a carência desses equipamentos certamente torna as condições de vida na urbe mais empobrecidas.

Assim, pensar em qualidade de vida a fazer frente às investidas do capital incidindo sobre as áreas naturais, invariavelmente mais valorizadas, há que se ter como premissa básica o determinante legal e o controle desses bens por parte da sociedade civil, a ser regulamentado através de seus Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano como áreas de interesse social e de relevância socioambiental. Fortaleza, a despeito de ter evoluído ao propor e construir o Plano Diretor de Desenvolvimento Participativo (PDDP-For) em vigor desde de 2009, ainda não conseguiu de forma satisfatória garantir as condições para que nos ambientes

dos parques e praças sejam assegurados com a qualidade e infraestrutura adequadas ao usufruto de sua população.

Ao se ater na análise da tessitura urbana, as categorias de lugar como espacialidade de vida, vislumbra-se toda a complexidade advinda do processo de seu crescimento acelerado, uniformizando cidades, regiões, países e continentes, transformando as identidades peculiares de cada povo numa pasteurização de costumes e modelos, arranjos socioculturais que *a priori*, normatizam condutas e modos de consumo, afetando substancialmente a percepção de como o cidadão descreve a cidade na contemplação de suas necessidades materiais e psicológicas.

A ideologia que sustenta o plano hegemônico do capital incidindo sobre as cidades recai sobre uma mobilidade ocupacional e flexibilidade gerencial de modo a veicular a pseudoimagem da criação de cidades sustentáveis e de um urbanismo ecológico, como contraponto a uma política direcionada à promoção de arranjos locais e particularizados. Nesta ótica as cidades ramificadas em diferentes centralidades detêm maior potencial de capilaridade na distribuição das riquezas e nas possibilidades de controle ambiental.

Na direção oposta há argumentos que defende o desenvolvimento com base em uma gestão com foco local onde o planejamento reproduza gradativo e permanente vínculo com a realidade permitindo fluir as *performances* individuais e grupais próprias do meio ambiente urbano e natural.

Nesse contexto da inexorabilidade com que os parques urbanos se integram ao território da capital, se pretende destacar para efeito de análise deste estudo o caráter particular que se reveste suas centralidades e importância no cotidiano dos cidadãos como espaços representativos da qualidade de vida, ou contraditoriamente, de não qualidade de vida quando estes são relegados ao abandono e substituídos por outros arranjos urbanísticos.

A ótica perceptual desses ambientes, captada diretamente nas falas e depoimentos dos usuários, teve como parâmetro metodológico os elementos propostos na linha fenomenológica husserliana que destaca na compreensão do objeto, sua singularidade, buscando destituí-lo de todas as particularidades superficiais que venham ofuscar sua verdadeira “essência”, de tal modo a “conduzir o saber da verdade à certeza de si mesma” premissa proposta como – “redução fenomenológica” (HUSSERL, 1973 apud MERTENS, 2008, p. 16), ao apontar o imperativo de se apreender os fenômenos tal como percebidos pela consciência imediata focado no que o objeto tem de mais particular e substantivo.

Na perspectiva fenomenológica, o *estar no mundo* (HEIDEGGER, 1996 apud MERTENS, 2008) também pondera o sentido da existência fundada no habitar, captados pelo

esforço consciente do sujeito nas suas trocas com o meio edificado e natural, antevendo o próprio significado da existência na era do império da técnica e da incerteza contemporânea. Partindo-se das ideias heideggerianas na análise dos parques urbanos, o percurso investigativo sobre esses elementos não podem estar limitados somente às evidências externas, tais como: ornamentação paisagística, vegetação, localização e outros fatores físicos relevantes. Contudo, se isolados constituem-se meras abstrações desfocadas das percepções primordiais que a consciência humana formula sobre estes.

Nesse sentido, Carlos (2007), ao fazer referência à categoria de lugar como produto decorrente do processo de acumulação do capital, o faz numa perspectiva espaço-temporal comparado a não “meras coordenadas escalares”, mas fundamentalmente espaço onde ocorrem as trocas relacionais em que cada agrupamento social reproduz seus modos de vida e aspectos idiossincráticos, assim define:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. (CARLOS, 2007, p. 19).

Ao se captar as subjetividades reveladas pelo sujeito, quando faz uso dos parques, a intencionalidade é ir além das impressões relativas à estética e funcionalidade de seus ambientes relacionais e cenários paisagísticos, conforme aponta Tuan (1980, p. 107) ao criar o neologismo “topofilia” – vindo a ser uma categoria direcionada a revelar “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio natural.” O autor discute a categoria de lugar como variável antropógica, cultural e perceptiva (cognitiva) numa dimensão psicológica do indivíduo.

Tomando-se estas duas linhas de pensamento que não se anulam mais se complementam entre si, pode-se efetivar o norteamento empírico efetivado no entendimento dos parques urbanos, considerados em sua desconstrução paulatina decorrente de uma nova configuração geopolítica econômica imposta à cidade de Fortaleza, com ênfase na potencialização do segmento terciário com destaque o turismo. A incipiente indústria de transformação foi sendo deslocada para outras áreas da região metropolitana. *A priori*, tal tendência poderia ser indicativa de uma melhor qualidade ambiental, contudo a expansão da tecnocracia tem promovido uma acelerada exclusão sócio-espacial e uma sobrecarga no ambiente natural, sobretudo na valorização das poucas manchas verdes existentes – que se tornam áreas especulativas do capital – e na degradação dos recursos naturais existentes.

A hipótese sobre a significatividade dos parques urbanos situados na capital recorrente neste estudo perpassa a questão não meramente estrutural desses equipamentos de uso público, tampouco o delineamento imposto nos planos diretores de desenvolvimento urbanos. Mas, acima de tudo, se relaciona à sua especificidade enquanto espacialidade pública incorporada à vida do cidadão como direito. A despeito da gradativa ausência de “zelo” e “manutenção” por parte da administração pública, os parques possuem incontestável importância no patrimônio urbanístico, ao simbolizarem, mesmo que no plano das subjetividades, a volta ao ambiente da natureza preservada e da incorporação à vida natural, mediante o alívio das tensões acometidas pelo ambiente edificado. Augé (1994) definiria a cidade como fruto artificial da espacialidade ou do “não lugar” proposto pela supermodernidade que dissocia o sujeito de sua existencialidade natural.

A interação do sujeito com o ambiente do parque se processa de duas maneiras: na forma de pura contemplação dissociada do sentimento de pertencimento, portanto pontual, ou assumindo atitude de zelo e compromisso na preservação desse ambiente. A título de exemplo desse segundo posicionamento, cabe destacar a fala do jornalista Ademir da Silva Costa ao chamar a atenção para os objetivos da entidade Pró-Parque Rio Branco, do qual é um dos dirigentes:

“ultrapassar a mera conquista da urbanização do logradouro; promover ações que redundem em oportunidades de educação popular; qualidade ambiental; e autodeterminação, não deixando-se instrumentalizar pelos partidos políticos, pelos prefeitos ou seus prepostos”¹.

Esse depoimento resgata o sentido crítico de mobilização popular na sinalização de garantias das áreas verdes públicas, no ordenamento do solo urbano e na destinação de equipamentos voltados à qualidade de vida, sendo os parques pouquíssimas exceções em Fortaleza.

A partir da análise do ambiente dos parques como espaço-vivido, pode-se estabelecer o percurso metodológico na descrição analítica dos 10 parques urbanos, 9 municipais e 1 da esfera estadual, tendo como parâmetro de investigação teórica a consulta aos seguintes documentos: Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano dos anos de 1992 e 2009, Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/2001), Plano Plurianual de 2010-2013, Lei Orgânica do Município (2006), além das fontes primárias extraídas de veículos jornalísticos, por entender que através desses instrumentos informativos, poder-se-ia obter, com maior clareza, dados (postos pela

¹ Todos os depoimentos dos entrevistados nesta pesquisa estão destacados em itálico.

comunidade/sociedade civil) específicos desses ambientes, bem como políticas públicas a eles destinadas.

Todavia, uma lacuna pairava quando se buscava um método de análise que abrangesse todos os parques existentes, tratados e sistematizados de forma a possibilitar uma visão geral desses logradouros na planificação urbana de Fortaleza. Em razão dessa limitação, este estudo se propôs a delinear uma trajetória que permitisse realizar um mapeamento situacional das diversas categorias pertinentes aos parques urbanos nos seus usos e funções específicas. Assim, as categorias contempladas por traduzirem mais especificamente a relação entre sujeito e objeto, a partir das relações e percepções estabelecidas entre ambos, foram: qualidade de vida, dinâmica urbana, áreas verdes, espaço vivido.

Com vistas ao atendimento das proposições expostas acima, foi estabelecido como objetivo geral: compreender as múltiplas representações dos parques urbanos de Fortaleza como espaços vividos, na ótica perceptual de frequentadores e nas relações produzidas nesses ambientes, como favorecedores de qualidade de vida.

A estrutura da tese também contempla o atendimento de objetivos específicos, assim delineados:

- tipificar os diversos usos dos parques urbanos instalados na cidade como espaços de convívio social e de múltiplas possibilidades de integração entre o homem e a natureza;
- correlacionar as categorias qualidade de vida, dinâmica urbana, áreas verdes, espaço vivido como dimensões analíticas a serem pensadas no planejamento de políticas públicas;
- estabelecer em nível de tratamento teórico os atributos de ordem ambiental proporcionados pelos parques urbanos na dinâmica social da cidade.

O trabalho de pesquisa foi disposto em seis capítulos, subdivididos em tópicos e subtópicos, de modo a melhor caracterizar o universo multifacetado dos parques urbanos, vistos de forma sequenciada obedecendo uma lógica não restrita à descrição das partes observáveis do objeto, mas sobretudo, buscando o alcance de sua totalidade e tessitura na urbanidade de Fortaleza.

Para esse fim houve necessidade do não aprisionamento de uma única corrente metodológica, mesmo correndo-se o risco das divergências de cunho epistemológico e ideológico do método. A partir do entendimento de que o itinerário buscado pelo pesquisador deve convergir para o uso de técnicas e instrumentos que lhe permitam captar a singularidade

do objeto, no caso especial deste estudo, situá-lo em seus múltiplos aspectos tangíveis e intangíveis foram imprescindíveis. Para tanto, o método fenomenológico serviu de base para a reflexão das diversas categorias da percepção ambiental traduzidas nos vieses cultural, simbólico, lúdico e afetivo expostos nas vivências da amostra pesquisada nos parques urbanos.

O primeiro capítulo é constituído pela introdução e já esboça os conceitos e categorias que definem a percepção ambiental no espaço-vivido dos parques urbanos na ótica da fenomenologia, bem como elenca hipótese e objetivos para o alcance do objeto. No segundo capítulo, subdividindo-se em três subtópicos são descritas as implicações de ordem transdisciplinar, sentidos e ambivalência *medo* e *prazer* (topofobia e topofilia) por parte do sujeito na frequência ao parque advindo de uma estrutura precária de segurança pública. Buscou-se através da revisão da literatura a base epistemológica da geografia humana nas múltiplas referências que constitui a espacialidade dos parques. O terceiro capítulo aprofunda a questão sobre a temporalidade e sentido histórico, geoeconômico e político na produção do espaço, além de outras questões de análise. No quarto capítulo são efetuadas a descrição metodológica e das técnicas envolvidas bem como das categorias de análise, tendo-se como destaque a apresentação dos resultados da pesquisa apreendidos numa perspectiva sociointegradora.

O quinto capítulo – descreve as especificidades das quatro Secretarias Executivas Regionais com seus respectivos parques urbanos, a representatividade desses ambientes na ótica de seus frequentadores, pequenos excertos das falas e impressões dos usuários como parâmetros de análise contextual, bem como, a tipificação dos ambientes dos parques frente às intervenções decorrentes do processo de ocupação e extratificação na territorialidade da cidade. O capítulo é estruturado em seis subtópicos nos quais são apresentadas as singularidades paisagísticas dos parques reveladores das contradições e dinâmicas que perpassam o tecido intraurbano.

O sexto capítulo apresenta as considerações finais. Esse momento denota maior importância ao longo da trajetória efetuada neste estudo, uma vez que foi alicerçado por uma base teórica e empírica evidenciada nos resultados obtidos junto aos sujeitos da amostra, o que forneceu à pesquisadora as condições necessárias para uma avaliação crítica das diversas variáveis que perpassam a espacialidade dos parques diante das inevitáveis transformações neles decorrentes ao longo do tempo.

Tem-se o entendimento da precariedade dos sentidos em captar na integralidade as formas absolutas do fenômeno observado, ou seja, há plena consciência sobre a relatividade do conhecimento. O cruzamento dos dados empíricos pautados na análise objetiva das diversas variáveis incidentes sobre o objeto, dentre os quais o fluxo de informações advindas do meio permitiram a incursão necessária ao entendimento da cidade como um “todo orgânico” de produção de vida do homem cuja ética no uso dos espaços públicos nem sempre estão pautadas nos direitos e responsabilidades coletivas, principalmente da parte do poder público.

2 PARQUES URBANOS DE FORTALEZA – UM ENFOQUE MULTIDISCIPLINAR

Neste capítulo busca-se fazer um recorte temporal e conceitual sobre a representatividade dos parques urbanos na ótica fenomenológica, nas suas múltiplas referências, no espaço vivido da cidade, quer no tocante a sua importância para a qualidade ambiental, quer pelo seu caráter distintivo na paisagem urbana, assumindo importante papel como área pública de uso coletivo.

2.1 Contribuições do enfoque humanista para a percepção da espacialidade dos parques urbanos

Os parques urbanos podem ser entendidos como espaços públicos com dimensões significativas, diferenciando-se de praças, com predominância de cobertura vegetal e equipamentos destinados à recreação (KLIASS, 1993). Com base na descrição desse conceito poder-se-ia entender a percepção ambiental em seus diversos sentidos e dimensões ao se tratar analiticamente esses ambientes, principalmente quando localizados numa região metropolitana, onde se evidencia gradativa redução territorial, comprometendo sua função social de proporcionar à cidade um lugar para se viver bem.

A análise circunstancial dessa problemática no rigor científico poderia assegurar a possibilidade de isenção de apriorismos na interpretação da categoria percepção ambiental, como instrumental importante no entendimento das funções dos parques urbanos. Contudo, entende-se que apreender a totalidade do objeto é mera utopia, pois o conhecimento sempre é parcial e relativo, sendo que na maioria das vezes, o que se consegue são aproximações imediatas de sua essência.

Com base nessa perspectiva, a contribuição teórico-metodológica da fenomenologia concorreu para se conhecer, compreender e circunscrever o fenômeno, buscando a superação dicotômica entre o sujeito e o objeto sob o prisma relacional, de tal modo que o pesquisador não somente busque o aparentemente visível e capturável, mais direcione seu olhar para a dimensão da cidade enquanto meio onde se configura impressões e apropriações do espaço-vivido pelos urbes.

Ao escolher a trajetória investigativa – tendo como suporte epistemológico o método descrito – o pesquisador vai ao encontro do que lhe parece ser a concretude do objeto,

isolando aspectos que possam distorcer o real, o que pode conduzi-lo ao erro na definição de suas categorias e aspectos conceituais do fenômeno revelado. Essa abrangência epistêmica é postulada pela geografia humanista, quando coloca essa relação como princípio paradigmático nas suas formas de abordagens frente ao objeto de estudo.

Ao captar a percepção dos parques através dos olhares de seus usuários, sua temporalidade e transformações físicas urbanísticas como princípios balizadores torna-se condição precípua para melhor entender estes ambientes, sendo possível prever ações voltadas à elaboração de políticas públicas direcionadas a torná-los aprazíveis e agregadores como *locus* de vida.

Portanto, compreende-se que a existência humana se estabelece e encontra sua plenitude na interlocução com o espaço-vivido, tendo na análise fenomenológica os fundamentos necessários à abordagem da problemática, vista não como mera abstração de *lugar*, mas onde se estabelecem condições sociopolíticas, históricas e culturais do homem na produção de sua existência.

As reações ao ambiente implicam em muitos fatores que eram quase universalmente ignorados há alguns decênios. Segundo Dubos (1975, p. 59), “percebemos mais do mundo exterior do que pensamos.” O autor afirma que o “ambiente perceptivo” tem reflexos altamente subjetivos, de forma que a amostra pesquisada neste estudo, ao avaliar as condições físicas dos parques, buscou apontar características comuns, bem como aspectos extremamente particulares. Essa variedade somada aos diversos elementos que configuram uma determinada localidade prende-se também à questão temporal. É fato que, em outras épocas, o uso dos parques se destinava a refúgios contemplativos e passeios lúdicos de modo geral. Hoje, com a falta de espaço e intensa mobilização de pessoas na busca de uma melhor qualidade de vida, vê-se nos ambientes dos parques, o *locus* “ideal” ou “possível”, para a satisfação efêmera do contato com a natureza, utilizando-se do arquétipo junguiano, fato que significaria o retorno da ancestralidade biológica humana ao mundo natural, conforme indica Henry Beston em sua obra “A casa extrema”:

A natureza faz parte de nossa humanidade e sem alguma consciência e experiência desse divino mistério o homem deixa de ser homem. Quanto às plêiades e o vento na relva não são mais parte do espírito humano, parte da carne e dos ossos, o homem se torna, por assim dizer, uma espécie de proscrito cósmico, sem ter nem a inteireza e a integridade do animal, nem o direito inato de uma verdadeira humanidade. (BESTON apud DUBOS, 1975, p. 40).

Sob esse ponto de vista, algumas correntes teóricas, tentando compreender como se dá a ruptura e/ou distanciamento do homem com a terra que o nutre, aportam algumas hipóteses: a mais evidenciada é a visão utilitarista de produção e consumo, porém esta por si só não é suficiente para explicar de forma clara esse processo, principalmente quando se impõe como evidência de que “qualidade de vida humana está indissolúvelmente entrelaçada com as espécies e a variedade de estímulos que o homem recebe da Terra e da vida que esta abriga, pois a natureza humana é plasmada biológica e mentalmente pela natureza exterior.” (DUBOS, 1975, p. 37).

As questões prementes que envolvem a interação entre o homem e o meio ambiente na contemporaneidade estão cada dia mais complexas. No âmbito da ciência a interdisciplinaridade dos campos de conhecimento converge na tentativa de estudar, minimizar e solucionar as alterações ambientais promovidas por um modelo de produção e consumo que provoca uma ruptura nos vínculos de unicidade entre homem e natureza.

Essa situação contingencial transcende as fronteiras epistemológicas e eclode para agravar a bipolaridade entre duas grandes forças que se reforçam mutuamente: a pressão sobre o solo urbano não condizente com a capacidade finita da cidade no atendimento das necessidades do cidadão; e o aumento da produção de resíduos advindos de uma tecnologia de ponta em que a precariedade das políticas públicas não dão conta da defesa do meio ambiente e dos interesses coletivos.

De acordo com Dubos (1975), a reação humana diante do meio edificado, assim como os elementos naturais – árvores, nuvens, estrelas e demais entes do universo não humano – se processa de igual modo em termos comparativos diante da complexidade de se perceber a impossível divisibilidade homem-meio, sendo este último não mero repositório de recursos, mas elo inexorável a condição de existência humana.

A abordagem com foco na dimensão holística tem promovido estudos sobre como nossa biosfera parece regular a composição química do ar, a temperatura na superfície da Terra e muitos outros aspectos do meio ambiente planetário. Segundo Machado (1999), cientistas como o químico James Lovelock e a microbióloga Lynn Margulis indicaram que tais fenômenos só podiam ser entendidos se o planeta, como um todo, for considerado um único organismo vivo. Esse delineamento teórico e metodológico da ciência vem romper ou servir de contraponto à visão utilitarista da Idade Moderna, exposta no pensamento de Francis Bacon (apud GONÇALVES, 2005, p. 66), ao “recomendar torturar a natureza para esta revelar seus segredos, ser dissecada, forçada a sair do estado natural, amassada e moldada,

transformada em escrava e constrangida a servir.” Galileu descreve uma natureza sem qualidades sensíveis, valoriza somente as que podem ser mensuradas e quantificadas. O excerto abaixo é revelador dessa concepção maniqueísta no tratamento a ser dado ao meio ambiente:

[...] a física abstrai do mundo somente aquelas características que podem ser tratadas matematicamente, tais como forma, tamanho, posição, movimento, massa e carga elétrica; ela ignora tudo o que não pode ser quantificado. Esse procedimento [...] foi evidenciado por Galileu no início do século XVII. A física deve levar em consideração apenas os aspectos matemáticos das coisas, suas “qualidades primárias”, somente estas são consideradas objetivas. Outras qualidades, conhecidas através dos sentidos, “qualidades secundárias”, são meramente subjetivas, parcela da experiência corpórea; não existem no mundo matemático por uma mente desencarnada. (SHELDRAKE, 1993 apud GONÇALVES, 2005, p. 48).

Gonçalves (2005) pondera sobre o paradigma reducionista e mecanicista predominante na ciência moderna que se estendeu a todas as esferas do conhecimento humano, alicerçado na crença de um desenvolvimento material sem limites ou restrições, fator de um consumismo predatório e irracional e de uma violenta degradação ambiental, moldando um modelo de civilização. Na crítica a esse paradigma, Leff (2007, p. 112) aponta que dialeticamente este óbice serviu de pretexto para a convergência de várias áreas da ciência pensarem sobre a necessidade de se buscar valores e princípios ecológicos que assegurassem “processos de transição que permitem viabilizar uma nova racionalidade social, que incorpore as condições ecológicas e sociais de um desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro”.

Nesse mesmo caminhar teórico conceitual, Tuan (1980) afirma que a superfície da Terra é extremamente variada e a geografia enquanto campo do conhecimento que se ocupa das relações espaço/sociedade não consegue abarcar este binômio na plenitude sem o concurso transdisciplinar de outras ciências. A forma como as pessoas percebem e avaliam a superfície terrestre assume conotações as mais variadas e está fundamentalmente ligada à cultura, aos níveis e perspectivas, quer individual e/ou grupal, atributos diversos que fazem parte da totalidade relacional sob os quais o meio ambiente é o substrato de referência.

Tendo-se como pressuposto a inegável ligação das características humanas individuais e coletivas – agir, pensar, sentir, valores, visão de mundo etc. – que estão indissociavelmente integradas no espaço de vida, pergunta-se: por que, então, nossa indiferença diante da natureza? Wilson (2002), em estudo antropológico, apresenta como hipótese a essa aparente apatia a seguinte explicação:

[...] trata-se de uma herança paleolítica, de uma característica básica da natureza humana. O cérebro humano evoluiu em regiões geográficas limitadas, com um número restrito de pessoas e apenas duas ou três gerações. Não olhar muito longe, nem no tempo, nem no espaço, faz sentido do ponto de vista darwiniano.(WILSON, 2002 p.60)

Ainda segundo Wilson durante sua escala evolutiva a espécie humana buscou vantagens imediatas, a curto prazo, para garantir sua sobrevivência num contraponto a visão de longo prazo que exigiria um “altruísmo que ia contra seus instintos mais básicos” (op cit. 61). Esta prática começa a ser alterada devido à necessidade de ocupar e dominar ambientes cada vez mais distintos, sobretudo, em garantir aos agrupamentos humanos instrumentos de controle capazes de combinar dois sistemas de valores: continuidade e legado histórico-cultural. Contemporaneamente o espaço geográfico é palco de disputas caracterizadas pelo imperativo políticoeconômico que vem transformando de forma significativa cidades, regiões, países e até mesmo continentes.

A tão propalada natureza-selvagem hoje faz parte do imaginário da nossa longínqua ancestralidade. São incontestes os danos ambientais, mesmo diante da fenomenal capacidade adaptativa do homem. Seu ritmo biológico diário sofre as consequências de uma natureza alterada em função do excesso de demanda pelo qual o espaço urbano através das edificações e desaparecimento de seus biomas vem comprometendo a qualidade de vida nas grandes cidades. Desse modo o meio físico e as formas de vida em geral se ressentem do rompimento da homeostasia provocadora de disfunções fisiológicas e ambientais que, embora possam ser transitórias, podem ter caráter profundo (DUBOS, 1975).

O fato é que o homem incorpora ao seu ser parte dessa natureza selvagem mesmo sendo mentor de rico instrumental tecnológico que amplia sua capacidade de interferir em qualquer lugar do planeta mediatizado por uma cultura cada vez mais cosmopolita. Contudo, em sua essência traz consigo um vínculo que o liga aos elementos naturais, de certa forma uma alteridade que o ambiente verde inevitavelmente lhe proporciona. As áreas verdes são lugares carregados de simbolismos de ordem ecológica, social e paisagística, no qual os parques urbanos tão bem incorporam no caótico cenário da cidade.

Vive-se em uma era de fortes contrastes dependendo das orientações no uso e ocupação do espaço urbano pode-se ter como opção deixar um ambiente melhor ou pior às futuras gerações. É necessário o equilíbrio, ética e educação como meios capazes de melhorar a qualidade de vida atual e ao mesmo tempo garantir que as próximas gerações possam atender às suas próprias necessidades.

A boa relação de sustentabilidade entre meio urbano e manutenção das áreas verdes vem sendo temática recorrente e alvo de discussão na busca de um modelo de desenvolvimento menos impactante e degradatório. O Brasil, nesse sentido, encontra-se plasmado por correntes e/ou segmentos que postulam as intervenções como um mal necessário ao crescimento da cidade. Em contrapartida há grupos engajados nos movimentos pró-verde, pautando suas lutas e denúncias na gradativa e intermitente perda das áreas e espaços verdes e dos equipamentos destinados a praças e parques da cidade, bem como de corredores ornados por uma flora paisagística que atenua o aspecto cinzento do concreto urbano.

A ótica perceptiva, por fim, ao estabelecer a interface necessária com a estrutura cognitiva do sujeito, fornece significados variados do objeto em estudo, estabelecendo pressupostos necessários para a formulação de hipóteses, causas e consequências do fenômeno observado.

O lugar no qual os parques estão situados configura-se como expressão existencial e coletiva onde são manifestadas as vivências humanas, sintetizando portanto, o conjunto de valores simbólicos, emocionais e biológicos do sujeito em sua interação com o meio. Nesse sentido, a fenomenologia aponta determinadas situações da cotidianidade imediata como unidade indissolúvel do homem frente ao espaço ocupado. Dardel (1990, p. 19) reporta-se a esta questão da seguinte maneira:

Do plano da geografia, a noção de situação extravasa para os domínios mais variados da experiência do mundo. A “situação” de um homem supõe um “espaço” onde ele “se move”; um conjunto de relações e de trocas; direções e distâncias que fixam de algum modo o **lugar** de sua existência. “Perder a localização” é se ver desprovido de seu “lugar”, rebaixado de sua posição “eminente”, de suas “relações”, se encontrarem, sem direções, reduzido à impotência e à imobilidade. Novamente a geografia, sem sair do concreto, empresta seus símbolos aos movimentos interiores do homem.

A princípio, olhar a cidade de Fortaleza além do mero sentido contemplativo não permitiria em curto prazo compará-la a outras cidades com equivalentes parâmetros territoriais e de desenvolvimento, vez que se tenderia a circunscrevê-la em parâmetros quantitativos pouco conclusivos ao não permitir uma investigação de sua rede de mediações e arranjos produtivos.

No contexto da pós-mordenidade as cidades passam a ser vistas pela mundialização da economia, do mercado, da cultura; pelo domínio da tecnologia e de suas infovias comunicativas, permitindo o rompimento de fronteiras e a desproteção do mercado local,

ficando quase todas as cidades com o mesmo perfil, independente de sua localização geográfica e raízes históricas, e plasmadas a uma identidade coletiva em constante processo de adaptação e readaptação às demandas externas.

Para Silva (2011, p. 20) os valores pertinentes à Pós-Modernidade no cenário urbano traduz-se em perceber:

A cidade passa então a ser caracterizada por malhas urbanas, em que a experiência com e no espaço e no tempo são mediados pelo uso de tecnologias de comunicação, que disseminam informação e possibilitam interatividade. A intensidade e o fluxo nas grandes metrópoles rompem a distância e comprimem o tempo com a apropriação de tecnologias que alteram os valores do homem moderno.

Milton Santos (1998), em sua obra “Metamorfose do espaço habitado” tece críticas à visão reducionista de se conceber o espaço apenas em seu caráter utilitário, como *locus* de produção e moradia, distanciado dialeticamente das subjetividades e ideologias que perpassam as estruturas de poder e de organização societária:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portando, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama forma pela sociedade de hoje e o meio ambiente. O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social. (SANTOS, 1998, p. 10).

O espaço na dimensão heideggeriana é concebido como existência fundada no habitar, sendo a própria expressão da espacialidade do ser, enquanto forma de ser-e-estar-no-mundo. No sentido poético, sua base epistemológica evoluiu em direção ao espaço e à linguagem, decorrente do repensar a ciência interligada à filosofia e ao pensamento. Heidegger fez revelar o sentido geográfico da espacialidade e, nesse percurso ontológico, anteviu o próprio significado da existência na era do predomínio da técnica e da incerteza do mundo contemporâneo (MARANDOLA JÚNIOR, 2009).

O pensamento heideggeriano foi absorvido pela geografia humanista através de alguns geógrafos tais como: Eric Dardel (1952), Anna Buttimer (1974, 1976), dentre outros,

ao interligarem o espaço físico às questões ontológicas, partindo da noção do habitar. Edward Relph (1987), em sua obra “A paisagem urbana moderna”, apontou que paisagens e lugares onde vivemos são importantes, são expressões do que somos. Nesse sentido, incorpora os conceitos de *habitar* como elemento central de *lugar* em seu sentido existencial.

Oliveira e Machado (2004) apontam o lugar como parte integrante da vida humana e não apenas como forma de uso e manipulação no atendimento das necessidades básicas do indivíduo. A permanência e a reprodução desse tipo de racionalidade têm corroborado para uma crescente desumanização da ciência e da forma de percebê-la como instrumento de equalização social.

Vislumbra-se a partir da ótica da geografia humanista, portanto, a totalidade imanente que se deve levar em conta ao analisar o objeto – parques urbanos de Fortaleza – desprendendo-o de sua externalidade, distinguindo-o conforme suas singularidades sócio-históricas e ambientais num movimento deliberado de afastamento da quantificação e testes das hipóteses como método de análise, priorizando, sobretudo, a ênfase dos fenômenos vividos através das percepções obtidas nos relatos dos sujeitos pesquisados. De acordo com Giorgi (2008, p. 389), a manifestação do fenômeno e a descrição de sua essência têm suporte na fenomenologia, uma vez que esta:

[...] analisa as intuições ou presenças, não em seu sentido objetivo, mas precisamente sob o ângulo do sentido que esses fenômenos têm para os sujeitos que os vivem. A análise exige, geralmente, que a “significação fenomenal” seja ligada à “significação objetiva” do objeto, de modo a alcançar uma maior clareza, porém ela visa apreender a significação do objeto tal como ela se dá.

Desse modo, no processo fenomenológico a experiência consciente do indivíduo nas suas mediações com o mundo pode ser traduzida pela ação que ele estabelece na busca de sua autoafirmação no disputado espaço onde produz sua existência, condição que o aproxima e lhe permite explorar a realidade, tendo como intencionalidade a descoberta de maneiras mais adaptadas e autênticas de se expressar (existir, funcionar, viver).

Na esfera semiótica essa interligação se funde nas situações vividas pelos sujeitos, não apenas no sentido de sua descrição, mas aprofundando as categorias *significado* e *significante*, que no plano comunicativo pode ser explicitado pelo repertório de informações assimiladas pelo indivíduo, visto serem representativas de seu grupo social, inclusas todas as interfaces expressas pelo efeito direto de “sensações captadas pelo nosso sistema biológico, mas, antes, por nossa experiência passada, nossas expectativas, nossos propósitos e pela

interpretação individual de nossa experiência perceptiva.” (MACHADO, 1999 apud POMPEO, 1999, p. 4).

As singularidades do fenômeno observado não devem ser medidas apenas pelo efeito direto causado no arcabouço sensorial do sujeito, ou seja, na sua estrutura biológica, mas sobretudo nas particularidades que não são reveladas de imediato, mas que fazem parte do processo de adequação do indivíduo ao meio circundante.

A atividade humana “como um fenômeno mediado por signos e ferramentas” (COLL *et al*, 2002, p. 102) coloca em evidência as relações que são travadas entre o indivíduo e o meio, inerentes ao mecanismo pelo qual é manifesta a forma superior do comportamento humano, sendo que ao modificar o ambiente, a mudança também se processa no indivíduo que passa a se situar em estágios de acomodação e reacomodação sucessivos. Nessa perspectiva, pode-se dizer que as imagens e cenários invocados dos parques urbanos trazem em si aspectos variados de recanto bucólico e plasmado para o sossego e reencontro do indivíduo com a natureza viva, como também, espaços de abandono e perigo iminente quando são deixados à margem pelo poder público que tem o encargo de sua manutenção e preservação.

No plano dos signos, os termos cidade, metrópole, região metropolitana nos quais a capital cearense se inscreve vem assumindo no cenário nacional posições cada vez mais relevantes devido aos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) a ela aportado, bem como fruto de uma pauta de exportações e da projeção de seu mercado turístico. Fortaleza tem sido o destino mais procurado entre as capitais nordestinas para atividades de lazer e negócios, segundo dados da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR) (CEARÁ, 2012). Por outro lado, carrega consigo uma distorção histórica relativa à concentração de renda e à pouca eficácia de seus planos de desenvolvimento urbano no ordenamento de seu território, sendo esta uma problemática que atinge praticamente todas as grandes metrópoles.

Voltando à questão sobre a representação mental do munícipe frente à paisagem urbana, tem-se no construtivismo piagetiano, reafirmado por Oliveira (2002), a explicação de como se opera os esquemas mentais do indivíduo na sua mediação com o meio, levando-o a evidenciar e ampliar sua experiência com o mundo que o rodeia. A percepção ambiental, nesse caso, é um processo de atribuição de significados cada vez mais interconectados com a visão de lugar que o indivíduo carrega dentro de si, permeados pelo sentimento de pertença ou

repulsa, valores e orientações que significam a realidade tal como é captada; portanto, uma autorregulação que todo organismo vivo processa em seus ajustes adaptativos.

Esse processo efetivado pelo sujeito do conhecimento transcorre por meio de várias tentativas efetivadas em que sua base cognitiva tenta se adequar a cada situação experiencial, impulsionando-o a buscar o constante equilíbrio e acomodação ao meio externo. Nesse sentido, o meio ambiente é um *continuum* permanente de trocas ininterruptas pelos quais o indivíduo efetiva sua homeostase integrativa.

Como seres humanos, moldamos nosso meio ambiente com muita eficácia porque somos capazes de representar o mundo exterior simbolicamente, pensar conceitualmente e comunicar nossos símbolos, conceitos e ideias. Comunicamo-nos com a ajuda da linguagem abstrata, mas, também de modo não verbal, através da pintura, música e outras formas de arte. Ao pensarmos e nos comunicarmos, tanto lidamos com o presente como nos referimos ao passado e antevemos o futuro, o que nos dá um grau de autonomia muito superior a tudo o que se observa em outras espécies, exatamente porque somos dotados de uma qualidade distintamente não espacial e não temporal associadas à nossa mente. O desenvolvimento do pensamento abstrato, da linguagem simbólica e de várias outras capacidades humanas depende crucialmente de um fenômeno que é característico da mente humana. Os seres humanos possuem consciência; estamos conscientes de nossas sensações tanto quanto de nós próprios como indivíduos pensantes e experientes. (MACHADO apud POMPÊO, 1999, p. 4).

Quando se busca conhecer os níveis de percepção do indivíduo em relação ao meio ambiente no plano epistemológico, duas grandes teorias disputam interessante controvérsia hermenêutica: as escolas inatistas e empiristas, postuladas ainda no século XVIII. A primeira aponta que a percepção é dada de imediato, ou seja, faz parte do arcabouço biológico do indivíduo; que as coisas são vistas da maneira como se afiguram a nós porque é assim que elas são. Já os empiristas argumentam que aprendemos a ver as coisas através da experiência sensorial e que as vemos como esperamos ou desejamos que sejam. Piaget (1980) conceitua a percepção, indo além do simples antagonismo ao expor que a questão:

“[...] percepção e inteligência evoluem independentemente; que a inteligência está em contínuo desenvolvimento, ao passo que a percepção não mostra desenvolvimento desse tipo, sendo antes “enriquecida” pelas estruturas emergentes da inteligência.” (PIAGET apud PULASKI, 1980, p. 115).

Sua postulação teórica defende que o ato perceptivo consiste em uma série de encontros do sujeito com o objeto em que é estabelecida uma série de significações que invariavelmente provoca substantivas mudanças entre ambos.

No espaço vivido dos parques urbanos, o fenômeno perceptivo transparece emblematicamente nos diversos sentidos expressos pelo sujeito no tocante à ambientação dessas áreas. O movimento que vai do sentimento de prazer (topofilia) ao sentimento do medo (topofobia), segundo Tuan (1980), é expresso nos valores e atitudes do sujeito no uso que faz desses ambientes. Esse autor, em sua obra “Paisagens do medo” (no capítulo “Medo na cidade”), aborda essa categoria como inerente ao ser humano e, para ele, desde o início de sua existência planetária, os medos são produzidos na subjetividade do indivíduo e na objetividade de um ambiente externo ameaçador.

Lombardo (1985 p. 17) já apontava para essa questão quando indicou que “a cidade é a maior expressão social do espaço produzido e sua realidade mais complexa e transformada.” Quando se examina o espaço sob essa perspectiva, procura-se, a partir do exame da realidade apreender o concreto, distinguindo-se a essência da aparência, buscando-se perceber suas determinações fundamentais.

Ainda sobre esta ótica, Lynch (2011, p. 5) indica que: “uma boa imagem da cidade oferece a seu possuidor um importante sentimento de segurança emocional. Ele pode estabelecer uma relação harmoniosa entre ele e o mundo à sua volta.” Poderia ser acrescentado a essa assertiva o seu contraditório, quando o ambiente é perturbador e deixa marca de insegurança e de desorientação, destituindo-se o sentimento de amor ao lugar. Lynch (2011) estudou os diversos sentidos captados pelo cidadão em três grandes cidades norte-americanas: Boston, New Jersey e Los Angeles, nos aspectos relativos à *identidade*, *estrutura* e *significado*. Para entender o papel desempenhado pelas imagens ambientais na vida urbana, ele recorreu à pesquisa empírica, tendo como instrumental a entrevista com os habitantes dessas cidades.

Os parques urbanos poderiam ser associados como pontos nodais (LYNCH, 2011) por se constituírem focos estratégicos nos quais as pessoas percebem os elementos circundantes como a estética, o ecológico, a recreação, como características neles inerentes, distintos de outros ambientes que embora tenham atributos equivalentes aos parques não se igualam a estes em termos de ordenamento urbanístico na cidade. Sinteticamente, os parques poderiam ser definidos como refúgios simbolicamente acolhedores, bucólicos e com clara definição de espaços apropriados para o lazer coletivo.

Afinal, o que torna a imagem da cidade para seus cidadãos diferente das outras? Mais precisamente, o que torna Fortaleza referencial para os seus habitantes e para aqueles que a visitam? Em relação ao seu *design* urbano, é uma cidade litorânea, assim como tantas outras,

tendo como aspecto peculiar nos idos da segunda metade do século XVII ter seu traçado urbanístico de costas para o mar, ou seja, projetada para o sertão (JUCÁ, 2000). A razão para o despreço aos ares litorâneos devia-se à concepção de serem prejudiciais à saúde. Ainda hoje no centro histórico da cidade se pode observar edificações com fachadas voltadas para o lado interiorano.

O Passeio Público é exemplo da adoção dessa perspectiva arquitetônica: somente no terceiro piso tem-se uma visão parcial da praia. A cidade é pobre em relação a marcos referenciais que retratem sua história; seu patrimônio arquitetônico possui poucos registros da época em que foi elevada à categoria de vila, em 1726 e em 1823 elevada à categoria de cidade, perfazendo 286 anos de existência.

Com relativa segurança poder-se-ia afirmar sobre a capital cearense, no tocante à categoria *imaginabilidade* (LYNCH, 2011), nas entrevistas informais desta pesquisa onde foram detectados que os pontos da cidade mais lembrados, e que a distingue de outras capitais, são seus **pontos nodais**, tais como: área central de Fortaleza, como o Forte N. S. da Assunção, Passeio Público (revitalizado), Parque da Liberdade, Palácio do Bispo, Catedral, Mercado Central (hoje em novo prédio e outra localização central), Praça da Estação, Ponte Metálica na Praia de Iracema, parques urbanos, sendo o mais citado o Ecológico do Cocó; e, no tocante aos marcos, foram citados a estátua de Iracema e o farol do porto do Mucuripe.

Já na esfera de sua geomorfologia, ocorre pouca variedade de cenários; boa parte de seu relevo se constitui por planícies litorânea e flúvio-marinha composta pelos rios Cocó, Maranguapinho, Ceará e Pacoti e por planícies lacustres; e sua unidade fitoecológica é derivada pelo complexo vegetacional litorâneo em quase todo território.

Ao se considerar os elementos constituintes tanto em seu plano físico como das relações que se efetivam no espaço urbano, retoma-se a análise dos parques urbanos vistos e compreendidos pela perspectiva fenomenológica, aproximando o máximo possível o sujeito do objeto – com foco em sua essência e complexidade que a *priori*, vem abarcar não somente sua dimensão teórico conceitual mais seu caráter descritivo e determinante para a qualidade de vida na metrópole, desdobramentos melhor analisados ao longo deste trabalho.

2.2 Sentidos e ambivalências na ótica perceptual dos usuários dos parques urbanos

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007, p. 17).

Os diversos sentidos captados pelo indivíduo na caracterização do espaço vivido tornam-se reveladores das formas de uso e significados a ele conferidos. No tocante aos parques urbanos, assim como outros ambientes coletivos, não é incomum a manifestação de sentimentos, quer sejam eles de prazer e ou medo por parte de seus usuários. Pode parecer algo um tanto dicotômico ao se associar a imagem paisagística dos parques ao sentimento experimentado pelo medo e/ou ansiedade, presentes no cotidiano do cidadão quando faz uso desses ambientes. Isso tudo influencia no fato de que esses logradouros devem ser planejados para fornecer o conforto e favorecer, através de seu suporte natural e construído, o ambiente idílico e de sossego, capaz de promover a ruptura de padrões dos espaços periurbanos cada vez mais direcionados à baixa qualidade de vida a parcelas significativas da população.

Quando se busca conhecer os aspectos idiossincráticos pertinentes aos usuários no espaço vivido dos parques urbanos, é necessário invariavelmente se recorrer às fontes de dados por diversos mecanismos de captação, quer sejam eles advindos do contato direto efetivado na interlocução com o sujeito, como realizado neste estudo através da pesquisa de campo; como também por meio do levantamento das fontes primárias, como as jornalísticas, quando se buscou sistematizar e catalogar notas relacionadas aos parques na ótica do cidadão fortalezense frente aos seus sentimentos nos momentos em que fazem uso desses ambientes.

Tuan (2005) aponta que a sensação de medo experimentado pelos indivíduos no plano subjetivo é produzida algumas vezes por um meio ambiente ameaçador, outras não. No plano objetivo é traduzido pela abstenção à frequência a ambientes abertos públicos e pela tendência de se buscar os ambientes fechados dos *shoppings* ou áreas com relativo sistema de segurança.

As áreas verdes públicas representadas pelos parques urbanos carregam em si a dualidade exposta por Tuan (1980) quando aponta a tendência da mente humana em organizar os fenômenos em polos opostos como vida e morte, claridade e escuridão, céu e terra, sagrado e profano etc. O autor reitera esse pensamento ao defender que o próprio meio ambiente pode

prestar-se a esta visão dualista, “pode reforçar uma tendência, servindo como índice claramente visível de polaridade.” (TUAN, 1980, p. 96).

No estudo da percepção ambiental tratado neste estudo pode-se captar a ambiguidade exposta por Tuan (1980), quando os usuários dos parques urbanos, expõem o prazer de estar num ambiente com predomínio do verde e planejado para o lazer e área de convivência, ao mesmo tempo que temem estar nesses ambientes quando a frequência de outros usuários torna-se reduzida ou não há uma vigilância pública municipal.

Na amostra pesquisada neste estudo houve um percentual em torno de 44% dos sujeitos que disseram não se sentir seguros quando estão usufruindo da espacialidade dos parques, mesmo que *a priori* signifique que o “medo” não seria indicador de afastamento desses locais, até mesmo por falta de opção de outros logradouros com as características dos parques. Contudo, não se pode deixar de inferir que esse sentimento reforça, entre outras coisas, os níveis de estresse urbano em que o cidadão se vê “enclausurado” entre o ambiente de trabalho e residência, tendo que recorrer muitas vezes a áreas privadas de lazer e diversão.

O Sindicato das Empresas de compra e venda, locação e administração de imóveis, e dos edifícios e condomínios residenciais e comerciais do Estado do Ceará (SECOVI), na tentativa de conhecer os níveis de seguridade a ser oferecido a seus associados, realizou uma pesquisa em 2011, cujo foco foi conhecer os índices de medo da população de Fortaleza, segundo uma escala semântica das percepções referentes a riscos e insegurança por faixa etária, conforme é demonstrado no Quadro 1:

Quadro 1 – Resultados sintéticos da pesquisa índices e percepções

Índices e percepções	Total	Faixa etária			Nível
		18 a 24	25 a 34	> 34	
Índice de medo	134,4	129,0	129,6	136,8	Alto
Percepções de risco de ocorrência em diversos crimes	145,6	138,7	140,4	148,4	Alto
Assalto sem arma de fogo	127,6	127,7	121,5	129,3	Alto
Assalto a mão armada nas ruas	165,9	161,3	163,7	165,5	Muito alto
Assalto a mão armada na condução	142,7	128,0	136,3	147,4	Alto
Carteira ou bolsa furtada	164,4	159,2	162,7	166,0	Muito alto
Casa arrombada ou roubada quando não houver ninguém	120,0	111,8	109,2	124,5	Alto
Assassinato em um assalto	152,8	144,2	149,1	155,5	Alto
Percepções de Insegurança em diversas situações	126,0	121,7	121,4	128,1	Alto
Andar a pé às 10h da manhã em seu bairro	95,7	81,2	89,0	100,3	Moderado
Andar a pé às 22h em seu bairro	145,0	137,8	140,4	147,7	Alto
Andar a pé no seu próprio bairro	109,8	99,2	102,3	113,9	Alto
Andar em bairro desconhecido	158,2	161,0	155,1	158,5	Muito alto
Andar na rua acompanhado de	98,1	99,1	95,7	98,5	Moderado

outras pessoas					
Andar na rua sozinho	137,6	140,1	134,8	137,8	Alto
Sair de casa nos dias da semana	126,3	120,9	119,2	129,4	Alto
Sair de casa nos fins de semana	137,3	134,1	134,9	138,6	Alto

Fonte: Secovi (2010).

No estudo realizado pela SECOVI (2011) o indicador *percepções e insegurança em diversas situações* revelou valor percentual **alto** (*grifo nosso*); no indicador *andar em bairro desconhecido* alcançou percentual **muito alto**; dados que validam os efetuados na pesquisa dos parques onde foi apontado que cerca de 61% de seus usuários não procuram outros logradouros para as suas atividades de lazer. Do mesmo modo o índice de 56% dos usuários indicaram não se sentir seguros e tranquilos ao fazer uso dos parques evidenciando a complexidade e fragilidade que determinados equipamentos públicos assumem no cotidiano de seus cidadãos.

De maneira a estabelecer uma melhor compreensão dos níveis perceptuais dos usuários dos parques como espaço-vivido, buscou-se caracterizar os mesmos, particularmente, considerados na sua localização geográfica e dependência administrativa junto as Secretarias Executivas Regionais (SER's) no que possuem de mais significativo em sua imagem e significados, tais como: medo, prazer e apatia vistos e apontados pela ótica do cidadão que os frequenta.

2.3 Os parques urbanos e as múltiplas referências no espaço vivido

Aponta-se a 2ª. Fase era industrial (século XIX), como impulsionadora dos primeiros parques urbanos que se tem notícia. As cidades se tornaram densas em termos populacionais, havendo centralização das esferas econômica e política, sobretudo na esfera produtiva que passou a se configurar em pequenas e múltiplas tarefas de modo a atender as exigências da pequena burguesia, ora nascente. Iniciava-se uma mudança radical nas formas de estruturação social, perdendo importância a espacialidade rural e sendo direcionada a constituição da urbe (latim *urbes*) – cidade. Nessa perspectiva, esse modelo representava o moderno, pronto a atender à nova demanda que vinha surgindo no processo de urbanização.

A transformação provocada pela revolução industrial na Inglaterra foi um forte indutor para uma nova reorganização da sociedade que lentamente substituiu a paisagem natural do campo para o cenário urbano onde os padrões de ordem estética e de status social

eram para serem vistos e admirados. Dessa forma, os parques urbanos ingleses foram planejados como áreas verdes públicas e/ou jardins particulares dos palácios abertos ao público, uma vez que nestes ambientes era possível evidenciar modismos e padrões de comportamento que marcaram época. Outro fator associado era de cunho político evidenciando a necessidade de se dotar a cidade de ambientes arborizados, ruas largas facilitando a ventilação de modo a contemplar três aspectos fundamentais: condições de salubridade, higiene e segurança.

Há certo consenso quanto à polissemia gerada sobre a categoria parques urbanos. Vários autores, entre eles Souza (2010, p. 1), que afirma que “os parques urbanos são espaços que estruturam parte da vida pública no espaço urbano. Neles a cidade se encontra em sua diversidade, tornando visíveis as diferentes matizes que compõem o tecido urbano.”

Rangel (2010, p. 72) indica o papel das áreas verdes como “relevante na dinâmica urbana contemporânea, inserindo-se na comunidade como um espaço de lazer, respeito ao meio ambiente e integração social. Tais áreas suavizam ainda alguns dos maiores problemas ambientais urbanos tais como a poluição do ar e a formação de ilhas de calor, típicos de centros metropolitanos.”

Parece haver certa consensualidade quanto à referência das áreas verdes como elementos de qualidade de vida urbana. Neste sentido Menezes (1996 apud SAKAMOTO, 2006, p. 4), vem afirmar que as “áreas verdes urbanas têm a finalidade de melhoria da qualidade de vida, contribuindo para isto de várias formas, como o uso como área de lazer, para preservação ambiental, encontros sociais, construção da paisagem urbana, melhoria do clima urbano etc.”

Assim, os parques urbanos num contexto de uma cidade que vem se caracterizando por fortes demandas sociais, surgem como uma questão ecológica, compreendida como um registro da interação entre os processos naturais e os propósitos humanos através do tempo, conforme descrição apontada por Castelnou (2006, p. 53):

A noção de “parque” associa-se à de uma área extensa, cercada e com elementos naturais; na acepção mais antiga, datada do século X na Inglaterra, destinava-se à caça ou à guarda de animais. Posteriormente, a noção estendeu-se a pastos e bosques ornamentais existentes ao redor das casas de campo. Ao longo do tempo, apresentou-se como outra forma de apropriação do espaço público urbano e como produto direto de uma nova função: o lazer. Hoje, como descreve Kliass (1993), os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados ao lazer e à recreação.

O sentido de natureza alterada pela ação humana de modo não degradatório, ainda presente nos parques urbanos de Fortaleza, pode ser compreendida em sua complexidade totalizadora, fundamentada em três princípios apontados por Morin (2003), tais como: dialógico onde cada elemento da natureza é agente e paciente nas trocas produzidas; da recursividade organizacional em seu direcionamento de regulação e autorregulação, explicitado nas trocas efetivadas dos indivíduos na sociedade e, à medida que emerge, produz a humanidade dos indivíduos. E, por último, o princípio hologramático baseado na ruptura do reducionismo no tratamento das questões que afetam todas as estruturas vivas.

Para Galander (2005), o modelo introduzido na França pelo Barão George Haussmann (1809-1891) previa para a capital francesa, entre outros atributos, parques, construção de edifícios públicos, seguindo alguns princípios básicos: circulação acessível e confortável dentro da cidade; eliminação da insalubridade nos bairros densos; revalorização e reenquadramento dos monumentos, importância do espaço público com a abertura de *boulevards* e praças, como forma de superação do traçado labiríntico medieval. Os *boulevards* urbanizados com vegetação, bancos, quiosques e luminárias, associados a outros equipamentos urbanos, corporificavam o espaço da burguesia francesa, e foram bastante disseminados ao redor do mundo, inclusive no Brasil, onde foram caracterizados como “passeios públicos”.

Concomitante à criação dos parques na Europa, inicia-se nos Estados Unidos um movimento a favor dos parques, motivado pelo crescimento das cidades e pela problemática da complexidade da vida urbana.

Segundo Macedo e Sakata (2003, p. 24), Frederick Law Olmsted², em seus relatórios sobre o projeto do Central Park³ de Nova York, apontava que:

[...] duas classes de melhorias deveriam ser planejadas com este propósito: uma dirigida para assegurar o ar puro e saudável [...]; outra para assegurar uma antítese de objetos visuais àqueles das ruas e casas que pudessem agir como terapia, através de impressões na mente e de sugestões para a imaginação.

A espacialidade dos parques urbanos ao longo dos dois últimos séculos tem acompanhado as novas morfologias impostas pelo crescimento das cidades, sendo prova incontestante dos novos valores sociais e culturais das populações urbanas que visualizam nesses ambientes variados ritmos e sentidos que vão da visão bucólica de extensos relvados e árvores

² Arquiteto, paisagista e agricultor, apontado como o precursor da ideia de *Greenways* através da introdução do conceito de *Parkways*.

³ Primeiro grande parque urbano implantado em Nova York entre 1858-1859 (FRANCO, 2001).

frutíferas – importantes para a saúde psicológica e física da população – a espaços de vegetação densa, que visava, sobretudo, uma proximidade em termos figurativos as paisagens rurais.

Uma visão dos parques mais representativa da contemporaneidade é o espaço público estruturado por intervenções físicas (bancos, quadras, *playgrounds* etc.) associadas aos recursos naturais ainda preservados. Esses ambientes constituem-se elementos intrínsecos da cidade moderna, estando em constante processo de reordenamento e revitalização.

Entende-se que na criação das cidades brasileiras, a partir do século XIX, buscou-se, sobretudo, a importação de desenhos paisagísticos inspirados nas grandes cidades mundiais, cujos padrões de desenvolvimento em nada se assemelhavam aos nacionais. Repetia-se no espaço público o mesmo tipo de comportamento social que caracterizava as demais esferas.

Essa tendência pode ser constatada na arquitetura, na música, no teatro, na literatura e na formação de todas as instituições públicas da época. É verdade que na época da instalação dos primeiros parques urbanos no território nacional, as cidades não possuíam uma rede urbana expressiva, nem mesmo o Rio de Janeiro possuía porte igual a qualquer grande cidade europeia. A cópia de padrões europeus impostos aos parques urbanos teve como alvo assemelhar os logradouros públicos à visão moderna, principalmente a partir da vinda da família real portuguesa, em 1808, traduzindo-se a necessidade de estruturação da cidade-sede com vistas a melhor acomodar a realeza. Em decorrência, esse sentido de modernidade atingiu velhas e pequenas cidades da nova nação com a finalidade de desempenhar especiais e sofisticadas funções administrativas. Macedo e Sakata (2003, p. 24) assinalam:

O parque é no Brasil do século XIX e da *Belle Époque*, um grande cenário, um elemento urbano codificador de uma modernidade importada, totalmente alheio às necessidades sociais da massa urbana contemporânea de então, que usufruía de outros espaços, como terreiros e várzeas, conforme se observa nas crônicas da época. Os vazios urbanos, imensas áreas de terra, geralmente várzeas de rios, que praticamente recortavam todas as cidades do país, foram, por mais de cem anos, os verdadeiros antecessores das áreas de lazer urbano formais, do tipo praticado em praças ou parques. Somente com a diminuição e mesmo desaparecimento, a partir da segunda metade do século XX, e com a escassez real de áreas para lazer das massas menos privilegiadas, tal tipo de equipamento urbano tornou-se uma necessidade local.

Na contemporaneidade, a existência desses ambientes reflete uma série de significados de ordem social, como o atendimento às demandas de lazer, esportivas, culturais e outras finalidades de uso, ampliando, muitas vezes, a destinação antiga voltada unicamente para o lazer contemplativo, característica dos primeiros grandes parques urbanos.

Há uma variedade de significados e funções introduzidas no decorrer do século XX, incidindo diretamente nas definições de uso dos parques urbanos, como por exemplo, os chamados parques ecológicos, que se tornaram populares na década de 1980, quando já pairava no cenário mundial a preocupação com o meio ambiente. Esses logradouros visavam, antes de tudo, a conservação dos recursos naturais. Paralelamente, foram criados outros modelos de parques urbanos denominados parques temáticos com fins recreativos o mais conhecido mundialmente é a Disneylândia, na Califórnia-USA (MACEDO; SAKATA, 2003).

Parque com a categoria de diversão hoje estão largamente disseminados, frutos de uma sociedade categorizada por apelos ao consumo de toda ordem, onde o mundo do sonho inclui imagens de lugares como simulacros do mundo real. O lazer virtual (imaginário) é desfrutado de igual modo a vivência no mundo real pois são mediados por uma cenarização onde os sentidos são estimulados a confundir o espetáculo que metamorfosea local, tempo e realidade socioespacial numa verdadeira viagem ao imaginário lúdico.

Outra variante de parques urbanos, assim como os temáticos, são os pesque-pague, normalmente administrados pela iniciativa privada, nos quais se podem realizar vários tipos de entretenimento como piqueniques, acampamentos, *playgrounds*, quadras, piscinas, em meio a arvoredos e gramados.

Macedo e Sakata (2003) apontam que além da variedade de funções decorrentes de suas especificidades enquanto logradouros públicos, ocorre também indefinições quanto ao seu enquadramento no campo conceitual. Muitas vezes, confundidos como praças, também espaços de lazer mais de dimensões reduzidas e/ou outros arranjos urbanísticos que possuam certas instalações recreativas, cercas e possuir vegetação erroneamente distinguida como parque.

A exemplo disso tem-se na cidade de Santiago, no Chile, uma concentração de parques lineares, típico da geomorfologia da cidade, os quais apresentam características diferenciadas de um parque convencional, por estarem associados a fundos de vale e terem desenho urbanístico geralmente margeando as vias fluviais que recortam a cidade a exemplo do rio Mapocho que se estende ao longo da cidade de Santiago.

Santiago fica situada em um vale chamado “central”, conhecido como depressão intermediária, delimitado claramente pelo cordão Chacabuco ao norte, a Cordilheira dos Andes a leste, a Angostura de Paine ao sul e a Cordilheira da Costa ao oeste, numa extensão de 80 km na direção norte-sul e de 35 km na direção leste-oeste, aproximadamente.

Nas figuras 1 e 2 pode-se observar o Parque General O'Higgins, ladeando um dos corredores de tráfego da capital Santiago, e o Parque Bustamante nas figuras 3 e 4 obedecendo quase aos mesmos critérios paisagísticos do primeiro predominando ambiente arborizado e influenciando no microclima da cidade.

Figura 1 – Parque O'Higgins – Santiago (1)



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 2 – Parque O'Higgins – Santiago (2)



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 3 – Parque Bustamante – Santiago
(1)



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 4 – Parque Bustamante – Santiago
(2)



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Para Magalhães (1996), o conceito contemporâneo de parque linear pretende preservar as estruturas fundamentais da paisagem, em meio ao tecido urbano edificado de modo tentacular e contínuo, assumindo diversas funções e usos cada vez mais urbanos, que vão da recreação e lazer, ou enquadramento de infraestrutura e edifícios, a uma simples rua ou praça arborizada.

No Brasil, segundo Scalise (2002), os primeiros parques lineares estão localizados no Rio de Janeiro, projetados pelo arquiteto e urbanista Fernando Magalhães Chacel, que recebeu

valiosa colaboração do geógrafo Aziz Ab'Saber, notadamente no entendimento da complexidade do meio ambiente. Esse geógrafo denominava a morfologia do Rio de Janeiro como *domínios de mares de morros* por ser o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil do país em relação às ações antrópicas.

Ab'Saber (2003, p. 25) vai mais além quando discorre que a urbanização explosiva de algumas áreas metropolitanas pôs em perigo a própria qualidade do viver para o habitante de todas as classes sociais. As paisagens modificadas revelam isso de forma inequívoca. O grande dilema dos tempos atuais, segundo o autor, é a discussão estéril entre o economicismo e ecologismo. Para Ab'Saber (2003), o primeiro termo remete ao modelo de produção material predatório, que amplia os desníveis sociais, e o segundo se relaciona à forma “ingênua e pueril” de se tratar as questões ambientais, visando a proteção dos “recursos naturais ditos renováveis”. (AB'SABER, 2003, p. 26).

Numa postura voltada a captar os aspectos sensoriais e emocionais do sujeito na sua mediação com o ambiente, Tuan (1980, p. 107) cria o termo “topofilia”, que indica “os laços afetivos dos seres humanos com o meio material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modos de expressão.” O autor se coloca contrário aos posicionamentos quantitativista e comportamentalista da geografia ao conceber o espaço apenas em seu aspecto físico como *habitat* do homem. Seu estudo encontra respaldo teórico-metodológico na geografia humanista que, por sua vez, encontra na fenomenologia terreno fértil para a compreensão do lugar como espacialidade de vida.

Num sentido mais concatenado aos problemas ambientais hodiernos, Lombardo (1985, p. 16) explica que os efeitos das ações antrópicas promovidas no ambiente urbano são devidos ao seu crescimento desordenado, principalmente das áreas edificadas, exigindo “métodos radicalmente novos, para se rediscutir a questão urbana.”

Posições teóricas frente ao ambiente urbano não podem ser vistas por um único prisma, muito menos somente em sua escala local. Novas formas de produção do espaço na cidade se fazem relevantes e influenciam sobremodo seu desenho e plano urbanístico, ditados por uma lógica operada pelo contexto global-internacional que incide na organização de seus equipamentos públicos, como também nas suas ruas, bairros, logradouros, entre outros. Portanto, os indicativos de ordem econômica e política na tessitura urbana têm a haver com uma conjuntura sócio-espacial perpassada em modos de produção menos invasivos e excludentes, plasmados na verdade absoluta do capital.

Para além do maniqueísmo derivado dos enfoques referentes ao ecologismo e economicismo, buscou-se a superação dos reducionismos que longe de aprofundar a compreensão do fenômeno o distancia, neste sentido, o conceito de ecologia urbana responde a necessidade da integração que deve envolver o todo e suas partes, refutando a lógica da exploração abusiva do meio físico natural evidenciado no espaço intraurbano.

Se o ecologismo defende que nenhuma alteração do ambiente natural se processe, reservando-lhe a função de paraíso meramente contemplativo, o economicismo postula a transformação do capital ecológico em mercadoria pronta a ser consumida. A resolução desse dualismo, segundo (Goes Filho (1973, p.03) consistiria na planificação sustentável do solo urbano, compatibilizado-o com os objetivos de crescimento populacional integrado à economia sustentável, contemplando, se possível, metas a um só tempo econômicas e ecológicas.

O equacionamento desse impasse constitui um grande desafio a ser superado com vistas à ruptura de um padrão de cidade-metropóle que se converte irreversivelmente numa somatória de fragmentos urbanos indistintos que não são facilmente percebidos pelos que nela habitam, auferindo-lhe sentidos de unidade territorial imaginária e não como apropriados na concretização de suas existências.

As áreas verdes livres, representadas pelos parques urbanos em seu *design* paisagístico, trazem *per se* contribuições variadas, recaindo quer nas referências psicológicas de *locus* – que provê o encontro do homem com a natureza, quer no oferecimento de equipamentos promotores de qualidade ambiental, sobre o qual o pensamento de Dardel (1990 apud HOLZER, 2010, p. 4) se adequa e reitera ao indicar “o lugar como suporte do Ser”.

Embora não se possa pensar na espacialidade dos parques como lugar de moradia, as permanentes mudanças ocorridas em âmbito urbano certamente afetam a disposição dessas áreas verdes e, conseqüentemente, os modos de vida, tornando-a mais empobrecida. Considerando como verdadeira a premissa: área verde do parque – qualidade de vida, toma-se por empréstimo o pensamento de Dardel (1990 apud HOLZER, 2010, p. 4) ao prescrever:

A realidade geográfica é para o homem [...] o lugar onde ele está, os lugares de sua infância, o ambiente que atrai sua presença. Terras que ele pisa ou onde ele trabalha, o horizonte do seu vale, ou a sua rua, o seu bairro, seus deslocamentos cotidianos através da cidade. [...] A realidade geográfica exige uma adesão total do sujeito, através de sua vida afetiva, de seu corpo, de seus hábitos, que ele chega a esquecer-los, como pode esquecer sua própria vida orgânica. Ela está, contudo, oculta e pronta a se revelar.

A partir da realidade geográfica exposta no pensamento de Dardel, no capítulo que se segue é retratado o itinerário metodológico adotado na pesquisa, dentro de uma perspectiva da análise das variáveis incidentes sobre as áreas verdes públicas, verificando como os elementos da percepção ambiental podem ser contributos importantes na análise do espaço vivido. Em seus aspectos sociotemporais, buscou-se conhecer os sentidos de uso e funções no desenvolvimento urbanístico da capital fortalezense.

3 DISCUSSÃO DO MÉTODO

Objetivando estabelecer a relação dos parques urbanos como “espacialidade vivida”, estabeleceu-se um diálogo permanente com autores que trabalharam a categoria percepção ambiental no contexto urbano, tais como: Relph (1976), Tuan (1980, 2005), Heidegger (2009), Norberg-Schulz (1980), Holzer (1998), Oliveira (2004), Machado (2004), Leff (2007), Dardel (1990), Buttimer (1974, 1976), Dubos (1975), Lynch (2011), dentre outros, o que permitiu fundamentar a base epistemológica necessária ao entendimento das especificidades perpassadas pelo cidadão quando expressa seus sentimentos, valores, memória, cultura, subjetividade, experiência captados nas ambiências dos parques. Os parques urbanos constituem-se como áreas específicas dentro do ambiente edificado permitindo em alguns casos, o processo de reintegração do verde no formato paisagístico da metrópole. Neste sentido, os subtópicos abaixo irão retratar os passos metodológicos empreendidos para o alcance do objeto proposto nesta pesquisa.

3.1 Descrição do método e das técnicas utilizadas na pesquisa de campo

A escolha do método reflete invariavelmente a postura e convicções de ordem epistemológica e pessoal do investigador. Nesse sentido, ao se buscar o método fenomenológico em que a abordagem do problema foi direcionada a captar os diversos sentidos da ótica perceptual do sujeito frente ao objeto (no caso especial desse estudo – parques urbanos de Fortaleza) tinha-se em mente apreender aspectos significativos expressos pelos usuários no uso e representatividade desses ambientes como espaço vivido.

O aporte metodológico empreendido consistiu, inicialmente, em traçar o perfil do sujeito que frequenta cada um dos 9 parques municipais e 1 estadual pesquisados, no tocante a sua escolaridade, nível socioeconômico, faixa etária, bem como conhecer a percepção do sujeito frente ao ambiente físico e estrutural do parque, captando através dos seus depoimentos os níveis de comprometimento frente à defesa e preservação das áreas que proporcionam uma melhoria na qualidade ambiental da cidade, já que normalmente estão próximos e/ou inseridos em áreas de preservação ambiental.

Na abordagem e tratamento dos dados coletados na pesquisa de campo, priorizou-se, num primeiro momento, a sistematização estatística através de quadros e tabelas das 20

questões propostas no questionário, tendo como técnica de aprofundamento das informações a aplicação de uma entrevista estruturada. Essa ferramenta de coleta era a que melhor se adequava ao universo das amostras por suas especificidades, visto terem os sujeitos prática regular de atividades físicas e tempo cronometrado, em virtude de suas atividades profissionais. Daí, a opção de se priorizar os momentos concomitantes às atividades físicas efetivadas pelos sujeitos para a coleta dos dados. Cabe destacar que essa ação exigia por parte dos aplicadores da pesquisa um excelente condicionamento físico.

O segundo momento do transcurso metodológico esteve relacionado à abordagem qualitativa na análise dos dados, sobretudo por corresponder ao que Minayo (1995) aponta como questões inerentes às subjetividades expressas pelo sujeito frente ao espaço vivido, tais como: valores, impressões, sentimentos, aspirações, crenças e outros, que invariavelmente não podem ser quantificadas em termos das vivências relacionais dos sujeitos em seu ambiente e, conseqüentemente, dos fenômenos travados em sua volta que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os excertos relativos às falas dos sujeitos livres do controle do pesquisador trazem como contribuição à pesquisa o casual não programado no roteiro da entrevista, sobretudo no que se refere à espontaneidade com que os sujeitos se manifestam, longe do rigor e controle subjacente à técnica científica.

Em concordância com esse ponto de vista, Bogdan e Biklen (1994) definem a abordagem qualitativa como indutora de parâmetros que permitem afunilar o âmbito do estudo e recolher dados mais precisos e centrados em um determinado contexto e sujeitos específicos; bem como optar por um modelo investigativo de natureza aberta e analítica orientado para processos e significados do que para aspectos como causas ou efeitos, elementos importantes na categorização e formação do objeto, porém insuficientes para dimensionar as subjetividades expressas dos sujeitos no espaço vivido dos parques.

Nesse sentido, a escolha do viés metodológico foi pautada inicialmente em uma pesquisa piloto, tendo como objeto focal o Parque Ecológico do Cocó; dados da cobertura e instrumental utilizados podem ser vistos nos apêndices deste trabalho, no qual foi determinada de forma aleatória uma amostra de 46 sujeitos cujos resultados indicaram, em termos gerais, o perfil dos frequentadores, indicadores de sua qualidade de vida, motivos de sua busca ao parque, escalas de frequência no ambiente (semanal e anual). Essa investigação embrionária serviu de base para aprimorar o questionário e a adoção do levantamento a ser

feito por meio de entrevista, quando da realização da pesquisa em caráter definitivo nos demais parques urbanos de Fortaleza.

Na pesquisa piloto (Apêndice D) pos itens foram agrupados em quatro blocos categorizados de forma a se constituírem no: primeiro bloco – identificação do sujeito (gênero, faixa etária, escolaridade e renda). Segundo bloco - captação dos níveis de percepção do sujeito no ambiente do parque, tais como: iniciativa de se procurar o parque; frequência em sua utilização; escala temporal de frequência; busca de outros parques na cidade; sensação térmica e se o sujeito se vê como parte integrante do meio ambiente. Terceiro bloco - qualidade do transporte urbano com três questões relativas ao tipo de transporte utilizado para ir ao trabalho; se o trânsito da cidade se constitui um problema; e o tempo médio gasto do deslocamento casa-trabalho. Por último, o quarto bloco relacionado à qualidade de vida e qualidade ambiental, buscando-se obter indicações de como o sujeito classifica sua qualidade de vida; o teor da qualidade atmosférica da cidade; a relação entre qualidade de vida e qualidade ambiental; e sobre o índice de arborização da cidade numa escala valorativa.

A análise quantiquantitativa da pesquisa piloto foi fundamental para o refinamento da segunda fase do trabalho de campo. Categorias que *a priori* eram indicativas de análise nos usos e funções dos parques, no levantamento dos resultados da pesquisa piloto, constituíram-se como meros suplementos dentro de um contexto geral, podendo ser suprimidas sem comprometer ou tornar superficiais a análise do objeto, o que de certa forma possibilitou o redirecionamento para categorias mais representativas da subjetividade humana frente às condições de uso e importância dos parques como espaços vividos; a percepção da amostra sobre o número de parques existentes na cidade; o nível de entendimento do cidadão frente ao que dispõe o Plano Diretor de Fortaleza sobre as áreas livres de uso comum; as informações sobre a existência de movimentos em defesa dos parques; a avaliação das condições de conservação e preservação efetivadas pela administração pública e pelo usuário, dentre outras.

A priori foram inseridos aportes necessários à sistematização da coleta, tais como: quantificação da amostra por parque, formas de abordagem junto ao usuário, levando-se em consideração sua disponibilidade para responder o questionário; cronograma de visitas e turnos de maior frequência; modos de uso de tal forma que se pudesse traçar um perfil mais fidedigno das percepções dos usuários sobre os ambientes dos parques.

Houve também necessidade de se suprimir alguns itens que, apesar de importantes para análise da qualidade de vida na metrópole pesquisada – como o caótico problema do trânsito, o excesso de resíduos sólidos, o tempo médio de deslocamento casa-trabalho, a

qualidade do ar atmosférico, dentre outros – não estavam diretamente vinculados à categoria de parques urbanos e deixaram de ser considerados como subsídios na qualificação desses logradouros. O item qualidade do ar foi reestruturado, de modo a focar mais o aspecto da “sensação térmica” proporcionada pelo ambiente do parque.

A operacionalização das entrevistas realizadas nos parques foram efetivadas com a ajuda de 7 alunos do Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFCE), bolsistas do Programa de Iniciação Científica e de Iniciação Tecnológica (PIBIC/PIBITI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que realizaram a pesquisa empírica. Cabe reforçar que a entrevista ocorria concomitante às atividades físicas praticadas pelos usuários, exigindo, portanto, por parte do entrevistador uma excelente *performance* física, uma vez que percorriam vários quilômetros para se alcançar a média estipulada para cada turno.

A pesquisa piloto ocorreu no início de 2011 com 46 sujeitos. Os dados conclusivos da amostra serviram de parâmetro para o aperfeiçoamento do segundo e definitivo instrumento de coleta que aplicado no último trimestre de 2011 em uma amostra de 813 sujeitos, constituindo-se numa referência quantitativa do universo populacional de quatro Secretarias Executivas Regionais (SERs I, II, IV e VI), nas quais os parques estão regulamentados por legislação municipal. Nesse sentido, a não inclusão das SERs III e V se deve a não existência de parques a eles pertencentes, conforme página divulgada no *site* oficial da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF).

Na delimitação da amostra foi adotado o parâmetro estatístico que estabelece quanto maior o número de indivíduos na população residente, proporcionalmente menor o número de indivíduos a serem selecionados. As técnicas quantitativas aliadas à análise qualitativa da pesquisa norteia o pesquisador no cruzamento de informações que melhor o referencie na compreensão do objeto, no sentido em que “há situações de campo em que um levantamento completo tornar-se inviável, senão impossível, devido a restrições de custo, tempo material, mão de obra etc.” (GERARDI; SILVA, 1981, p. 12).

No Quadro 2 pode ser melhor evidenciado a distribuição da amostra por população, bem como a especificação dos parques urbanos pesquisados junto as suas respectivas Secretarias Executivas Regionais (SER's).

Quadro 2 – Secretarias, população, parques e amostra populacional pesquisada (%)

SER	Nº	Parque ou polo de lazer	População da SER	Amostra	%
I	1	Sargento Hermínio	345.641	T=221	1,6
II	2	Pajeú	281.309	21	1,55
	3	Liberdade		16	
	4	Rio Branco		62	
	5	Adahil Barreto		52	
		Parque Ecológico do Cocó		30	
			T=181		
IV	6	Parreão/ Lagoa do Opaia	269.661	T=176	1,5
VI	7	Falconete Fialho	502.225	T=235	2,14
	8	Municipal das dunas de Sabiaguaba			
Total			1.398.836	813	1,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do censo IBGE (2010).

A estruturação da amostra consistiu na estratificação por parque, população e quantitativo mínimo adequado para cada SER, de forma a adequar os procedimentos de investigação às especificidades de cada segmento a ser estudado. Com esse intuito, a investigação foi procedida através da aplicação de questionário estruturado associado à entrevista. A abordagem junto à amostra se deu inicialmente com a identificação do entrevistador, destacando os objetivos do trabalho de coleta e a imediata solicitação para efetivar a entrevista. O contato pessoal do entrevistador, na maioria das situações vivenciadas nos parques, ocorreu com êxito, uma vez que foram poucas as pessoas que se negaram a ser entrevistadas.

3.2 Categorias de análise do instrumental de campo

A pesquisa teve como parâmetros de análise as opiniões dos frequentadores dos parques pesquisados, e revelaram o nível de importância desses ambientes, em termos sociais, e o tipo de lazer que praticam, bem como das condições de ordem ambiental que esses ambientes proporcionam ao equilíbrio do clima urbano da cidade.

Tomando-se por base o modelo apresentado por De Angelis e Castro (2004), o instrumento de coleta de dados foi estruturado dando-se relevância às categorias de percepção ambiental, conforme especificados no Quadro 3.

Quadro 3 – Categorias de análise dos parques e suas variáveis

<p>1 - CATEGORIA – MOTIVAÇÃO DE USO</p> <p>1.1 - Iniciativa de frequentar o parque deve-se a: orientação médica, hábito de praticar atividades físicas regulares, espaço de convivência e lazer, participar de eventos socioculturais e esportivos, necessidade de contato com a natureza</p> <p>1.2 - Você costuma ir ao parque: sozinho, com a família, com amigos</p> <p>2 - CATEGORIA – QUALIDADE AMBIENTAL</p> <p>2.1 - A sensação térmica proporcionada pela vegetação do parque é fator que o leva a buscá-lo como área de convivência e lazer. Sim, Não.</p> <p>2.2 - Como você avalia as condições de conservação do pela administração pública: Precárias, regulares, boas, ótimas</p> <p>2.3 - Você se sente responsável pela preservação ambiental do parque? Sim, não, em parte.</p> <p>2.4 - O que falta no parque para melhorar a qualidade de vida da comunidade local? Ser mais arborizado, revitalizar os equipamentos existentes, maior vigilância, promoção de eventos socioculturais, esportivos e artesanais, preservação ambiental, sinalização educativa.</p> <p>3 - CATEGORIA – FREQUÊNCIA DE USO</p> <p>3.1 - A decisão de frequentar o parque é: Muito recente, relativamente recente, há vários anos.</p> <p>3.2 - Quanto tempo você costuma permanecer no parque? Até uma hora, de 1 a 2 horas, de 2 a 3 horas, mais de 3 horas.</p> <p>4- CATEGORIA – SEGURANÇA DO AMBIENTE</p> <p>4.1- O ambiente do parque lhe traz tranquilidade e segurança? Sim, não.</p>

Fonte: Elaboração própria.

As questões propostas no instrumento de coleta de dados recaíram, sobretudo, na busca de se captar os diversos sentidos existenciais do sujeito em suas interlocuções com o contexto, uma vez que a interação homem-ambiente é um processo contínuo que envolve a experiência do ambiente e a experiência do indivíduo no processo relacional de construção de sua realidade social. Nesse sentido, a abstração do fenômeno apreendido na paisagem dos parques urbanos de Fortaleza reflete toda uma gama de significados com destaque para sua importância no cenário urbano.

Os espaços verdes, em particular os parques, possuem funções de cunho ecológico, estético e recreativo sob os quais se permite avaliar as condições de sustentabilidade de uma cidade. Ao encontro dessa perspectiva, Machado (1999) pondera reflexivamente sobre as capacidades de perceber, conhecer, representar, comunicar que favorecem o homem, distinguindo-o de outra espécie animal na modelação de lugares e paisagens.

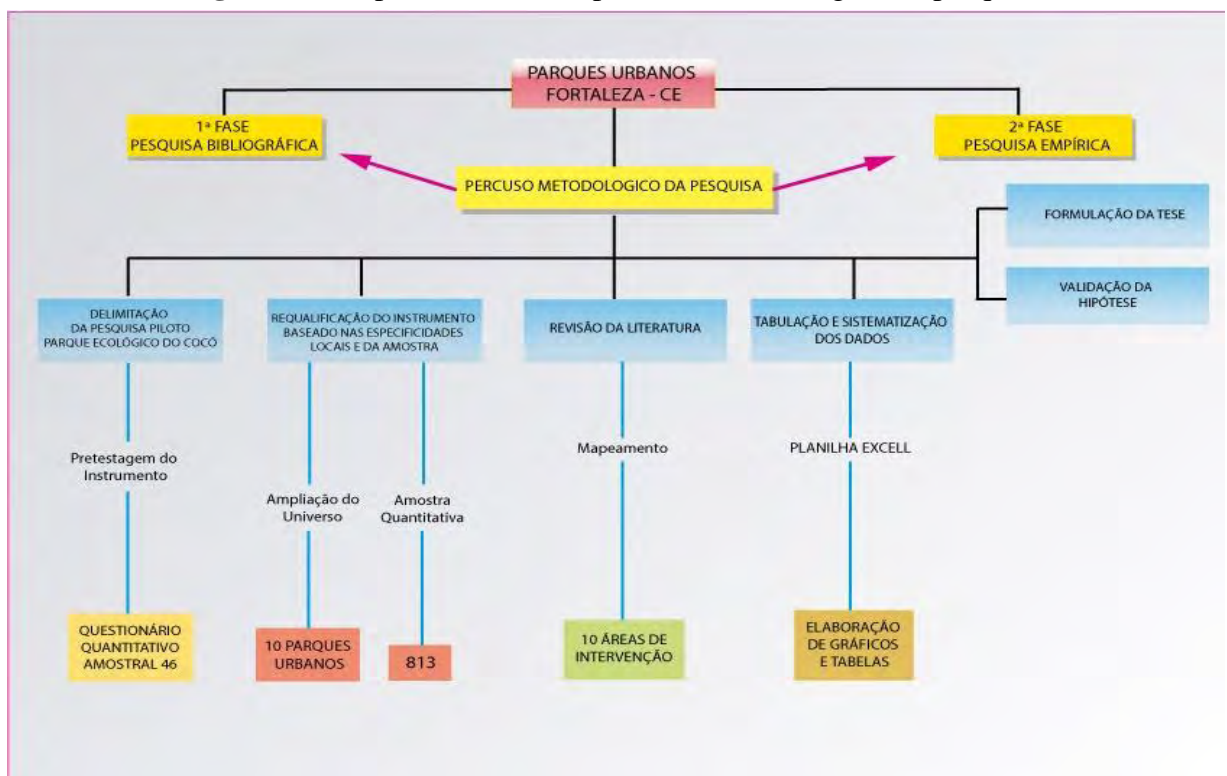
Daí pode-se inferir que toda recuperação ambiental implica na criação de ambientes desejáveis e de qualidade que possam estimular as percepções agradáveis do meio circundante. As necessidades da comunidade urbana devem ser consideradas prioritárias e passíveis de informações e dados referentes aos problemas enfrentados pelos moradores; suas preferências, valores e qualidades devem gerar propostas direcionadas a políticas públicas de revitalização da cidade.

Na realidade dos parques pesquisados identificou-se que a amostra está sempre reagindo ou dando respostas aos estímulos externos provenientes da interatividade dos contatos relacionais efetivados nestes ambientes, na qual certos fenômenos são claramente registrados como as categorias da agradabilidade e/ou rejeição em suas vivências nesses espaços públicos.

3.3 Tratamento e sistematização de dados da pesquisa

A sistematização e tratamento de dados teve como suporte o programa de planilha eletrônica do Excel no detalhamento das tabelas e gráficos, bem como na produção do banco de dados, processando uma grande quantidade de informações obtidas junto à amostra pesquisada, cujos resultados estão descritos e mensurados no quinto capítulo. De modo didático é apresentado um mapa conceitual (Figura 12) contendo os passos sequenciais efetivados na pesquisa empírica, sinalizando os procedimentos metodológicos utilizados com vistas a objetivar e nortear com clareza seu itinerário processual.

Figura 5 – Mapa conceitual do percurso metodológico da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

A cidade, ao longo de sua história, tem sofrido intervenções de certa forma irreversíveis, já que simplesmente desaparecem locais e equipamentos considerados patrimônios culturais, sem falar da falta de um plano urbanístico que subsidie uma melhor adequação e otimização de sua estrutura espacial, déficits que vêm comprometendo seus espaços de convivência e suas paisagens sentimentais – valor dado pelo munícipe aos locais frequentados, geralmente fruto de sua história de vida e que hoje se encontra diluído apenas nos fragmentos de sua memória.

O espaço vivido, em síntese, é a relação travada pelo homem com seu ambiente, ou seja, o mundo percebido e vivenciado, e não mera reprodução de existência destituída de significado. Nesse sentido, as contribuições teóricas metodológicas produzidas a partir do pensamento da geografia humanista na análise da percepção ambiental podem ser captadas ao longo da apresentação e discussão dos benefícios que os parques trazem como componentes de sustentabilidade no aglomerado urbano/metropolitano.

4 RELEVÂNCIA DOS PARQUES NO MEIO URBANO

[...] está em cena. A cidade é a cena. Cobiçada, almejada, ultrajada e rejeitada ao mesmo tempo, a cidade é, na verdade, um enorme objeto de desejo. A cidade espetaculariza a vida cotidiana, dá sentido visual ao mundo das pessoas, das coisas, das trocas. Cidade dos encontros e dos desencontros. Olhares diferenciados constroem imagens e representações em infinitas composições. (SILVA, 1997, p. 85).

Compreender a dinâmica das transformações ocorridas na espacialidade urbana de Fortaleza, notadamente na vida do cidadão que atribui invariavelmente aos parques urbanos contributos importantes à sua qualidade de vida, implica reconhecer que nessas transformações estão implícitos valores sociais, referências de vida que são contrapontos a uma rotina imposta pelo ambiente desagregador e descontínuo da cidade. Nessa ótica, os parques assumem o papel idealizado de ser ponto de encontro e resgate relacional com o meio natural, em que a individualidade e o ser coletivo se interpenetram, o cidadão se reconhece no espaço habitado, percebido e integrado no ecossistema urbano.

A representatividade dos parques urbanos na espacialidade de Fortaleza relativa à qualidade ambiental e qualidade de vida tem sido fator questionado amplamente pela população, de um modo geral, pela expressiva e gradual redução desses logradouros. Parâmetros comparativos do número de áreas verdes diretamente associados à densidade

demográfica vêm identificar que elas não atendem às necessidades de arborização por hab/m². O crescimento súbito da cidade a partir da década de 70 restringiu substantivamente a destinação de áreas verdes públicas que contemplam espaços de lazer, esporte e praças de convivência, o que certamente tornaria a cidade mais saudável. É questão recorrente a necessidade de políticas públicas para revitalização e criação de novos equipamentos urbanos com a tipologia de parques condizentes a uma urbe com mais de 2,5 milhões de habitantes.

De acordo com Kliass (1993, p. 19), a precariedade desses logradouros na morfologia urbana deve-se ao:

[...] acelerado crescimento da urbanização, a artificialidade do meio urbano e os impactos ambientais que têm influenciado na vida urbana. Desta forma, surge a necessidade de criar espaços livres no interior das cidades. Esses espaços são conhecidos como “refúgios verdes”, ou seja, parques, praças e jardins conjugados à preservação do meio ambiente.

A defesa da instalação de parques em relação a outros equipamentos públicos de lazer deve-se ao fato de normalmente serem áreas de maior dimensão física e agregarem em seu interior diversos espaços voltados ao atendimento das especificidades de cada usuário no preenchimento de suas horas de fruição recreativa, de saúde e entretenimento e outras atividades. Os parques urbanos surgem, portanto, como síntese globalizante onde os contornos culturais, psicológicos e de adequabilidade ambiental encontram-se inseridos e presentes nos macro e micro funcionamentos da cidade, quer estejam relacionados à percepção do indivíduo sobre qualidade de vida, quer presentes no ordenamento e planejamento do solo urbano estratificado pelas condições de ordem socioeconômica.

Pensar a metrópole Fortaleza diante de um quadro conjuntural em que se delineia uma mesorregião com 13 municípios, apresentando um contingente populacional estimado em mais de 2 milhões e meio de habitantes (IBGE, 2010), vem reforçar o compromisso de se avançar no planejamento de políticas públicas urbanas que não sejam pensadas apenas como programas de governo passíveis de serem descontinuadas ou mesmo não exequíveis a curto e médio prazo, figurando apenas como *marketing* eleitoral. Cabe enfatizar que a problemática das áreas verdes públicas não deve ficar sujeitas às efemeridades das gestões governamentais, quaisquer que sejam suas esferas administrativas; o permanente bem-estar e a qualidade de vida da população devem fazer parte de um compromisso a permear todas as esferas administrativas. Em Fortaleza, em que pese ter concebido e elaborado o Plano Diretor Participativo com envolvimento de diferentes setores da sociedade civil, ainda não se

vislumbra, a não ser em pequenas áreas urbanas, os efeitos práticos desse marco estratégico de desenvolvimento.

Certamente não se constitui uma tarefa fácil, quer em escala local, regional ou nacional, a priorização das áreas verdes públicas no espaço periurbano, diante de um contexto econômico e sociopolítico permeado de conflitos sobre o uso e ocupação do solo. O arcabouço jurídico que norteia o zoneamento da cidade muitas vezes se torna peça não legitimadora na resolução dos conflitos que se fazem sentir nas áreas urbanas com forte valor imobiliário, evidenciando litígios entre o público e o privado, nem sempre passível de resolução a curto e médio prazos. Invariavelmente, esses ambientes têm sido reduzidos e substituídos pela massa edificada reassumindo novas formas e novos territórios cada vez mais globalizados.

4.1 Os parques urbanos de Fortaleza na espacialidade histórica da metrópole

Na tentativa de situar o objeto desta pesquisa no que há de mais significativo e singular para os seus usuários, este estudo passará a abordar de uma forma genérica as transformações ocorridas nesses parques ao longo do tempo, destacando suas caracterizações naturais e construídas e promovendo, sobretudo, uma incursão sobre questões cada vez mais urgentes de se pensar uma cidade que permita ao seu cidadão usufruir de modo igualitário espaços que propiciem qualidade de vida e participação no delineamento de políticas públicas.

No plano local, a implantação dos parques urbanos como espaços livres transcorreu, assim como em outras cidades do Brasil, não decorrente de uma necessidade social de atender as massas urbanas por espaços de convivência e lazer, tampouco por um processo de industrialização que interferisse substancialmente na diminuição das áreas verdes, como ocorreu nos países europeus, com destaque na Inglaterra e França.

Assim como nas outras capitais do país, Fortaleza teve como primeira área destinada ao lazer e convivência coletiva o Passeio Público, criado no século XIX, assemelhando-se em seu desenho paisagístico aos seus congêneres, e vindo a servir como microcosmo de cenários especiais, cuja morfologia privilegiava caminhos tortuosos, ornados com chafarizes, estátuas greco-romanas, terrazas, objetivando servir de área de transição entre o grande parque urbano e a praça-jardim (MACEDO; SAKATA, 2003).

Nesse sentido, o Passeio Público de Fortaleza é um dos mais antigos equipamentos públicos entregues à população, servindo, entre outras coisas para o embelezamento paisagístico da cidade. Sua primeira denominação foi Campo de Pólvora, em virtude de terem sido enforcados os integrantes da histórica Confederação do Equador (1825) – fato importante na historiografia da cidade. Por esse motivo algumas ruas e avenidas da cidade passaram a ser conhecidas pelos nomes dos heróis da confederação, como Padre Mororó, Francisco Ibiapina, Pessoa Anta, dentre outros.

A força lá permaneceu até 1831, ano da abdicação do Imperador, em favor de seu filho D. Pedro II. Por esse motivo, o Passeio Público também é conhecido como Praça dos Mártires. Seu projeto arquitetônico é similar ao Passeio Público do Rio de Janeiro, extremamente geométrico e inspirado nas tradições do jardim clássico francês, com três pisos, culminando em um belo terraço debruçado sobre o mar: uma novidade para época, uma vez que a cidade estava projetada de costas para o litoral.

O Passeio público, em seus bancos, a elite da época repousava e desfrutava da praça ajardinada e da paisagem bucólica. Um belo jardim florido, ao estilo francês, decorado com jarros japoneses, bancos longos, um coreto, várias passarelas, cercados por animais que conviviam soltos na praça (emas, cotias, veados, cisnes e patos) e estátuas de divindades mitológicas gregas, conforme rememora Gustavo Barroso (2004). O passeio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1965, e as figuras 5, 6, 7 e 8 retratam um pouco desse espaço público de Fortaleza.

Figura 6 – Estátua Vênus e o Cupido



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 7 – Estátua Deus Netuno



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 8 – Quiosque Café Caio Prado

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 9 – Chafariz

Fonte: Arquivo da pesquisa.

A praça do Passeio Público foi planejada pelo presidente da Província do Ceará, José Felix de Azevedo, na década de 1820, em estilo neoclássico, possuindo uma área ajardinada, decorada com estatuária de inspiração greco-romana, além de chafariz rodeado de pedras vermelhas – uma metáfora aos tempos cruéis da pena de morte. O local logo se transformou em ponto de encontro para a mocidade de Fortaleza, possuindo, já no século XIX, uma pista de patinação e um espaço reservado para as feiras e quermesses. Além disso, o logradouro serviu de palco para acontecimentos importantes, como reuniões de grupos abolicionistas.

Conforme aponta Ponte (2001, p.15):

[...] o passeio era um lugar para todos [...] mas separadamente. O logradouro possuía três planos; entretanto não havia nenhuma determinação oficial reservando para cada um para as três distintas classes sociais. O fato é que acabou acontecendo “naturalmente”, no dizer do cronista da época. Mais plausível considerar que essa separação se deu por força do segregacionismo social reforçado pela onda modeladora que beneficiava especificamente a área central urbana, espaço onde as elites residiam e detinham primazia.

Seguramente, tem-se no Passeio Público o primeiro esboço de produção urbanística privilegiando espaços verdes com vistas a dotar a cidade de equipamentos públicos direcionados ao convívio social, lazer e, sobretudo, na dimensão de recantos bucólicos, ajardinados, servindo para o embelezamento das ruas e logradouros públicos.

Com foco no estilo da *Belle Époque*, os gestores da época buscaram importar padrões arquitetônicos para a cidade de Fortaleza, de forma a atender as novas demandas de ordem cultural, social e política, e permitir que a cidade não ficasse muito distante das outras capitais do país e do contexto internacional.

Na década de 1940, o sentido de planejamento da cidade já tomava uma configuração voltada às possibilidades de seu crescimento. Dentre outros fatores, a migração do interior do Estado motivada pela seca impulsionou a necessidade da criação de Plano de Remodelação e Extensão (SOARES, 2005), produzido pelo urbanista Saboia Ribeiro, prevendo intervenções de cunho paisagístico, cuja natureza se revestia de importância no processo de planejamento e “embelezamento” da cidade. O plano buscava orientar um disciplinamento no uso do solo urbano, estabelecendo um percentual de 10% das áreas do bairro para a instalação de praças e jardins, bem como para a implantação de parques urbanos.

Na sequência das transformações ocorridas ao longo dos anos, o conceito de lugar pertinente à categoria dos parques urbanos não teve alterações significativas, pelo menos na ótica de seus usuários, uma vez que para muitos eles se constituem como ambientes de refúgio, diante da pouca qualidade ambiental do meio edificado da cidade. Uma prova inequívoca da representatividade dos parques pode ser testemunhada em seus aspectos históricos, culturais e sociais retratados em suas dimensões intraurbanas como áreas verdes públicas de tamanho significativo e destinados à recreação (GRANZ, 1993 apud SILVA, 2003).

Em geral, a tipologia do espaço livre do município referente aos parques urbanos possui relação direta com a dinâmica de evolução da sociedade e do espaço. Fortaleza não fugiu a esse padrão de (in)evolução urbana, conforme já assinalado. Devido às pressões demográficas, a cidade está a demandar a implementação de diretrizes de habitação e ordenamento do seu solo, para evitar o impacto desfavorável em suas áreas verdes.

De acordo com os parâmetros valorativos pertinentes às tipologias dos parques urbanos, destacando-se, sobretudo, sua qualidade ambiental no tecido urbano, as contribuições de Vélez Restrepo (2009, p. 32) apontam para as aproximações conceituais e analíticas utilizadas para avaliar as condições de uso e funções, bem como no planejamento e manejo dessas áreas verdes tendo em vista seus aspectos qualitativos e quantitativos, como explicitado no Quadro 4:

Quadro 4 – Aproximações conceituais e analíticas em torno da sustentabilidade dos parques e áreas verdes urbanas, conforme apresentado por Vélez Restrepo (2009)

ESTUDO	ESCALA	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	CATEGORIAS CONCEITUAIS E ANALÍTICAS
Clark <i>et al</i> (1997)	Verde urbano (<i>urbanflorest</i>)	Modelo qualitativo de sustentabilidade do verde urbano.	Modelos/ componentes/ critérios/ indicadores/ objetivos.
Halvorsen (2000)	Estrutura verde urbana	Ferramentas analíticas para avaliar a sustentabilidade do verde urbano, promovendo tanto sua apresentação numérica como visual de sua situação.	Método <i>Green poste</i> : valores e funções para recreação e jogos, valores estéticos/valores de paisagem, valores naturais/diversidade biológica.
Abolina e Zilans (2002)	Urbana	Avaliação de sustentabilidade e planejamento urbano. Espaço verde urbano como parte do conjunto de indicadores de sustentabilidade.	Os planos de desenvolvimento de transporte para o espaço verde. Temas: área de espaços verdes, área de jardim familiar (<i>family garden</i>), conectividade (corredores verde), melhoria da diversidade biológica.
Ferh <i>et al</i> (2004)	Urbana	Indicadores de sustentabilidade em políticas ambientais municipais de longo prazo.	Indicadores básicos de sustentabilidades municipais. Lista que inclui existência de área de recreação pública.
Lindsey (2003)	Caminhos verdes urbanos	Uma estrutura para avaliar a sustentabilidade. Um conjunto de indicadores para estimar o progresso visando objetivos de sustentabilidade.	Princípios/objetivos/indicadores Princípios: economia baseada no lugar, equidade, harmonia com a natureza, ambiente construído habitável. Indicadores: número de usuários, benefícios diretos, disposição para contribuir, equidade de acesso, frequência e dominância de espécies, qualidade do <i>habitat</i> , biodiversidade aquática etc.
Chiessura (2004)	Parque	Exploratório: uma análise entre os visitantes dos parques urbanos. Benefícios sociais e psicológicos para os cidadãos, implicações para a sustentabilidade da cidade.	Motivos para a gente frequentar a natureza urbana, dimensão emocional e benefícios percebidos, satisfação pública com a quantidade de áreas verdes na cidade.
Cranz e Boland (2004)	Parque	O parque como objeto de estudo conceitual. Descreve o parque sustentável como um quinto modelo de parques.	Postula três princípios gerais ou atributos de parque sustentável: autossuficiência de recursos, integração com o sistema urbano, novos modelos de expressão estética.
Jim (2004)	Verde urbano	Revisão compreensiva para integrar as últimas descobertas com o tema vegetação em uma cidade sustentável.	Estratégias alternativas para o enverdecimento sustentável da cidade. Princípios e práticas para implementar projetos de arborização nos parques já existentes e em novas áreas urbanas. Cinco questões são propostas: Que, Onde, Quando, Como, Quem poderia acompanhá-los.
Gustavsson <i>et al</i> (2005)	Verde urbano	Definição conceitual do manejo sustentável de arvoredos e parques urbanos.	Adaptação às condições locais, utilização de processos naturais no desenvolvimento da flora e fauna, continuidade no manejo, controle do uso de adubos químicos, manejo da água e recreação
Li <i>et al</i> (2005)	Verde urbano	Estrutura conceitual compreensiva para o enverdecimento urbano.	Princípios e requerimentos: estrutura e função, clareza e consistência, diversidade funcional e ecológica, biodiversidade e serviços, acessibilidade ao público, distribuição do espaço verde, integração e transformação, aceitação e implementação.
García e Guerreiro (2006)	Parque como unidade de análise	Identificação de tendências positivas e negativas para a sustentabilidade do prédio, em função da gestão e do uso.	Indicadores de sustentabilidade ambiental no manejo de áreas verdes, superfície coberta de vegetação, carga humana sustentável, funções ecológicas, índice de patrimônio, depredação do parque urbano, tendência à demanda turística, projeção de investimento municipal, vulnerabilidade natural, vulnerabilidade patrimonial, gestão integral do parque.
Zilans e Abolina (2007)	Urbano	Uma metodologia para avaliar a sustentabilidade urbana. O conjunto de área verde como indicador.	Critérios de sustentabilidade dos planos e sistemas de manejo urbano <i>versus</i> as responsabilidades e competências do governo municipal. Critérios: promover e incrementar a biodiversidade e ampliar e atender os espaços verdes formais e os mais naturais.

Fonte: Elaboração própria (traduziu-se).

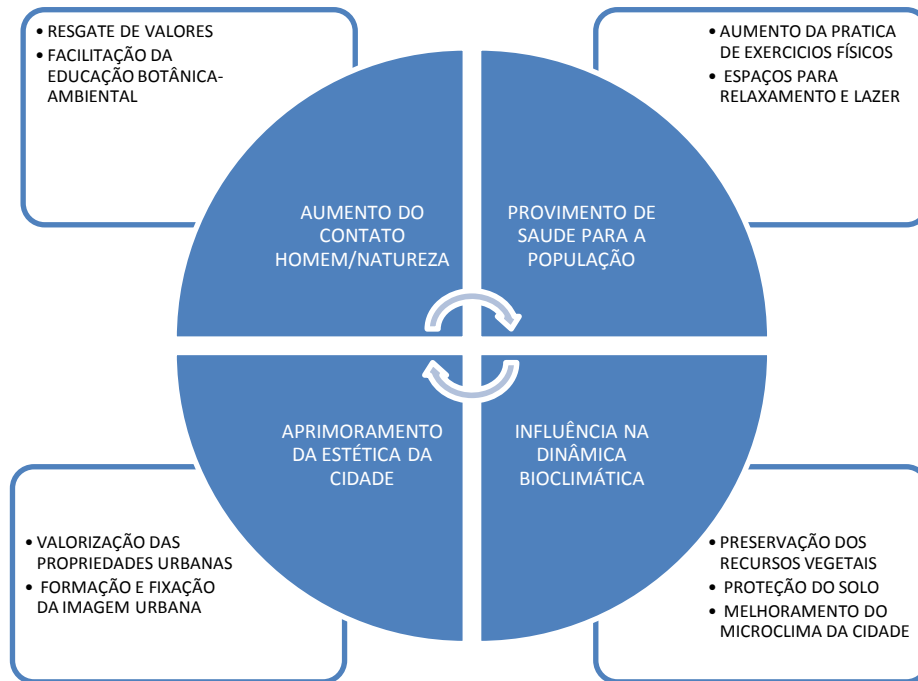
Nos planos urbanísticos de Fortaleza, as tipologias que mais se enquadram são a de Chiessura e Jim (2004 apud VÉLEZ RESTREPO, 2009), notadamente no que concerne à finalidade do estudo ora empreendido, cujo foco remete à categoria da percepção ambiental dos usuários nas suas vivências no ambiente dos parques urbanos. Na sua origem, a título de exemplo, cita-se como recorte temporal e espacial a cidade de Fortaleza do final do século XIX, quando se começou a esboçar em seu ordenamento territorial a preocupação com uma planta urbanística enriquecida por uma arborização planejada e com vistas a tornar os espaços mais frescos, conforme aponta Martins (2010, p. 173):

É muito interessante analisar essa preocupação já nesse período em unir “progresso” com um toque de natureza. Nas crônicas de Gustavo Barroso (1962), de João Nogueira (1954) e Otacílio de Azevedo (1980), percebemos que as sombras das árvores eram espaços de sociabilidade. Eles descrevem inclusive a estima que os habitantes tinham pelo *cajueiro da mentira*, ponto de encontro da “arraia miúda”, que se reuniam pra falar mal da vida alheia e zombarem dos passantes. (MARTINS,2010, p. 173):

Chiessura (apud VÉLEZ RESTREPO, 2009), através de um estudo exploratório, ressalta os benefícios para a saúde física e mental que as áreas verdes proporcionam ao cidadão da metrópole, além do aspecto paisagístico que torna mais ameno o clima, ventilação e sombreamento, somados à diversificação que o verde promove no espaço artificializado.

Em estudo sobre os parques urbanos do Distrito Federal, Costa (2011), apresenta alguns argumentos que sintetizam a relação parques *versus* ambiente urbano edificado, demonstrando as múltiplas influências desses dois elementos numa visão sistêmica, conforme pode ser visualizado na Figura 10:

Figura 10 – Relevância dos parques em meio urbano



Fonte: Modelo proposto por Costa (2011), adaptado para esta pesquisa.

Na contramão da perspectiva sistêmica vista na Figura 9, a capital cearense caminha para se transformar em “floresta edificada”, onde o concreto toma lugar do verde, as poucas áreas existentes com arborização nativa, por manejo inadequado como podas e replantio de espécies exóticas têm concorrido para tornar o ambiente urbano mais hostil à variedade fitoecológica dos biomas existentes. Sarti (2009) em sua tese intitulada “floresta urbana” descreveu esta categoria como um sistema constituído por toda a vegetação e arborização necessária ao uso e benefício social assumindo *status* de bem público.

No tocante à cidade de Fortaleza as poucas manchas verdes existentes não deixam dúvidas sobre a premente necessidade de se projetar áreas destinadas aos parques urbanos e praças. Os terrenos baldios existentes são pouco representativos na distribuição física da cidade, geralmente figuram na categoria de propriedade privada, sobre os quais o município em seu direito de preempção (Art. 239 do PDDPFor de 2009) poderá dispor para a criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes. Sobre esta questão assinala a Lei Orgânica do Município em seu artigo (190, Inciso VII), quanto a regularização fundiária e urbanística que deve estar pautada no interesse coletivo e do equilíbrio ambiental. Apesar do arcabouço jurídico a normatização não consegue ser célere o bastante para conter o avanço do capital especulativo nas áreas dos parques e espaços livres públicos, conforme pode ser visualizado na Figura 11.

Figura 11– Vista aérea de Fortaleza



Fonte: Relatório Projeto Quapá (2009).

4.2 Os parques urbanos de Fortaleza na concepção geoeconômica e política

A partir da década de 1970, começou a implantação dos parques públicos na cidade com uma dupla função: garantir proteção das margens dos recursos hídricos e a drenagem natural das águas pluviais, bem como, propiciar áreas de lazer público à população. A lei

municipal nº 5.122-A/79, que regula o Plano Diretor Físico de Fortaleza, estabeleceu a Zona Especial de Proteção (ZE-1) com o objetivo de garantir a implantação de um sistema de parques urbanos, aproveitando o potencial paisagístico do município.

Na esfera político-administrativa o município é regido pelo Plano Diretor Participativo (PDPFor), instituído pela lei complementar de nº 062/2009, que subdivide seu território em duas grandes macrozonas: a de **ocupação urbana** e a de **proteção ambiental**.

Na Macrozona de Ocupação Urbana as porções referentes ao território são caracterizadas, conforme o que dispõe o PDPFor (FORTALEZA, 2009) em seu capítulo I, artigo 78, pela significativa presença do ambiente construído quase totalmente urbanizado nas formas de uso e ocupação do solo.

A Macrozona de Proteção Ambiental é composta por ecossistemas de interesse ambiental, bem como por áreas destinadas à proteção, preservação, recuperação ambiental e ao desenvolvimento de usos e atividades sustentáveis. Não é permitida a edificação do subsolo dessa macrozona.

A seção IV, artigos 19 e 20 do PDPFor trata de forma pormenorizada sobre a importância para o equilíbrio ambiental da cidade, as áreas verdes, a destinação e responsabilidade de sua manutenção, bem como sua distribuição na paisagem urbana, sendo pertinente descrever os artigos na sua íntegra para se evidenciar como os parques e praças devem estar conectados ao chamado “sistema de áreas verdes” da cidade.

Art. 19 – Integram o sistema de áreas verdes os espaços ao ar livre, de uso público ou privado, que se destinam à criação ou à preservação da cobertura vegetal, à prática de atividades de lazer, recreação e à proteção ou ornamentação de obras viárias.

Art. 20 – São ações estratégicas para o sistema de áreas verdes: I – promover o adequado tratamento da vegetação enquanto elemento integrador na composição da paisagem urbana; II – a gestão compartilhada com a sociedade civil e iniciativa privada das áreas verdes públicas significativas; III – a disciplina das áreas verdes particulares significativas pelo sistema de áreas verdes dentro do Sistema Municipal de Meio Ambiente, vinculando-as às ações da municipalidade destinadas a assegurar sua preservação e seu uso; IV – a manutenção e ampliação da arborização de vias públicas, criando faixas verdes que conectem **praças, parques ou áreas verdes**; V – a recuperação de áreas verdes degradadas, de importância paisagístico-ambientais; VI – o disciplinamento do uso, nas **praças e nos parques municipais**, das atividades culturais e esportivas, bem como dos usos de interesse comercial e turístico, compatibilizando-os ao caráter público desses espaços; VII – estabelecer programas de recuperação das áreas verdes, principalmente daquelas localizadas no entorno das nascentes e dos recursos hídricos; VIII – implantar programa de arborização nas escolas públicas, postos de saúde, creches e hospitais municipais; IX – estabelecer parceria entre os setores público e privado, por meio de convênios, **incentivos fiscais**

e tributários, para a implantação e manutenção de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados, atendendo a critérios técnicos estabelecidos pelo Município para o uso e a preservação dessas áreas; X – implementar o **Sistema Municipal de Áreas Verdes**; XI – **elaborar diagnóstico e zoneamento ambiental de Fortaleza, contendo as áreas verdes** e, dentre outros, o mapa de potencial de regeneração das áreas de preservação permanente para o desenvolvimento de programas e projetos de recuperação ambiental; XII – o Município deverá proceder, por meio de lei específica, à delimitação de suas **faixas de preservação nas áreas urbanas** situadas no âmbito de seu território, observando as diretrizes contidas no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; XIII – implantar parques urbanos; XIV – elaborar e implementar o plano municipal de arborização. (Grifou-se).

Nas disposições legais há um referencial disciplinador focado na qualidade ambiental, principalmente, na recuperação de áreas degradadas, na planificação urbana e na educação ambiental. Contudo, mesmo sendo um dos instrumentos mais avançados em termos de política pública para a gestão ambiental da cidade, ainda há muito em que se avançar no enfrentamento dos velhos interesses do capital imobiliário e dos ardilosos “conluios” dos que pensam a administração municipal no seu campo exclusivo de interesse.

Ao longo dos quase três séculos de sua existência, Fortaleza tem sido impactada na sua realidade sócio-espacial pela ausência e/ou descumprimento das políticas estruturantes de ordenamento urbano. O crescimento desordenado continua a avançar, atingindo principalmente as áreas de preservação ambiental, fazendo com que o mosaico urbano reflita contradições, fruto das relações de uso e segregação do espaço urbano.

Como mecanismo de reação da sociedade civil frente à especulação imobiliária, se toma como exemplo diversos movimentos, como o SOS Cocó que com certa periodicidade realiza manifestações públicas em defesa das Dunas de Cocó, inclusive impetrando recursos junto à Câmara Municipal para a derrubada de uma emenda parlamentar que pede a revogação da lei nº 9502/09, a qual estabelece a região das Dunas Verdes do Cocó como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE).

Na área compreendida no rio Cocó há um trecho com 45 km de extensão, dos quais 24 km correm dentro do município de Fortaleza. Em seu perímetro localizam-se dois parques urbanos, sendo um deles uma unidade de conservação (UC), conhecido como Parque Ecológico do Cocó, em cujos objetivos de criação constam a proteção e conservação dos recursos naturais, visando o equilíbrio ecológico da biota terrestre e aquática, além de fomentar as condições para atividades de educação, recreação, turismo ecológico e pesquisa científica. O outro é o Parque Adahil Barreto, primeiro a propiciar o uso recreativo do rio Cocó, possuindo uma área de 44 hectares, também conhecido como Cocó Velho. O parque

representa uma conquista importante para o lazer, para as práticas de convivência e o despertar do interesse ecológico com diversos programas de educação ambiental nele desenvolvidas.

O biosistema no qual os parques estão encravados tem sofrido toda sorte de pressão oriunda da especulação imobiliária, que colabora com o aparecimento de esgotos a céu aberto, construção de moradias sem saneamento básico, desmatamento e aterramento do manguezal. Os dois parques emblematicamente sofrem a dubiedade do grande capital que os valoriza por abrigar uma boa cobertura vegetal e condições especiais para a boa qualidade de vida, ao passo que para os segmentos de baixa renda a sobrevivência em suas margens ou vazantes tornar-se a opção encontrada para fugir do aluguel. Nesse diapasão, a produção do espaço tornar-se permeado por conflitos socioambientais que trazem como consequência direta a redução das áreas verdes em ritmo cada vez mais acelerado, formando verdadeiras assemetrias no solo urbano.

Conforme já comentado, a orquestração da sociedade civil a favor da preservação das poucas áreas verdes da cidade de Fortaleza não tem sido indiferente. Diuturnamente, através de diversos recursos midiáticos, são divulgadas investidas contra o patrimônio natural da cidade, incluindo aí os parques e praças. As mais expressivas organizações não-governamentais (ONGs) ligadas aos parques urbanos, com forte atuação na luta pela manutenção, preservação e expansão desses logradouros na cidade são: Pró-Parque Rio Branco, Pró-Parque Raquel de Queiroz, SOS Parque do Cocó, Associação Alternativa Terra Azul, dentre outras.

A tecnologia tem sido um dos recursos importantes nessa luta – principalmente a mídia eletrônica através das redes sociais: *Twitter* e *blogs* informativos – ao propagarem o avanço do capital nas áreas dos parques e espaços públicos e as investidas no plano legal em áreas de interesse social. Curiosamente, uma das entidades mais combativas nessa questão – Pró-Parque Rio Branco⁴ – apresenta, através de seu *blog*, o que entende sobre as áreas verdes, do qual destacam-se os três princípios a seguir:

As áreas verdes são essenciais para a manutenção da qualidade de vida urbana. Entendemos como áreas verdes os parques e espaços arborizados, naturais ou não, e o entorno de riachos, rios e lagoas, que representam áreas naturalmente ocupadas por vegetação. Temos como referência que respaldam este documento, as áreas Lagoa da Itaperaoba, Parque Ecológico Rio Branco, Polo de Lazer da Sargento Hermínio, Parque Ecológico do

⁴ Site oficial disponível em: <<http://movimentoproparque.blogspot.com/2008/09/plataforma-ambiental-para-as-reas.html>>.

Cocó, Enclave de cerrado do setor leste da cidade, entorno dos riachos Água Fria, das Lavadeiras e Maceió, entorno das lagoas da Sapiranga e Precabura, Parque Ecológico Maraponga, Pulmão Verde do Siqueira, Rio Maranguapinho, Açude do Jangurussu, Açude João Lopes.

Pesquisas científicas recentes comprovam que a cobertura vegetal em meio ao espaço urbano se coloca como o principal elemento regulador do clima, sendo capaz de neutralizar os efeitos negativos, de elevação de temperatura e de poluição do ar, produzidos por concentrações de veículos, edifícios e elementos urbanos como asfaltos e solos impermeabilizados.

As áreas verdes desempenham também o papel de coletoras de parcela da precipitação (chuvas) que atinge as cidades, pois têm terrenos permeáveis. Tal fato mostra-se como fundamental no contexto de mitigação de catástrofes naturais em meios urbanos, posto que as chuvas apresentam tendência a serem mais intensas em áreas de elevada densidade urbana, nas quais em adição as superfícies acham-se impermeabilizadas por asfaltos e construções diversas. Assim, as áreas verdes contribuem para a diminuição das enchentes que castigam as áreas urbanas, incluindo a cidade de Fortaleza. (PRÓ-PARQUE RIO BRANCO)

Na cidade de Fortaleza estes princípios estão muito aquém de serem plenamente atingidos. De certa forma, poder-se-ia dizer que em alguns casos houve um retrocesso em relação aos primórdios do século XX, quando havia uma preocupação em relação a tornar os espaços públicos aprazíveis para ir e vir de seus cidadãos.

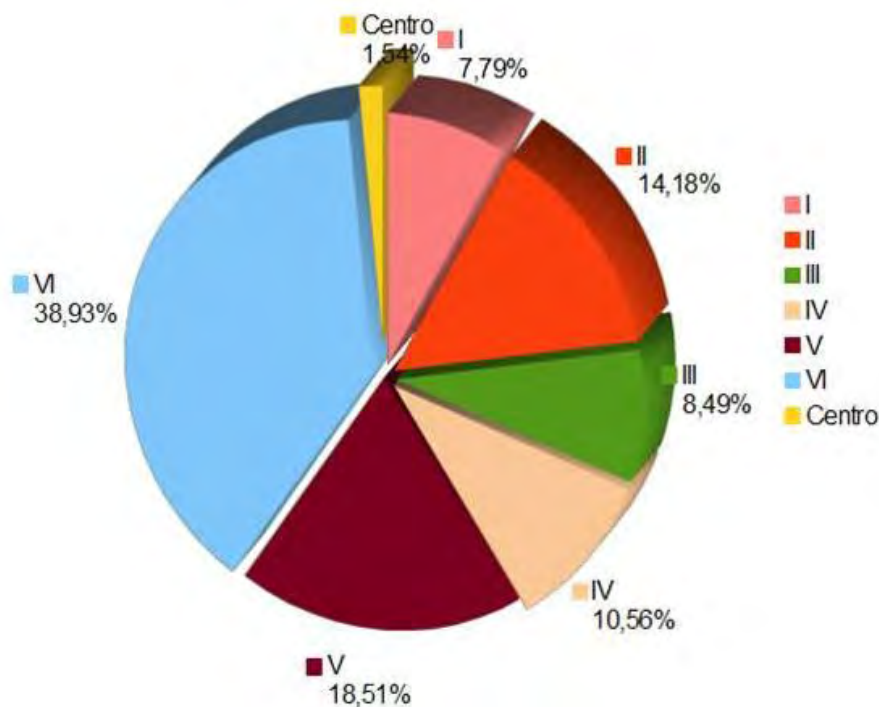
O ambiente urbano perde de forma gradativa seu lado bucólico, sua cobertura vegetal, sobretudo, a qualidade da vida urbana. Corroborando neste sentido, o jornal “Diário do Nordeste”, em diversas edições, tem publicado matérias sobre a ausência de áreas verdes na cidade em proporção ao número de habitantes:

O mais recente relatório da Prefeitura Municipal, o "Fortaleza em Números", denuncia a ausência de locais para a diversão e contemplação. Apenas 2,3% do território é composto de praças, parques e áreas verdes. Um banco, a sombra das árvores e um bom espaço para correr, sentir a liberdade e o vento no rosto em meio a toda essa “selva de pedra” chamada Fortaleza. Para quem mora perto de uma área pública de lazer, tal imagem soa como um oásis parece ser um felizardo. Com 313 km², a Capital conta somente com 494 praças. Não basta existirem praças e a população frequentar o espaço, é necessário manutenção e reparos constantes para que a função social do lugar – ser ponto de encontro, sociabilidade e identidade comunitária – funcione. Dados das Secretarias Executivas Regionais (SERs) apontam que dos 494 logradouros mapeados, 354 não foram reformados recentemente ou não possuem instrumentos para a prática do lazer e do esporte saudável. Um total de 72% está abandonado. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2011, p. 3).

Não obstante a importância desses ambientes na paisagem da cidade e da qualidade de vida a seus cidadãos, constata-se a incipiente carência das áreas de relevante interesse

social concernente aos espaços de convivência, lazer e recreação tipificados pelos parques urbanos, no zoneamento urbano. Um recente estudo promovido pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e pela prefeitura de Fortaleza, a ser concluído ainda no ano de 2012, teve por finalidade realizar um levantamento sobre o percentual de verde na cidade, intitulado levantamento Arbóreo de Fortaleza. Como prévia dos resultados, o gráfico a seguir quantifica a distribuição de áreas verdes por Secretaria Executiva Regional (SER).

Gráfico 1 – Percentual de área verde em cada por SER's de Fortaleza



Fonte: ce.gov.br/.../prefeitura-apresenta-resultados-prelimina.

Em relação aos resultados apresentados no Gráfico 1 sobre a distribuição e quantidade de arborização por regional, se enquadra como componente do verde urbano a representação dos parques – com exceção das regionais Centro, III e V por não possuírem parques urbanos em suas circunscrições – os dados dessas áreas provavelmente são provenientes de terrenos vazios públicos e privados, quintais, canteiros, praças e outros.

Na lógica mercadológica, o verde assume papel de moeda de troca destinada apenas aos que têm condições de pagar para usufruí-lo. Exemplo disso são os bairros localizados na SER II que possuem o maior valor por m² em relação às demais zonas residenciais e comerciais da cidade e, emblematicamente, nele está localizado o maior parque urbano da cidade, em âmbito estadual: o Parque Ecológico do Cocó.

Compreende-se que as premissas fenomenológicas e sistêmicas na captação da convivência do indivíduo nos espaços dos parques podem elucidar as singularidades dos verdes urbanos na sua viabilização ou inviabilização, mediante as diversas óticas de interesse do tecido social. Para Moraes (2001 apud SILVA, 2003, p. 2):

Na legislação brasileira o papel de definir e de implementar as áreas verdes é do Estado; à comunidade cabe o papel de utilizar, e, numa concepção mais moderna, participar também da gestão. Entretanto, as áreas verdes urbanas no Brasil encontram-se em processo de degradação, ocasionada pela ineficiência na gestão destas áreas.

Soma-se a este óbice a lentidão com que os planos diretores urbanos são postos em execução. Quando passam a ser inseridos no cotidiano das cidades já se encontram ultrapassados diante da dinâmica e fluxos impostos pelo avanço das demandas demográfica. Este é o caso do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor) de 2009, que ainda necessita de regulamentação de muitas de suas proposições relativas ao território, levando-se ao entendimento da pouca eficácia da gestão pública no controle da problemática ambiental referente ao uso inadequado das áreas verdes e bens de uso comum do povo

A crescente urbanização de Fortaleza e seu processo de conurbação favorecem ações individualizadas na ocupação das áreas naturais, impactando-as; e seus efeitos deletérios não são captados de imediato pelo cidadão. Paulatinamente, a morfologia do solo urbano conhecido cede lugar a novos arranjos impostos pelo capital que segregam e desalojam espacialidades conhecidas e modos de vida; as áreas verdes passam a redutos valorizados como moeda de troca; zonas de adensamento nobres são possuidoras de uma maior diversificação e preocupação com o equilíbrio ecológico.

Segundo o Inventário Ambiental de Fortaleza (FORTALEZA, 2003), a cidade perdeu quase 90% de sua cobertura vegetal em 35 anos, fruto de políticas urbanas desconectadas ao seu território e da significativa interferência dos fatores macro e microeconômicos no espaço intraurbano.

Conforme explica Silva (2009, p. 221):

[...] a partir dos anos 70, iniciou-se em Fortaleza a construção de grandes conjuntos habitacionais, experimentando transformações rápidas e mudanças substantivas em sua estrutura e fisionomia urbana. O universo metropolitano é problemático pela deficiência ou mesmo ausência de políticas públicas capazes de discutir e propor em conjunto vários aspectos da gestão urbana e da problemática ambiental decorrente [...].

A cidade não pode depender somente das políticas circunstanciais, das necessidades que surgem a cada momento. Pensar a cidade através dos olhares de seus habitantes, sua temporalidade e transformações físicas e sociais, implica que cidadãos e gestores têm a função precípua de prever e controlar seus direcionamentos urbanos e macroestruturais, tornando-a, tanto como possível, aprazível a quem nela mora e a visita.

4.3 Áreas dos parques integradas ao ecossistema urbano

Todos os estudos sobre o crescimento contínuo das cidades, em especial Fortaleza, têm apontado para a negligência na destinação das áreas livres verdes voltadas à melhoria das condições ambientais e à minimização dos impactos decorrentes do ritmo acelerado imposto ao ecossistema urbano, não permitindo que ocorram os eventuais processos de resiliência, condição necessária à sua revitalização. Desse modo, o descontrole processual em que se efetiva o uso do solo no processo de urbanização gera desconforto ambiental no aspecto térmico, acústico, visual ou de circulação. Tudo isso contribui, de acordo com Lombardo (1985), para uma contaminação ambiental que resulta num ambiente desagradável para o convívio humano.

De acordo com a autora, a qualidade da vida humana está diretamente relacionada com a “interferência da obra do homem no meio natural urbano. A natureza humanizada, através das modificações no ambiente alcança maior expressão nos espaços ocupados pelas cidades, criando um ambiente artificial”(LOMBARDO, 1985, p. 16).

A urbanização acelerada nos grandes centros tem trazido sérios danos à condição ambiental, bem como consideráveis prejuízos econômicos, sociais e de qualidade de vida às suas comunidades. O desenho urbano com sua geometria formada pelas edificações e supressões das áreas naturais tem provocado o aumento do calor antropogênico que altera substantivamente o microclima da cidade, formando as ilhas de calor (LOMBARDO,1985; DOULOS, SANTAMOURIS, 2004 apud SHAMS; GIACOMMELI; SUCOMINE, 2009).

Portanto, vive-se um cenário visto como um novo período histórico, no qual “a humanidade enfrentará os efeitos negativos dos últimos duzentos anos de crescimento populacional e econômico que provocaram o desequilíbrio ecológico e a degradação do meio ambiente físico e social.” (MAZZETO, 2000, p. 29).

De maneira geral, considera-se que a qualidade do meio ambiente constitui fator determinante para o alcance de uma melhor qualidade de vida. Assim sendo, Oliveira (1983 apud MACHADO 1997) salienta que há uma relação direta entre qualidade ambiental e qualidade de vida pela indissociabilidade entre ambos, o que não significa que o meio ambiente determina as várias formas e atividades de vida, ou que a vida determina o meio ambiente. Na verdade, o que existe é uma interação e um equilíbrio entre ambos, que variam de escala tempo e lugar.

Para Machado (1997), os padrões de qualidade ambiental podem variar entre a cidade e o campo, entre cidades de diferentes países ou do mesmo país, assim como entre áreas de uma mesma cidade. Isso ocorre, segundo a autora, porque a qualidade do meio ambiente depende de processos nacionais, em nível urbano e rural, e de políticas adotadas em todas as esferas: federal, estadual, municipal, pública ou privada.

Conforme destacam Coltro e Miranda (2007 apud SHAMS; GIACOMMELI; SUCOMINE, 2009, p. 5): “[...] o espaço urbano é considerado basicamente por espaços construídos – áreas edificadas compostas por casas, comércio e indústrias, áreas destinadas à circulação da população [...] e áreas não edificadas, definidas como ‘espaços livres de construção’.”

Para Janoschka, comentado por Varela e Bustamonte (2007, p. 82): “a globalização e as transformações econômicas das últimas décadas têm gerado um novo modelo de globalização e transformações econômicas cujos principais traços são a fragmentação e privatização.” Janoschka (apud VARELA; BUSTAMONTE, 2007, p. 82) afirma ainda:

[...] que este modelo se ha generalizado por Latino América, mostrando rasgos típicos en sus ciudades: la difusión de complejos habitacionales cerrados, la dispersión de grandes equipamientos comerciales, la instalación de complejos educativos adosados los barrios cerrados, la masificación de complejos habitacionales cada vez de mayor tamaño y autonomía, la modificación de la infraestructura de la líneas de tren, las autopistas, la suburbanización de la producción industrial y aislamiento y falta de accesibilidadde los barrios de clase baja.⁵

Nas cidades brasileiras este padrão de crescimento tem impactado as formas de uso e ocupação do solo urbano, sobretudo, em se tratando das áreas dos parques. Sewell (1978) em

⁵ Traduziu-se: “ Este modelo tem-se generalizado pela América Latina, mostrando traços típicos em suas cidades: a difusão de complexos habitacionais fechados, a expansão de grandes equipamentos comerciais, a instalação de complexos educativos incrustados aos bairros de alto padrão aquisitivo, a massificação de complexos habitacionais cada vez com maior autonomia, a modificação da estrutura das linhas de trem, as autopistas, a suburbanização da produção industrial e o isolamento e falta de acessibilidade dos bairros de classe baixa.”

uma análise sobre as formas de desenvolvimento e planejamento das cidades, retoma os conceitos de qualidade e sustentabilidade como metas e objetivos a serem direcionados a minimizar ou eliminar fatores que redundem na degradação ambiental. Para Lynch (2011) estas noções recairiam em conceber a cidade como espaço aberto, vegetação suficiente, sentido de movimento na rede viária, contrastes visuais, elementos históricos que reforçam a imagem da paisagem urbana.

Numa linha mais enfática na rotulação desses conceitos, Dubos (1971) pondera sobre a dificuldade de entender o real sentido de qualidade de vida na cidade diante da complexidade de se aferir a nível perceptual os gostos, preferências, valores e significados dados pelo cidadão nas contradições que são urdidadas no tecido urbano.

Certamente, todos esses posicionamentos estão ligados implicitamente a fatores de ordem cultural de cada sociedade, bem como pelas relações de produção pelo qual cada comunidade estabelece em sua territorialidade, em que a base na maioria das vezes obedece uma lógica que não se estabelece em âmbito local, mas orquestrada em escalas cada vez mais globalizadas.

Atualmente, o conceito de qualidade de vida tem sido muito alardeado, sendo pauta de discussão no planejamento urbano, pois trata-se de uma meta perseguida e com sentido polissêmico. Silva (1996 apud VITTE; KEINERT, 2009) discorre que este termo pode representar a valorização de horizontes desejáveis para os grupos sociais diversos, podendo haver diferenciações nos níveis de exigência e de aspirações.

De modo geral, as definições estão impregnadas por uma grande carga de subjetividade e níveis de necessidades variadas. Exemplificando qualidade de vida, de modo geral, poderia ser resumida em boa estrutura urbana (escolas, hospitais, estradas, saneamento, salários justos, ambiente preservado etc.). Contudo, para uma boa parcela da população, seria acesso à moradia, emprego e renda ficando a questão ambiental numa escala valorativa em segundo plano.

Na obra de Keinert *et al* (2002, p. 97) é relatada uma pesquisa realizada pelo Observatório da Qualidade de Vida de Santo André, indicando o conceito de qualidade de vida como “a capacidade de uma comunidade desfrutar de uma vida longa de forma saudável, ou seja, ‘viver muito’ e ‘viver bem’.”

A Sociedade Brasileira de Cardiologia encomendou uma pesquisa ao Instituto Datafolha (2012) sobre os índices de obesidade da população brasileira, entre as idades de 18 a 70 anos. A amostra foi composta de 2012 pessoas, pertencentes a todas as classes

econômicas, em todos os estados do país, e os resultados apontaram a região nordeste com 52% de sua população com sobrepeso.

Fortaleza, segundo essa pesquisa, é a primeira capital do nordeste com pessoas obesas – estimada em 19% da sua população – e a segunda do país com sobrepeso. A presidente do Conselho Regional de Endocrinologia Seção Ceará, Dr^a. Cristina Façanha, em entrevista a um noticiário televisivo local, informou que diversos fatores atuam para agravar este quadro. Entre eles estão as questões: alimentares (*fastfood*; comidas industrializadas; dietas ricas em calorias; mudança de hábitos alimentares, como refeições fora de casa etc.); falta de espaço nas moradias para um maior deslocamento da família; redução das áreas verdes livres públicas: parques, praças, jardins; ênfase na busca de lazer em ambientes fechados como *shoppings*; aumento da violência urbana que impede as pessoas de praticarem mais atividades ao ar livre, como passeios noturnos, andar de bicicleta e; outras formas menos sedentárias em suas rotinas de vida. Tudo isso vem reforçar a necessidade, cada vez mais premente, das cidades serem planejadas, dando destaque a parques e praças com áreas verdes proporcionais em metros quadrados ao número de habitantes.

A verticalização da cidade também pode ser um referencial a ser analisado quando se pensa em cidades saudáveis. O desenho urbano de Fortaleza tem sofrido rápidas e constantes transformações nesse sentido; onde antes havia residências térreas com quintais arborizados, há atualmente bairros quase totalmente verticalizados, concentrando edifícios com várias unidades habitacionais e com diminuta área privada. No lugar dos quintais repletos de arvoredos, tem-se hoje as áreas comuns dos edifícios que são revestidas de pequenos jardins com plantas de pequeno porte e com finalidades apenas de embelezamento paisagístico.

Quando se menciona a satisfação das necessidades humanas a serem atendidas pela metrópole, o crescimento populacional sempre é lembrado como fator natural que vem limitar ou mesmo suprimir sua realização. Entre outros fatores, destaca-se a própria limitação dos recursos naturais, lembrando a velha fórmula malthusiana, que alerta sobre a escassez desses recursos.

Embora a categoria qualidade de vida tenha como referência padrões de cidades ricas, seu alcance pode ser estabelecido através de planejamento e de políticas públicas que visem, sobretudo, elementos indutores que gerem a satisfação do cidadão na ambiência urbana, inclusive oportunizando o convívio com elementos naturais ao usufruir dos espaços verdes públicos em seus momentos de lazer e aproveitamento do tempo livre.

As mudanças no perfil do município devido ao intenso processo de urbanização que aprofundou diversos déficits que por ora apresenta difícil resolução, tais como: o habitacional, emprego e renda, uso e ocupação do espaço urbano. Tal fato é também evidenciado nas grandes e médias cidades brasileiras, fruto do crescimento econômico, atraindo massas populacionais do interior dos estados intensificando os problemas ambientais e desequilíbrio ecológico.

Na ausência de uma política habitacional consistente, os chamados “sem teto” desenvolveram mecanismos de ocupação dos lotes urbanos de forma clandestina, contornando questões legais e até mesmo naturais, vindo a se instalar em fundos de vale, várzeas, áreas íngremes e alagadas, mangues que são denominadas tecnicamente de áreas de risco. Ocupações ilegais que transformou-se em um rápido processo de favelamento da cidade, muitas vezes, incólumes aos olhares da administração pública.

Em sua tese sobre estrutura territorial da metrópole sul brasileiro, Villaça (1979) destaca que “Nossas cidades, cada vez mais, se dividem em duas. De um lado, a cidade dos que comandam e participam da sociedade, e de outro a cidade dos comandados, dos marginalizados, dos que estão de fora.” Nessa ótica, tende-se para um planejamento urbano baseado em uma ordem que:

[...] “busca definir o modo como” a cidade vai-se reproduzindo a partir da reprodução, realizada pela ação de diversos agentes mobilizados pelo poder econômico fortalecido por uma gestão política que lhes dão o respaldo no processo de divisão sócio-espacial, na hierarquização dos lugares e na fragmentação dos espaços vendidos e comprados no mercado. (CARLOS, 2001, p. 15).

Os parques públicos, considerados áreas livres públicas, obviamente se tornam espaços extremamente cobiçados, quer pelas camadas de maior poder aquisitivo que percebem as potencialidades dessas áreas na valorização de suas edificações, utilizando estratégias mercadológicas como o diferencial propagado “venha morar perto da natureza”, quer pelas camadas populares, os chamados “sem teto”, como opção de moradia. A pressão sobre esses ambientes não se restringe apenas ao antagonismo social; a própria dinâmica da cidade e políticas de urbanização se veem pressionadas pelas demandas conjunturais de crescimento da urbe e se apropriam das reservas de áreas livres, a fim de intervirem na ampliação dos corredores de tráfego, edificações estruturantes e/ou outras formas onde o concreto e o asfalto tomam decididamente o lugar do que antes existia – o verde.

As demandas por áreas livres públicas são imensas na espacialidade da metrópole Fortaleza, despontando entre as capitais brasileiras com os menores índices de arborização urbana, ficando atrás de cidades como Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. De modo geral, as grandes capitais possuem algum departamento e/ou órgão que trata de sua área verde. Segundo o engenheiro agrônomo e especialista em botânica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Antônio Sérgio Farias Castro (DIÁRIO DO NORDESTE, 2012, p.13.) a carência de um departamento de praças e jardins, de um órgão encarregado da arborização da cidade – ou seja, da questão de mudas, plantio, acompanhamento e podas – tem se tornado um dos grandes problemas da cidade de Fortaleza: “a sombra de uma mangueira, em uma cidade onde a média climática é de 32 graus, embaixo da sombra de uma mangueira essa temperatura cai para 27 graus, isso é um conforto térmico proporcionado pela planta”.

Além do microclima pode-se apontar também a questão do efeito psicológico, pois a ambiência urbana traz estresse devido à poluição sonora e do ar, as construções e o trânsito, que alteram substancialmente as condições ambientais, influenciando na qualidade de vida do indivíduo. Nesse sentido, as árvores têm um papel fundamental na sensação de conforto visual e psicológico pois filtram a poeira e o barulho, proporcionam melhores condições de equilíbrio no espaço urbano; todavia, Fortaleza é uma cidade que se volta contra esse paradigma, uma vez que prioriza o asfalto.

Nessa ótica, Silva Filho (2008, p.22) indica que “alguns aspectos, como a criação de parques públicos, florestas urbanas e uma eficiente arborização pública podem minimizar os efeitos destas transformações drásticas no ambiente”. Os interesses relacionados a uma economia de escala construíram um estilo de vida baseado no consumo crescente que sobrecarrega exaustivamente o meio natural e nem sempre há uma correspondência proporcional entre o aumento do consumo e o aumento dos níveis de satisfação com a vida.

Afinal, quais seriam os elementos que poderiam ser destacados como contributos importantes à qualidade de vida? Certamente, a qualidade ambiental faz parte desse rol, assim como a satisfação das necessidades básicas do indivíduo.

Vitte e Keinert (2009) resgatam os princípios formulados por Maslow sobre a hierarquia das necessidades em cinco níveis: o nível primário está relacionado à sobrevivência; o nível secundário corresponde às necessidades de segurança no ambiente; o terceiro nível à necessidade de pertencimento e amor, do afeto nas relações pessoais; o quarto

nível é o da estima, relativo à necessidade de reconhecimento; e o quinto e último nível o da autonomização.

O Brasil tem um grande número de municípios e muitos deles possuem enorme contingente populacional com carências materiais significativas, contudo não se pode afirmar que apenas o suprimento das necessidades básicas seria suficiente para que o indicador *qualidade de vida* tenha real eficácia. Satisfação e felicidade pessoal são valores que podem ser distinguidos tanto em âmbito objetivo como subjetivo.

As necessidades humanas, congregadas no verbo “ser”, implicam integração do indivíduo nas sociedades e do viver em harmonia com a natureza. Allardt (1993 apud VITTE; KEINERT, 2009, p.92) considera igualmente importantes os seguintes indicadores: “o grau de participação do indivíduo nas decisões e atividades que influenciam sua vida; as atividades políticas; as oportunidades de lazer para uma vida profissional marcante; as oportunidades para desfrutar do contato com a natureza.”

Os espaços verdes tipificados pelos parques agregam símbolos e valores elaborados por meio de impressões e experiências pessoais, mas também experiências coletivas. Carlos (2001, p. 350) lembra que “o bairro, os parques, a praça, a rua aproximam os moradores. Tais lugares podem ser mais do que pontos de trocas de mercadorias. Eles possibilitam o encontro, reforçam a sociabilidade.”

Vitte e Kenert (2009, p. 93) fazem alusão a uma reportagem do jornal Folha de São Paulo em seu caderno Sinapse, datada em 26 de novembro de 2002, apontando que:

[...] felicidade objetiva (medida em índices de nutrição, saúde, renda per capita, educação etc.) nem sempre tem impacto marcante sobre a percepção de bem-estar, da qualidade de vida. A felicidade pode estar relacionada com a percepção interna, o julgamento que a pessoa faz da própria vida e que é imensurável.

Para enfatizar a busca de novos padrões que meçam qualidade de vida, foi desenvolvido recentemente um aplicativo chamado *Myfuncity*, cujo objetivo é medir os níveis de felicidade do cidadão, a exemplo do que é posto em prática no longínquo Butão, na Ásia – um pequeno reino encravado na cordilheira do Himalaia –, que adotou o índice de felicidade interna bruta (FIB), visando conhecer o grau de felicidade de sua população, em contraponto ao produto interno bruto (PIB) – parâmetro instituído mundialmente que mede as riquezas produzidas no país. A ferramenta criada por Mauro Matorn que foi apresentada por ocasião do Fórum Mundial sobre o Meio Ambiente R+20 (2012), é um protótipo semelhante ao aplicado pelas Nações Unidas em vários países, sendo aperfeiçoado segundo padrões mais

pertinentes ao mapeamento do bem-estar da população frente à saúde, educação, segurança urbana, áreas verdes. No Brasil, essa ferramenta busca medir resultados reais, tais como: atendimento em programas como Bolsa Família, financiamento estudantil, habitação popular e outros.

Um projeto de pesquisa europeu cujo objetivo era analisar o comportamento das pessoas nos espaços livres públicos em função das condições microclimáticas urbanas, tendo como parâmetros diferentes regiões climáticas europeias, é descrito por Katzschner (2003 apud SHAMS; GIACOMELLI; SUCOMINE, 2009), ao demonstrar que as variáveis climáticas foram combinadas com entrevistas realizadas em diferentes estações do ano, com o objetivo de estudar a influência do comportamento das pessoas em condições térmicas diferentes. Neste estudo concluíram que o comportamento dos indivíduos em espaços abertos é influenciado pelo efeito da radiação solar e da velocidade do vento. Independentemente da ocasião, as pessoas preferem situações de calor moderado, equilibrados pelas vestimentas. Somente em situações muito quentes, as pessoas indicam o vento como fator positivo para se refrescar e sempre preferem áreas sombreadas para a realização de suas atividades.

A Câmara Municipal de Fortaleza tem sofrido forte pressão das entidades da sociedade civil ligadas às causas ambientais para aprovação de um plano municipal de arborização, disciplinando questões referentes a corte, poda e replantio adequados a cada ambiente. Recentemente, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano (Semam) apresentou os primeiros resultados do Mapeamento Arbóreo de Fortaleza. O estudo foi desenvolvido pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) objetivando gerar dados atualizados e precisos do número de áreas verdes, bem como da quantidade e as espécies de árvores plantadas em algumas das principais avenidas de Fortaleza.

Dados do documento “Fortaleza em números” (FORTALEZA, 2009, p. 11) destacam que apenas 15% da área total verde é patrimônio público, mesmo assim constituindo-se glebas sujeitas ao parcelamento do solo. Calcula-se que somente 2,35% do território de Fortaleza estejam ocupados por parques, praças e jardins públicos; em termos absolutos, somar-se-iam 786,04 hectares. Desse total 42,73% (335,88 ha) são de áreas invadidas; 15,21% (119,55 ha) são de áreas não implantadas e 10,56% (90,47 ha) são ocupados ou doados, restando 30,55% (240,14 ha) de praças, áreas livres, áreas verdes e parques devidamente implantados.

Numa tentativa de se fazer um balanço dos índices de cobertura vegetal para proporcionar um adequado conforto térmico para a cidade de Fortaleza, tendo como parâmetros de avaliação as quatro SERs, onde estão circunscritos os 10 parques urbanos

pesquisados, este estudo observou como trabalho de nível internacional, o utilizado por Oke (1973 apud LOMBARDO, 1985), que levou em consideração características de cidades canadenses que apresentavam uma faixa de 30% de cobertura por m²/hab, determinando que valores inferiores a 5% de cobertura vegetal indica características de desertificação. A fórmula adotada por Oke é bastante utilizada, uma vez que faltam estudos mais abrangentes para se designar os índices “ideais” para as cidades brasileiras.

Em nível nacional, a experiência da cidade de Vinhedo-SP, elaborada por Harder, Ribeiro e Tavares (2006), buscando conhecer os índices de cobertura vegetal em praças do município através de indicadores – como Índice Áreas Verdes Total (IAVT), Índice de Áreas Verdes para Parque da Vizinhança (IAVPV), Índice de Áreas Verdes para Parque de Bairro (IAVPB) e Índice de Áreas Verdes Utilizáveis (IAVU) –, obteve como resultados uma cobertura de IAVT abaixo do mínimo de 15 m²/habitantes para áreas verdes públicas destinadas à recreação, sugeridos pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana.

De acordo com Nucci (2001), para o cálculo dos índices de área verde deve-se levar em conta somente as áreas verdes públicas localizadas na zona urbana e ligadas ao uso direto da população residente nessa área. Cavalheiro e Del Picchia (1992) discutiram a existência do índice de 12 m² de área verde/habitante considerado ideal, difundido no Brasil e atribuído à Organização das Nações Unidas (ONU), à Organização Mundial da Saúde (OMS) e à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Torna-se imperativo que, além da ampliação do número de parques e praças, se aproveitem os mínimos espaços – canteiros centrais, áreas de passagem, as margens de lagos e riachos – para a plantação de árvores, não só ornamentais, mas principalmente frutíferas, tendo em vista não só a fauna, mas por razões sociais (alimento) e recreacionais (piqueniques embaixo de mangueiras, umbuzeiros e outras árvores frutíferas que fazem parte de nossa cultura), sobretudo quando se registra percentual de verde por habitante muito aquém do indicado pelos principais órgãos e instituições voltadas às questões ambientais.

Uma prova incontestável de quanto a população urbana privilegia as áreas verdes é o retorno das pessoas aos parques públicos. Recentemente, o Passeio Público, antes relegado ao abandono, sofreu processo de restauração, trazendo de volta um público interessado nos ambientes de paisagem bucólica, natural, tranquila e segura. Hoje é possível ver crianças, adultos e idosos usufruindo da tranquilidade do ambiente, respirando a agradável brisa da orla marítima, com a segurança garantida pela guarda municipal. Os relatos dos usuários auferidos informalmente no logradouro ressaltam: *nesse lugar encontro a paz, a proximidade com a*

natureza; beleza do ambiente, tranquilidade, acesso fácil por estar situado na área central da cidade. Outro usuário diz: *deveria ser mais divulgado nos meios de comunicação para que mais pessoas pudessem usufruir desse local.* Um entrevistado afirma: *boas programações culturais, tais como: capoeira, bandas musicais, esquetes teatrais etc; programação gastronômica como feijoada aos domingos.* Outros inúmeros depoimentos denotam o interesse da população por áreas que revitalizadas passam a integrar o espaço urbano, oportunizando mais lazer, conforto humano e fruição contemplativa.

É interessante salientar que o cidadão também se sente comprometido quando revela criticamente as falhas existentes na gestão das áreas verdes públicas, na falta de condições de uso e precariedade dos equipamentos, reunindo-se em grupos e/ou criando associações para exigir por parte do poder público seu dever constitucional de criar e preservar os principais marcos da paisagem urbana.

As condições de robustez e de saúde urbana podem ser vistas em áreas com bons índices de vegetação, espaços recreativos e de convivência coletiva, que em geral encontram na representatividade dos parques urbanos as condições de qualidade ambiental não totalmente percebidas em outros espaços públicos abertos, como: mirantes, praças, jardins, arborização e ajardinamento de canteiros centrais ou laterais de avenidas. Os parques, em última análise, retomam o sentido antropológico de retorno à natureza primitiva humana. Seus ambientes com diferentes padrões e funções de usos atendem a uma vasta clientela com respectivas especificidades e nuances, com destaque no atendimento a uma população idosa, que a cada dia assume importância em termos de aumento demográfico.

O aumento gradativo da faixa etária superior a 60 anos tem sido um fato presenciado em escala mundial, assim como a crescente diminuição das taxas de natalidade. O desenvolvimento científico tem aumentado a expectativa de vida, permitindo a redução das taxas de mortalidade. Gorzoni (1993 apud LIPP, 1996) alerta para o crescente interesse mercadológico que este público desperta por dispor de maior tempo livre e estabilidade financeira para usufruir de momentos de lazer, viagens, cursos, cuidados com a saúde e outros. Desse modo, certamente, a demanda pelos ambientes dos parques urbanos tende a aumentar, o que é preocupante devido à escassez notória com que eles estão sendo restringidos na morfologia das cidades-metropóles.

Um fato também muito ressaltado, nos dias atuais, decorre das edificações possuírem poucos metros quadrados, onde seu habitante tem que se adaptar a uma permanência mínima dentro do lar, a optar por famílias reduzidas e áreas de convivência externas a sua moradia.

De acordo com Allardt (1993), uma cidade agradável tem por base critérios relacionados à imagem que o cidadão tem sobre qualidade de vida urbana, geralmente interligando os aspectos relacionados às suas necessidades básicas aos do ambiente físico, das relações sociais efetivadas e das condições de conforto ambiental vinculado à paisagem urbana. Dentre as possíveis formas de encontrar o equilíbrio entre o processo de urbanização contemporâneo e a preservação do meio ambiente, o parque urbano surge com novos contornos culturais e estéticos, desenhando o perfil, entorno e identidades, devendo ser encarados nos seus diferentes tempos, funções e usos, tornando-se assim verdadeiros pulmões verdes da cidade, caracterizados como lugares aprazíveis, espaços de recreio e descanso, mas também locais de respeito a diversas formas de vida e coletividades.

No estudo “Parque Urbano e Estratégias de Bem-Estar nas Cidades Médias em Portugal Continental”, Matos, Lopes e Vitorino (2005, p. 7) indicam as potencialidades dos parques urbanos como instrumentos de ordenação urbana, destacando:

Num contexto de modernidade o parque urbano, entendido como “espaço verde público, de grande dimensão, destinado ao uso indiferenciado de população residente no núcleo urbano que serve e, por vezes, fazendo parte de uma estrutura verde mais vasta” é, acima de tudo, uma importante unidade e processo de planeamento porque pode ser um instrumento conceptual e formal de “construir cidade fora da cidade”; no tradicional planeamento urbano estas unidades/locais ajardinados eram espaços complementares e multiplicados porque respondiam a lugares/formas de proximidade e a particulares áreas de influência do tecido urbano.

Destoando desse ponto de vista de ambiente integrador adjetivado aos parques urbanos, Santana (2001) percebe na espacialidade da cidade, uma situação de ausência de regras de organização que transforma o espaço público em áreas de disputas, onde a convivência e o respeito social ao diferente estão cada vez mais ausentes, uma subversão à ideia de cidadania, associada aos usos dos espaços públicos.

Às proposições anteriormente referidas relativas aos parques urbanos em seu dinamismo frente às intervenções presentes e futuras a eles impostas como áreas livres públicas, implica que não se pode descuidar de sua condição inequívoca de valores agregados por suas qualidades paisagísticas e pelo uso que os cidadãos a eles conferem, pela legalidade de seu território como conquista social e, fundamentalmente, pelas utopias e conflitos que norteiam o imaginário de seus usuários como espaço-vivido.

4.4 Cobertura verde dos Parques por Secretaria Executiva Regional (SER)

A metrópole Fortaleza conta com 9 parques municipais com limites oficializados por lei sob os quais esta pesquisa foi delimitada, situados e administrados pelas SERs I, II, IV e VI. Sob a administração estadual tem-se o Parque Ecológico do Cocó um dos mais significativos ambientes naturais do Estado o qual veio ampliar e/ou somar a área ao já existente parque Parque Adahil Barreto. As informações relativas a localização dos parques encontra-se no Quadro 5:

Quadro 5 – Coordenadas geográficas dos parques de Fortaleza

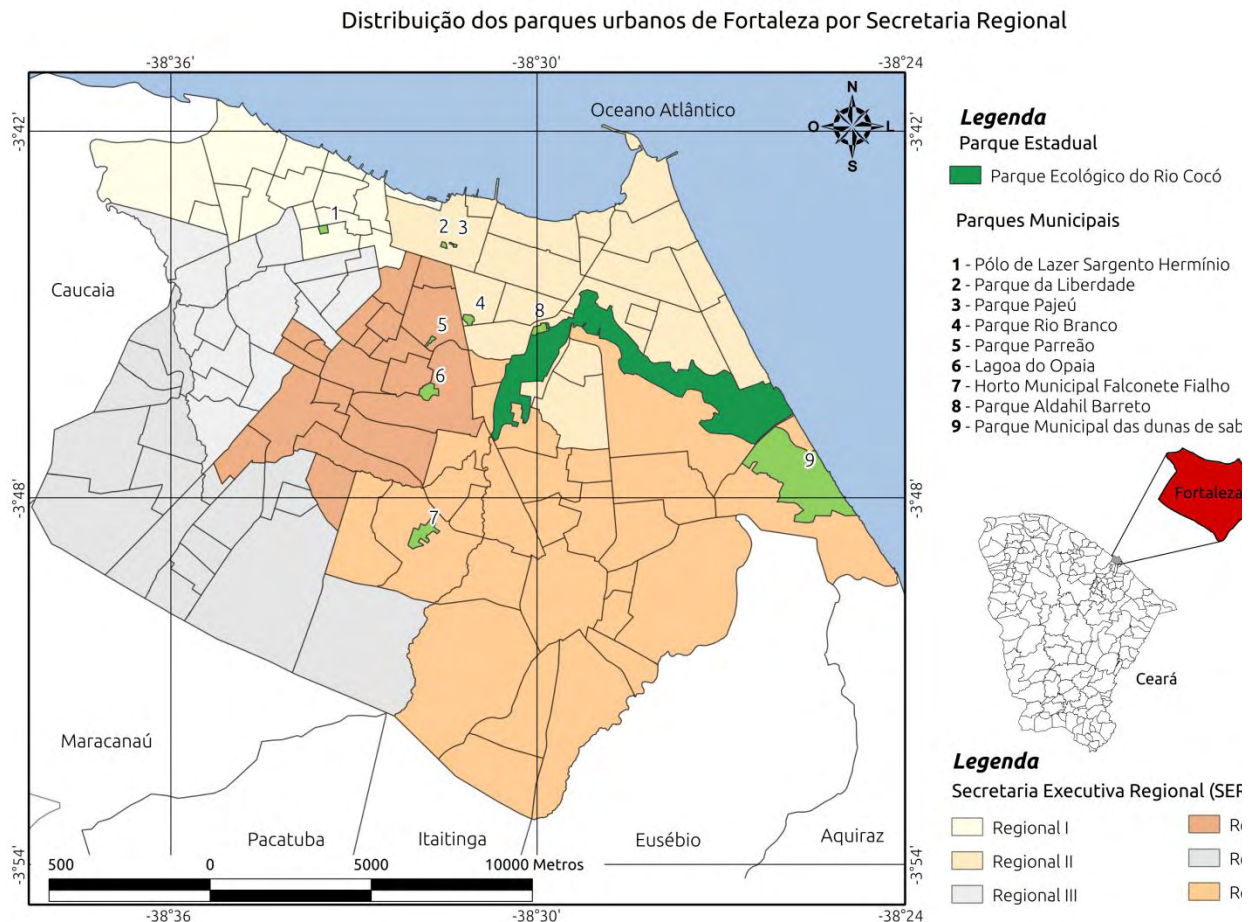
LONGITUDE	LATITUDE	PARQUES
38° 25' 59. W	3° 47' 20'' S	Parque Municipal das Dunas de Sabiaguaba
38° 33' 31. W	3° 43' 37'' S	Polo de Lazer da Sargento Hermínio
38° 31' 8. W	3° 45' 7'' S	Parque Rio Branco
38° 31' 49.W	3° 46' 15'' S	Lagoa do Opaia
38° 31' 33.W	3° 43' 52'' S	Parque da Liberdade
38° 31' 58.W	3° 48' 41'' S	Horto Municipal Falconete Fialho
38° 31' 21.W	3° 43' 53'' S	Parque Pajeú
38° 29' 56.W	3° 45' 14'' S	Parque Adahil Barreto
38° 29' 9. W	3° 44' 41'' S	Parque Ecológico do Cocó
38° 31'46.W	3° 45' 27'' S	Parque Parreão

Fonte: Elaboração própria.

No contexto de análise dos parques pesquisados, suas especificidades em termos de histórias e marcas contextuais os aproximam em semelhanças e, no mesmo diapasão, os afastam ao se apontar o grau de interesse dos gestores públicos na manutenção e manejo desses ambientes. Alguns, situados em zonas com melhor infraestrutura, contam com mais aportes em termos de recursos públicos e estão mais integralizados, em termos de parcerias comunidade-gestão municipal. Em outros é claro o flagrante descompromisso do poder público relativo à preservação de seus ambientes e políticas falhas no ordenamento e preservação de seus limites territoriais.

A análise descritiva dos parques – no que concerne ao seu papel socioambiental, como espaços abertos ao público para lazer e demais funções recreativas, como zonas verdes desempenhando funções importantes na qualidade ambiental da cidade – foi elaborada levando em consideração a ordem das SER's do município de Fortaleza. A Figura 12 esboça a distribuição geográfica dos parques incrustados nas suas respectivas SERs.

Figura 12 – Distribuição dos parques urbanos por Secretaria Executiva Regional



Fonte: Arquivo da pesquisa⁶.

Como critério de avaliação quantitativa das condições arbóreas dos parques urbanos pesquisados foi adotada a metodologia proposta por Jantzen (1973 apud CAVALHEIRO; DEL PICCHIA, 1992), estabelecendo o **Índice de Áreas Verdes para Parque de Vizinhança (IAVPV)**, que leva em conta o total de áreas verdes em metros quadrados, dividido pelo número de habitantes da respectiva área – no caso específico deste estudo, as quatro SERs, nas quais se encontram administrativamente os parques urbanos com suas coberturas vegetais, tendo-se como parâmetro de sustentabilidade ambiental o índice sugerido pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU) da Carta de Londrina e Ibiporã, que indica 15 m² por habitante, como sendo o mínimo necessário de áreas verdes para assegurar a qualidade de vida.

Cavalheiro e Del Picchia (1992) fazem referência aos parques como equipamentos com infraestrutura, mobiliário urbano e paisagismo, exercendo funções de lazer, recreação ecológica, cultural, entre outras, dentro dos aglomerados urbanos; e propõem uma fórmula

⁶ Todos os mapas do arquivo desta pesquisa foram elaborados pelo geógrafo Narcélio Sá Filho (2012).

que estabelece o Índice de Áreas Verdes para Parques por Vizinhança (IAVPV), dividida pelo número de habitantes da área focal – processo que visa conhecer a relação dos impactos sofridos no ambiente, abaixo especificado:

$$\text{IAVPV} = \frac{(\sum \text{ das áreas de parques da vizinhança})}{\text{n}^\circ \text{ de habitantes por área urbana}}$$

(IAVPV) = índice de área verde por vizinhança

Assim, buscou-se adaptar a fórmula às especificidades locais, consoantes à quantidade de habitantes vinculados à espacialidade dos parques, baseado na somatória das áreas dos parques das regionais, representada pelo Índice de Área Verde Total por Regional (IAVTR) dividido pelo número de habitantes das regionais, representada pelo Índice de Área Verde por Regional (IAVR), assim expressos:

$$\text{IAVTR} = \frac{(\sum \text{ das áreas dos parques das regionais})}{\text{n}^\circ \text{ de habitantes das regionais}}$$

$$\text{IAVR}(x) = \frac{(\sum \text{ das áreas dos parques da regional})}{\text{n}^\circ \text{ de habitantes da regional}}$$

Quadro 6 – Quantitativo por SER – n° de habitantes/m²

Regional	n° de habitantes	Parques	Área de cada parque	∑ das áreas dos parques
I	345.641	Parque Polo de Lazer da Sargento Hermínio	39.259,53 m ²	39.259,53 m ²
II	281.309	Parque Rio Branco	75.825 m ²	1.411.134,29 m ²
		Parque Liberdade	27.671,1 m ²	
		Parque Pajeú	15.335 m ²	
		Parque Adahil Barreto	137.103,19 m ²	
		Parque do Cocó	1.155.200,00 m ²	
IV	269.661	Parque Parreão	31.582 m ²	190.961 m ²
		Lagoa do Opaia	159.379 m ²	
VI	502.225	Parque Falconete Fialho	174.893 m ²	4.850.893 m ²
		Parque Municipal das Dunas de Sabiaguaba	4.676.000 m ²	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE(2010), seguindo o modelo de Jantzen (1973 apud Cavalheiro e Del Picchia, 1992).

De acordo com o Quadro 5 o somatório da área física e populacional é:

$$\sum \text{ das áreas dos parques das regionais} = 6.492.247,82 \text{ m}^2$$

$$\sum \text{ do n}^\circ \text{ de habitantes das regionais} = 1.398.836 \text{ habitantes}$$

Aplicando-se a fórmula sobre o Índice de Área Verde por Regional Total obteve-se o seguinte percentual:

$$\text{IAVRT} = (6.492.247,82 \text{ m}^2) / (1.398.836 \text{ habitantes}) = \mathbf{4,64 \text{ m}^2/\text{habitante}}$$

Detalhamento da área verde por m² por habitante por Secretaria Executiva Regional:

✓ **Regional I:**

$$\text{IAVR (I)} = (39.259,53 \text{ m}^2) / (345.641 \text{ habitantes}) = 0,11 \text{ m}^2/\text{habitante}$$

O índice habitante/área verde é de, aproximadamente, 0,11 m².

✓ **Regional II:**

$$\text{IAVR (II)} = (1.411.134,29 \text{ m}^2) / (281.309 \text{ habitantes}) = 5,07 \text{ m}^2/\text{habitante}.$$

Nessa regional o índice aproximado é de 5,07 m² por habitante, o segundo melhor dentre as regionais pesquisadas.

✓ **Regional IV:**

$$\text{IAVR (IV)} = (190.961 \text{ m}^2) / (269.661 \text{ habitantes}) = 0,70 \text{ m}^2/\text{habitante}$$

Pelos cálculos realizados o índice área verde/habitante é de, aproximadamente, 0,70 m² por habitante.

✓ **Regional VI:**

$$\text{IAVR (VI)} = (4.850.893 \text{ m}^2) / (502.225 \text{ habitantes}) = 9,65 \text{ m}^2/\text{habitante}$$

O melhor índice alcançado foi o da regional VI de, aproximadamente, 9,65 m² por habitante.

Como se pode notar, as duas únicas secretarias que apresentaram resultados superiores a 1% foram as regionais II e VI, mas com valores extremamente defasados em relação ao recomendado pela OMS, que é de 12m², considerado ideal pela ONU e amplamente difundido no Brasil. Para a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU), o parâmetro considerado é de 15m² de arborização. No somatório de verde por Secretarias Regionais o índice é muito baixo (4,64m²/hab), evidenciando a precariedade de massa verde na cidade, o que urge pensar políticas públicas consistentes sobre a sua qualidade ambiental. É importante esclarecer que o cálculo de arborização efetivado neste estudo deteve-se, exclusivamente, aos parques urbanos, não sendo consideradas praças, quintais, ruas e alamedas públicas que provavelmente melhoraria, em parte, a questão do déficit apontado.

Outra questão importante em relação aos melhores índices alcançados nas Regionais II e VI, deve-se ao fato de que na primeira está situado o Parque Ecológico do Cocó – um dos maiores parques urbanos da América Latina – considerado área de interesse social para desapropriação por abrigar o manguezal do rio Cocó e para o equilíbrio ecológico à preservação da biota terrestre e aquática da região. Já o Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba, por ser uma unidade de conservação, seu uso tem finalidade somente de uso indireto, permitidas tão somente pesquisas científicas e desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e de turismo ecológico, conforme a lei nº 9.985/2000 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

4.5 Os parques urbanos indicadores de sustentabilidade ambiental

Há uma extensa literatura a respeito do termo “desenvolvimento sustentável”, sobretudo a partir da década de 1980. O Relatório Brundtland, em 1987, delineou como paradigma acerca de desenvolvimento sustentável aquilo que “satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.” (CMMAD, 1991). O relatório foi elaborado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e mostra como o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes não são compatíveis.

Em âmbito mundial, três correntes de pensamento ambientalista tiveram predomínio no cenário acadêmico e político das nações. Garcia e Guerreiro (2006) assim as apresentam:

- a) a primeira é a neoliberal, que enfatiza a necessidade de sustentar o desenvolvimento econômico incorporando custos monetários para efeito de recuperação da degradação e esgotamento dos recursos naturais sob os quais incidem o aumento da produção, aparato tecnológico e resíduos gerados, ao que Pearce *et al* (1989) denomina de sustentabilidade débil, ou seja, degrada para depois buscar a solução advinda do conceito de ecoeficiência – termo sustentado pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável na sua filial latino-americana, denominada Fundação de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundes), criada nacionalmente via o Decreto-Lei nº 08/1975;

- b) a segunda, com enfoque associado ao conceito de necessidades básicas, está fundamentada em autores como Hardoyet *et al* (1992) que propõem um desenvolvimento sustentável como meio de alcançar o bem-estar social a partir do reconhecimento e manutenção de uma série de condições ecológicas necessárias para sustentar a vida humana.
- c) a terceira, com viés estruturalista, defendida por autores como Redcliffe (1987), Martínez e Roca (2000), Constanza (1997) dentre outros, que criticam o excesso de intervenção antrópica de forma abusiva sobre os recursos naturais, caracterizada segundo padrões contemporâneos de desenvolvimento. Esses autores propõem um paradigma baseado na justiça social e equidade, não apenas em relação aos indivíduos, mas também entre as regiões e nações, numa perspectiva de sistemas complexos dentro do enfoque crítico.

A opção defendida neste estudo encontra na corrente estruturalista uma confluência ideológica e paradigmática na abordagem das questões ambientais, particularmente sobre a representatividade e uso dos parques urbanos na qualidade ambiental e de vida da metrópole. Nesse sentido, a compreensão das diferentes formas de manifestação dos movimentos sociais em prol da luta pelo verde reveste-se de significativa importância quando se tem como parâmetro de análise os níveis de percepção dos sujeitos sobre a territorialidade e seu espaço vivido.

Carlos (2001) sinaliza as intervenções no traçado urbano como pseudo-progresso, traduzido na “superedificação” que se configuraram através de um desenho paisagístico com características de vias expressas, viadutos, fachadas *high tech*, túneis, etc.; contribuindo de certo modo para uma gradativa desfuncionalidade do sentido sociohistórico de origem. De repente, o que antes representava o espaço vivido se transforma, tal como aponta a autora por meio de metáfora poética: “a cidade comeu colinas, comeu templos, comeu mar. Fizeram-se empreiteiras de pombais, cresceu em miséria, tornou-se sólida.” (CARLOS, 2001 p. 33).

O cidadão se vê destituído do sentimento de pertença de seu lugar de origem, situação que Carlos (2001, p. 53) denomina de “memória social”. As referências que compõem a morfologia urbana como as praças, ruas, alamedas, os parques urbanos, se diluem na modernidade na tentativa de resistir à ocupação de suas áreas pelo avanço especulativo do capital e estratificação do solo urbano. A autora reforça suas convicções quando aponta que as cidades:

[...] se submetem ao poder do “progresso”, que impõem novas formas para a metrópole e um novo modo de vê-la e vivê-la. A articulação desses dois elementos influencia o valor do solo urbano, na medida em que provoca a valorização/desvalorização dos bairros ao mesmo tempo em que deteriora o uso, muda a função do construído e redimensiona o fluxo. (CARLOS, 2001, p. 33).

Utilizando-se do pensamento de Andrade (2001), pertinente às alterações socioespaciais, Sakamoto e Hardy (2006, p. 3) definem que “ as cidades são a expressão máxima do impacto do ser humano sobre a natureza”. Dessa forma, não se pode mais tratar ecologia e questão ambiental sem considerar a ação antrópica. Drew (1998 apud SAKAMOTO; HARDT, 2006) numa concepção biologizante define que a inserção do homem na natureza, ocorre não como dominante, mas como um dos componentes do ecossistema geográfico.

Ainda segundo Andrade (2001), os grandes aglomerados urbanos constituem-se em ecossistemas complexos, com um metabolismo próprio, fazendo o intercâmbio de matéria, energia, informação e conhecimento multidisciplinar com a problemática do crescimento urbano. A importância de se estudar a cidade como um espaço fundamental na perspectiva da busca de um equilíbrio ambiental, é defendida por Franco (2001, apud FARIA, 2004, p. 3), em que:

Embora as cidades não ocupem uma área muito grande da superfície terrestre (apenas de 1 a 5% do mundo inteiro, segundo Odum, 1976), elas, porém, alteram a natureza dos rios, campos naturais e cultivados, florestas, além da atmosfera e dos oceanos, por causa dos ambientes extensos de entrada e de saída que elas demandam. Um hectare de área urbana consome mil vezes mais energia que área semelhante em ambiente rural.

A questão ecológica é determinante da qualidade de vida urbana, sendo que alguns impactos ambientais nas cidades, ocasionados pela inexistência ou fracasso do planejamento e gestão ambiental, são muitas vezes irreversíveis. A cidade deve ser visualizada como sistema em permanente processo de *feedbacks* entre o meio natural e construído subjacentes ao tecido social e produção humana.

Nesse sentido, quando se pensa a questão do espaço na cidade sua apropriação tem sido marcada pelo confronto de interesses de classe, tendo como consequência direta a especulação imobiliária sob as áreas consideradas nobres de alto valor por m², pondo em evidência a forte pressão do capital que exclui segmentos populacionais de baixa renda, induzindo-as a procurarem áreas fora do perímetro urbano, sem a cobertura mínima de uma

infraestrutura e logística necessárias, tais como: transportes, esgotamento sanitário, assistência à saúde e educação.

4.6 Políticas públicas: usos e funções das áreas livres

É notório que o processo acelerado de crescimento da cidade caminha no atendimento dos interesses particulares focados na esfera econômica, deixando outras variáveis, inclusive a ambiental, sem a devida prioridade, o que incorre no processo da não recuperação do sistema, melhor dizendo, das suas condições de resiliência. De acordo com a trajetória sócio-histórica, a cidade de Fortaleza não é uma exceção à regra. Desde a década de 1970, ela vem sofrendo um acelerado processo de verticalização, impulsionado pela especulação imobiliária, com graves consequências ao clima e à sustentabilidade local.

O crescimento das cidades de médio e grande portes tem provocado a ocorrência cada vez mais notória de mecanismos participativos nos quais a sociedade passa a tomar decisões sobre os planos diretores, definindo prioridades de orçamento para a infraestrutura urbana, metas de crescimento, áreas a serem protegidas e de macrozoneamento. Assim, as formas mais evidentes de participação, têm na gestão com foco estratégico, diferentes propostas de organização com base comunitária onde os próprios participantes definem a organização e estabelecem objetivos.

No que refere aos parques urbanos e/ou áreas protegidas, a comunidade local tem papel importante na indicação do uso do solo urbano, assim como no âmbito de proteção especial, uma vez que as políticas de conservação normalmente afetam áreas de interesse conflitantes: de um lado, as comunidades locais, e do outro, grupos especulativos que atuam no mercado imobiliário, geralmente desconsiderando as necessidades dessas comunidades locais – legítimas ocupantes desses espaços – afastando-as quando da possível participação nas decisões de criação e implementação de áreas protegidas. O uso democrático das áreas livres públicas é um direito de todos e, para tal, as comunidades locais deverão ter acesso garantido e tomar parte de forma inequívoca nas políticas de conservação, desfrutando diretamente dos benefícios gerados pelo uso urbano de proteção especial e cabendo a ela lutar por essa melhoria (DIEGUES, 1993).

Nessa perspectiva, analisando precisamente os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 1992 e o Plano de Desenvolvimento Urbano Participativo de Fortaleza

(PDDFor) de 2009 percebem-se avanços neste último em relação ao primeiro, no tocante à ênfase dada à implantação de áreas verdes, bem como no estabelecimento de diretrizes para o norteamento do uso do solo urbano. Na época as propostas delineadas no PDDU de 1992, capítulo II, nos aspectos relacionados à sua operacionalização alcançaram pouca visibilidade nas políticas públicas; até mesmo o atual PDPFor (FORTALEZA, 2009) não efetivou através de leis complementares as orientações expressas nos artigos abaixo:

Art. 81 – Os espaços livres oriundos de parcelamento do solo, bem como outros bens de uso comum, exceto vias pública, destinam-se prioritariamente a implantação de áreas verdes.

Art. 82 – São consideradas áreas livres:

I – Todos os parques públicos, praças e jardins; as áreas verdes ligadas ao sistema viário; as áreas com cobertura vegetal situadas nos lugares de preservação e proteção; (Grifo nosso)

II – Todos os espaços livres, áreas verdes e áreas institucionais de arruamentos e parcelamentos existentes, bem como áreas verdes de projetos a serem aprovados;

§ 1º – Poderão ser instalados equipamentos comunitários nas áreas verdes situadas no inciso II, quando não existirem áreas institucionais no loteamento. A taxa de ocupação não poderá ultrapassar 20% da área verde, devendo o restante ser urbanizado concomitantemente à implantação do equipamento.

§ 2º – As áreas institucionais oriundas das exigências de parcelamento do solo destinam-se integralmente à implantação de equipamentos comunitários, aplicando-se as disposições de ocupação do solo em que se situam.

Art. 83 – Para os fins previstos no § 1º do artigo anterior consideram-se equipamentos comunitários, os definidos no artigo 21, inciso XI;

Art. 84 – Os espaços livres deverão ser urbanizados de forma prioritária, nas áreas de concentração da população.

O inciso primeiro, do artigo 82, é um dos que pode ser destacado mediante a inoperância das esferas governamentais na garantia dos limites de construção em áreas consideradas de interesse socioambiental, nas quais os parques urbanos estão circunscritos. É recorrente a ameaça com que as áreas públicas são submetidas por diversos extratos da sociedade, impactando-as de forma agressiva. Sistemáticamente, os principais veículos de comunicação expõem o problema da falta de fiscalização, o que incorre nas ocupações clandestinas e até mesmo nas oficializadas a exemplo disso, cita-se a edificação de torres empresariais e residenciais encravadas em zona de preservação do manguezal do rio Cocó.

Em que pese a fragilidade dos instrumentos legais de se tornarem garantidores de uma ordem estabelecida, em comparação a outras capitais brasileiras, Fortaleza é a única

grande cidade, no presente, a não possuir no contexto de planejamento urbano e de gestão, um órgão com a função que tinha o Instituto de Planejamento Municipal (IPLAM), que há 30 anos, juntamente com o Fórum Adolfo Herbster, debatia os problemas urbanos. As secretarias ora vigentes buscam cumprir os mesmos objetivos, contudo ficam limitadas à discussão dos problemas emergentes, sem articulação sistêmica e autonomia relativa na propugnação de ações interventivas.

A Constituição Federal de 1988 criou um importante mecanismo de política urbana que é o Estatuto da Cidade. A lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamentou os artigos 182 e 183 da citada Constituição. O artigo 182 estabeleceu que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal deve estar consoante ao ordenamento pleno do desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de seus habitantes.

Ao regulamentar as exigências constitucionais, o Estatuto da Cidade reúne normas relativas à ação do poder público no uso da propriedade urbana em prol do interesse público, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. No tocante ao Plano Diretor Participativo de Fortaleza de 2009, está determinado que ele deve ser elaborado, implementado e avaliado com a participação popular, através das associações representativas dos vários segmentos da sociedade, estabelecendo que a cidade deve ser administrada por uma gestão democrática.

Além das questões mais relacionadas à qualidade ambiental, o Estatuto da Cidade também indica diretrizes para a política urbana que garantam a oferta de equipamentos urbanos e comunitários. Nesse sentido, Jantzen (1973 apud CAVALHEIRO; DEL PICCHIA, 1992) aponta que entre os diversos equipamentos urbanos estão aqueles que devem propiciar ao cidadão oportunidades de utilização do tempo não obrigatório (lazer) com experiência de livre escolha (recreação). Nesse caso, o sistema de espaços livres tem uma grande parcela de responsabilidade em fornecer opções para que a população encontre possibilidades de escolha para a sua recreação, inclusive ao ar livre.

Para apresentar as condições ideais para a conservação da natureza e da paisagem, a cidade ideal, conforme Sukopp e Werner (1991) deveria em termos de edificações ou pavimentação ter em torno de aproximadamente dois terços da superfície do centro, ou seja, 33% da área central da cidade deveriam ser permeáveis e não edificadas, devendo convergir ampla conexão entre a vegetação da zona rural e a das zonas centrais, observando uma redução dos gradientes entre esses dois tipos de uso.

Quando se fala em vegetação urbana, Cavalheiro e Nucci (1998) destacam que muitas cidades buscam estabelecer um indicador de áreas verdes como espaços livres públicos, isto é, não construídos (edificados). Nesse sentido, ao se considerar a projeção das copas das árvores sobre as calçadas tal medida visaria adequar a quantidade de massa verde em proporção ao número de habitantes da cidade e/ou bairro, dependendo da escala que se quer empreender. Os autores também sugerem no planejamento e ordenamento, que os municípios estabeleçam no seu Plano de Desenvolvimento Urbano o cadastramento das árvores, com fins de elaboração de bancos de dados informatizados ou da avaliação das condições fitossanitárias da vegetação, objetivando uma melhor qualidade ambiental do meio urbano.

Em estudo sobre “manejo das áreas verdes urbanas”, Sorensen (2008) apontou que a grande dificuldade na manutenção e administração destas se deve fundamentalmente aos custos operacionais a cargo do poder público. Porém, ao se observar os efeitos no tocante à qualidade do ar, embelezamento e uso recreativo, a relação custo-benefício corrobora significativamente na relevância desses ambientes sobre a qualidade de vida dos munícipes. No presente estudo, essa evidência foi detectada e reveladora do sentimento expresso pelos fortalezenses nos seus momentos de uso do parque como *locus* de vivência e pertencimento de lugar. Em que pese à questão pragmática na operacionalização do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (2009), no tocante à determinação legal, a menção e disciplinamento sobre as áreas verdes exposta na Seção IV reflete a intencionalidade da gestão pública para a questão sistêmica no ordenamento e controle dos espaços livres públicos, assim expressa:

Art. 19 – Integram o sistema de áreas verdes os espaços ao ar livre, de uso público ou privado, que se destinam à criação ou à preservação da cobertura vegetal, à prática de atividades de lazer, recreação e à proteção ou ornamentação de obras viárias.

Art. 20 – São ações estratégicas para o sistema de áreas verdes:

I – promover o adequado tratamento da vegetação enquanto elemento integrador na composição da paisagem urbana;

II – a gestão compartilhada com a sociedade civil e iniciativa privada das áreas verdes públicas significativas; (Grifo nosso)

III – a disciplina das áreas verdes particulares significativas pelo sistema de áreas verdes dentro do Sistema Municipal de Meio Ambiente, vinculando-as às ações da municipalidade destinadas a assegurar sua preservação e seu uso;

IV – a manutenção e ampliação da arborização de vias públicas, criando faixas verdes que conectem praças, parques ou áreas verdes;

V – a recuperação de áreas verdes degradadas, de importância paisagístico-ambiental;

VI – o disciplinamento do uso, nas praças e nos parques municipais, das atividades culturais e esportivas, bem como dos usos de interesse comercial e turístico, compatibilizando-os ao caráter público desses espaços;

VII – estabelecer programas de recuperação das áreas verdes, principalmente daquelas localizadas no entorno das nascentes e dos recursos hídricos;

VIII – implantar programa de arborização nas escolas públicas, postos de saúde, creches e hospitais municipais;

IX – estabelecer parceria entre os setores público e privado, por meio de convênios, incentivos fiscais e tributários, para a implantação e manutenção de áreas verdes e espaços ajardinados ou arborizados, atendendo a critérios técnicos estabelecidos pelo Município para o uso e a preservação dessas áreas;

X – implementar o Sistema Municipal de Áreas Verdes;

XI – elaborar diagnóstico e zoneamento ambiental de Fortaleza, contendo as áreas verdes e, dentre outros, o mapa de potencial de regeneração das áreas de preservação permanente para o desenvolvimento de programas e projetos de recuperação ambiental;

XII – o Município deverá proceder, por meio de lei específica, à delimitação de suas faixas de preservação nas áreas urbanas situadas no âmbito de seu território, observando as diretrizes contidas no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;

XIII – implantar parques urbanos;

XIV – elaborar e implementar o plano municipal de arborização urbanos.

Os incisos em negrito denotam avanços concernentes à articulação entre o poder público e a sociedade civil, no delineamento de uma proposta voltada à programação sociocultural; por exemplo: “Domingo no Parque”, realizado no Parque Ecológico do Cocó; “Manhãs Verdes”, realizado pelo Movimento Pró-Parque Rio Branco – tendo como objetivo a prática de vivências, palestras, atividades físicas, piquenique coletivo, plantio de mudas e denúncias de irregularidades no parque; Movimento Pró-Parque Raquel de Queiroz, com ações de política socioambiental, cultural e esportiva, dentre outras.

A geógrafa Vanda Claudino Sales, no ano de 2007, em audiência pública na Câmara Municipal de Fortaleza, já informava que o município de Fortaleza dispunha de apenas 1,7% de seu território como área verde e, em relação à área verde *per capita*, o cálculo é estimado em 3 m², enquanto a ONU recomenda 12 m². A situação torna-se mais caótica quando as poucas áreas verdes existentes, como os parques urbanos, se veem desconsiderados na sua tipificação de Zona de Interesse Ambiental (ZIA).

Em que pese à sanção, a nível normativo, desde 2007, já se legitimava a criação de um Inventário Arbóreo, até os dias atuais não concluídos, sua efetiva operacionalização não se visualiza no dia a dia da cidade, mesmo sendo uma das metas preconizadas pelo Sistema

Municipal de Áreas Verdes, conforme expresso no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (FORTALEZA, 2009), em seu artigo 25, ao estabelecer a definição, implantação, fortalecimento e criação de mecanismos para a efetiva execução e gestão das políticas públicas municipais para o meio ambiente.

Nesse sentido, a promoção e intensificação das áreas verdes da cidade é uma necessidade que resultou na promulgação do decreto de nº 12.227 de 6 de agosto de 2007, instituindo a necessidade de se elaborar o Inventário Arbóreo de Fortaleza, tendo-se por base o artigo 7º da lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que cria o Código Florestal Brasileiro. No artigo 2º do decreto municipal são declaradas imunes ao corte as árvores que por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de porta-sementes venham ser classificadas pelo órgão ambiental na categoria de imune, conforme pode ser observado no quadro 6:

Quadro 7 – Relação de espécies imunes ao corte

Nº Ord.	Nome popular	Nome científico	Logradouro	Coordenadas	
				UTM	
				E	N
001	Baobá	<i>Adonsonia digitata</i>	Passeio Público	552.632	9.588.501
002	Oitica	<i>Licania rígida</i>	Passeio Público	552.609	9.588.546
003	Mungunbeira	<i>Bombax aquaticum</i>	Passeio Público	552.604	9.588.569
004	Mungunbeira	<i>Bombax aquaticum</i>	Passeio Público	552.621	9.588.549
005	Fícus Benjamina	<i>Fícus Benjamima</i>	Passeio Público	552.705	9.588.567
006	Oitizeiro	<i>Moquitea Tomentosa</i>	Passeio Público	552.700	9.588.538
007	Juazeiro	<i>Caesalpinia férrea</i>	Passeio Público	552.670	9.588.539
008	Timbaúba	<i>Enterolobium maximum</i>	Passeio Público	552.654	9.588.539
009	Pau Dárc roxo	<i>Tabebuia avellanadae</i>	Passeio Público	552.646	9.588.534
010	Macaúba	<i>Acrocomia acuelata</i>	Passeio Público	552.593	9.588.546
011	Flamboyant	<i>Delonix regia</i>	Praça Gal. Tibúrcio	552.641	9.588.091
012	Fícus benjamim	<i>Ficus benjamim</i>	Praça Gal. Tibúrcio	552.660	9.588.084
013	Mungunbeira	<i>Bombax aquaticum</i>	Praça Gal. Tibúrcio	552.656	9.588.056
014	Ficus benjamim	<i>Ficus benjamim</i>	Praça Gal. Tibúrcio	552.635	9.588.066
015	Macaúba	<i>Acrocomia acuelata</i>	Praça Gal. Tibúrcio	552.616	9.588.078
016	Adenantera	<i>Adenanthera pavonina</i>	Praça dos Voluntários	552.624	9.587.790
017	Palmeira imperial	<i>Roystonea regia</i>	Cidade da Criança	552.633	9.587.676
018	Ficus benjamim	<i>Ficus benjamina</i>	Praça Gal. Tibúrcio	552.613	9.587.831
019	Oitizeiro	<i>Moquilea tormentosa</i>	Cidade da Criança	552.663	9.587.676
020	Mungubeira	<i>Bombax aquaticum</i>	Cidade da Criança	552.634	9.587.633
021	Oitizeiro	<i>Moquilea tomentosa</i>	Cidade da Criança	552.785	9.587.608
022	Juazeiro	<i>Ziryphus joazeiro</i>	Cidade da Criança	552.779	9.587.510
023	Oitizeiro	<i>Moquilea tormentosa</i>	Cidade da Criança	552.675	9.587.675
024	Oitizeiro	<i>Moquilea tormentosa</i>	Cidade da Criança	552.686	9.587.549
025	Ficus benjamim	<i>Ficus benjamina</i>	Praça Coração de Jesus	552.652	9.587.440
026	Flamboyant	<i>Delonix regia</i>	Praça Coração de Jesus	552.678	9.587.469
027	Torém	<i>Cecropia anemopus</i>	Praça Coração de Jesus	552.605	9.587.448
028	Ingazeira	<i>Ingá alba</i>	Parque Pajeú	552.605	9.587.448
029	Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i>	Parque Pajeú	552.920	9.587.616
030	Eucalipto	<i>Eucaliptum sp</i>	Parque Pajeú	553.015	9.587.549
031	Oitizeira	<i>Moquilea Tormentosa</i>	Praça Filgueiras Lima	5523052	9.587.890

Fonte: Inventário Arbóreo de Fortaleza (Diário Oficial do Município nº 13.631, 7 de agosto 2007).

O mapeamento das espécies não abrangeu todos os nove parques municipais de Fortaleza, restringindo-se apenas ao Parque Pajeú, Parque da Liberdade, popularmente conhecido como Parque da Criança, e Passeio Público, contudo pode-se afirmar que consistiu em um passo importante nos procedimentos de catalogação das espécies existentes e

demandas para o seu adequado manejo, urgindo que as medidas voltadas à preservação possam ser ensejadas em outras áreas verdes livres da cidade.

Na categorização do Plano Plurianual de Fortaleza (PPA, 2010-2013), a capital encontra-se totalmente urbanizada, a despeito das proposições emanadas de seus Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano apresentar regulamentação sobre as áreas verdes públicas – na realidade se pode observar uma estreita contradição entre o espírito da lei e o uso ilegal do solo, requerido por uma racionalidade socioexcludente. No parecer de Carlos (2001), seria em nome do progresso que se depreda, destrói e mata. Na observação de Singer (1982, p. 33), “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano.” É na ilegalidade das edificações no meio urbano que se processa exacerbado índice de uso e ocupação do solo, revelando o descolamento entre a norma e o direito de uso, já que grande “parte das áreas urbanas ocupadas não existe nos cadastros municipais” (PPA, 2009, p. 17).

A despeito do disciplinamento legal pertinente à ordenação, parcelamento e uso do solo urbano – notadamente nas áreas verdes públicas, como praças, passeios, canteiros, rotatórias, parques – o que se observa na realidade de Fortaleza são vazios visíveis em determinados zoneamentos que somados à impropriedade de construções em áreas de proteção permanente têm provocado profundas anomalias na espacialidade da cidade. A sociedade civil com seu poder de pressão e tampouco a gestão pública têm sido diligentes para conter esse avanço que sobrecarrega a capacidade de equilíbrio e sustentabilidade que envolve a cidade. Na realidade, há uma imensa lacuna de ações com vistas à substantiva melhoria de sua qualidade ambiental.

A ausência e/ou lentidão no processo de gestão e controle das áreas verdes se dá, sobretudo, segundo Macedo (2003 apud LOMBARDO; LEITE; MOURA, s/d), pela dubiedade na definição do conceito de “áreas verdes” com o de “espaço livre”. Na visão do autor, os limites de conceitos como áreas verdes, áreas de lazer, espaços verdes e áreas de circulação identificam, entre outros, os tipos de espaços livres de edificação e urbanização, sendo caracterizadas estas áreas como:

Espaços verdes: toda a área urbana ou porção do território ocupado por qualquer tipo de vegetação e que tenham um valor social. Nele são contidos bosques, campos, matas, jardins, alguns tipos de praças e parques, etc. enquanto que terrenos devolutos e quintais não são incluídos neste rol.

Áreas verdes: equivalem basicamente aos mesmos elementos referenciados anteriormente e ainda designam toda e qualquer área onde por um motivo

qualquer exista vegetação, este termo também é comumente utilizado para denominar o conjunto de áreas de lazer públicas de uma cidade englobando praças, parques, hortos e bosques.

Áreas de lazer: correspondem a todo e qualquer espaço livre de edificação destinado prioritariamente ao lazer, seja ele ativo, isto é, uma área para jogos e brincadeiras ou contemplativo, isto é, áreas dotadas de um valor cênico/paisagístico expressivo, em cujo interior o cidadão apenas passeia a pé, montado ou de carro, contemplando o cenário que se descortina ante seus olhos. Todos os parques, praias e praças urbanas estão englobados dentro deste conceito, possibilitando por muitas vezes uma utilização mista, tanto para o lazer ativo, como para o passivo. (p. 3).

A variedade semântica e a polissemia de sentidos, longe de redundarem distorção na categoria *área verde pública* – espaço verdes –, resultam na compreensão que esses ambientes tomam na vida das cidades, quaisquer que sejam seus tamanhos territoriais e populacionais, incidindo como elementos de suma importância no balizamento dos parâmetros de qualidade de vida e de cidade saudável. A necessidade que o homem tem de vegetação extrapola um valor meramente sentimental ou estético (MONTEIRO, 1976 apud BUCCHERI FILHO; NUCCI, 2006), desempenhando um importante papel nas áreas urbanizadas no que se refere à qualidade ambiental (LOMBARDO, 1990).

No mesmo direcionamento, Marcus e Detwyler (1972 apud BUCCHERI FILHO; NUCCI, 2006) afirmam que “tradicionalmente, os fatores econômicos têm decidido o uso da terra sem levar em consideração os fatores ecológicos.” Para Rocha (1991, p. 13), “na realidade, o comportamento humano é regido não só por parâmetros éticos e sociais, mas também por fatores ambientais”.

Ao se pensar um padrão que confira uma melhor qualidade ambiental na cidade de Fortaleza, certamente a quantificação da mancha verde por km², em relação ao seu número de habitantes, parece ser um dos indicadores importantes quando se quer aferir a qualidade ambiental da cidade em termos de “áreas verdes”, aplicado a diversos tipos de espaços urbanos, tendo-se em comum o fato de serem abertos, acessíveis, relacionados com saúde e recreação ativa e passiva nas interações humanas com o meio ambiente (DEMATTE, 1997).

Os espaços livres devem ser compreendidos como parte integrante do planejamento da cidade, de maneira que permita mudar o quadro urbano que se adensa, alterando a estrutura de sua organização física. No capítulo seguinte serão apresentados e discutidos os dados coletados na pesquisa de campo, bem como o quadro sintético por parque, que em seu escopo geral congrega a frequência dada pela amostra a cada uma das vinte questões formuladas relativas a dois blocos instrumentais: o primeiro demonstra dados sobre o perfil da amostra e o nível de informações sobre ambientes, como os parques urbanos como elementos de

políticas públicas; e o segundo bloco, diretamente relacionado ao nível fenomenológico, busca captar através das falas dos sujeitos sua percepção quanto ao uso que fazem do parque, relacionando ao aspecto da qualidade de vida, uma vez que o avanço da urbanização em escala e velocidade a nível local e regional tem afetado substancialmente as condições de sustentabilidade desses ambientes.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA NA ÓTICA DOS PESQUISADOS

A forma de apresentação dos resultados alcançados foi registrada através de tabelas e gráficos com o somatório geral dos 10 parques, visando, sobretudo, fazer uma leitura sintetizadora das categorias catalogadas como essenciais na compreensão da percepção ambiental da amostra de 813 sujeitos. Outra intencionalidade ao se optar por este modelo descritivo geral se deve a uma questão puramente técnica, os resultados das 20 questões analisadas por parque dentro do corpo do trabalho com seus respectivos gráficos e tabelas e a análise qualitativa tornaria esse trabalho extremamente extenso e de exaustiva leitura, daí a opção de se adotar como procedimento técnico a configuração geral de dados, exposto no apêndice deste trabalho.

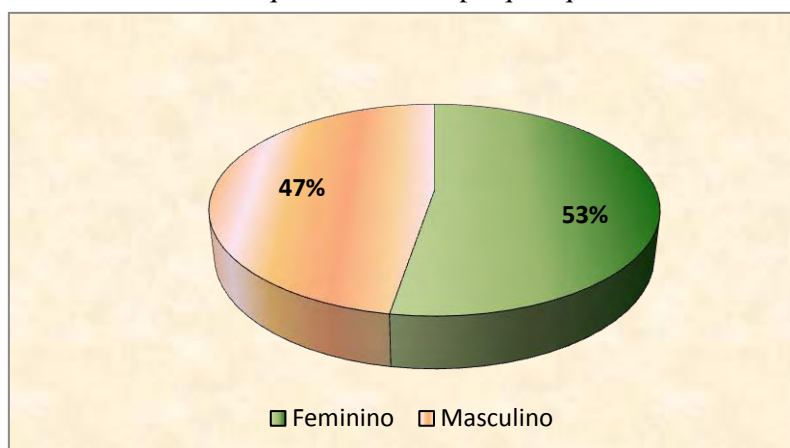
5.1 Detalhamento da amostra

O total de sujeitos desta investigação, entre entrevistados e respondentes dos questionários, foram de 813 pessoas, distribuídas pelas SERs, como pode ser visualizado por meio na Tabela 1 e no Gráfico 2.

Tabela 1 – Frequentadores dos parques quanto ao gênero

Quantidade de parque	SER	Feminino	Masculino	Total
1	I	111	110	221
4	II	85	66	151
2	IV	91	85	176
2	VI	123	112	235
1	Cocó Estadual	18	12	30
Total Geral		428	385	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2 – Frequentadores dos parques quanto ao sexo

Fonte: Elaboração própria.

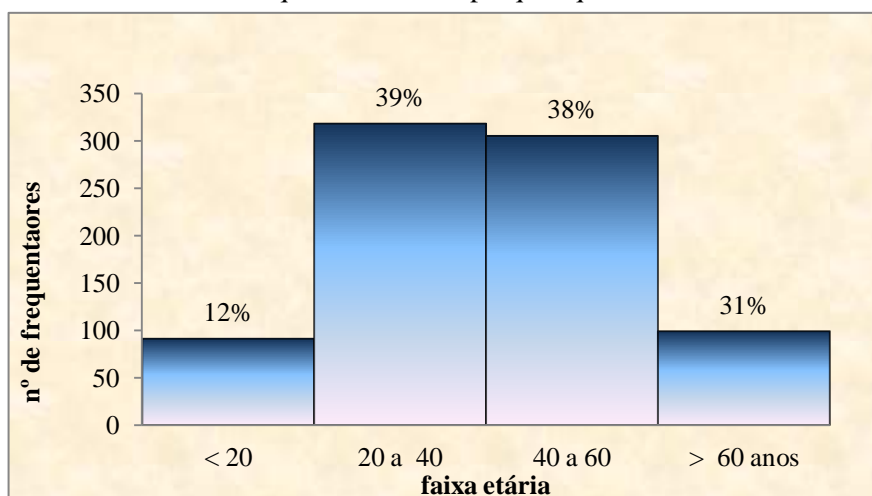
A pesquisa efetuada nos parques urbanos de Fortaleza apresentou uma supremacia do sexo feminino (53%) sobre o sexo masculino (47%). Estudos confirmam haver uma tendência maior por parte das mulheres pelo cuidado com a saúde, bem como, em alguns casos, a própria rotina doméstica a elas atribuída de cuidar e passear com os filhos as motivam a dirigir-se a esses espaços, vindo reforçar a utilidade desses ambientes como áreas de recreação e de convivência.

Outra variável pesquisada foi a faixa etária dos frequentadores dos parques que, de acordo com a Tabela 2 e do Gráfico 3, apresenta um leque abrangente e diferenciado de idades, sendo a faixa predominante situada entre 20 a 40 anos.

Tabela 2 – Frequentadores dos parques quanto à faixa etária

Quant. de parques	SER	Faixa etária				Total
		< 20	20 a 40	40 a 60	> 60	
1	I	29	84	78	30	221
4	II	15	54	59	23	151
1	IV	16	60	68	32	176
2	VI	31	111	82	11	235
	Cocó Estadual	-	9	18	3	30
Total Geral		91	318	305	99	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 3 – Frequentadores dos parques quanto à faixa etária

Fonte: Elaboração própria.

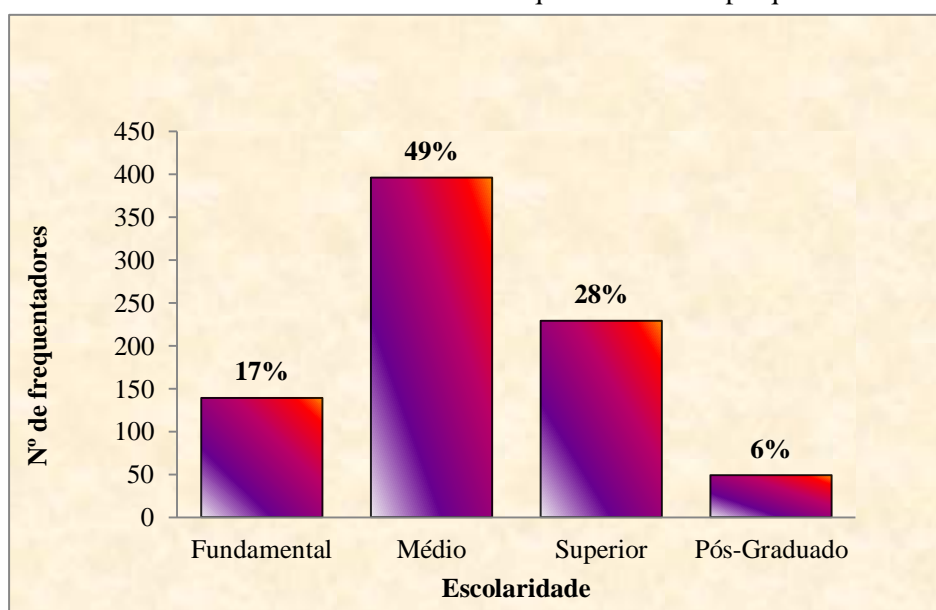
A idade média dos frequentadores é de aproximadamente 40 anos, sendo que a maioria, 39%, está dentro da faixa entre 20 e 40 anos. Há uma diferenciação em relação ao uso que as diferentes faixas etárias fazem dos parques. Os mais jovens (12%) os utilizam para prática de atividades de lazer e entretenimento, tais como: andar de *skate*, ou de bicicleta, para jogos de campo, e outros; e os de faixa etária mais elevada (38% e 31%) utilizam esses logradouros para caminhadas, práticas de exercícios orientados (serviço gratuito oferecido em alguns parques pela Fundação de Cultura, Esporte e Turismo – Funcet, e pelo Corpo de Bombeiros, assim como para acompanhamento de filhos nos *playgrounds*, leituras, espaços de convivência, dentre outros usos.

Quanto à escolaridade dessas pessoas a Tabela 3 e o Gráfico 4 expressam claramente as informações coletadas na pesquisa.

Tabela 3 – Escolaridade dos frequentadores dos parques

Quant. de parques	SER	Nº de frequentadores quanto à escolaridade				Total
		Fund.	Médio	Superior	Pós-graduado	
1	I	59	103	49	10	221
4	II	24	68	46	13	151
1	IV	18	69	78	11	176
2	VI	38	153	34	10	235
1	Cocó Estadual	-	3	22	5	30
Total Geral		139	396	229	49	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 4 – Escolaridade dos frequentadores dos parques

Fonte: Elaboração própria.

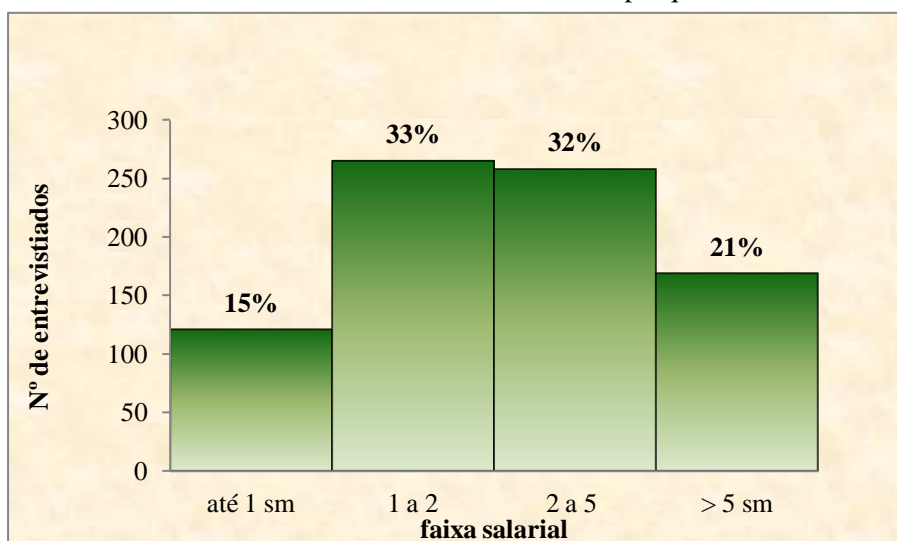
A pesquisa mostra que quanto à escolaridade dos entrevistados, 49% têm o ensino médio; 28% detêm o nível superior e apenas 6% possui cursos de pós-graduação. Destaca-se o fato de não haver diferenças significativas de opinião entre os níveis de escolaridade dos sujeitos das faixas pesquisadas sobre a importância desses equipamentos para a qualidade de vida, constituindo-se, portanto, espaços de uso democrático, possibilitando o desenvolvimento de atividades sociais e conseqüentemente, vitalidade urbana.

Como forma de estabelecer o perfil socioeconômico dos entrevistados indagou-se sobre a sua renda familiar, a qual está explicitada na Tabela 4 e Gráfico 5.

Tabela 4 – Faixa de renda familiar dos pesquisados

Quant. de parques	SER	Nº de frequentadores quanto à faixa de renda familiar (em SM)				Total
		Até 1sm	1 a 2 sm	2 a 5 sm	> 5 sm	
1	I	44	93	52	32	221
4	II	17	48	43	43	151
1	IV	14	26	83	53	176
2	VI	46	98	70	21	235
1	Cocó Estadual	-	-	10	20	30
Total Geral		121	265	258	169	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 5 – Faixa de renda familiar dos pesquisados

Fonte: Elaboração própria.

A maioria dos frequentadores pesquisados tem renda familiar entre 1 a 2 salários mínimos, num percentual de 33% dos entrevistados. Cabe destacar nesta análise, que a maior faixa salarial encontra-se entre o público situado na área de jurisdição da SER II, ou seja, os que frequentam o Parque Estadual do Cocó, área urbana com forte aparato em termos de infraestrutura e de valorização imobiliária. Na SER IV, por estar situado em área de proximidade Centro-Aldeota, tem-se como destaque o Parque Parreão, que a despeito de estar atualmente em péssimo estado de conservação possui uma área de adensamento urbano com característica populacional de classe média. Em torno de seu perímetro estão dispostos diversos equipamentos públicos, tais como: rodoviária, universidades, hospitais e outros.

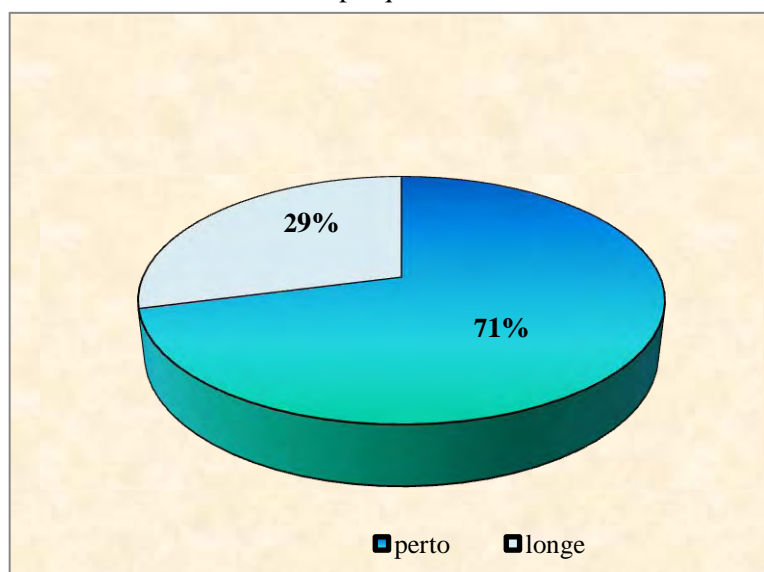
A amostra com renda familiar mais baixa (até 1 salário mínimo), apresentou sua maior representatividade nas regionais I e VI, que abrangem os parques Polo de Lazer da Sargento Hermínio e Falconete Fialho. As categorias ocupacionais mais observadas nestes parques situam-se entre estudantes, donas de casa e profissionais com média e baixa qualificação.

As pessoas que usam o parque para atividades físicas, de lazer e outros usos residem, na maioria, na circunvizinhança, conforme mostram a Tabela 5 e o Gráfico 6.

Tabela 5 – Distância entre parque e residência dos entrevistados

Quant. de parques	SER	Distância da residência		Total
		Perto	Longe	
1	I	174	47	221
4	II	124	27	151
1	IV	144	32	176
2	VI	108	127	235
1	Cocó Estadual	27	3	30
Total Geral		577	236	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 6 – Distância entre parque e residência dos entrevistados

Fonte: Elaboração própria.

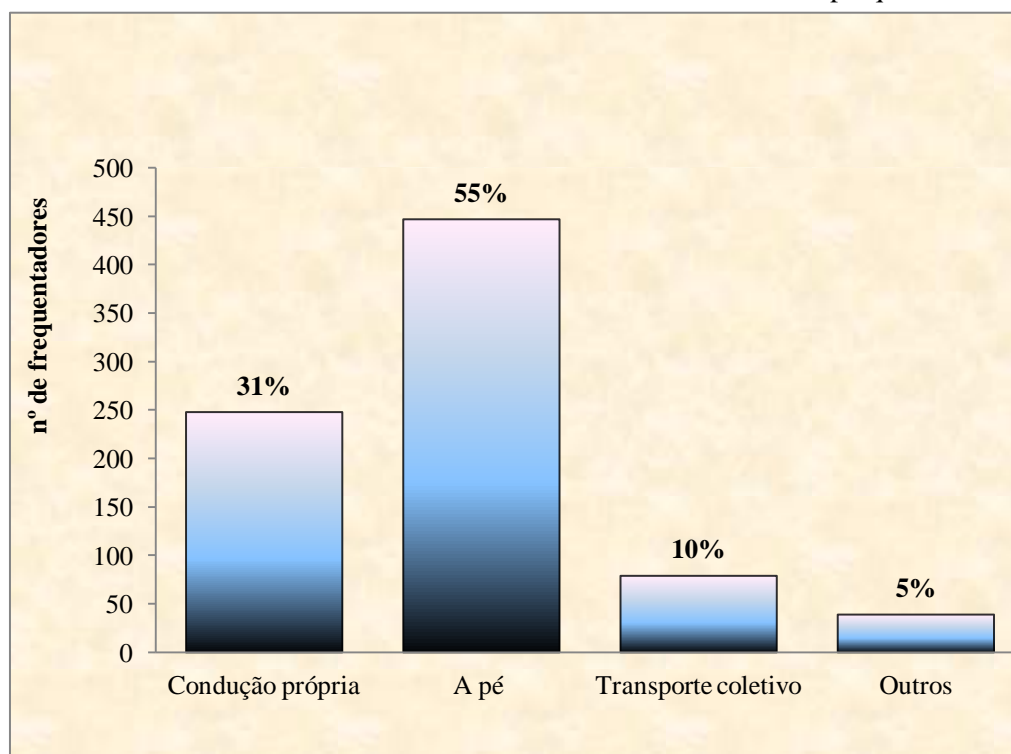
A maioria dos entrevistados que frequenta os parques mora nas proximidades, num percentual correspondente a 71%. O fácil acesso permite uma maior mobilidade e frequência. A conhecida precariedade dos transportes urbanos da cidade seria um fator inibidor de procura, caso houvesse necessidade da sua utilização para se ter acesso às áreas dos parques. O mais distante é o Parque Falconete Fialho, e a sua maior procura é nos finais de semana e feriados, do que se pode deduzir que seu uso está mais para visitação do que propriamente para a prática de atividades físicas.

Outra variável pesquisada foi a forma que as pessoas usam para se dirigirem aos parques e as respostas podem ser visualizadas na Tabela 6 e no Gráfico 7.

Tabela 6 – Forma de deslocamento dos entrevistados até os parques

Quant. de parques	SER	Forma de se dirigir aos parques				Total
		Condução própria	A pé	Transporte coletivo	Outros	
1	I	40	165	6	10	221
4	II	40	96	9	6	151
1	IV	23	137	7	9	176
2	VI	127	39	56	13	235
1	Cocó Estadual	18	10	1	1	30
Total Geral		248	447	79	39	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 7 – Forma de deslocamento dos entrevistados até os parques

Fonte: Elaboração própria.

A maioria (55%) dos pesquisados se dirige ao parque a pé; outros chegam de condução própria (31%); os que utilizam transporte coletivo e outros meios correspondem em média a 15%.

A mobilidade urbana na grande metrópole tem sido um dos principais obstáculos à qualidade de vida. Os dados demonstram claramente que a procura pelos parques se dá na razão direta de sua proximidade com a área de moradia de seus usuários, vindo reforçar a necessidade de se estimular, através de campanhas informativas, o oferecimento e as potencialidades desses logradouros como alternativas de lazer pública e gratuita em oposição aos ambientes fechados privativos caracterizados pelos *shoopings centers* e parques de diversões.

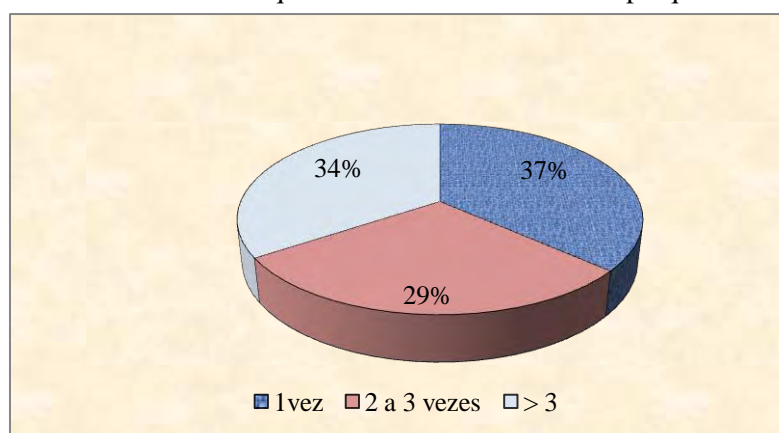
A frequência aos parques demonstra a preocupação das pessoas com a saúde física, emocional e mental. Por meio da Tabela 7 e Gráfico 8 pode-se analisar a sistematização dessa frequência por seus usuários.

Tabela 7 – Frequência de uso dos parques pelos entrevistados

Quant. de parques	SER	1 vez semana	2 a 3 vezes semana	+ de 3 vezes semana	Total
1	I	31	70	120	221
4	II	33	54	64	151
1	IV	10	92	74	176
2	VI	209	12	14	235
1	Cocó Estadual	14	9	7	30
Total Geral		297	237	279	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 8 – Frequência dos entrevistados nos parques



Fonte: Elaboração própria.

A frequência de uso apenas uma vez na semana alcançou 34% dos entrevistados. Dentre os parques com esse número de frequência, encontra-se o Falconete Fialho, cujos usuários o utilizam como equipamento de visita nos finais de semana e feriados, por abrigar o Horto Municipal e o Zoológico, equipamentos utilizados com fins de visita, de estudo e/ou de entretenimento, não se constituindo como área para prática de esportes e de cuidados com a saúde física. Na soma geral dos parques, observam-se os percentuais de 34% com frequência de mais de 3 vezes por semana e 29% entre 2 a 3 vezes por semana, perfazendo 516 usuários, imperativo que demonstra de forma inequívoca como as especialidades dos parques promovem a recuperação física e psicológica do cidadão frente às tensões urbanas, tornando-se, segundo Robba e Macedo (2004) “espaços de valor estético/simbólico, ambiental e recreativo”, favorecendo a ruptura com o ritmo contemporâneo de vida que leva ao

distanciamento das formas naturais de vida permitindo aos cidadãos uma maior interatividade com os seus pares, por meio da participação em atividades livremente escolhidas.

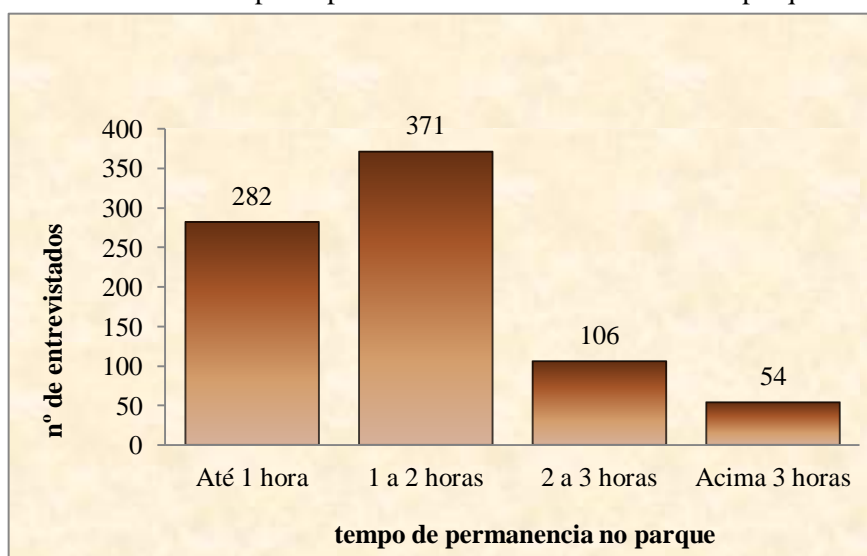
Outra questão pesquisada foi o tempo, em termos de horas, que os frequentadores passam no parque em suas atividades físicas, de lazer ou de entretenimento. O resultado pode ser observado na Tabela 8 e Gráfico 9.

Tabela 8 – Tempo de permanência dos entrevistados nos parques

Quant. de parques	SER	Até 1 hora	1 a 2 horas	2 a 3 horas	+ de 3 horas	Total
1	I	87	97	21	16	221
4	II	60	61	17	13	151
1	IV	79	82	13	2	176
2	VI	45	118	50	22	235
1	Cocó Estadual	11	13	5	1	30
Total Geral		282	371	106	54	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 9 – Tempo de permanência dos entrevistados nos parques



Fonte: Elaboração própria.

A maioria dos pesquisados (371 pessoas) costuma permanecer entre 1 a 2 horas; 282 frequentadores ficam até 1 hora; 106 permanecem de 2 a 3 horas e apenas 54 afirmaram ficar acima de 3 horas. Os parques Pajeú e Liberdade são os que possuem o menor tempo de frequência em virtude de serem categorizados como área de passagem entre os bairros do Centro e da Aldeota. O primeiro, por ter poucos atrativos de lazer e com característica básica de corredor de passagem, embora provoque no ambiente urbano a quebra da monotonia da massa de edificações verticais e horizontais da área central, além de minimizar o calor, por meio da evapotranspiração dos vegetais ali existentes. Sua arquitetura paisagística com

alamedas floridas, jardins, passarelas e bancos permite breve descanso de seus usuários no ir e vir de sua rotina diária. O Parque Liberdade, conhecido também como Parque da Criança, possui igual identidade e/ou padrão de uso, contudo, dispõe de equipamentos para recreação, playground e tem maior área física.

De fato, a assiduidade e o tempo que os frequentadores despendem nos parques alcançam valores significativos e o percentual nada desprezível de pessoas que gastam mais de uma hora no percurso casa/parque mostra o quanto elas estão dispostas a enfrentar algumas “dificuldades” para usar esses espaços. É ainda relevante, entre os motivos apontados para a ida aos parques, o encontrar ou simplesmente ver pessoas, o que os torna também lugares de sociabilidade.

Os dados configuram que os maiores índices de permanência nos parques recaem naqueles dotados de uma boa cobertura vegetal, com programações direcionadas aos diversos públicos e com evidente nível de segurança interna.

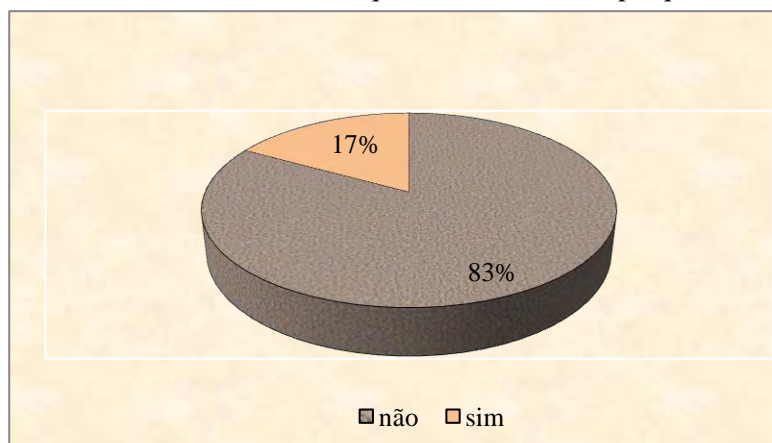
Outra questão levantada diz respeito ao conhecimento da população sobre a existência de outros parques na cidade e o resultado encontra-se na Tabela 9 e no Gráfico 10.

Tabela 9 – Conhecimento dos entrevistados quanto ao número de parques da cidade de Fortaleza

Quant. de parques	SER	Sim	Não	Total
1	I	35	186	221
4	II	35	116	151
1	IV	32	144	176
2	VI	30	205	235
1	Cocó Estadual	6	24	30
Total Geral		138	675	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 10 – Conhecimento dos entrevistados quanto ao número de parques da cidade de Fortaleza



Fonte: Elaboração própria.

A pesquisa mostra que 83% dos entrevistados não têm conhecimento sobre número de parques urbanos existentes em Fortaleza. O desconhecimento da existência de outros parques reflete a pouca visibilidade da política urbana preconizada no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, sobre a distribuição e zoneamento das áreas livres, em especial sobre os parques urbanos, denotando uma carência urbanística na qual a população de uma maneira geral se vê desassistida no oferecimento desses logradouros de uso coletivo. Uma hipótese para essa debilidade pode ser atribuída ao solo urbano cada vez mais privatizado, apropriando-se e tomando o lugar das áreas verdes públicas, aliado ao difícil controle por parte do poder público na garantia de manutenção, bem como, no estabelecimento de mecanismos compensatórios de proteção da inalienabilidade e da impenhorabilidade desses ambientes.

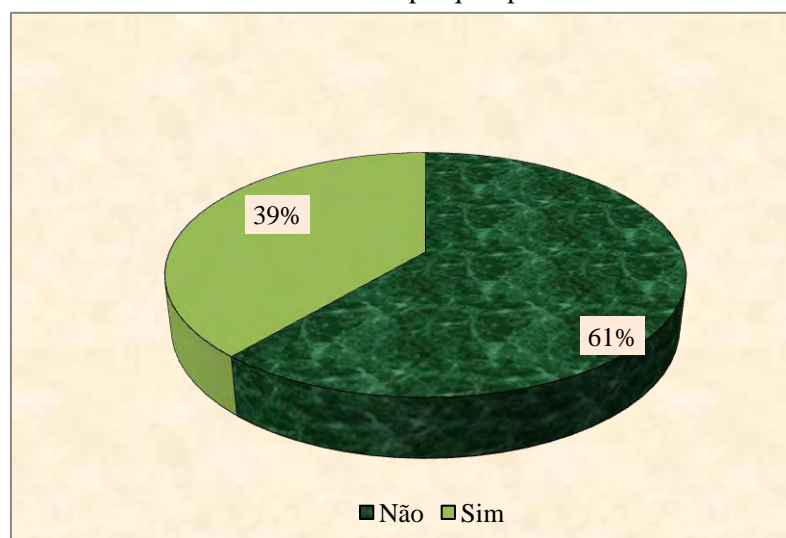
Outro ponto levantado foi se os entrevistados utilizam outros parques da cidade e as respostas estão explicitadas na Tabela 10 e Gráfico 11.

Tabela 10 – Uso de outros parques pelos entrevistados

Quant. de parques	SER	Sim	Não	Total
1	I	174	47	221
4	II	41	110	151
1	IV	39	137	176
2	VI	55	180	235
1	Cocó Estadual	6	24	30
Total Geral		315	498	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 11 – Uso de outros parques pelos entrevistados



Fonte: Elaboração própria.

Sobre a utilização de outros parques, verificou-se que 61% dos entrevistados disseram que não utilizam outros parques e 39% fazem usos de outros no gênero (praça, bosque, jardim). *A priori*, esse item poderia induzir o contraditório em relação aos resultados da Tabela 10. No entanto, explica-se que era apresentado ao sujeito da amostra os nomes dos parques existentes (pergunta induzida), a fim de lembrar o entrevistado sobre os diversos equipamentos existentes na cidade, procedimento metodológico intencional, visando descaracterizar a categoria de parque frente a outras tipologias, como praças, áreas livres, bosques etc. A indicação de frequência regular por parte do usuário em um mesmo parque se dá na razão direta da pequena distância em relação à moradia, comodidade de acesso e familiaridade com o ambiente.

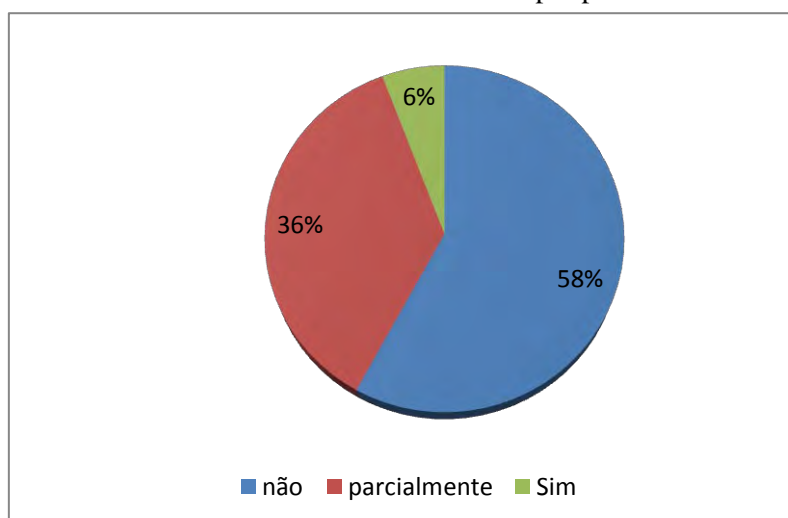
Outra variável dizia respeito ao conhecimento ou não que a população detém sobre o Plano Diretor do município de Fortaleza. A Tabela 11 e o Gráfico 12 mostram o resultado coletado.

Tabela 11 – Conhecimento sobre o Plano Diretor por parte dos entrevistados

Quant. de parques	SER	Sim	Parcialmente	Não	Total
1	I	7	200	14	221
4	II	9	12	130	151
1	IV	21	48	107	176
2	VI	2	33	200	235
1	Cocó Estadual	8	2	20	30
Total Geral		47	295	471	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 12 – Conhecimento sobre o Plano Diretor por parte dos entrevistadores



Fonte: Elaboração própria.

Sobre o Plano Diretor da cidade, no que diz respeito aos parques de Fortaleza, 58% dos entrevistados não têm conhecimento sobre ele; 36% têm conhecimento parcial, e apenas 6% destes pesquisados têm conhecimento desse documento. Esses dados revelam, por si só, a inexpressiva participação da sociedade diante do instrumento legal que regula as funções voltadas à utilização dos ambientes públicos.

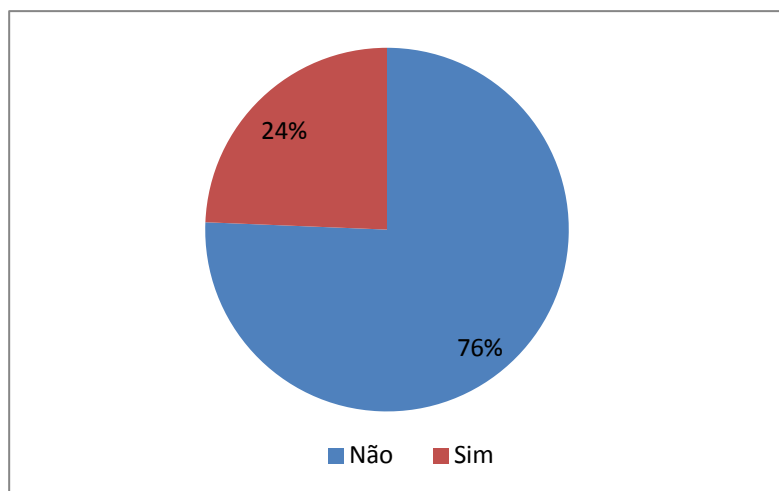
Sobre os movimentos sociais em defesa dos parques, foi indagado aos pesquisados se eles tinham algum conhecimento de sua existência. As respostas seguem na Tabela 12 e no Gráfico 13.

Tabela 12 – Conhecimento dos entrevistados sobre movimentos em defesa do parque

Quant. de parques	SER	Sim	Não	Total
1	I	36	185	221
4	II	59	92	151
1	IV	28	148	176
2	VI	57	178	235
1	Cocó Estadual	18	12	30
Total Geral		198	615	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 13 – Conhecimento dos entrevistados sobre movimentos em defesa do parque



Fonte: Elaboração própria.

A maioria (76%) dos pesquisados não têm conhecimento de movimentos em defesa dos parques e 24% indicaram conhecer algum tipo de organização social com proposta ambientalista, um fato bastante distintivo já que Fortaleza, detêm algumas associações de moradores com foco na permanente preservação dos parques, entre elas, destacam-se o SOS Cocó, o Movimento Pró-Parque Rio Branco e Movimento Pró-Parque Raquel de Queiroz, todos já citados anteriormente –, que travam luta diuturna na tentativa de conter os avanços

especulativos imobiliários nas áreas dos parques. Para tal fim, utilizam diversos mecanismos e articulações da sociedade civil, principalmente a mídia para dar visibilidade às ações preservacionistas. Cabe destacar que todas essas entidades pautam suas ações pela autonomia e independência na relação com os governos e partidos políticos.

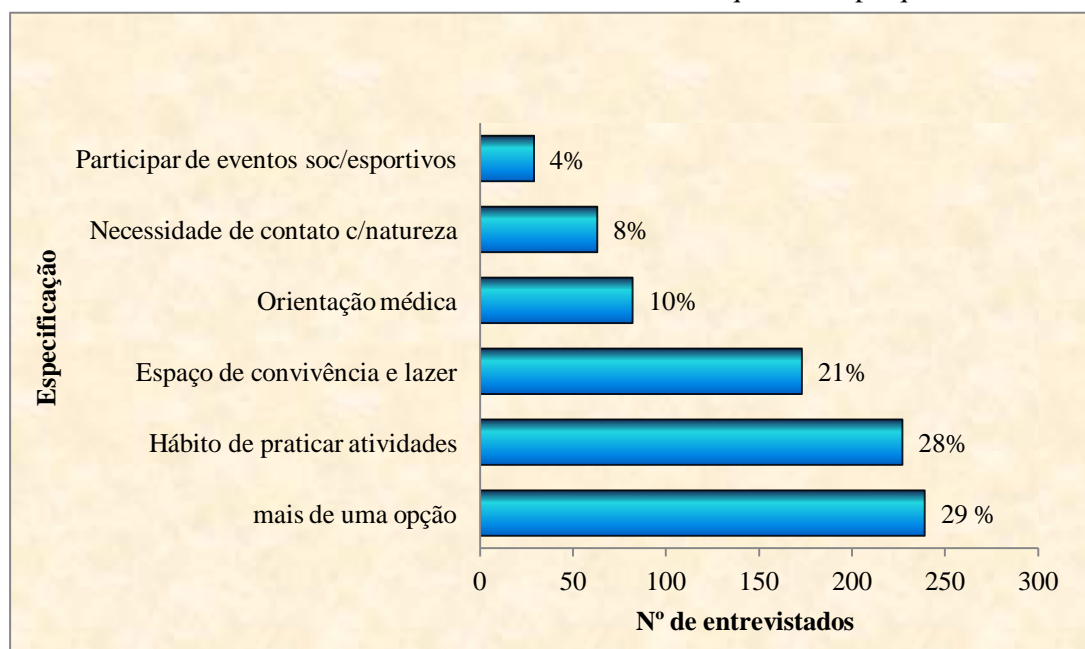
Sobre a motivação ou iniciativa de frequentarem o parque os pesquisados assim se colocaram, como mostra os dados da Tabela 13 e o Gráfico 14:

Tabela 13 – Iniciativa dos entrevistados em frequentar os parques

Quantidade de parques	SER	Orientação médica	Hábito de praticar atividades	Espaço de convívio e lazer	Participar de eventos sócio-esportivos	Necessidade de contato c/ a natureza	+ de uma opção	Total
1	I	42	80	24	11	11	53	221
4	II	21	42	23	1	10	54	151
1	IV	17	85	6	4	5	59	176
2	VI	1	4	114	11	35	70	235
1	Cocó Estadual	1	16	6	2	2	3	30
Total Geral		82	227	173	29	63	239	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 14 – Iniciativa dos entrevistados em frequentar os parques



Fonte: Elaboração própria.

Dos entrevistados, 28% têm o hábito de praticar atividades esportivas no parque; 21% usam tais espaços apenas para fim de convivência e lazer; 10% por orientação médica; 8% por necessidade de ter contato com a natureza; e 4% gostam de participar de eventos

socioesportivos. Excetuando-se os que apontaram questões médicas e a participação em eventos, a maioria dos pesquisados 29% percebe nas áreas livres públicas dos parques um forte atrativo para se ligar à natureza, por se constituírem em verdadeiros refúgios para quem pratica caminhada, como espaço de convivência ou no simples usufruto do ócio.

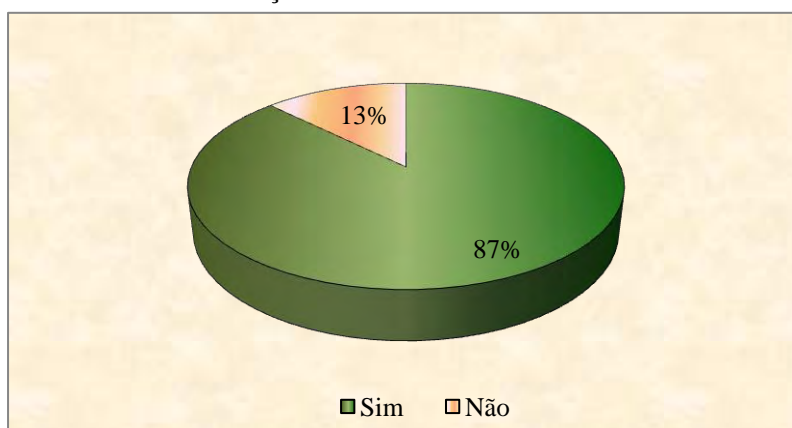
Quanto à influência da sensação térmica para a ida ao parque, os entrevistados assim se pronunciaram (Tabela 14 e Quadro 15):

Tabela 14 – Influência da sensação térmica na decisão dos entrevistados irem ao parque

Quant. de parques	SER	Sensação térmica		Total
		Sim	Não	
1	I	207	14	221
4	II	134	17	151
1	IV	117	59	176
2	VI	223	12	235
1	Cocó Estadual	29	1	30
Total Geral		710	103	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 15 – Influência da sensação térmica na decisão dos entrevistados irem ao parque



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados mostram que 87% dos entrevistados confirmaram que a sensação térmica agradável dos parques se constitui fator preponderante a frequência ao lugar; 13% não consideram esse fator como primordial. O alto percentual atingido vem reforçar a importância da arborização e/ou áreas verdes para a melhoria da qualidade ambiental da urbe e indicaram a influência da arborização e cenários ajardinados para a satisfação das necessidades sociobiológicas dos usuários, sendo uns dos fatores que podem contribuir diretamente para o bem-estar humano. De acordo com Rosset (2005) a estimativa da qualidade da vegetação ou áreas verdes *per capita*, permite inferir sobre os aspectos de qualidade de vida da população,

além de influir na condição microclimática como determinante na qualificação dos espaços livres.

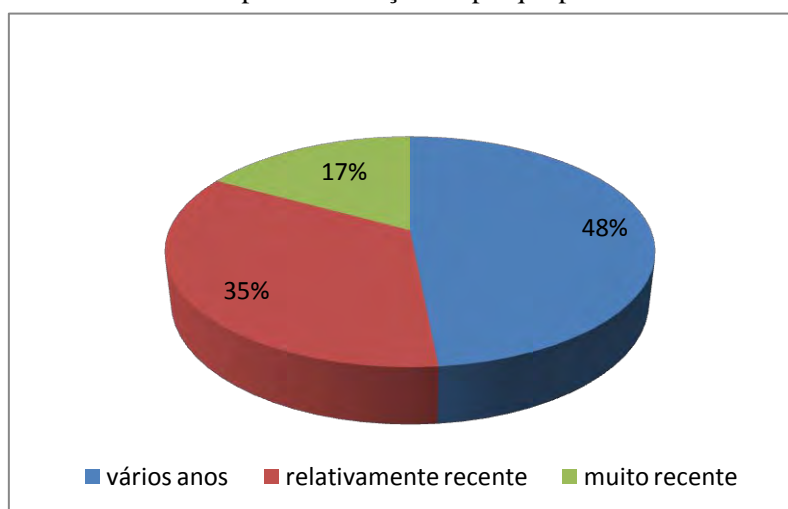
Indagados quanto ao tempo que utilizam os parques, os entrevistados responderam e os resultados encontram-se explicitados na Tabela 15 e no Gráfico 16.

Tabela 15 – Tempo de utilização do parque pelos entrevistados

Quant. de parques	SER	Decisão de frequência no parque			Total
		Muito recente	Relativamente recente	Vários anos	
1	I	25	47	149	221
4	II	28	43	80	151
1	IV	19	77	80	176
2	VI	63	106	66	235
1	Cocó Estadual	3	8	19	30
Total Geral		138	281	394	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 16 – Tempo de utilização do parque pelos entrevistados



Fonte: Elaboração própria.

Frequentam os parques há vários anos 48% dos entrevistados; 35% responderam que o tempo de frequência é relativamente recente e 17% fazem uso há pouco tempo.

A preocupação com a saúde e a prática de atividades físicas regulares, principalmente em espaços públicos, tem sido uma postura do fortalezense que esteve de certa forma atrelada ao desenvolvimento da cidade, a medida que a mesma vem perdendo áreas verdes significativas, associadas a diminuição das áreas privativas das habitações o que torna a espacialidade dos parques alternativa importante para dar vazão as necessidades do cidadão de e espaços livres para a realizações últimos tempos, talvez a mídia seja um dos principais veículos na difusão da importância de bons hábitos e a necessidade de se fugir do sedentarismo. O fato é que a demanda por equipamentos e estrutura destinados a prática de

atividades físicas tem sido constante nos espaços urbanos, exigindo cada vez mais ações por parte do poder público que contemplem a criação de ambientes livres arborizados, como praças e parques, conforme estabelece o Plano Diretor Participativo, ao apontar a compatibilização que deve existir entre o desenvolvimento econômico, social, cultural, étnico e dos saberes tradicionais para a preservação e conservação dos sistemas socioambientais na promoção de políticas sustentáveis para a cidade.

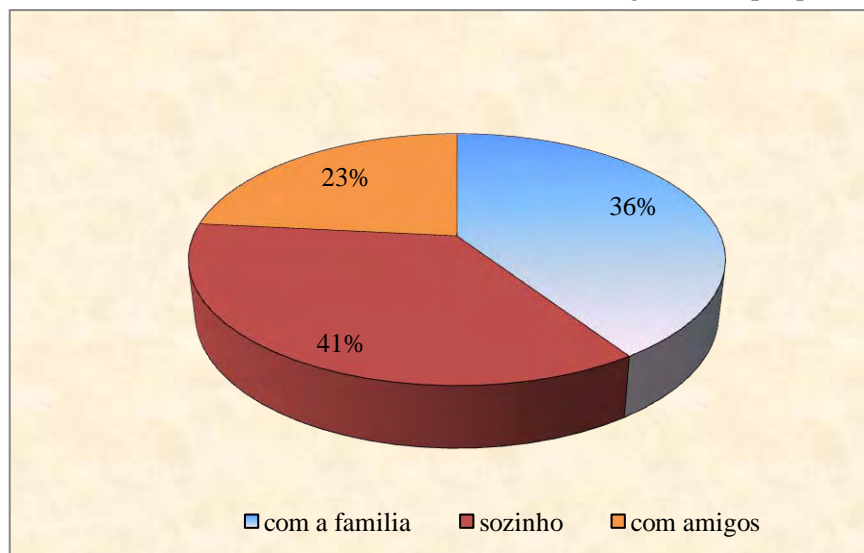
Outra variável serviu para levantar informações sobre a forma como os usuários se dirigem ao parque. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 16 e no Gráfico 17.

Tabela 16 – Forma como os entrevistados se dirigem aos parques

Quant. de parques	SER	Costuma ir ao parque			Total
		sozinho	c/ família	c/ amigos	
1	I	94	72	55	221
4	II	69	35	47	151
1	IV	113	17	45	176
2	VI	6	190	39	235
1	Cocó Estadual	9	17	4	30
Total Geral		292	331	190	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 17 – Forma como os entrevistados se dirigem aos parques



Fonte: Elaboração própria.

Um percentual de 41% dos usuários costuma ir ao parque de forma solitária; 36% costumam ir com a família; e 23% sempre acompanhados por amigos. A partir das somas de frequência aos parques acompanhado da família e amigos se atinge um percentual de 59% o que vem denotar que os ambientes dos parques além das finalidades amplamente configuradas como áreas de lazer e atividades físicas, vem representar também espaços de convivência e a

percepção por parte dos usuários de se sentirem mais à vontade quando realizam suas atividades físicas em grupo, envolvendo a sensação de segurança ao usufruir do espaço público, do mesmo modo que oportuniza a seus integrantes maior envolvimento comunitário em prol de ações e programas voltados à dinamização dos ambientes públicos.

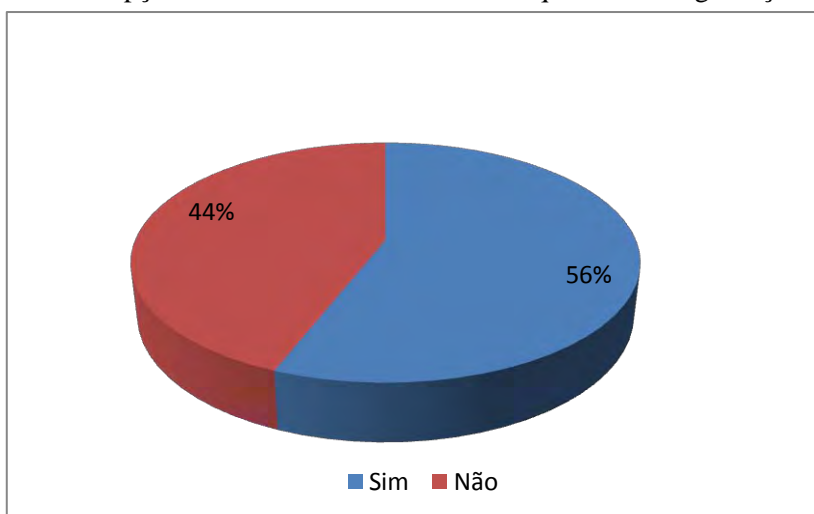
Outra questão abordada refere-se à tranquilidade e segurança oferecidas pelos parques aos usuários e as respostas encontram-se na Tabela 17 e no Gráfico 18.

Tabela 17 – Percepção dos entrevistados sobre a tranquilidade e segurança nos parques

Quant. de parques	SER	O ambiente do parque lhe dá segurança?		Total
		Sim	Não	
1	I	84	137	221
4	II	92	59	151
1	IV	44	132	176
2	VI	211	24	235
1	Cocó Estadual	24	6	30
Total Geral		455	358	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 18 – Percepção dos entrevistados sobre a tranquilidade e segurança nos parques



Fonte: Elaboração própria.

Que os parques não têm uma segurança adequada é a opinião de 44% dos entrevistados, no sentido inverso 56% dos usuários apontaram se sentirem seguros ao fazerem uso dos mesmos. Apesar de ser ambiente rico em vegetação e ser simbolicamente fator de atração, conforme mencionado nas análises anteriores, não deixa de ser emblemático quando tal percepção vem acompanhada do sentimento de insegurança e medo encontrada em em boa parte dos parques pesquisados, uma prova inequívoca do descompromisso dos órgãos

públicos com a manutenção e gerenciamento desses logradouros como espaços públicos destinados a atender as necessidades do cidadão.

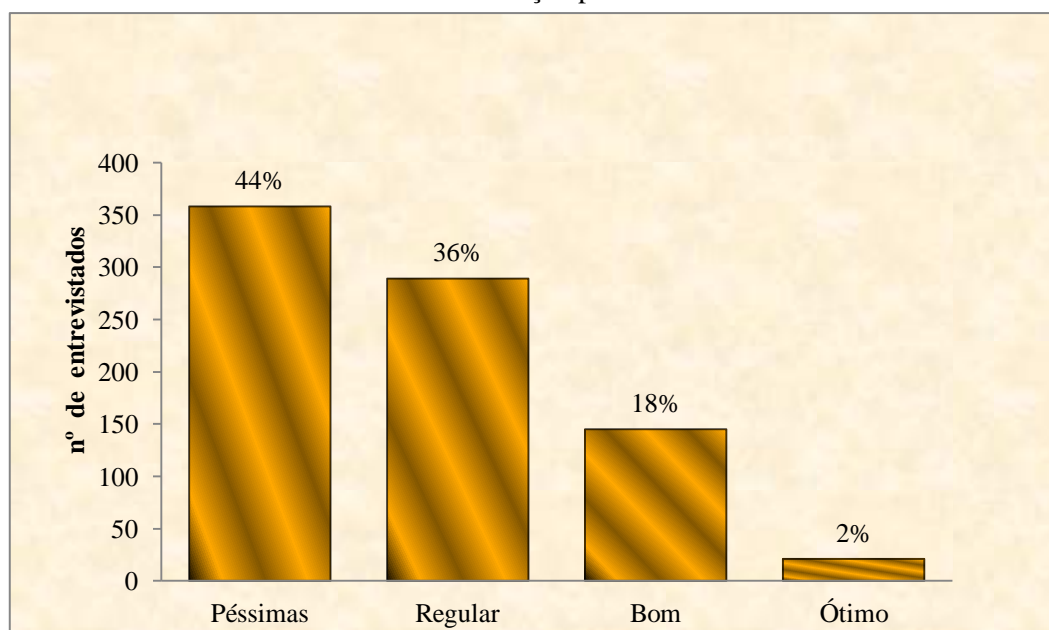
Quanto às condições de conservação dos parques pela administração pública, a opinião dos pesquisados está retratada nos números da Tabela 18 e do Gráfico 19.

Tabela 18 – Opinião dos entrevistados sobre as condições de conservação dos parques pela administração pública

Quant. de parques	SER	Como você avalia as condições de conservação do parque?				Total
		Péssimas	Regulares	Boas	Ótimas	
1	I	155	54	9	3	221
4	II	49	70	26	6	151
1	IV	112	60	3	1	176
2	VI	36	95	94	10	235
1	Cocó Estadual	6	10	13	1	30
Total Geral		358	289	145	21	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 19 – Opinião dos entrevistados sobre as condições de conservação dos parques pela administração pública



Fonte: Elaboração própria.

Dos entrevistados, 44% disseram que os parques são muito mal conservados; 36% acham que a manutenção é regular; 18% acham a conservação boa e apenas 2% consideram ótimas as condições de conservação dos parques. A ausência de uma política permanente e/ou mesmo formas intercomplementares no planejamento de ações envolvendo as secretarias municipais como a Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB) e a Secretaria Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAM), no sentido de zelar e fazer o manejo dos

parques tem sido traduzida por ações esparsas e descontínuas de continuidade, cabendo, em muitos casos, à própria comunidade a tarefa dos cuidados e construção de equipamentos para a prática de esportes, como exemplo pode-se citar a rampa de *skate* do parque Raquel de Queiroz. É fato que esse descompromisso vem gerando o sentimento de abandono, percebido pela população, demonstrado nos percentuais apresentados nesta pesquisa.

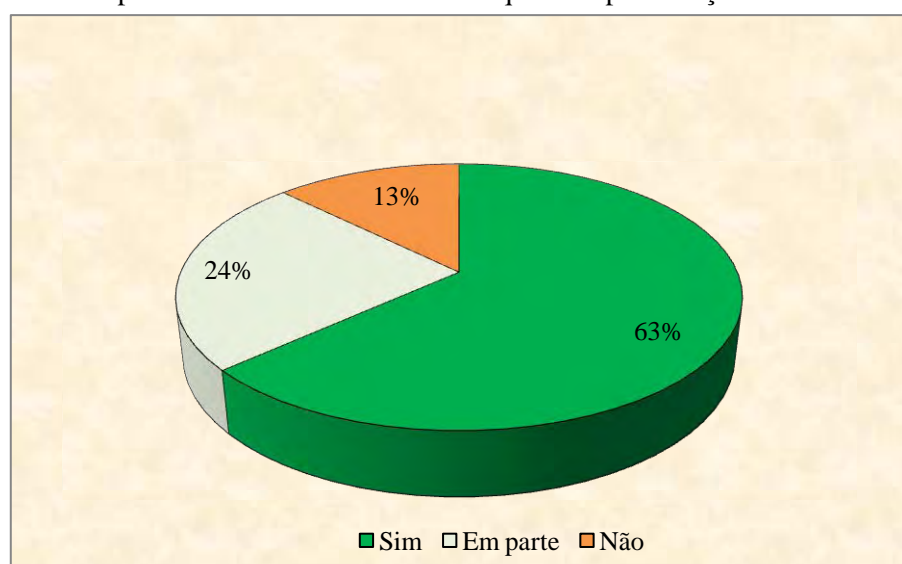
Em relação ao questionamento acerca do sentimento de responsabilidade do usuário do parque quanto à sua preservação, as respostas podem ser analisadas por meio da Tabela 19 e do Gráfico 20.

Tabela 19 – Responsabilidade dos entrevistados quanto à preservação ambiental dos parques

Quant. de parques	SER	Você se sente responsável pela preservação do parque pela administração pública?			Total
		Sim	Não	Em parte	
1	I	133	32	56	221
4	II	105	18	28	151
1	IV	58	44	74	176
2	VI	190	9	36	235
1	Cocó Estadual	29	-	1	30
Total Geral		515	103	195	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 20 – Responsabilidade dos entrevistados quanto à preservação ambiental dos parques



Fonte: Elaboração própria.

Dos entrevistados, 63% se acham responsáveis pela preservação dos parques; 24% se sentem responsáveis “em parte”; e 13% acham que não têm nenhuma responsabilidade quanto a preservar o meio ambiente. Independente da obrigação dos poderes públicos, a população em geral assume o dever de zelar e preservar o ambiente do parque o restante da amostra

revela o sentimento de não se sentir responsável, uma vez que pagam os impostos, os quais em tese deveriam ser aplicados na melhoria substantiva dos equipamentos e estrutura urbana; há uma amostra menor que se diz totalmente descomprometida com a preservação ambiental desses logradouros, apontando diretamente aos gestores públicos a incumbência na manutenção e manejo dos parques, aspecto evidenciado por um dos entrevistados, conforme é retratado na fala: *nós fazemos a nossa parte pagando os impostos, o governo que faça a sua.*

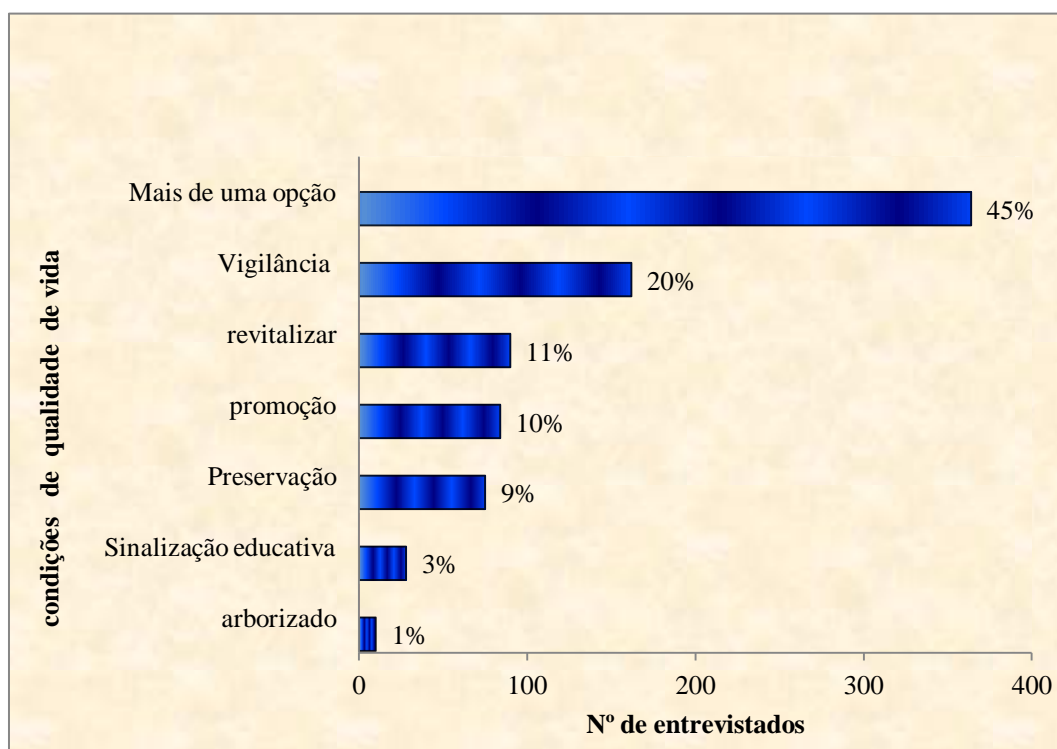
Perguntado aos pesquisados sobre o que falta nos parques para melhorar a qualidade de vida da comunidade suas respostas estão expressas na Tabela 20 e no Gráfico 21.

Tabela 20 – Opinião dos entrevistados sobre o que falta nos parques para melhoria da qualidade de vida da comunidade

Quant. de parques	SER	Arborizar mais	Revitalizar equipamentos	Maior vigilância	Promoção de eventos	Preservar	Sinalização educativa	+ de 1 opção	Total
1	I	4	18	46	7	18	6	122	221
4	II	3	19	30	31	7	2	59	151
1	IV	2	11	62	12	32	4	53	176
2	VI	1	42	18	28	16	10	120	235
1	Cocó Estadual	-	-	6	6	2	6	10	30
Total Geral		10	90	162	84	75	28	364	813

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 21 – Opinião dos entrevistados sobre o que falta nos parques para melhoria da qualidade de vida da comunidade



Fonte: Elaboração própria.

A parcela de 45% dos entrevistados escolheram mais de uma opção, ou seja, vigilância, revitalização, preservação, promoção; sinalização educativa e/ou arborização; 20% priorizaram a necessidade de maior vigilância; 11%, revitalizar os equipamentos existentes; 10%, promover eventos; 9%, fazer campanhas de preservação; 3% utilizar sinalização educativa na área interna do parque e apenas 1%, se preocupou em arborizar mais esses espaços. O percentual atribuído à vigilância indica o medo da vitimização no uso desses equipamentos. No cômputo geral dos indicadores esse certamente merece uma análise mais apurada dos gestores no planejamento de medidas que assegurem uma maior tranquilidade aos cidadãos.

Um dado interessante levantado na pesquisa revelou a importância que os frequentadores atribuem às condições paisagísticas e ambientais dos parques. A aprovação ou desaprovação das qualidades gerais referentes à paisagem e ao ambiente, expressas espontaneamente, atingiram marcas tão elevadas, quanto as referentes a equipamentos mais específicos associados ao esporte e à recreação. Esse é um sinal de que a paisagem passa a ser vista como valor em si mesma e esse valor é reconhecido pelos frequentadores, deixando de ser apenas um pano de fundo para atividades outras.

6 CARACTERIZAÇÃO DOS PARQUES POR SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS

6.1 Parque da SER I

A Secretaria Executiva Regional I fica localizada na zona oeste da cidade, área na qual a cidade de Fortaleza teve origem e que passou a ser foco das atividades mercantis e registrar de forma incipiente os primeiros ordenamentos urbanísticos datados do final do século XIX (JUCÁ, 2000, p.31), quando passa a ser capital do Estado, a cidade passa a contar com 34 ruas, no sentido norte-sul e 27 no leste-oeste, 15 praças destacando-se a do Ferreira e dos Mártires (Passeio Público) e 3 *boulevards* (avenidas largas divididas em dois sentidos). Apesar da importância histórica da região que engloba a SER I esta agrega em sua área administrativa apenas 1 Parque Urbano descrito no subitem 5.1.

6.1.1 Polo de Lazer da Sargento da Hermínio

O Polo de Lazer da Sargento Hermínio, antigamente denominado de Parque Alagadiço, está situado no bairro São Gerardo, com extensão de 39.259,53 m², sendo declarado como área de utilidade pública pelo decreto nº 4.630/76, da prefeitura municipal de Fortaleza. É a única área verde oficialmente regida pela Secretaria Executiva Regional I, na zona oeste de Fortaleza. De acordo com o decreto que o criou, é considerado Zona de Preservação Paisagística ZE-3.

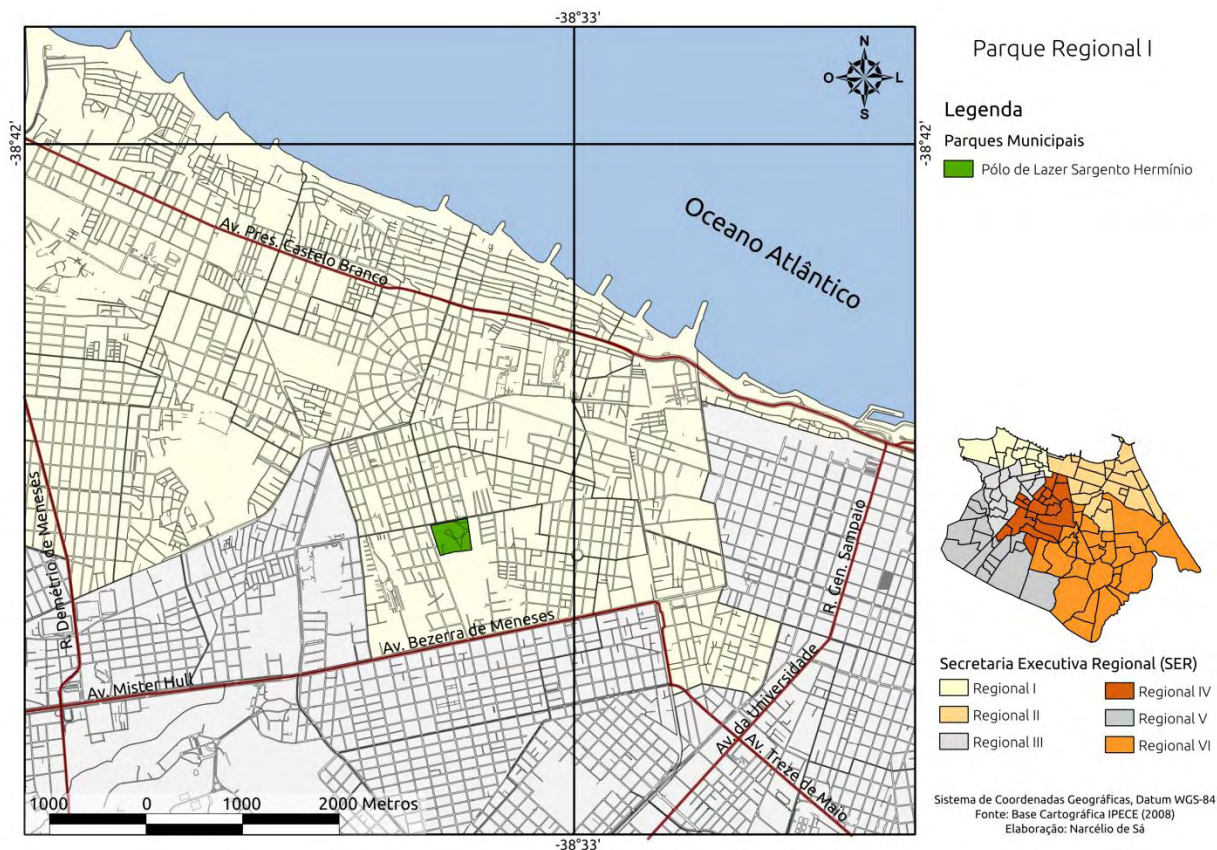
A área delimitada situa-se no cruzamento da Av. Sargento Hermínio com a Rua Professor Pedro Morais Borges, no sentido sul, rua Professor Pedro Morais Borges, a oeste com a Av. Bezerra de Menezes e Eretides Martins.

O parque possui uma adequada cobertura vegetal de médio porte nativa, oferecendo sombra aos usuários, além de excelente qualidade ambiental. É uma área de elevado valor ambiental por conta de sua arborização e pela presença do riacho Alagadiço; possui fonte de água natural da qual a população do bairro recorrentemente faz uso.

O parque atende 15 bairros: Vila Velha, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Barra do Ceará, Floresta, Álvaro Weyne, Cristo Redentor, Ellery, São Gerardo, Monte Castelo, Carlito Pamplona, Pirambu, Farias Brito, Jacarecanga e Moura Brasil, com população estimada em

torno de 345 mil habitantes (IBGE, 2010). Na Figura 13 são apresentados os limites cartográficos dos bairros dessa região.

Figura 13 – Parque da SER I



Fonte: Arquivo da pesquisa.

A área em que está localizado o polo de lazer aqui descrito constitui-se em um dos perímetros urbanos mais antigos de Fortaleza, podendo-se afirmar que a expansão do processo de urbanização da cidade teve ali o seu nascedouro. Sua denominação original era Parque Alagadiço, por estar situado em área de constante inundação em períodos chuvosos. Na década de 70, com a urbanização de sua principal via e entorno, passou a ser chamando de Polo de Lazer Sargento da Hermínio.

Esse parque está inserido na bacia hidrográfica do rio Maranguapinho. Em sua porção sul é cortado por um trecho do Riacho Alagadiço, o qual, apesar de ter respeitada sua faixa de proteção marginal de 30 m na área do parque, tem sofrido em toda a sua extensão um processo de degradação ambiental provocado pelo lixo e efluentes sanitários dos domicílios de seu entorno, além de ocupações irregulares nas suas margens. Isso é percebido pelos usuários e um deles faz o seguinte desabafo: *o que me entristece é saber que há projetos para*

recuperação dos equipamentos e revitalização desse espaço, porém, a cada dia ele vem sendo mais abandonado. (Vendedor, 20 anos).

Essa opinião é corroborada pelos sujeitos pesquisados como se pode perceber na fala da dona de casa (35 anos), quando diz que *tem muita sujeira e os equipamentos estão quebrados, o anfiteatro que deveria ser uma área para eventos culturais ficou só na intenção.* Outro pesquisado indignado com a situação comenta: *polo dos gatos, como também é conhecido em virtude de inúmeros gatos abandonados, é uma vergonha e perigo para a saúde pública.* (Autônomo, 55 anos).

A mata ciliar tem sido suprimida pela canalização do rio e pela construção de galerias pluviais. No Plano Diretor Participativo de Fortaleza (FORTALEZA, 2009) foi propugnado em sua Seção II, artigo 13º, Inciso VIII, a criação da unidade de conservação do riacho Alagadiço em todo o seu percurso, o trecho compreendido entre a lagoa da Agronomia e a sua foz.

Não obstante a normatização legal que determina no ordenamento territorial da cidade a existência de áreas livres, preferencialmente preservadas, o avanço do capital se faz presente, através dos grandes empreendimentos imobiliários que buscam associar à imagem de seu produto a paisagem verde como qualidade de vida e proporcionadora de ar puro. O avanço especulativo de empresas do ramo imobiliário se faz sentir por meio de construções muitas vezes de forma irregular incidindo nas áreas livres dos parques, conforme pode ser constatado nas imediações do Polo de Lazer da Sargento Hermínio.

Apesar de sua extensão e de ser bastante arborizado, percebe-se que esse parque não tem recebido por parte dos órgãos públicos interesse especial em seu manejo e conservação. Assim se expressa jornal local:

[...] no Polo de Lazer da Sargento Hermínio, localizado no bairro Ellery, os idosos são obrigados a dividir espaço com o lixo acumulado e buracos na praça. Sem contar a falta de iluminação e segurança. Segundo os moradores, a casa construída no espaço de lazer com essa finalidade há meses está fechada e não existem policiais atuando nas proximidades. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2011, Caderno Cidade, p. 15).

Durante a pesquisa, foram observadas a insatisfação dos usuários frente à precariedade dos equipamentos e calçadas ora existentes, e pela falta de segurança. Nessa perspectiva comenta um deles: *só o frequento nos horários mais movimentados por outros usuários, não tenho coragem de vir depois das 18h horas, fico amedrontada, pois já ocorreram vários assaltos.* (Professora, 40 anos).

Os frequentadores do local contam várias histórias sobre a época em que o parque era valorizado pelos moradores do local. Hoje, o que se vê, são apenas ruínas de um ambiente que deveria ser utilizado para o lazer da comunidade: *olha, essa rampa de skate foi construída pela comunidade. Se não fosse o empenho dos usuários na manutenção e conservação desse espaço ele simplesmente não existiria.* (Estudante, 16 anos).

Apesar do desencanto da população com as condições do parque, um entrevistado afirma: *frequento o polo de lazer pela qualidade de sua vegetação e pela prática de atividade física promovida pelo programa Saúde do Corpo de Bombeiros.* (Auxiliar de escritório, 25 anos). Outro usuário confirma essa assertiva: *é a única área de lazer pública do bairro, apesar de mal cuidada é o que temos como opção de lazer. Frequento há vários anos, e não penso em deixar de vir, mesmo correndo o risco de me acidentiar nessas passarelas esburacadas.* (Aposentado, 65 anos).

O grande poeta Otacílio de Azevedo, nos meados do século passado já apontava em sua obra “Fortaleza descalça”, a descaracterização da cidade frente à incorporação de padrões de desenvolvimento que relega o homem à mera função de consumidor voraz do seu tempo e dos recursos naturais.

Isso pode ser visualizado como característica marcante no Polo de Lazer Sargento da Hermínio, a presença de uma mureta branca que separa a área do bosque onde estão as árvores de maior porte e vegetação que compõem as áreas ajardinadas. Este elemento edificado recentemente sofreu uma intervenção pela comunidade onde foram grafitados mosaicos decorativos ao longo de sua extensão. A população da área do parque conta, ainda, com um chafariz, que tem uma vazão de cerca de 25.000 l/dia de água potável e gratuita, proveniente do lençol freático localizado no logradouro.

As figuras 14 e 15 capturam a pressão sobre o ambiente natural e construído do parque diante da força do capital imobiliário que avança paulatinamente, no caso específico do Parque Sargento da Hermínio. O empreendimento não respeitou o distanciamento legal do parque, sobretudo sem o aporte de documentações específicas emitidas pela Secretaria Municipal do meio Ambiente (SEMAM), como alvará de construção, estudo de impacto ambiental (EIA) e respectiva licença ambiental, conforme amplamente divulgado pelos jornais locais e pela ONG Pró-Parque Raquel de Queiroz.

Figura 14 – Muro do empreendimento

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 15 – Máquina no limite do parque

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Ao se pensar a gestão do espaço público nas relações perpetradas entre o Estado e a sociedade civil, percebe-se a importância dos parques urbanos no processo de valorização econômica de algumas áreas da cidade, notadamente, no sentido noroeste e sudoeste da cidade. O viés econômico sobressai e ganha força sobre os interesses da sociedade, refletindo-se na disputa das áreas consideradas nobres. Mascarenhas (2006, p. 3) afirma que “esse processo produtor de localizações reflete um modelo segregacionista, concentrando os equipamentos de lazer nas áreas mais nobres.”

Os parques urbanos tornaram-se objeto de consumo que coroam estratégias segregacionistas de requalificação urbana (SERPA, 2005). No caso particular do Polo de Lazer da Sargento Hermínio, este é o único exemplar em uma região que abrange 15 bairros. Sua importância quer no sentido estratégico da planificação urbanística e paisagística de uma área com escassez de mancha verde, quer pelas condições de favorecimento a práticas direcionadas a atividades físicas, convivência – conforme são apontadas na questão 21 do Quadro 6, pelos usuários –, merece ser tratada com ênfase necessária na definição de políticas públicas que privilegiem este ambiente, dotando-o de condições adequadas ao pleno uso de sua espacialidade pela população de sua circunvizinhança.

No Quadro 8 apresenta-se de forma particularizada os dados sobre o perfil socioeconômico e a percepção ambiental dos sujeitos que frequentam o Polo de Lazer da Sargento Hermínio, destacando o item 22, referente à questão de conforto térmico proporcionado pelo parque.

Quadro 8 – Dados apurados da amostra do parque da Av. Sargento Hermínio

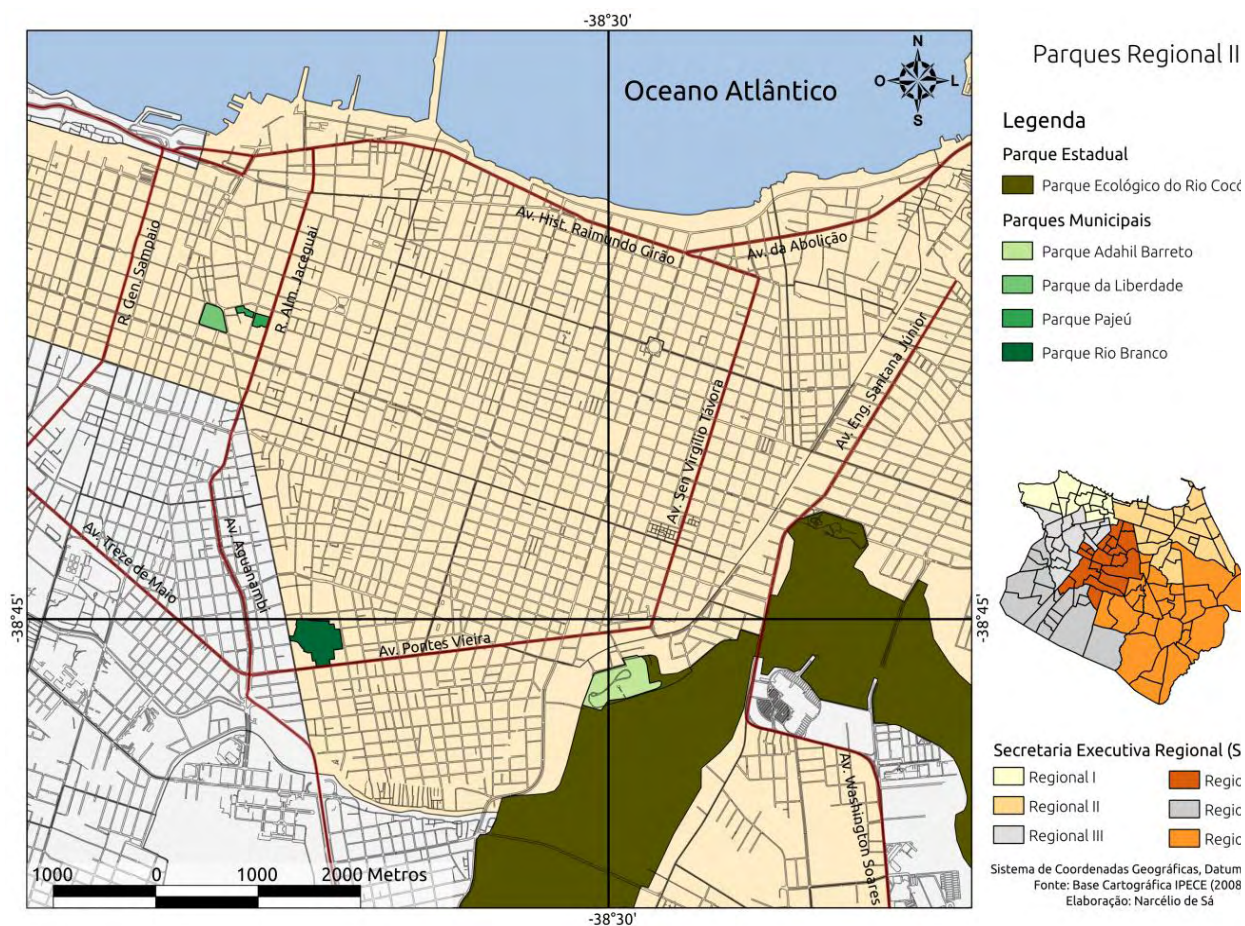
Parque	P1.1 Sexo		P1.2 Faixa etária		P1.3 Escolaridade			P1.4 Faixa de renda familiar						
	F	M	<20	20 a 40	40 a 60	> 60	Fund.	Médio	Sup.	Pós-graduação	Até 1 sm	1 a 2 sm	2 a 5 sm	> 5 sm
	110	111	29	84	78	30	59	103	49	10	44	93	52	32
	P1.5 Distância													
	P1.6 Deslocamento													
	Perto	Longe	Cond. própria	A pé	Transp. coletivo	Outros	1 vez	2 a 3 vezes	+ de 3 vezes	Até 1 hora	1 a 2 horas	2 a 3 horas	+ de 3 horas	
	174	47	40	165	6	10	31	70	120	87	97	21	16	
	P1.9 Frequenta outros parques													
	P1.10 Conhecimento do número de parques													
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Parcialmente	Não	P1.11 Conhecimento do Plano Diretor de Fortaleza						
	42	179	35	186	7	200	14	36	36	P1.12 Conhecimento de ações em defesa da preservação do parque				
	P2.1 A iniciativa de frequentar o parque deve-se													
	22													
	1													
	Sargento Hermínio													
	1													
	Orientação médica													
	Hábito de praticar atividades													
	Espaço de convivência e lazer													
	Participar de eventos sociais e esportivos													
	Necessita de contato c/ natureza													
	6. Mais de uma opção													
	42													
	P2.2 Sensação térmica													
	Sim	Não	Muito recente	Relativamente recente	Vários anos	Sozinho	C/ família	C/ amigos	Sim	P2.5 O ambiente do parque lhe dá segurança?				
	207	14	25	47	149	94	72	55	84	Não				
	P2.6 Como você avalia as condições de conservação do parque?													
	Precárias	Regulares	Boas	Ótimas	Sim	Não	Em parte	P2.8 O que falta ao parque para melhorar a qualidade de vida da comunidade local?						
	155	54	9	3	133	32	56	Arborizar	Revitalizar	Vigilância	Promoção	Preservação	Simulação educativa	+ de 1 opção
								10	90	162	84	75	28	364

Fonte: Elaboração própria.

6.2 Parques da SER II

Os parques urbanos da Secretaria Executiva Regional II delimitados neste estudo são: Parque da Liberdade, Parque Pajeú, Parque Rio Branco, Parque Adahil Barreto e Parque Ecológico do Cocó. A SER II é formada por 20 bairros, possui um grande adensamento comercial e de serviços, considerada uma das regionais com maior fatia de arrecadação municipal, segundo dados do site oficial da Prefeitura Municipal PMF (2012). A descrição das especificidades de cada um dos parques dessa regional podem ser conferidos na exposição que se segue, assim como os limites geográficos dos parques, conforme Figura 16.

Figura 16 – Parques da SER II



Fonte: Arquivo da pesquisa.

6.2.1 Parque Rio Branco

O Parque Ecológico Rio Branco, local da nascente do Riacho Rio Branco, foi criado pelo decreto nº 4.628/76, publicado no Diário Oficial do Município de 19 de fevereiro de 1976, como área de utilidade pública para fins de desapropriação e destinada à Zona de Preservação Paisagística ZE-3.

Com uma área de 75.825 m², limita-se ao Norte com a rua Castro Alves; a Leste, com a rua Capitão Gustavo; ao Sul com a Av. Pontes Vieira; e a Oeste com a Av. Visconde do Rio Branco, na confluência dos bairros Joaquim Távora – popularmente conhecido como Piedade –, São João do Tauape e Fátima, muito próximo ao centro de Fortaleza.

O Parque Rio Branco fica localizado em uma área pertencente à SER II, formada por 21 bairros, onde moram em torno de 281.309 pessoas (IBGE,2010). A área da SER II, de grande adensamento comercial e de serviços, é detentora de importante fatia da arrecadação municipal.

O parque é emblemático no sentido de contar com a organização da sociedade civil na defesa de seu patrimônio territorial. Nesse sentido, conta com a atuação efetiva e diuturna do Movimento Pró-Parque, uma ONG que promove ações com vistas à preservação e manutenção desse ambiente há aproximadamente 15 anos. Entre os objetivos da ONG estão delineadas a promoção do meio ambiente sadio para as presentes e futuras gerações, atividades recreativas e socioculturais, a promoção de atividades permanentes, como ginástica para usuários, eventos beneficentes direcionados ao debate de questões coletivas na defesa do patrimônio do parque que possui um importante recurso natural, o riacho Rio Branco, do qual derivou o nome do parque. À frente do movimento está o jornalista Ademir Costa⁷ que assina um *blog* com a divulgação das principais conquistas e lutas da entidade.

O movimento da preservação do riacho encontra ressonância na voz dos usuários quando questionam ou afirmam:

[...] incomoda-me muito ver no leito do riacho garrafas de pet, sacos e lixo em geral, será que as pessoas não se dão conta que também precisam fazer sua parte. (Funcionário público, 48 anos).

[...] minha impressão que espaços como este, está cada vez mais difícil de ser encontrado em Fortaleza, por isso é nosso dever lutar pela preservação do nosso parque. (Contadora, 26 anos).

⁷ Disponível em: <<http://movimentoproparque.blogspot.com.br>>.

Apesar de todos os problemas existentes os parques possibilitam para quem vive em grandes centros urbanos, mais contato com a natureza.
(Artista plástica, 33 anos).

As figuras 17 a 20 retratam vários espaços e momentos do parque como uma manifestação popular, em prol de melhorias infraestruturais, *playground*, pista de *jooging*. Mesmo que precariamente, ainda se vislumbra o leito do riacho Rio Branco, com quase todo o seu percurso canalizado e aterrado. No Quadro 9 é apresentado o perfil e a percepção dos usuários do Parque Rio Branco, assinalando como indicador preocupante o item 25, referente ao sentimento de segurança no seu uso por parte do usuário.

Figura 17 – Manifestação popular



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 18 – *Playground*



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 19 – Riacho Rio Branco



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 20 – Pista de *jogging*

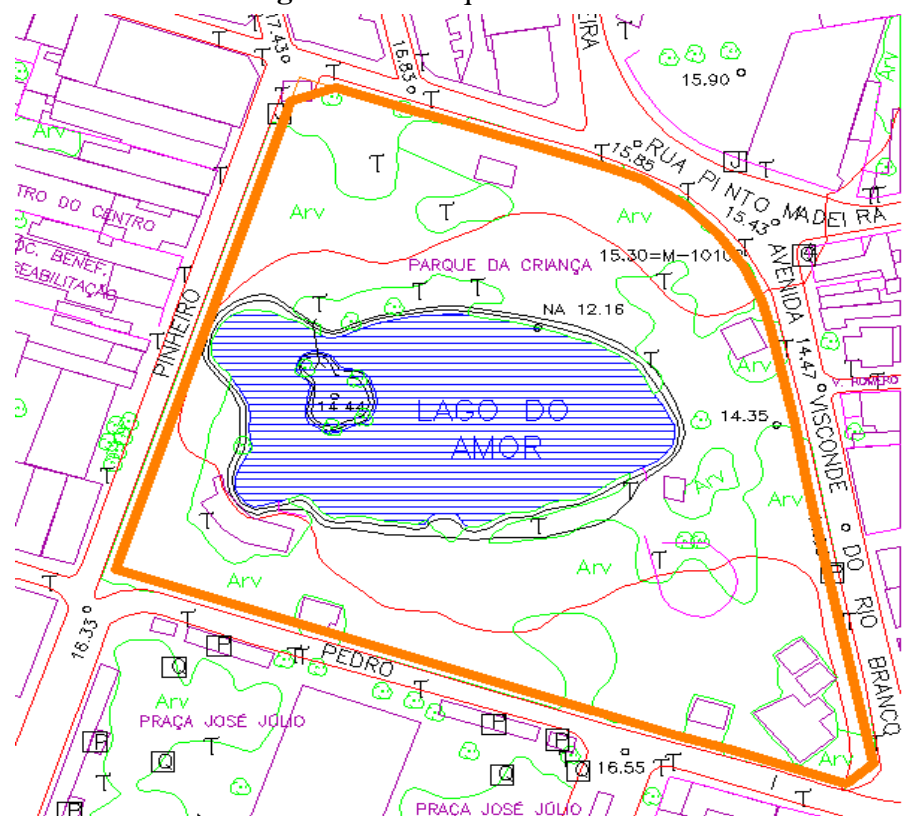


Fonte: Arquivo da pesquisa.

6.2.2 Parque Liberdade

É um dos parques mais antigos da cidade, produzido arquitetonicamente na perspectiva da *Bella Époque* parisiense. Segundo Azevedo (1992), a denominação do local em 1890 se deveu à libertação dos escravos. Em 1922, em homenagem ao Centenário da Independência passa a se chamar Parque da Independência, quando ocorreram mudanças em sua infraestrutura e ambientação interna e externa. O prefeito na época, Idelfonso Albano, mandou construir muros circundantes no formato colonial, acrescidos com grades trazidas do Passeio Público, além de quatro portas circulares com telhados e beira de bicos nos quatro cantos do logradouro. A Figura 21 mostra a localização do parque e seus limites.

Figura 21 – Parque da Liberdade



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (s/d).

A denominação como Parque da Independência permaneceu por 14 anos e em 1936 recebeu o nome de Cidade das Crianças, através do decreto-lei nº 187, de 28 de janeiro, quando o prefeito Raimundo Araripe inaugurou uma escolinha de educação infantil e um minizoológico, hoje não mais existentes no logradouro. Como peças decorativas, foram

instaladas duas estátuas em terracota de um menino e menina fundidos em bronze, originários de Milão, Itália.

Em 1948, através do decreto municipal nº 84, de 21 de outubro, voltou a ser chamado Parque da Liberdade. Sua área física possui de 27.671,10 m² e está situado entre as ruas Pedro Pereira e rua Solon Pinheiro, na zona central da cidade. O parque conserva ainda, apesar de certa precariedade, um lago artificial com um pequeno espelho d'água batizado como Lago do Amor (Figura 22), que se encontra degradado pelas ações antrópicas e uma ilha também denominada de amor tendo como ornamento uma estátua do cupido; áreas ajardinadas, pontes, bancos e caminhos com eixos ortogonais que podem conduzir o pedestre a um ponto focal, central ou não, segundo moldes e cenários românticos dos parques europeus do final do século XIX. Um entrevistado comentou o seguinte:

[...] era um lugar bonito, antes tinha pedalinho no lago, escolinha, hoje, ainda tem alguns equipamentos do passado como castelinho, as pontes etc. Porém, é visível a má conservação do ambiente, o mau cheiro, o lixo no lago, o abandono a que foi relegado pelos antigos frequentadores. Enfim, não é nada agradável presenciar seu atual estado. (Comerciante, 55 anos).

Outro participante dessa pesquisa complementa: *hoje passo por aqui apenas de passagem, em outras épocas frequentei muito esse parque, era costumeiro vir nos finais de semana, ou mesmo quando saía da escola. (Auxiliar administrativo, 44 anos).*

Figura 22 – Lago do Amor

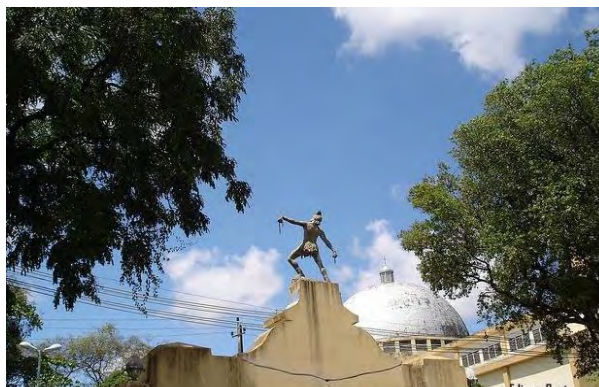


Fonte: Arquivo da pesquisa.

Um de seus portais é a estátua do índio (Figura 23) que simboliza a liberdade, com os braços abertos, representando o rompimento dos grilhões que cerceiam a liberdade humana, uma obra do artista plástico Euclides Fonseca, no ano de 1925. O Parque da Liberdade, mesmo a

despeito do abandono a que recorrentemente é submetido, mantém uma beleza paisagística que resiste ao tempo. Seu ordenamento e plano paisagístico traz todo o simbolismo de um recanto aprazível e único de uma área central como poucos equipamentos dessa natureza.

Figura 23 – Estátua do Índio



Fonte: Arquivo da pesquisa.

É com certo pesar que se observa pelos dados coletados na amostra, seu uso apenas como corredor de passagem. O sentimento de insegurança é a tônica presente em quase todas as respostas coletadas. Nenhum dos usuários pesquisados o utilizam como espaço de convivência (item 21), conforme está representado no Quadro 10.

Quadro 10 – Dados apurados na amostra do Parque Liberdade

Parque	Total		P1.1 Sexo				P1.2 Faixa etária			P1.3 Escolaridade			P1.4 Faixa de renda familiar			
	F	M	<20	20 a 40	40 a 60	> 60	Fund.	Médio	Sup.	Pós-graduação	Até 1 sm	1 a 2 sm	2 a 5 sm	> 5 sm		
Regional (II)	8	8	1	6	7	2	6	8	2	-	1	13	2	-		
	P1.5 Distância															
	P1.6 Deslocamento			P1.7 Utiliza-se do parque			P1.8 Tempo de permanência no parque									
	Perto	Longe	Cond. própria	A pé	Transp. coletivo	Outros	1 vez	2 a 3 vezes	+ de 3 vezes	+ de 3 vezes	Até 1 hora	1 a 2 horas	2 a 3 horas	+ de 3 horas		
11	5	1	9	-	6	1	13	2	2	7	6	1	2			
P1.9 Frequentar outros parques																
P1.10 Conhecimento do número de parques			P1.11 Conhecimento do Plano Diretor de Fortaleza			P1.12 Conhecimento de ações em defesa da preservação do parque										
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Parcialmente	Não		Sim			Não					
4	12	1	15	-	1	15	-	-			16					
P2.1 A iniciativa de frequentar o parque deve-se																
16																
Liberdade	Orientação médica		Hábito de praticar atividades			Espaço de convivência e lazer			Participar de eventos sociais e esportivos			Necessita de contato c/ natureza		6. Mais de uma opção		
	6		7									1		2		
	P2.2 Sensação térmica		P2.3 Decisão de frequentar no parque			P2.4 Costuma ir ao parque			P2.5 O ambiente do parque lhe dá segurança?							
	Sim	Não	Muito recente	Relativamente recente	Vários anos	Sozinho	C/ família	C/ amigos	Sim			Não				
	16	-	4	8	4	11	-	5	3			13				
	P2.6 Como você avalia as condições de conservação do parque?															
	Precárias		Regulares		Boas		Ótimas		Sim		Não		Em parte			
	4		10		2		-		8		-		8			
	P2.7 Você se sente responsável pela preservação do parque pública?		P2.8 O que falta ao parque para melhorar a qualidade de vida da comunidade local?		Arborizar		Revitalizar		Vigilância		Promoção		Preservação		Simulação educativa	

Fonte: Elaboração própria.

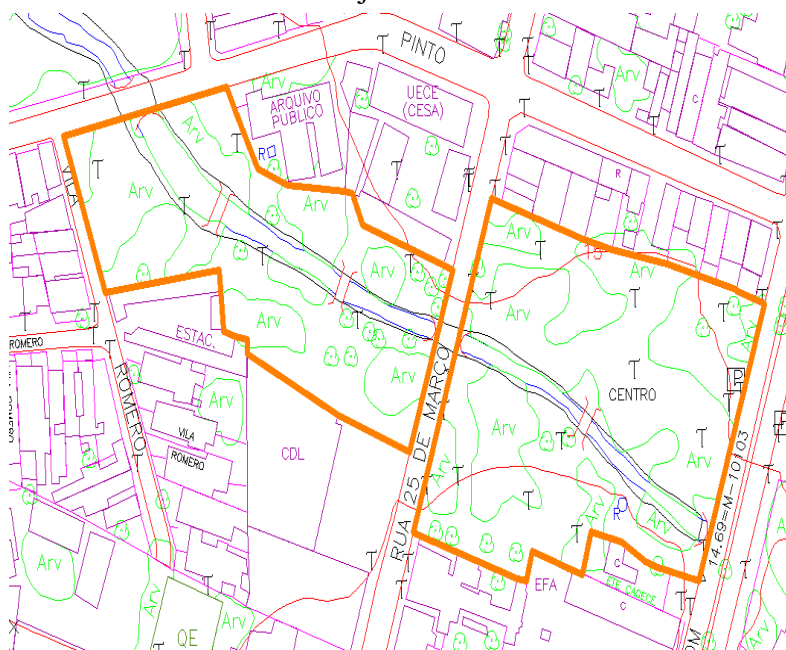
6.2.3 Parque Pajeú

Localizado entre a Av. Dom Manuel e a rua Pinto Madeira, no bairro do Centro, possui uma área de 15.335m². O parque foi oficializado através do decreto nº 5.565/80, de 24 de abril de 1980, e declarado como de utilidade pública para desapropriação. Segundo Ponte (2009) o riacho Pajeú:

[...] um dia demarcou o ponto no qual o antigo povoado que deu origem a Fortaleza começou a se desenvolver, no século XVII. O Forte de Schoonenborch, construído por Matias Beck sobre a colina Marajaitiba, necessitava de água doce e limpa. O casamento entre água potável abundante e local elevado – que facilitava uma melhor visão de navios inimigos – fizeram do lugar onde hoje se localiza a 10ª Região Militar um ponto ideal. “O Matias Beck poderia ter escolhido o Cocó, mais caudaloso, mas preferiu o Pajeú”, A região era tão propícia ao ancoramento de navios que, em local próximo, seria formado o primeiro porto de Fortaleza, na Ponte Metálica. (PONTE, 2009, p. 9).

Segundo Silva *et al* (2005), a ocupação da bacia do Pajeú começou por volta de 1920, sendo gradativamente ampliada. Do início da sua ocupação até os dias atuais, ocorreram anos de grandes migrações dentro do Estado, principalmente para a cidade de Fortaleza. Sua extensão é de menos de 5 km; sua foz nasce nas imediações das ruas Silva Paulet, José Vilar e Bárbara de Alencar, no bairro Aldeota; praticamente todo o seu leito encontra-se canalizado. A Figura 24 indica a área espacial ocupada pelos parques Pajeú e Liberdade e o curso do riacho.

Figura 24 – Parque Pajeú, Parque da Liberdade e o curso do riacho Pajeú



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (s/d).

Em homenagem ao rio Pajeú, foi criado o parque que leva o seu nome, o qual possui um desenho urbanístico de parque linear edificado aproveitando sua extensão fluvial que penetra no tecido urbano realizando interseções com algumas ruas e avenidas centrais. Segue padrão inspirado no modelo do arquiteto e paisagista Frederick Law Olmsted que projetou o *Brooklyn's Prospect Park*, nos anos de 1866 a 1867 (FRIEDRICH, 2007). Segundo alguns escassos registros, as intervenções no riacho foram iniciadas ainda no século XIX. A obra de canalização de maior destaque, porém, foi realizada no início da década de 1980, em consequência da urbanização da cidade. Seu leito original foi modificado e o seu curso desviado, em virtude das edificações já existentes, medida que visava, sobretudo, minimizar o impacto dos altos custos das indenizações.

O parque ladeia o riacho, cuja extensão é de 3.360 m. Originalmente, ia além do que está configurado, estendendo-se até a foz na Praia de Iracema. Possui uma configuração de relevo plano, como recurso natural e destaca-se pelo solo com gramados e ajardinado com arvoredos e plantas decorativas. Sua estrutura física possui uma rede de caminhos e recantos sinuosos. Está situado em área de grande movimentação de transeuntes, mas é precária a conservação dos equipamentos básicos tais como: bancos, lixeiras, *playground*, passarelas, bem como, de manejo relativo à limpeza periódica do córrego, poda das árvores, gramados e

replântio das espécies nativas, dentre outros cuidados voltados à qualificação e melhoria desse espaço público.

Mesmo estando implantado na área central da cidade as pessoas entrevistadas expressam em suas falas o sentimento de medo motivado pela falta de segurança local, tais como: *sinto medo quando tenho que atravessar o parque para pegar o ônibus para ir para minha casa, tem muito morador de rua e desocupado que ficam rodando por aqui durante o dia.* (Estudante, 19 anos). Esse medo é compartilhado por outro entrevistado: *as pessoas que costumo ver frequentando esse parque é apenas durante o período da manhã e no final do expediente de trabalho, utilizando-o como corredor de passagem. Não vejo como local de lazer de contemplação da paisagem.* (Professor universitário, 50 anos).

Em 1997, a prefeitura de Fortaleza junto com a Câmara de Dirigentes Lojistas e a sociedade civil, representada por artistas plásticos cearenses, transformaram o parque em uma grande área de exposição permanente de esculturas. Atualmente, não se visualizam programações voltadas à revitalização da área, apesar de o governo municipal e entidades do terceiro setor apontarem para ações nesse sentido. Dessa forma, afirma o usuário: *é uma área que deveria ser mais valorizada pela prefeitura e ter vigilância permanente, afinal é o berço da cidade de Fortaleza.* (Administrador, 55 anos).

Há semelhança quanto ao uso que se faz do Parque Pajeú com o seu vizinho Parque da Liberdade, apesar de ter uma infraestrutura requerendo cuidados, segundo avaliação de seus usuários, o abandono pelo qual a área central de Fortaleza vem sendo submetida acaba refletindo na capacidade do Pajeú abrigar em seu âmbito programas socioculturais e ações voltadas ao lazer. Nesse sentido, cabe destacar que seu design paisagístico está mais direcionado a lazer passivo como jogos de mesa e leitura. Um dos principais usos que a comunidade que faz de seus espaços está relacionada a servir de corredor de passagem para outras áreas da cidade. No Quadro 11 tem como destaque seus usuários não citá-lo como *locus* de eventos socioesportivos.

Quadro 11 – Dados apurados na amostra do Parque Pajeú

Parque	P1.1 Sexo		P1.2 Faixa etária		P1.3 Escolaridade			P1.4 Faixa de renda familiar									
	F	M	<20	20 a 40	40 a 60	>60	Fund.	Médio	Sup.	Pós-graduação	Até 1sm	1 a 2 sm	2 a 5 sm	> 5 sm			
Regional (II)	12	9	3	8	8	2	5	14	2	-	2	14	3	2			
	P1.5 Distância																
	Perto		Longe	Cond. própria		A pé	Transp. coletivo	Outros	P1.7 Utiliza-se do parque								
	16		5	5	10	6	-	-	14	3	Até 1 hora				1 a 2 horas	2 a 3 horas	+ de 3 horas
	P1.10 Conhecimento do número de parques																
	Sim		Não	Sim		Não	Diretor de Fortaleza		P1.12 Conhecimento de ações em defesa da preservação do parque								
	10		11	-	21	-	Parcialmente	Não	21	6	Até 1 hora				1 a 2 horas	10	1
	P2.1 A iniciativa de frequentar o parque deve-se																
	21																
	Pajeú	Hábito de praticar atividades															
Espaço de convivência e lazer																	
Participar de eventos sociais e esportivos																	
Necessidade de contato c/natureza																	
Mais de uma opção																	
P2.2 Sensação térmica																	
Sim		Não	Muito recente	Relativamente recente	Vários anos	Sozinho	C/ família	C/ amigos	P2.5 O ambiente do parque lhe dá segurança?								
7		14	9	7	5	13	4	4	11	Sim				Não			
P2.6 Como você avalia as condições de conservação do parque?																	
Precárias		Regulares	Boas	Ótimas	Sim	Não	Em parte		P2.8 O que falta ao parque para melhorar a qualidade de vida da comunidade local?								
5		13	3	-	12	4	5	1	2	11	6	1	-	-			

Fonte: Elaboração própria.

O levantamento realizado neste estudo apurados no quadro geral (ver apêndices) pontua que grande parte de seus usuários mora nas redondezas. Outro destaque é referente ao perfil de idade, 50% da amostra está acima da faixa etária de 40 anos, muitos já aposentados com tempo para usufruírem do espaço em seus momentos de convivência e entretenimento, proporcionado por alguns equipamentos existentes, tais como: mesas de xadrez e damas.

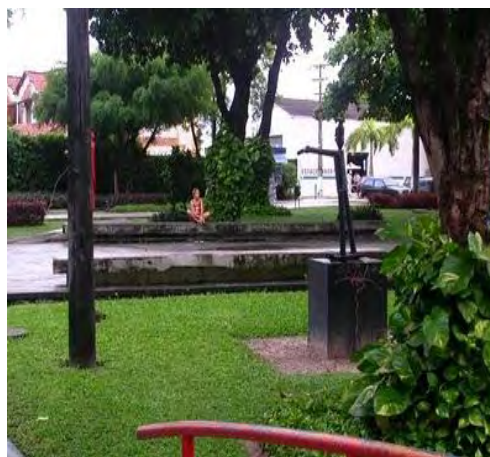
Outra variável relativa aos frequentadores do parque é no sentido de utilizá-lo como corredor de passagem para outros espaços públicos, com maior nível de segurança, podendo-se afirmar que o uso dele reside, principalmente, em ser ponto de deslocamento do transeunte a caminho do centro da cidade e não necessariamente para a prática de atividades físicas, por estar situado, conforme já assinalado, em uma zona central e comercial da cidade. As figuras 25 a 28 oferecem uma visão parcial do parque como sua canalização; ambientação constituída de bancos, pontes, arvoredos e gramados. No contraste, resíduos sólidos no seu leito.

Figura 25 – Canal do Parque Pajeú



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 26 – Parque Pajeú- Alameda



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 27 – Parque Pajeú/ Degradação ambiental



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 28 – Riacho Pajeú



Fonte: <fortalezaemfotos.blogspot.com>.

6.2.4 Parque Adahil Barreto

Esse parque está delimitado entre as ruas Marechal Virgílio Borba e Vicente Leite, no bairro São João do Tauape; possui uma área de 137.103,19 m² e foi oficializado pelo decreto nº 4.852, de 29 de março de 1977, com declaração de utilidade pública e para fins de desapropriação pelo decreto nº 5.754/83, de 11 de novembro de 1983.

O Parque Adahil Barreto, ou “Parque do Cocó antigo”, como também é conhecido, foi instituído em 1980 e é um marco na história do movimento ambientalista do Estado do Ceará. Localiza-se às margens do rio Cocó, aproximadamente 9 km da foz; foi a primeira área a propiciar o uso da bacia do rio Cocó e a ter um núcleo de conscientização ambiental. Como fica situado em uma área de alto valor imobiliário sofre pressões intermitentes para o uso e ocupação de caráter especulativo dos grandes empreendimentos imobiliários, assim como das camadas sociais mais empobrecidas que ocupam suas margens. Sobre a ocupação do solo nessa área um entrevistado comenta: *leio sempre nos jornais a ameaça frequente ao parque, é uma pena que o poder público fique inerte quanto se trata de combater a especulação imobiliária que ronda essa área nobre.* (Autônomo, 55 anos).

Dentre os parques da SER II é um dos que apresenta boas condições de uso e regular estado de conservação, possuindo extensa área de lazer, pista de corrida, playground, equipamentos fixos para ginástica (pranchas de abdominal, barras etc); e uma grande área aberta com bancos e mesas sombreados pelos arvoredos nativos e plantas exóticas. Estrutura física com banheiros públicos, um quiosque e área administrativa.

Isso é confirmado pelos diversos depoimentos aqui transcritos: *o Parque Adahil Barreto é um dos melhores locais para irmos com a família, bastante arborizado é uma área que podemos desfrutar do contato com a natureza e respirar ar puro.* (Doméstica, 23 anos); *costumo fazer exercícios diários pela manhã, é agradável o contato com a natureza do manguezal do rio Cocó e sua vegetação abundante, fato não tão frequente na cidade de Fortaleza que se ressentem da pouca arborização local.* (Jornalista, 30 anos).

Esse parque abrigou uma série de projetos voltados à educação ambiental, que a título de exemplo, cita-se o Parque Vivo, em convênio com a UFC e prefeitura municipal de Fortaleza, com o objetivo de disseminar a educação ambiental, tendo como público-alvo alunos de escolas públicas e particulares, universitários, além de integrantes de ONGs, associações, comunidades e empresas, fomentando uma consciência crítica ecológica. O projeto Parque Vivo oferecia atividades como trilhas ecológicas em áreas de preservação ambiental, passeios de barco na foz do rio Cocó, oficinas de materiais reciclados, vídeo-debates, palestras sobre ecologia e esporte de orientação na área do parque.

Atualmente, abriga exposições de arte, eventos culturais, manhãs e tardes recreativas, notadamente em datas comemorativas, o que é corroborado por um de seus usuários: *sempre há programações socioculturais. É legal trazer os amigos e a família para desfrutarmos desse ambiente.* (Aposentado, 60 anos). As escolas da rede pública e privada também se servem desse espaço para atividades socioeducativas e recreativas.

Um dos entrevistados aponta alguns senões em relação à infraestrutura e manutenção do parque: *esse parque é tudo de bom, pena que seu restaurante há muito se encontra fechado e os banheiros não têm condições de uso. Outra coisa preocupante é a quantidade de gatos soltos no parque, será que os administradores não dão conta desse problema?* (Mecânico, 33 anos).

O parque Adahil Barreto também não ficou imune – de acordo com o sentimento de seus usuários – ao processo de degradação das suas condições naturais e de seu ambiente

construído, em que pese está localizado em área de forte valor imobiliário. As figuras 30 a 32 indicam parte de sua estrutura de playground com brinquedos quebrados, ausência de equipamentos para ginástica, grades de proteção quebradas etc. No Quadro 12 pode ser visualizado a queixa dos usuários sobre a questão das condições de conservação do parque como extremamente insatisfatória, mesmo estando localizado em uma das áreas mais valorizadas da cidade.

Figura 29 – Área esportiva do Parque Adahil Barreto (1)



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 30 – *Playground* do Parque Adahil Barreto (2)



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 31 – Entrada do Parque Adahil Barreto



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Quadro 12 – Dados apurados do parque Adahil Barreto

Total	P1.1 Sexo		P1.2 Faixa etária			P1.3 Escolaridade			P1.4 Faixa de renda familiar								
	F	M	<20	20 a 40	40 a 60	> 60	Fund.	Médio	Sup.	Pós-graduação	Até 1sm	1 a 2 sm	2 a 5sm	> 5 sm			
	25	27	6	16	21	9	3	19	27	3	4	6	15	27			
Regional II	P1.5 Distância		P1.6 Deslocamento			P1.7 Utiliza-se do parque			P1.8 Tempo de permanência no parque								
	Perto	Longe	CP	a Pé	TC	Outros	1 vez	2 a 3vezes	+ de 3vezes	Até 1 hora	1 a 2horas	2 a 3horas	+ 3horas				
	42	10	22	28	2	-	14	11	37	18	25	9	10				
Adahil Barreto	P1.9 Freq. em outros parques urbanos		P1.10 Conhecimento do número de parques			P1.11 Conhecimento do Plano Diretor de Fortaleza			P1.12 Conhecimento de ações em defesa da preservação do parque								
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Parcialmente	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	36				
	19	43	14	38	5	5	42	16	16	16	16	36	36				
P2.1 A iniciativa de frequentar o parque deve-se																	
1. Orientação médica		2. Hábito de praticar atividades			3. Espaço de convivência e lazer			4. Participar de eventos sociais e esportivos			5. Necessita de contato c/natureza			6. + de uma opção			
	3		19		10										20		
P2.2 Sensação térmica	P2.3 Decisão de frequência no parque		P2.4 Costuma ir ao parque			P2.5 Ambiente do parque lhe dá segurança			P2.8 O que falta o parque para melhorar a qualidade de vida da comunidade local?								
	Sim	Não	Muito recente	Relativamente recente	Vários anos	Sozinho	c/ família	c/ amigos	Sim	Não	Arborizado	Revitalizar	Vigilância	Promoção	Preservação	Sinalização educativa	+ de 1 opção
	52	-	8	11	33	22	16	14	42	10	-	10	4	4	2	1	31
P2.6 Como você avalia as condições de conservação do parque																	
Precária	R	B	O	Sim	Não	Em parte	Arborizado	Revitalizar	Vigilância	Promoção	Preservação	Sinalização educativa	+ de 1 opção				
	16	18	14	4	43	6	3	-	10	4	4	2	1	31			

Fonte: Elaboração própria.

6.2.5 Parque Ecológico do Cocó: jurisdição estadual

O Parque Ecológico do Cocó possui, como um de seu principais bioma o manguezal e a bacia do rio Cocó, que nasce na vertente oriental da Serra da Aratanha, no município de Pacatuba e possui a maior bacia de Fortaleza, drenando as porções leste, sul e central do município. Ocupa uma área de 215,9 km² e os principais eixos macrodrenantes são os rios Cocó e Coaçu e os canais do Tauape, Jardim América a Aguanambi. É o principal recurso hídrico do município de Fortaleza com aproximadamente 45 km de extensão. De sua bacia faz parte o açude Gavião que, junto aos açudes do rio Pacoti e do açude Pacajus, constituem os mananciais do sistema de abastecimento de água de Fortaleza e outras cidades da Região Metropolitana.

A preservação do ambiente natural da área de influência do rio Cocó, sempre foi o objetivo de grupos da sociedade civil e destaque nos posicionamentos dos governos estaduais e municipais, principalmente na área de abrangência no município de Fortaleza. Os movimentos sociais ao empreenderem ações em defesa dos parques, particularmente os que denotam maior visibilidade podem ser visualizadas pelos comentários dos usuários do Cocó, tais como: *o parque é uma das únicas reservas do bioma manguezal existente na nossa cidade. Sempre que posso participo das ações em defesa da preservação desse ambiente através de abaixo-assinados, passeatas etc.* (Tecnólogo, 24 anos). *Felizmente já se consegue tornar visíveis ações na defesa de uma melhor arborização da cidade envolvendo instituições e a sociedade civil em geral.* (Dentista, 28 anos).

A implantação do Parque Ecológico do Cocó deu-se de duas formas: através do decreto estadual nº 20.253, de 5 de setembro de 1989, englobando uma área de 446,2 ha, pertencente ao Parque Adahil Barreto; e a segunda oficializada em 8 de julho de 1993, pelo decreto nº 22.587, anexando uma área de 1.155,2 ha inserida no município de Fortaleza, cortando a cidade, no sentido leste-oeste, percorrendo 18 bairros, sendo declarada área de interesse social para fins de desapropriação.

Na Figura 33 a linha verde retrata toda a extensão do Parque Ecológico do Cocó, delimitando os bairros que se lhe avizinham. Por sua extensão é uma das maiores áreas verdes da cidade e a que melhor proporciona aos seus usuários níveis adequados de segurança e condições infraestruturais.

Figura 32 – Carta do Parque Ecológico do Cocó.



Fonte: Alves, 2012 – Atividades de lazer promovidas pelo governo do Estado do Ceará – Programa Domingo no Parque.

O Parque Ecológico do Cocó está em processo de adequação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pela Lei Federal nº 9985, de 18 de julho de 2000, com proposta de denominação de Parque Estadual do Cocó. Segundo a Semace (2012)⁸, o Parque possui três áreas disponíveis para atividades de lazer, esporte e cultura:

- área urbanizada com anfiteatro, quadras esportivas, pistas para *cooper*, dois parques infantis; promoção de *shows* e eventos, competições esportivas, trilhas ecológicas e educação ambiental;

⁸ Site oficial disponível em: <www.semace.ce.gov.br/parque-ecologico>.

– área administrada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, com Núcleo de Conscientização Ambiental, *playground*, promoção de eventos culturais e artísticos, bem como educação ambiental (visitas guiadas, projeto cultural de férias no Ceará, trilhas ecológicas, ações turísticas de lazer etc.), pista de *cooper* e trilha ecológica;

– área urbanizada do Tancredo Neves com duas quadras esportivas, campos de futebol, pistas para *cooper*, ciclovias, praças e áreas de brinquedos.

Os equipamentos existentes possibilitam aos usuários condições optar por diferentes atividades físicas, uma das entrevistadas assim se manifestou sobre o uso do parque: *não gosto de praticar atividades físicas em ambientes fechados, aqui encontro tudo que necessito para manter minha saúde física e mental.* (Operadora de *marketing*, 19 anos). Outras pessoas apontam a frequência ao logradouro, tendo como motivo para usufruir do espaço verde: *gosto de malhar acompanhada por amigas, aqui encontramos o espaço ideal para troca de conversas e, ao mesmo tempo, estamos cuidando de nossa saúde.* (Aposentada, 70 anos).

Quanto à infraestrutura de apoio as condições infraestruturais necessita ser melhor avaliada, não há existência de banheiro público edificado (somente químico), parte de sua orla de calçamento necessita ser recuperada, melhor regulação e manejo de suas trilhas bem como brigadas permanente de incêndio por ser vulnerável, principalmente no último quadrimestre do ano ser extremamente seco e com forte ventos.

Na gestão do parque há várias parcerias estabelecidas para um melhor disciplinamento de seu uso e respectiva proteção com:

- Câmara Técnica do Cocó, criada pela Resolução COEMA nº 08/2003, em 27/03/2003;
- Companhia de Polícia Militar Ambiental (CPMA);
- Prefeitura Municipal de Fortaleza;
- Associações comunitárias;
- Comitê Gestor da Sociedade Civil do Cocó;
- ONGs;

Nessa perspectiva, o parque representa para a vida da cidade e do fortalezense, mais do que uma simples área verde e espaço de lazer, pois seu uso e função representa a própria imagem da cidade e equilíbrio do ecossistema urbano, que em termos de percentual de massa verde por habitante é bastante irrisório conforme já apontado neste trabalho, corroborando com estudos efetivados por (LIMA; ROCHA, 2009) ao se relacionar massa verde de outros logradouros de Fortaleza como praças, canteiros etc, apontam índice de 2,35%.

Quanto à segurança, pode-se dizer que esse parque é, na visão desse entrevistado: *um dos poucos lugares que existe a presença constante da guarda municipal, aliás, guarda florestal que faz a vigilância de toda área do parque. Isso nos deixa seguros diante da crescente escalada de violência em nossa cidade* (Comerciante, 30 anos).

As figuras 34 a 37 retratam uma das manhãs dominicais em que ocorre programação oferecida pelo governo do Estado à população local, com atividades de lazer, recreação e prestação de serviços comunitários, tais como: massagem relaxante, medição de pressão arterial e diabetes, jogos educativos, apresentação de palhaços, atividades com dança e ginástica. Uma entrevistada disse o que acha dessa iniciativa: *todos os domingos participo de aulas de dança, recebo massagem e controlo minha pressão arterial através das ações promovidas pelo Programa Domingo no Parque do Governo do Estado, e de quebra ainda faço minha caminhada habitual*. (Revisora, 40 anos).

O Parque Ecológico do Cocó em termos de ações voltadas ao bem estar social e aparatos de lazer é o melhor contemplando por políticas públicas com ênfase a qualidade de vida e ações de preservação ambiental. As observações dos usuários frente a “conservação”, foram positivas apenas reforçaram a necessidade de haver maior vigilância, ações educativas por parte da gestão pública voltadas a melhoria da qualidade de vida da população, preservação do ambiente e sinalização do entorno. Abaixo podem ser visualizada programação realizada semanalmente pelo Governo Estadual intitulado: Programa Domingo no Parque.

Figura 33 – Aula de ginástica aeróbica



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 34 – Aula de ritmos



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 35 – área de visitação do parque



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 36 – Entrevista com os usuários do parque



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Quadro 13 – Dados apurados da amostra do Parque Ecológico do Cocó

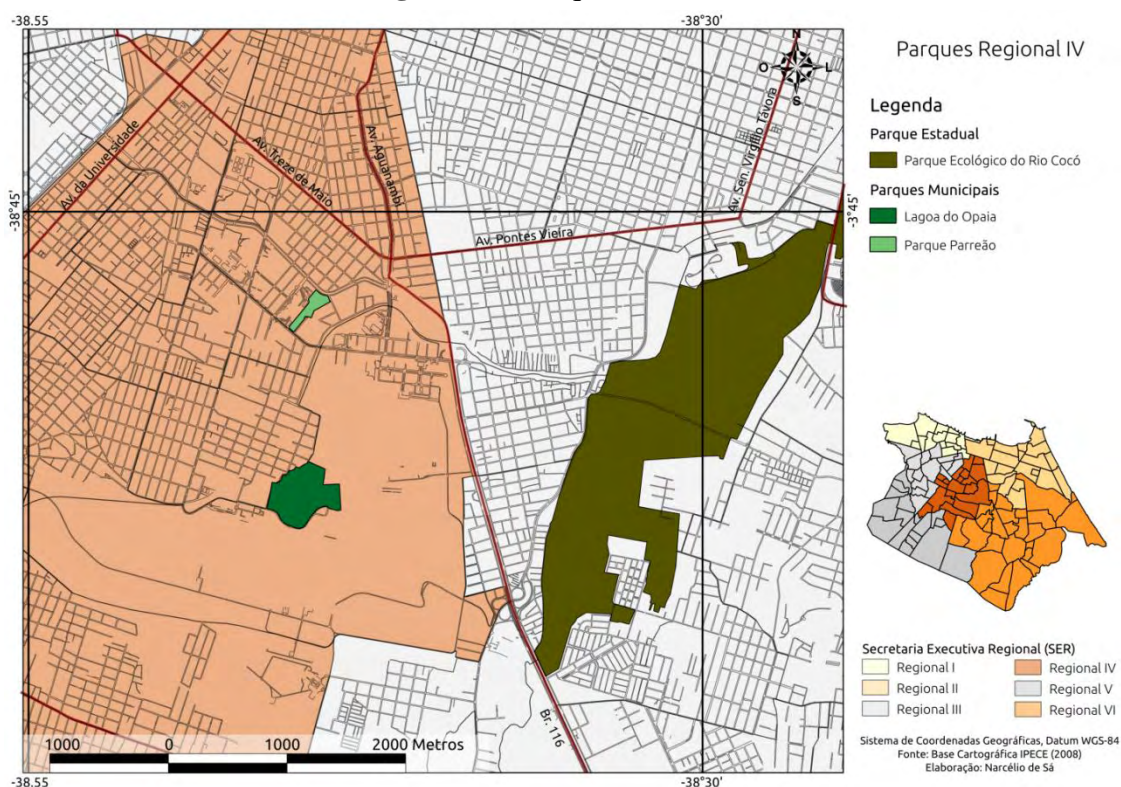
Parque Estadual	P1.1 Sexo		P1.2 Faixa etária			P1.3 Escolaridade			P1.4 Faixa de renda familiar					
	F	M	< 20	20 a 40	40 a 60	> 60	Fund.	Médio	Sup.	Pós-graduação	Até 1 sm	1 a 2 sm	2 a 5 sm	> 5 sm
	18	12	-	9	18	3	-	3	22	5	-	-	10	20
	P1.5 Distância			P1.6 Deslocamento			P1.7 Utiliza-se do parque			P1.8 Tempo de permanência no parque				
	Próximo	Longe	Cond. própria	A pé	Transp. coletivo	Outros	1 vez	2 a 3 vezes	+ de 3 vezes	Até 1 hora	1 a 2 horas	2 a 3 horas	+ de 3 horas	
	27	3	18	10	1	1	14	9	7	11	13	5	1	
	P1.9 Frequenta outros parques			P1.10 Conhecimento do número de parques			P1.11 Conhecimento do Plano Diretor de Fortaleza			P1.12 Conhecimento de ações em defesa da preservação do parque				
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Parcialmente	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não		
	6	24	6	24	8	2	20	18	18	12	12	12		
	P2.1 A iniciativa de frequentar o parque deve-se													
	Hábito de praticar atividades													
	Espaço de convivência e lazer			Espaço de convivência e lazer			Participar de eventos sociais e esportivos			Necessita de contato c/ natureza		Mais de uma opção		
	1			16			6			2		3		
	P2.2 Sensação térmica			P2.3 Decisão de frequentar o parque			P2.4 Costuma ir ao parque			P2.5 O ambiente do parque lhe dá segurança?				
	Sim	Não	Muito recente	Relativamente recente	Vários anos	Sozinho	C/ família	C/ amigos	Sim	Não	Não	Não		
	29	1	3	8	19	9	17	4	24	6	6	6		
	P2.6 Como você avalia as condições de conservação do parque?			P2.7 Você se sente responsável pela preservação do parque pela administração pública?			P2.8 O que falta ao parque para melhorar a qualidade de vida da comunidade local?							
	Precárias	Regulares	Boas	Ótimas	Sim	Não	Em parte	Arborizar	Revitalizar	Vigilância	Promoção	Preservação	Sinalização educativa	+ de 1 opção
	6	10	13	1	29	-	1	-	-	6	6	2	6	10

Fonte: Elaboração própria.

6.3 Parques da SER IV

Os parques situados na Secretaria Executiva Regional IV, são o Parque Parreão e o Parque da Lagoa do Opaia. Recentemente houve uma ampliação do Parque Parreão, em área não contínua denominados Parreão II e III, fruto do envolvimento das comunidades dos bairros situados no entorno, que de forma indireta tutelaram estes logradouros frente a sua manutenção e conservação. Segundo informações coletadas nesta pesquisa a falta de segurança, limpeza e plano de manejo do Parreão I motivaram a migração de boa parte de seus usuários para estas novas áreas públicas. Cabe destacar que as áreas recentes mencionadas estão na categoria de praças e não dispõem de um cenário paisagístico a altura do Parreão original, a despeito dos óbice já apresentados. No Parque da Lagoa do Opaia também pode ser destacado a precariedade de suas condições físicas, em que pese ser *locus* de agregação, espaço coletivo de importância no contexto das lagoas de Fortaleza. Na Figura 38 visualizam-se a localização geográfica dos dois parques mencionados.

Figura 37 –Parques da SER IV



Fonte: Arquivo da pesquisa.

6.3.1 Parque Parreão

Localizado entre as avenidas Borges de Melo e Eduardo Girão, no bairro de Fátima, possui uma área de 31.582 m² e foi regulamentado através do decreto nº 8.890, de 25 de agosto de 1992, como de utilidade pública para fins de desapropriação.

Segundo Macedo e Sakata (2003, p. 113) seu projeto paisagístico pretendeu evitar a canalização do córrego em sua área, substituindo a tradicional estrutura de canal de concreto “que muitas vezes segrega definitivamente o rio da cidade.” No seu formato paisagístico foi destinado um trecho, delimitado por cordas e pedras, para os eventuais transbordamentos. Atualmente, essa proteção e cercamento encontram-se em situação bastante precária.

A configuração morfológica do parque constitui-se de relevo plano, riacho com área alagável, vastos arvoredos, esparsos gramados, vegetação nativa e outras variedades de flora, incorporadas ao seu meio ambiente. A área construída é dotada de um anfiteatro, coreto, uma sala administrativa (atualmente servindo de abrigo à vigilância municipal), uma ponte de madeira, estacionamento, bancos, lixeiras e cercamento. As citações de pesquisados esclarecem sobre a situação atual desse parque:

Moradora no bairro de Fátima há 12 anos, a fisioterapeuta (31 anos) diz que *houve descaso quanto à manutenção. Contudo, diz que boa parte da parcela da culpa cabe aos frequentadores locais*. Outro depoimento apontou que: *Atualmente, o Parreão enfrenta uma grave situação. A ponte que ligava seus dois lados rompeu. Os frequentadores puseram tábuas para improvisar a passagem, mas elas não oferecem segurança alguma e podem quebrar a qualquer momento, causando assim, um acidente*. (Universitária, 17 anos).

Diante da falta de manutenção e segurança, a população tem se deslocado para dois logradouros públicos com características de praças e assumidos pela comunidade, denominados de Parreão II e III. Figuras 39 a 42 evidenciam a problemática citada no Parreão I.

Figura 38 – Parque Parreão: parte da ponte existente



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 39 – Área de calçamento destinada a caminhadas



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 40 – Parreão: poluição no córrego



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 41 – Ponte improvisada sobre o Riacho



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Os usuários reforçam o descaso para com o parque e acrescentam:

O povo chama de “Parreão II” um novo ambiente de lazer, bem mais cuidado que o Parque Parreão I, ele é procurado pela comunidade que prefere utilizá-lo para fazer exercícios físicos e como área de convivência, o que torna o Parreão “original” mais esquecido e em situação ainda mais precária. Infelizmente, foi essa a solução que a população encontrou. (Aposentado, 65 anos).

Resido na proximidade do parque, nós moradores já fizemos inúmeros abaixo-assinados pedindo uma melhor conservação e vigilância para o mesmo, inclusive, apelamos até para a Câmara Municipal, infelizmente as ações empreendidas pelos órgãos públicos foram ineficazes. Hoje, estamos realizando nossas atividades físicas nos parques Parreão II e III, são locais mais seguros e organizados. (Médica, 39 anos).

Apesar de ser uma das áreas movimentadas da cidade o aspecto do parque deixa muito a desejar, ele apresenta ar sombrio devido o lixo que recobre o seu entorno e riacho, bem como suas pontes e bancos destruídos, inclusive com a permanente presença de moradores de rua e usuários de drogas. Os moradores dos condomínios próximos, cansados do descaso, criaram o Parreão II e Parreão III para usufruírem com a família e para prática de atividades físicas. É uma pena! (Dona de casa, 60 anos).

O uso e função mais recorrentes desse parque por parte da população é para a prática de atividades físicas, como caminhada e corrida. No seu percurso pode ser visualizada uma ampla vegetação que destoa dos equipamentos edificados do seu entorno, rompendo com o aspecto monocromático da paisagem localizada em área denominada “macrozona adensada” (ZU), conforme disposto no Plano de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (PDDU-FOR), lei nº 7.061/92, ou seja, com maior concentração populacional e com melhores condições de infraestrutura.

6.3.2 Lagoa do Opaia

A Lagoa do Opaia ou Parque da Lagoa do Opaia está situado na avenida Lauro Vieira Chaves, no bairro Aeroporto, assim denominado por abrigar o primeiro terminal aeroportuário do Estado do Ceará. Sua extensão é de 159.379 m² e foi declarada área de utilidade pública para desapropriação pelo decreto-lei nº 3.172, de 10 de fevereiro de 1969 e pelo decreto-lei nº 5.640 de 14 de agosto de 1980. Segundo Macedo e Sakata (2009) este foi um dos primeiros do programa de implantação de parques da cidade que serviram como alternativa de lazer às praias, de modo a proporcionar ao cidadão do bairro espaços destinados ao convívio comunitário, práticas esportivas e socioculturais. Assim se expressa um pesquisado:

A Lagoa do Opaia já teve seu período de “glamour”. Era frequentada pela classe média e alta, as famílias vinham ver o pôr do sol na lagoa, tinha pedalinhos, bancos e brinquedos em ordem, podia-se dizer era outro ambiente tão diferente do que se vê agora. E olha, que não fica situado em área periférica, senão, a situação poderia ser bem pior. (Militar reformado, 70 anos).

A Lagoa que originou a nomenclatura do parque é um corpo hídrico de aproximadamente 1,5 km de perímetro e tem sua área de preservação permanente, correspondente à faixa de 1ª categoria, no lado oeste, definida segundo o decreto municipal nº 12.450/08 e pelo projeto de urbanização e preservação da prefeitura municipal de Fortaleza.

Na Figura 42 é apresentada uma imagem aérea da lagoa em que se pode observar que a lagoa apresenta elevada densidade habitacional muito próxima ao seu entorno.

Figura 42 – Lagoa do Opaia



Fonte: Google Earth, disponível em: <<https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BF>>

A morfologia natural do parque é constituída pela lagoa, arvoredos, relevo plano, extenso gramado em péssimo estado de conservação e traçado arquitetônico no formato hexagonal. Como equipamentos infraestruturais, possui uma lanchonete, uma sala de administração, *playground*, estacionamento, bancos, ciclovias e lixeiras.

Algumas falas dos entrevistados revelam o sentimento saudosista e ao mesmo tempo de medo pela falta de segurança:

Toda a minha infância e adolescência foi no Jardim União. A lagoa era o local de encontro onde crianças, jovens e idosos ocupavam como espaço de convivência, contemplação e mesmo para a prática de atividades físicas. Havia até mesmo pessoas que pescavam na lagoa. Foi uma referência tão importante na minha vida que resolvi fazer minha tese sobre esse ambiente que numa rápida passagem do tempo assumiu uma configuração espacial tão degradada. (Professora, 44 anos).

Outro depoimento: Sou universitária e desenvolvi pesquisa de campo na área da Lagoa. Tive muita dificuldade de fazê-lo, o ambiente não despertava segurança e minha coleta tinha que ser em horários considerados menos perigosos das 6h às 7h da manhã e no horário da tarde apesar de não ter muito frequentadores tinha que optar na faixa de 16h às 17h, a partir daí não era mais aconselhável. (Mestranda, 39 anos).

Assim como os demais parques urbanos da cidade de Fortaleza o logradouro padece de políticas públicas para a sua revitalização, notadamente do seu entorno, que desde a 1980

vem sofrendo pressão com elevada densidade populacional. Segundo estudo da professora Maria Auxiliadora Cruz (2009), intitulado “Juventudes e meio ambiente: práticas e processos educativos dos jovens do entorno da Lagoa do Opaia”, houve um acréscimo considerável de moradores vindos de outros bairros, modificando gradualmente o desenho urbano da lagoa, descaracterizando-a tanto no seu sentido hidromorfológico quanto na sua estrutura paisagística, por ceder parte de sua área natural para construção de casas e ocupações em suas margens. As figuras 44 a 47 registram as imagens da lagoa e algumas formas de uso.

Figura 43 – Lagoa do Opaia: campo de futebol



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 44– Lagoa do Opaia: área arborizada



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 45 – Vista parcial da lagoa



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 46 – Calçadas e quadra polivalente



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Numa avaliação circunstanciada do logradouro há um descompasso de ações da gestão municipal e estadual voltadas ao manejo e revitalização desse recurso natural, embora o chefe de limpeza urbana da SER IV, afirme que a manutenção dos recursos hídricos, como lagoas, riachos e canais, é feita de forma periódica a cada três meses, ocorre que:

Parte da extensão da Lagoa do Opaia já recebeu trabalho de limpeza para diminuir o nível de poluição da água. Aliado a esse processo, existe um

trabalho de conscientização com os moradores da região para que lixo e resíduos das fossas não sejam jogados na lagoa.

Outrora uma das áreas mais bonitas e aprazíveis da cidade a lagoa está atualmente relegada ao descaso e perda de seu patrimônio natural, pois como diz o entrevistado *hoje, o espaço em volta da lagoa é ocupado por animais soltos, pessoas desocupadas e de vez em quando, aparece algum desconhecido que ignora os riscos de assalto e se aventura a fazer caminhadas*” (Comerciante, 48 anos).

A seguir é apresentado o quadro com dados relativos aos parques Parreão e Lagoa do Opaia, com destaque para o item 12 onde se evidencia que quase a totalidade da comunidade desconhece ações de iniciativa pública e privada voltadas para a defesa e preservação dos parques.

Quadro 14 – Dados relativos aos parques Parreão e Lagoa do Opaia

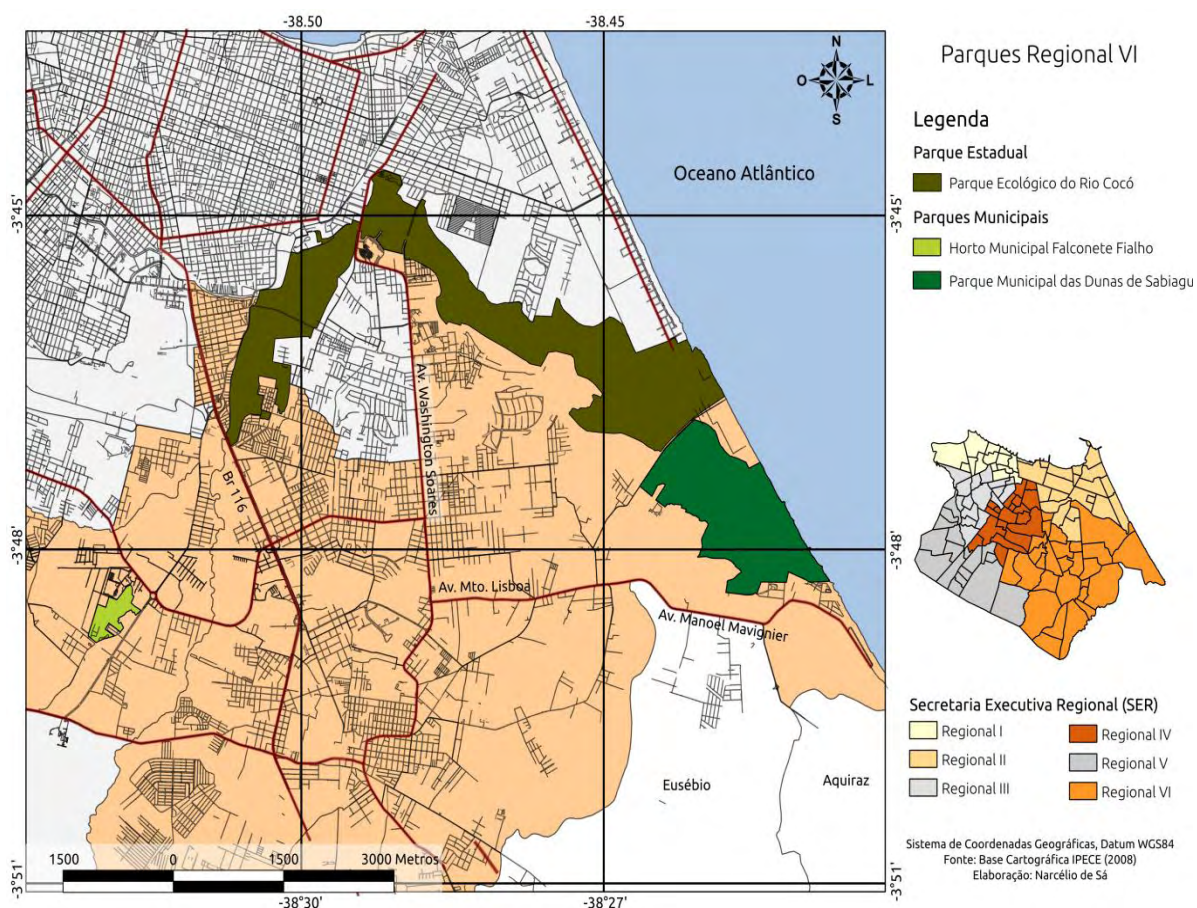
Parque	P1.1 Sexo		P1.2 Faixa etária			P1.3 Escolaridade			P1.4 Faixa de renda familiar					
	F	M	<20	20 a 40	40 a 60	>60	Fund.	Médio	Sup.	Pós-graduação	Até 1 sm	1 a 2 sm	2 a 5 sm	> 5 sm
	85	91	31	111	82	11	38	153	34	10	46	98	70	21
Regional (IV)	P1.5 Distância		P1.6 Deslocamento				P1.7 Utiliza-se do parque			P1.8 Tempo de permanência no parque				
	Perto	Longe	Cond. própria	A pé	Transp. coletivo	Outros	1 vez	2 a 3	+ de 3	Até 1 hora	1 a 2 horas	2 a 3 horas	+ de 3 horas	
	144	32	23	137	7	9	10	92	74	79	82	13	2	
Parreão/ Lagoa do Opaia	P1.9 Frequenta outros parques		P1.10 Conhecimento do número de parques			P1.11 Conhecimento do Plano Diretor de Fortaleza			P1.12 Conhecimento de ações em defesa da preservação do parque					
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Parcialmente	Não	Sim	Não	Sim	Não	148		
	39	137	32	144	21	48	107	28						
	P2.1 A iniciativa de frequentar o parque deve-se													
Orientação médica	Hábito de praticar atividades			Espaço de convivência e lazer			Participar de eventos sociais e esportivos			Necessita de contato c/natureza		Mais de uma opção		
	17	85			6			4			5		59	
P2.2 Sensação térmica	P2.3 Decisão de frequentar o parque				P2.4 Costuma ir ao parque				P2.5 O ambiente do parque lhe dá segurança?					
	Sim	Não	Muito recente	Relativamente recente	Vários anos	Sozinho	C/ família	C/ amigos	Sim	Não				
	117	59	19	77	80	113	17	45	44	132				
P2.6 Como você avalia as condições de conservação do parque?	P2.7 Você se sente responsável pela preservação do parque pela administração pública?			P2.8 O que falta ao parque para melhorar a qualidade de vida da comunidade local?										
	Precárias	Regulares	Boas	Ótimas	Sim	Não	Em parte	Arborizar	Revitalizar	Vigilância	Promoção	Preservação	Sinalização educativa	+ de 1 opção
	112	60	3	1	58	44	74	2	11	62	12	32	4	53
176														

Fonte: Elaboração própria.

6.4 Parques da SER VI

A Secretaria Executiva Regional VI criada em 2005 é a maior de Fortaleza. Abriga os Parques Falconete Fialho e o Parque Natural das Dunas da Sabiaguaba. É uma área de expansão imobiliária que vem se acentuando nos últimos anos, abrigando conjuntos residenciais multifamiliares e áreas de fragilidade ambiental. Possui características de Zona de Ocupação Moderada (ZOM I) caracterizada pela insuficiência ou inadequação de infraestrutura e carência de equipamentos públicos. Na Figura 48 está representada a limitação geográfica da regional e os seus parques urbanos.

Figura 47 – Parques da SER VI



Fonte: Arquivo da pesquisa.

6.4.1 Parque Falconete Fialho

Também conhecido como Zoológico Sargento Prata e Horto Municipal, por abrigar essas duas categorias de atendimento ao público, o parque fica localizado na Av. dos Paroaras, no bairro Passaré, possuindo uma área de 174.893 m²; sua regulamentação se deu através dos decretos nº 3.652, de 11 de outubro de 1965 de nº 4.904, de 13 de julho de 1977, que o determinaram como de utilidade pública para fins de desapropriação.

O parque está inserido em uma área que abrange 29 bairros, correspondentes a 42% do território de Fortaleza, e com população estimada em torno de 600 mil habitantes (IBGE, 2010). O logradouro, é um dos dois parques localizados na SER VI, é o que apresenta melhor estrutura e condições no atendimento ao público; possui um zoológico e uma área destinada ao plantio de mudas, denominado Horto Municipal, que abastece a cidade no fornecimento de mudas e substituição de árvores das vias públicas. É um ambiente que apresenta boas condições de uso, conforme se observa nas palavras dessa entrevistada: *apesar de não ser muito divulgado e ficar um pouco distante de minha casa sempre que posso venho aqui e trago amigos e parentes, principalmente, meus sobrinhos.* (Autônoma, 47 anos). Outra entrevistada acrescenta:

É um dos atrativos que contamos na cidade, tem o zoológico, alguns macaquinhos soltos nas árvores e um horto municipal no qual podem ser adquiridas mudas a preços bem em conta. Sempre que posso trago meus filhos e passamos parte da manhã nesse ambiente agradável. (Programadora, 28 anos).

Apesar de estar aberto diariamente é nos finais de semana que a demanda por esse ambiente se torna mais frequente, quando geralmente grupos escolares, famílias e visitantes ocasionais o procuram para desfrutar de momentos de lazer e entretenimento.

O parque possui uma boa estrutura física com gramados, jardins, arvoredos frutíferos e ornamentais, bem como, alamedas, *playground*, guarita, banheiros públicos, lanchonete, e uma pequena sala destinada a um biotério. O local não possui estrutura para corridas e equipamentos de ginástica. A parte esportiva conta apenas com um campo de futebol e sua procura por parte do público em geral tem como atrativo o zoológico, como o que aponta uma das pessoas entrevistadas: *o zoológico tem poucas espécies de grande porte, mas mesmo assim sempre é interessante para as crianças e mesmo adultos poderem observar cobras, jacarés, macacos e diversos tipos de aves.* (Cozinheiro, 38 anos). Outros entrevistados disseram que:

Acho bonito a alameda florida, a vegetação local com árvores frondosas, me pareceu que há uma constante manutenção e conservação do parque. Tem um campo de futebol e percebo que a população que mora perto pode desfrutar dos equipamentos existentes (Técnico em mecânica, 25 anos).

Alguns equipamentos deixam muito a desejar, outro dia um galho de uma grande árvore caiu no parquinho, sorte que foi em horário não aberto ao público, entretanto, imprevisto fácil de ser controlado se o parque tivesse um bom plano de manejo. (Eletrotécnico, 27 anos).

Da área total do Parque Falconete Fialho cerca de 11,5 hectares corresponde ao Horto Municipal, onde são cultivados mais de 400 espécimes vegetais, entre elas mudas florestais, frutíferas, ornamentais e típicas da caatinga. O horto é responsável pelo fornecimento de espécimes vegetais para compor o paisagismo das ruas e avenidas de Fortaleza.

O plantio das árvores é uma ação de muita significância para todos que moram na região, já que poderão aproveitar uma área mais bonita e confortável e que proporcionará bem estar para todos. (Dona de casa, 56 anos). Outro usuário do parque que reside no bairro há 60 anos, aponta que:

não adianta um projeto como esse se não houver maior fiscalização por parte dos órgãos competentes. Segundo ele, o grande problema hoje é que os usuários não cuidam do próprio patrimônio. A população precisa ter mais consciência, a degradação do espaço público é terrível. (Aposentado, 75 anos).

As figuras 49 a 52 mostram parte da beleza e diversidade dos elementos naturais e de ajardinamento que compõem o cenário paisagístico do parque Falconete Fialho

Figura 48 – Área de jardim



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 49 – Alameda central



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 50 – Bosque das flores

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 51 – Área de *playground*

Fonte: Arquivo da pesquisa.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza, no ano de 2010 , o projeto de produção de mudas para plantio e replantio foi de cerca de 33.720 unidades, sendo 18.002 doadas aos órgãos do Município, Estado, colégios e pessoas físicas. As visitas públicas efetuadas no logradouro teve um público estimado em 153.108, sendo 125.637 constituído por alunos/crianças e 27.471 professores/adultos. O grande diferencial desse parque reside em agregar o Zoológico e o Horto, contribuindo para o favorecimento de projetos com foco na educação ambiental e palestras. No Quadro 15 estão destacados o perfil e percepção dos usuários do parque Falconete Fialho.

Quadro 15 – Tabulação dos dados da pesquisa: Parque Falconete Fialho

Parque	P1.1 Sexo		P1.2 Faixa etária			P1.3 Escolaridade			P1.4 Faixa de renda familiar					
	F	M	<20	20 a 40	40 a 60	> 60	Fund.	Médio	Sup.	Pós-graduação	Até 1 sm	1 a 2 sm	2 a 5 sm	> 5 sm
	112	123	31	111	82	11	38	153	34	10	46	98	70	21
Regional (VI)	P1.5 Distância			P1.6 Deslocamento			P1.7 Utiliza-se do parque			P1.8 Tempo de permanência no parque				
	Perto	Longe	Cond. própria	A pé	Transp. coletivo	Outros	1 vez	2 a 3	+ de 3	Até 1 hora	1 a 2 horas	2 a 3 horas	+ de 3 horas	
	108	127	127	39	56	13	209	12	14	45	118	50	22	
Falconete Fialho	P1.9 Frequenta outros parques			P1.10 Conhecimento do número de parques			P1.11 Conhecimento do Plano Diretor de Fortaleza			P1.12 Conhecimento de ações em defesa da preservação do parque				
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Parcialmente	Não	200	57	Sim	Não	178		
	55	180	30	205	2	33	200							
	235													
	P2.1 A iniciativa de frequentar o parque deve-se													
Orientação médica	Hábito de praticar atividades			Espaço de convivência e lazer			Participar de eventos sociais e esportivos			Necessidade de contato c/natureza			Mais de uma opção	
	1	4			114			11			35			70
P2.2 Sensação térmica														
Sim	P2.3 Decisão de frequentar o parque			P2.4 Costuma ir ao parque			P2.5 O ambiente do parque lhe dá segurança?							
223	Não	Muito recente	Recentemente	Vários anos	Sozinho	c/ família	c/ amigos	Sim	Sim	Sim	Não	24		
	12	63	106	66	6	190	39	211						
P2.6 Como você avalia as condições de conservação do parque?														
Precárias	Regulares	Boas	Otimas	Sim	Não	Em parte	P2.7 Você se sente responsável pela preservação do parque?			P2.8 O que falta ao parque para melhorar a qualidade de vida da comunidade local?				
36	95	94	10	190	9	36	1	42	18	28	16	10	10	120

Fonte: Elaboração própria.

6.4.2 Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba e Área de Proteção Ambiental de Sabiaguaba

Localizado na Estrada da Sabiaguaba, no bairro de mesmo nome, o Parque Municipal das Dunas de Sabiaguaba possui uma área de 467,60 mil hectares. Em 6 de março de 2006, a prefeitura de Fortaleza publicou os decretos de nº 11.986 e nº 11.987, ambos de 20 de fevereiro de 2006, criando o Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba e da Área de Proteção Ambiental (APA) de Sabiaguaba, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). O município assumiu o compromisso de elaborar em 5 anos um plano de manejo, para orientar a ocupação sustentável do espaço, conforme delimitação especificada na Figura 52.

Figura 52 – Parque e APA de Sabiaguaba



Fonte: <www.ucsabiaguaba.wordpress.com/page/4>.

O Parque Municipal das Dunas de Sabiaguaba é constituída por um complexo mosaico de sistemas ambientais compostos por Campo de Dunas, Faixa Praial, Rochas de Praia (beachrocks), Lagoas Costeiras e Interdunares e Terraço Marinho. Sua área de amortecimento engloba sistemas ambientais representados pelo manguezal dos rios Pacoti e Cocó, fluviomarinho da lagoa da Precabura e tabuleiro litorâneo que bordeja grande parte da porção noroeste e sudeste do parque.

Segundo informações divulgadas em jornais locais, a Prefeitura Municipal de Fortaleza discute a transformação do bairro Sabiaguaba em bairro ecológico por agregar uma Área de Proteção Ambiental (APA), mantendo o caráter de proteção, preservação, recuperação ambiental e de atividades sustentáveis dos biomas existentes no local. A proposta inclui a criação de uma área com infraestrutura de lazer e convivência para a comunidade local.

Por ser uma área caracterizada como de proteção ambiental, os moradores do entorno do parque comentam que a urbanização do local representaria avanço significativo na melhoria das condições infraestruturais do bairro, já que este não dispõe de equipamentos voltados para o lazer, esporte, espaços contemplativos e de convivência, dentre outros importantes para a qualidade de vida da população local, como afirma a entrevistada:

aqui nossa única diversão é irmos à praia nos finais de semana. Ouvimos falar da criação de uma praça e área de lazer dentro do parque, por ora o que se observa é uma extensa área cercada e nada dentro. (Dona de casa, 50 anos).

Quanto às dificuldades vividas pelos habitantes do bairro, a transcrição dos depoimentos evidencia: *Olha, tínhamos muita vontade que aqui na Sabiaguaba a prefeitura olhasse com mais atenção as dificuldades que passamos no dia a dia. Em época de chuva praticamente ficamos ilhados,*

as obras existentes estão voltadas para o corredor do turismo do Beach Park (Comerciante, 30 anos). Outro depoimento onde pode ser captado a percepção do morador local: O bairro só não é totalmente esquecido por conta de alguns pequenos restaurantes familiares que mantém aquecida a economia local, movimentando no final de semana a vinda de pessoas de outros bairros e mesmo turistas, que ficam informados sobre a culinária típica de frutos do mar e galinha cabidela. (Preparador físico, 44 anos).

Os excertos jornalísticos e os depoimentos colhidos demonstram, em linhas gerais, uma convergência do “olhar midiático” ligado “a vender notícias” e o olhar à paisagem dos sujeitos que em seu andar pela cidade e vivenciar a natureza dos parques expõem seus valores no espaço reproduzido, o sentido de suas vidas diante de um meio urbano cada vez mais depreciado e distante de suas utopias.

6.5 Análise dos parques na produção do espaço urbano

O que se pôde captar sobre as imagens dos parques traduziu uma consistência de elementos comuns aos 10 parques pesquisados, tais como os arranjos paisagísticos (bancos, passarelas, playgrounds, fontes, jardins etc.); tendências de uso e costumes (prática de exercícios, lazer, praça de convivência e outros); referencial de qualidade de vida (contato com a natureza, alívio ao estresse urbano, fuga ao sedentarismo, necessidade de espaço ao ar livre e outros). Em síntese, estabelece-se uma configuração de categorias pertinentes a questões, como espacialidade aberta, vegetação, sentido de movimento, contrastes visuais (verde *versus* cinza da atmosfera e edificações urbana). De forma inequívoca é evidenciada a importância particular que cada indivíduo atribui a paisagem urbana dos parques.

Com a premente necessidade das cidades acompanharem e se adequarem às demandas de crescimento, a Constituição Federal de 1988 em seu Capítulo II, artigo 182, institui a obrigatoriedade das cidades elaborarem seus Planos Diretores Urbanos, com foco nas múltiplas funções da cidade como *locus* de bem-estar de seus habitantes. Nesse entendimento, as áreas dos parques estão integradas à categoria *sistema de áreas verdes* como espaços ao ar livre, de uso público ou privado evidenciando um contraponto importante sobre o ambiente edificado.

Os depoimentos dos sujeitos pesquisados revelaram suas percepções no tocante as categorias topofílicas e topofóbicas encontrados nos ambientes dos parques, seu cenário bucólico, a proximidade com a natureza (mesmo alterada, mas ainda com resquícios da fauna e flora originais); sua simbologia de lugares que remetem invariavelmente a sensações de conforto e prazer diante de um cenário urbano cada vez mais destituído espaços verdes públicos. Muitos dos entrevistados afirmaram alterarem seu trajeto com frequência apenas para percorrerem ou passarem próximos área arborizada dos parques e usufruírem da sensação de frescor e tranquilidade proveniente da arborização existente.

A Fortaleza capital-metrópole sofre a impactante disfunção entre suas paisagens naturais e a arquitetura urbana, às constantes intervenções comprometem seriamente a capacidade de autorecuperação de seus biomas residuais. Ao andar na área central da cidade, ainda se pode visualizar o pequeno filete do riacho Pajeú.

Em sua direção sudeste para o nordeste se vê a desembocadura do rio Ceará e seu estuário em processo acelerado de degradação. De igual modo está o rio Cocó com sua hidrodinâmica estuarina comprometida pela construção de uma ponte e a ocupação de dunas na sua margem direita (sul).

Na área leste da cidade o riacho Maceió revela sua existência em pequenas porções no bairro Varjota até sua desembocadura na praia de

Iracema. Estes são pequenos mosaicos de uma natureza viva que aos poucos vem sendo suprimida do cenário urbano. Essas variáveis corroboram no sentido do cidadão perder seus elos com os pontos identificadores de Fortaleza, num processo conhecido como *despertencimento* (**grifo nosso**) do lugar, como pontua Carlos (1996) não o distinguindo como lugar seguro, comunicável, capaz de lhe possibilitar melhor qualidade de vida.

Nessa ótica, ao se recorrer aos parques urbanos como pontos nodais (LINCHY, 2011) tem-se a pretensão de configurá-los com identidades próprias de áreas singulares com funções sociais, ambientais, estéticas e, de certa forma, promotoras de esparecimento e refúgio do ambiente normalmente caótico da cidade. Os estudos até aqui procedidos mostram que há estrita correlação entre a fragilidade desses ambientes e a distribuição espacial da cidade. Parques situados em áreas com melhor infraestrutura urbana, geralmente apresentam nível de conservação e manejo mais adequados, comparados com parques mais periféricos, contudo, esse fator por si só não é suficiente para um diagnóstico mais preciso das especificidades de cada parque no que eles têm de representativos na vida da população.

Isso se confirma em parte pelas respostas dos usuários pesquisados ao apontarem suas impressões sobre a qualidade do ambiente em termos de conservação efetivada pela administração municipal, bem como, na ótica da segurança ser apontado como locais onde os usuários pudessem ficar imunes à violência urbana. Esses indicadores certamente refletem a percepção da ambivalência prazer-medo – sentimentos que vêm à tona ao se fazer uso dos ambientes dos parques.

Somam-se a tais indicativos a questão da redução dessas áreas na geografia da cidade. Numa avaliação superficial, o cidadão comum tem limitações perceptuais ao identificar a velocidade com que as áreas destinadas aos parques vêm sendo pressionadas pelo avanço imobiliário – quer pelos grandes grupos econômicos que conseguem liminares e/ou autorização por

parte dos órgãos ambientais para construção em áreas próximas a reservas verdes, quer pela segregação sócio-espacial que normalmente incide no segmento mais pobre da população levando-os a ocuparem áreas de risco. O certo é que o “inchamento” provocado pelas construções “autorizadas” ou “não” no espaço periurbano resulta na perda gradativa de espaços livres, tendendo a levar o cidadão a desconhecer as alterações ocorridas na morfologia da cidade, quase sempre danosas à sua qualidade de vida.

É fato incontestado neste estudo que boa parte dos pesquisados indica os parques como contribuidores para a qualidade ambiental, enxergando-os como ambientes promotores de benefícios sociais e ecológicos, pois normalmente são constituídos e planejados por elementos arbóreos e ajardinamentos significativos para a melhoria microclimática da cidade. Contudo, esses espaços de salubridade e lazer da população vêm sendo paulatinamente suprimidos sem que ocorra uma reação mais imediata por parte da sociedade como um todo. A aparente inércia pode ser explicada pelas constantes e paulatinas transformações de curto prazo, não permitindo ao cidadão comum captar de imediato essas mudanças na paisagem da cidade.

Um levantamento realizado durante os anos de 2010, 2011 e 2012 nos principais jornais, tendo como destaque os parques urbanos e arborização de seu perímetro revela as dificuldades na valoração de indicadores que possam de maneira objetiva quantificar a perda das áreas verdes públicas e sua relação com os índices que medem a qualidade ambiental. Os parâmetros existentes em m^2 de verde por habitante foge em muito à norma recomendada pela OMS de $12 m^2$.

O certo é que a cidade de Fortaleza mesmo tendo registrado patamares de massa verde muito aquém do recomendado, ainda caminha na tentativa de estabelecer um percentual que ultrapasse os ínfimos $4 m^2$ por habitante e alcance adequados percentuais para o equilíbrio do seu ecossistema urbano e natural.

Ao se referenciar e ter como objeto de análise os parques urbanos em que pese não serem únicos locais de uso coletivo, e não obstante, a imagem de suas paisagens estarem associadas a um ambiente criado para oportunizar momentos integradores com a natureza, de lazer e plasmados como *locus* residual de qualidade de vida, são emblemáticos quanto à ambivalência de sentimentos que provocam na ótica dos sujeitos, medo e prazer aparecem com a mesma intensidade no uso que o cidadão faz desses ambientes. Não obstante, a categoria medo se relacionar a não qualidade de vida: uma antítese do que deveria ser a função do parque, que em seus primórdios foi pensado exatamente para fins de saúde ambiental (ambiente salubre para uma cidade insalubre – século XIX), idealizados pelos urbanistas e arquitetos Haussmann e Olmsted – o primeiro elaborando o projeto paisagístico dos parques de Paris e o segundo projetando o Central Park nos EUA. Portanto, é bastante curioso os resultados coletados nas amostras. Mesmo diante da aparente sensação de “perigo” que envolve os parques pesquisados, a população em geral não deixa de frequentá-los e pontuá-los como espaços propícios à qualidade de vida.

Nessa perspectiva, os parques urbanos quando vistos como “espaço de convivência e lazer” alcançam o segundo lugar na preferência dos usuários quando estes buscam ambientes públicos de lazer e descontração da estressante vida na urbe, convergindo para os motivos que os levam a terem a “iniciativa de se buscar os ambientes dos Parques”, geralmente procurados pelas condições ambientais de muito verde e pelos equipamentos existentes para a prática de atividades físicas.

Contraditoriamente, as respostas à questão “O ambiente do parque lhe dá segurança?” os entrevistados expressaram alta intranquilidade ao fazerem uso dos parques. Nesse sentido, Relph (1979 apud SANTOS, 2005) explica que normalmente as impressões de medo e aversão a determinados lugares podem ser denominadas como *sensações topofóbicas*, rejeição a determinados lugares, mas que não deixam de ser frequentados.

No caso particular dos parques, estes não são os únicos ambientes indicadores de intranquilidade, conforme foi apontado na pesquisa do Secovi (2011), pois Fortaleza tem se destacado negativamente pelo aumento do nível de violência urbana, independentemente de seu zoneamento territorial. Algumas áreas são mais fortemente impactadas, particularmente os parques Polo de Lazer da Sargento Hermínio, localizado na SER I, o Parreão e o da Lagoa do Opaia, ambos da SER IV que apresentaram maiores indicadores nesse quesito; mesmo estando situados em zonas centralizadas e densamente urbanizadas há uma constante falta de policiamento, manutenção e recuperação de suas instalações.

Ao se levantar quais as condições que permitiriam uma melhor qualidade de vida da comunidade local, o item conservação, os parques Parreão e Opaia foram citados como o de maior necessidade. As suas condições de infraestrutura apresentavam índices elevados de precariedade. Em termos comparativos tem-se como contraponto o parque do Cocó que onde apenas seis pessoas o avaliaram como de conservação precária. A melhor qualidade em termos de infraestrutura dos equipamentos construídos e manutenção de suas instalações recaiu sobre o Parque Falconete Fialho que abrange o Horto Municipal e o Zoológico.

No item “sentir-se responsável pela conservação do parque” observou-se que os usuários ficavam pouco à vontade nesse quesito. *A priori*, se julgavam responsáveis enquanto cidadãos, mas em seguida indicavam que já cumpriam suas obrigações através dos tributos municipais, ficando subentendido que parte desses recursos se destinavam à manutenção das vias e infraestrutura urbana.

Desse modo, é de capital importância o envolvimento da comunidade na pressão que esta exerce sobre os gestores e órgãos públicos na manutenção, revitalização e criação de espaços públicos verdes, destinados à população. A ação exclusiva do poder público no gerenciamento e controle das praças e

parques da cidade tem se revelado de uma complexidade estrutural, não apenas passível de serem observadas em Fortaleza, mais também nas cidades de médio e grande porte por serem espaços livres públicos, permeados por uma falta de continuidade das gestões municipais, sobretudo, no tocante às orientações propostas nos planos diretores de desenvolvimento urbano, quanto às diretrizes e atribuições de responsabilidades por parte do poder público.

Como exemplo na atual estrutura administrativa, a responsabilidade da manutenção e limpeza dos parques urbanos fica ao encargo da Emlurb, porém as SERs também respondem pela organização política, geográfica e legal dos parques a elas vinculados, assim como a Semam responde pela biodiversidade e diagnóstico geoambiental no município. Em tese, essa colaboração tripartite poderia redundar no aperfeiçoamento e melhoria relacionados ao manejo desses ambientes, contudo o que se revela é uma sobreposição de tarefas e/ou a famosa delegação de responsabilidades, de modo que a população não sabe a quem recorrer para a solução dos constantes problemas evidenciados nos parques.

O fato que se circunscreve não configura apenas como elemento de retórica, mais comprovável ao olhar atento do cidadão direcionado às praças e parques. Aqueles que apresentam aspectos de “bem cuidados” têm à frente iniciativas da comunidade do entorno que através de um engajamento permanente e crítico das debilidades do poder público, se colocam como protagonistas no desenvolvimento de ações efetivadas na manutenção e revitalização dessas áreas verdes livres, deixando-as em condições adequadas de uso e cobrando do poder público o seu dever de garantir aos cidadãos uma cidade que tenha como princípio a adequação e equalização de seu patrimônio comum a ser preservado, para garantir a qualidade de vida no presente e no futuro da cidade.

Exemplo de iniciativas voltadas a sustentabilidade da cidade e de seus recursos naturais, aponta-se a desativação do lixão a céu aberto, localizado no

Jangurussu bairro periférico onde há projeto para a construção de um bosque. Destacam-se também na perspectiva de recuperação ambiental a requalificação do parque Rio Branco, a reurbanização da Lagoa do Opaia e a reforma da Praça Clóvis Beviláqua, medidas de ordem administrativa da gestão municipal postas em destaque, mesmo tímidas face ao grande déficit de áreas verdes na cidade, podem contribuir para amenizar o descompasso ora existente.

Informações dadas pelo então secretário da Semam, Adeodato Ramalho, indicam que sua pasta contará com recursos na ordem de 1,8 milhões de reais em 2012, a serem repassados por três empresas do ramo da construção civil que impactaram o meio ambiente. Desse modo, os recursos deverão ser destinados a projetos de reflorestamento e melhoria das condições ambientais da cidade.

Ressalta-se que este tipo encaminhamento da sociedade não é específico da cidade de Fortaleza, essa prática tem se tornado comum e relevante nacional e internacionalmente, segundo Sorensen (1998), existem dificuldades na manutenção desses ambientes por parte da gestão pública, sendo urgente se pensar em um planejamento que conceba estabelecer um valor monetário sobre os benefícios que os parques promovem na cidade, tais como o ar puro, uso recreativo e beleza cênica na ambiência urbana.

A constante intervenção de ordem sócio-espacial tem incidido negativamente sobre os parques, provocando extensas fissuras na sua qualidade ambiental, uma problemática que vem se acentuando a cada dia. Entende-se que na espacialidade urbana as áreas livres convergem como os principais pontos de referência da sociedade. No sentido inverso, as espacialidades dos prédios e edificações se afirmam como *locus* de reprodução de existência material, não necessariamente prazerosos. Os espaços verdes livres públicos representam rica gama de possibilidades de ordem física e psicológica que suscitam elementos diversificados no dia a dia da metrópole.

Daí revestir-se de importância significativa na arquitetura urbana esses espaços vitais, que têm sido relegados ao desaparecimento pela não observância das diretrizes estabelecidas no PDDP-For e por uma política consistente de valorização e incremento dessas áreas na distribuição territorial de Fortaleza, onde maior número de parques urbanos está concentrada na área mais nobre da cidade, cujo desenho arquitetônico se expressa de um lado a “cidade formal, que concentra os investimentos públicos e, de outro, o seu contraponto absoluto, a cidade informal relegada dos benefícios equivalentes e que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana [...] exacerbando as diferenças socioambientais.” (GROSTEIN, 2001, p. 14).

Fortaleza não destoa desse maniqueísmo de posições onde os parques têm sido elementos reveladores nessa distinção sócio-espacial. Dados apontam sobre as singularidades dos parques como pontos nodais na estrutura da cidade refletindo sua contribuição para que Fortaleza não venha perder sua imagem poética de “loura desposada pelo sol”, “verdes mares bravios”, “cidade da brisa constante”, “povo acolhedor” dentre tantas adjetivações a ela atribuído no imaginário de seus habitantes e visitantes. Perceber os parques no que estes têm de significativo para a imagem da cidade em termos de seu patrimônio histórico e cultural, cenário natural, suas funcionalidades, simbologias e marcos referenciais, enfim, uma gama variada de sentidos captados pela perspectiva fenomenológica, reforça a tese de que representam mais que meros cenários paisagísticos – “paisaje espetáculo” no entendimento de Nogué (1992), ou como mero simulacro de lugar.

6.6 À guisa de proposições

Devido à intensidade de sua vida e ao aglomerado de gente tão díspar, a cidade grande é um lugar romântico e rico em detalhes simbólicos. Para nós, é tão esplêndida quanto aterradora, a “paisagem de nossas confusões”, como Flanagan⁹ a chama. Se fosse legível, realmente legível, o medo e a confusão poderiam ser substituídos, com prazer, pela riqueza e pela força do cenário. (LYNCH, 2011, p. 134).

Para contribuir com apresentação de propostas direcionadas à melhoria da qualidade de vida da população e das condições de adequabilidade socioambiental da cidade, tendo-se como referência os parques vistos em seu âmbito natural, na sua dinâmica social, política institucional e econômica, são apresentadas algumas considerações a eles pertinentes focadas na sua melhor readequação e gerenciamento, são elas:

- a criação de um Conselho Gestor como instrumento de democracia direta ou de cogestão entre o município e a sociedade civil, aos moldes dos existentes para as Unidades de Conservação, imposta pela Lei Federal nº 9.985/2000 e a Lei Orgânica do Município (em seu artigo 149, Incisos IV e V, artigo 153), referenciando a obrigação de zelo e fiscalização a cargo do poder público, relativo às praças da cidade. Estas referências legais, não obstante, citarem os parques urbanos em suas determinações, explicita as efetivas ações inscritas no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, em seu Capítulo III, Inciso XIII, no tocante à gestão democrática na política de meio ambiente com o concurso da sociedade civil na sugestão e acompanhamento junto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM);

⁹ Trata-se da obra “*A mind the Wild lights and Shadows*”, de 1957.

- a exemplo do que já vem ocorrendo em alguns países e no Brasil, como os estados do Pará e na cidade de Curitiba a priorização de projetos de arborização e cultivo de pomares, tanto por parte do poder público como privado, de tal sorte que a preservação, manutenção e gerenciamento das áreas verdes possam ter um acompanhamento permanente e sistemático, sendo previsto para esse fim os aportes do fundo de defesa do meio ambiente que deverá contar também com a contrapartida financeira das empresas e grupos industriais que visem, sobretudo, a ampliação da arborização de vias públicas, praças, parques e faixas verdes urbanas;
- para a melhoria do microclima da cidade sugere-se o aproveitamento de áreas térreas de pontes e viadutos, terrenos públicos desocupados, rotatórias, canteiros das vias públicas, edificações abandonadas e/ou desapropriadas, enfim, áreas livres não edificadas que poderiam servir para o desenvolvimento de projetos voltados ao plantio de pomares e hortas para alimentação humana e animal, além da contribuição no acréscimo do verde na cidade;
- o Fórum da Agenda 21 de Fortaleza estabelece entre suas metas a educação ambiental como base transformadora e mobilizadora da sociedade. Nessa perspectiva, como temática a ser inserida no projeto pedagógico das instituições formais e das associações de bairros, faz-se necessária a discussão dos dados coletados no Inventário Arbóreo de Fortaleza, ora em fase de finalização. É preciso que a população conheça, com base na realidade local, o quantitativo arbóreo disponível na cidade, suas especificações botânicas e áreas mais vulneráveis de massa verde, considerando informações importantes para sugestões de propostas mais

balizadas a nível técnico e atendendo reais demandas para a redução dos déficits, como um direito positivo do cidadão de influir no planejamento da cidade;

- a efetivação de um Plano Municipal de Educação Ambiental previsto no PDDP-For (2009) explicitando as responsabilidades dos entes públicos e privados dos domínios naturais do município, bem como prevendo o desenvolvimento de ações e metodologias educativas que privilegiem consumo sustentável, redução dos resíduos sólidos, reuso e reciclagem dos produtos industriais e incentivo a práticas saudáveis e vivência coletiva a serem usufruídas nos parques e áreas livres verdes da cidade, partindo-se do princípio “conhecer para valorizar e cuidar”;
- é sabido que intensas mudanças se processam no solo urbano. Desse modo, o planejamento não pode deixar de focar os processos naturais da paisagem, ou seja, sua geomorfologia e dinâmica climática, vida vegetal e animal, características hidrológicas, dentre outros elementos. Isso resulta em imposições à ocupação do solo, atribuindo-se princípios fundamentais na sua organização. Para tanto, é necessário que o homem avalie o poder de conformação dos seus empreendimentos com os processos naturais, interferindo de maneira consciente no meio em que vive. Considerar os processos naturais não significa se opor às mudanças ou ao desenvolvimento, mas buscar uma sustentabilidade de desenvolvimento que preveja a divisão equitativa e controlada dos recursos naturais, bem como, uma redução das formas de consumo e de seus subprodutos residuais;
- estar em contato com a natureza é uma necessidade que faz parte da essência humana. Os parques e praças são ambientes mais próximos ao homem urbano, daí ser importante que esses

equipamentos fiquem situados a curta distância de moradia de seus frequentadores, conforme apontado nos dados obtidos neste estudo. A comunidade e o poder público poderiam discutir sobre a localização, quantidade, qualidade e distribuição desses espaços livres de modo a se alcançar os índices considerados ideais à qualidade de vida dos munícipes;

- a cidade de Fortaleza, para atender aos parâmetros de sua legislação ambiental urbana deveria apresentar pelo menos 15% do território como área verde pública, isto implica em 4.707,00 ha, sendo 18,83 m² de área verde por habitante e oferta atualmente menos de 4%, índice considerado como “deserto florístico” (SUKOPP *et al* 1979) observa-se a presença de vegetação vistas através de seus (canteiros, praças, alamendas, quintais etc) mais em termos quantificáveis em termos de mancha verde para a melhoria das condições microclimáticas, evapotranspiração, contribuições para a redução de gases poluentes etc., é uma cobertura vegetal ínfima para os padrões de sustentabilidade da cidade.

Certamente a construção de uma Fortaleza onde seus cidadãos indistintamente possam gozar de qualidade de vida associada a um ambiente agradável e saudável para o seu convívio e das próximas gerações, constitui-se de tarefa complexa. Esta requer investimentos públicos e privados, projetos e programas de intervenção urbanística que privilegiem as pessoas sem desconsiderar o meio ambiente natural, sendo os espaços dos parques a opção necessária para a fruição harmônica de todas as formas de expressão da natureza humana em sua sinergia com o ambiente conturbado da cidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação de praças e parques no ambiente urbano tem se tornado cada vez mais rara, a despeito de se constituírem peças fundamentais para o equilíbrio ambiental, área de lazer e de compartilhamentos sociais. A redução desses logradouros se faz sentir pelas profundas alterações na territorialidade de Fortaleza, fruto da extratificação socioespacial característico de zona metropolitana. Ao longo das últimas décadas a zona urbana teve elevados índices de crescimento vegetativo, expansão de seus setores produtivos e desodernamento territorial, conjugada a políticas públicas incipientes no atendimento de suas demandas infra e macroestruturais.

Ao longo da pesquisa pode-se constatar a importância da representatividade com que os parques urbanos se fazem presentes no cotidiano de seus usuários ao integrarem elementos da paisagem e oferecendo dinamismo ao metabolismo urbano. Este estudo pode comprovar que Fortaleza, principalmente a partir da década de 1970, teve sua territorialidade afetada por forte expansão imobiliária incidindo sobre suas áreas de proteção ambiental e entorno dos parques, sobretudo, comprometendo os seus biomas interferindo na dinâmica climática urbana.

Ao se circunscrever a qualidade ambiental advinda dos parques, naturalmente os detentores de maior cobertura vegetal e adequada infraestrutura têm-se como propósito situá-los como repositório de imagens particularmente agradáveis ao cidadão, uma vez que outros cenários da paisagem urbana não suscitam a sensação de bem-estar devido ao volume de sua área construída, mobilidade reduzida, terrenos baldios, adequação para o lazer, dentre outros óbices que incidem no espaço da metrópole.

Como reação a esse processo, movimentos da sociedade civil se fazem presentes no resgate da alteridade dos padrões de relacionamento efetivados no espaço urbano, apropriando-se dessa herança cultural de uso coletivo e direito de todos. Para tanto, o conhecimento profundo da historicidade da cidade é condição *sine qua non* para dar curso a esse processo integrativo, envolvendo grande número de pessoas. Nessa perspectiva, a apropriação não meramente teórica, mas de sua formação enquanto espaço geográfico, estrutura do meio circundante e funções como: centralidade, polarização e marginalização permite aos gestores públicos a identificação de cada porção do território, detectando

problemas e vislumbrando áreas potencialmente favoráveis à implementação de parques e praças.

É importante mencionar que a adoção de praças e parques pela comunidade tem sido alternativa para a adequada sustentabilidade desses ambientes. Em Fortaleza, alguns exemplos, de parceria pública e comunidade local tem desenvolvido bons indicadores de manejo com é o caso da associação autodenominada “Amigos da praça”, no bairro do Cocó, que a monitora na manutenção de seus equipamentos de lazer, exercício físico e na conservação de sua vegetação.

Por último considera-se medida importante para compor o disciplinamento do solo urbano ser pensada a inclusão no Título V, Capítulo I da Lei Orgânica do Município de Fortaleza – que trata da política urbana – a criação de uma alíquota a ser paga pelas grandes corporações imobiliárias destinadas às áreas verdes públicas, como forma de compensação ambiental. Outra sugestão a ser adotada para a melhoria da qualidade ambiental da cidade seria a exigência para que as grandes empresas do ramo imobiliário que atuassem numa mesma região (bairro), de forma consorciada elaborassem projetos voltados à destinação de área verde para usufruto de seus clientes e aberto à comunidade do entorno.

Essa proposta contemplaria em parte duas funções urbanísticas: 1º) construções do tipo multirresidência possuem a obrigatoriedade legal de ter uma área livre comum; 2º) o solo urbano deve constar parcela de seu território destinado às áreas verdes. Desse modo, a equalização dessas duas funções seria a implantação de parques e praças onde o ente privado se encarregaria da manutenção e manejo; e o poder público ficaria com encargo do planejamento e implantação desses logradouros, de modo que a meta de 12 m² de área verde por habitante, propugnados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) com vistas a uma cidade sustentável viesse a ser alcançada.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACCIOLY, V.M. A metrópole e o impacto das políticas públicas na expansão urbana: Fortaleza entre 1980 e 2008. Disponível em: <http://www.egal2009.easyplanners.info/area05/5837_Vera_Mamede_Accioly.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2010.

ALLART, E. H.L. Being: an alternative to the swedish model of welfare state. In: NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya (Orgs.). The quality of life. Oxford: Clarendon Press, 1993.

ALMEIDA, A. *et al.* Ecologia: qualidade de vida. São Paulo: SESC, 1993.

ANDRADE, M. C. de. Geografia: ciência da sociedade – uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

ANDRADE, R.V. de. O Processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia: Produção do Espaço Urbano) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

AUGÉ, M. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas-SP: Papirus, 1994. (Coleção Travessia do Século).

BARTALINI, V. Paisagem e cultura em São Paulo. Paisagens em Debate, São Paulo: FAU-USP, n. 3, abr. 2004.

BASTÉN, V.G. Sobre sistemas, tipologias y estandares de areas verdes en el planeamiento urbano. Santiago, 2005.

BENKO, G. Economia espaço e globalização: aurora do século XXI. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BICUDO, M. A. V.; ESPÓSITO, V. H. C. (Orgs.). Joel Martins: um seminário avançado em fenomenologia. São Paulo: EDUC, 1997.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas. Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm>. Acesso em: 1º mar. 2012.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal. Estatuto da Cidade. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 1º mar. 2012.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Proteção em unidades de conservação. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2010. (Série Legislação ICMBio, 2).

BUCCHERI FILHO, T.A; NUCCI, J.C. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV – Curitiba/PR. Revista do Departamento de Geografia da UFPR, n. 18, p. 48-59, 2006.

BUTTNER, A. Values in geography. Washington: AAG, 1974.

CAMILA, K. Faltam equipamentos de lazer para idosos na capital. Diário do Nordeste, Fortaleza, 24 out. 2011. Caderno Cidade, 12. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1060760>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

CARLOS, A. F. A. Espaço-tempo na metrópole na fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. O lugar no/do mundo. São Paulo: Fflch, 2007, 85p.

CARVALHO, Isabel Crisitna de; GRÜN, Mauro; TRAJBER, Rachel. Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental. Brasília: Edições MEC/UNESCO/SECAD, 2006.

CASTELNOU, A.M.N. Parques urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, dez. 2006.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1, ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4., 1992, Vitória. Anais... Vitória, 1992. Disponível em: <[http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/CAVALHEIRO%20et%20a1%20\(1992\).pdf](http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/CAVALHEIRO%20et%20a1%20(1992).pdf)>. Acesso em: 10 set. 2011.

NUCCI, J. C. Espaços livres e qualidade de vida urbana. Paisagem Ambiente Ensaios, n.11, p. 279-288, 1998.

CEARÁ. Secretaria de Turismo do Estado (SETUR). Conjuntura do turismo no Ceará: janeiro a maio de 2011. Fortaleza, 2011.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, D.O. Parâmetros normativos para gestão dos parques urbanos do Distrito Federal. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2011.

CRISPIM, A.B.; SANTOS, J.O.; MEIRELES, A.J.A.. Vulnerabilidade ambiental das unidades de conservação de Sabiaguaba. Fortaleza, 2009. Disponível em: <www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/resumos.../002.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

DANTAS, E.; COSTA, M. C. (Org.). Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009. (Coleção Estudos Geográficos).

DARDEL, E. O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DARDIGUES, A. O que é a fenomenologia? 10. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

DE ANGELIS, B. L.; CASTRO, R. M. de; NETO, G. de A. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. Maringá: Engenharia Civil, Um, No 20. 2004. p. 57-70.

DEMATTE, M. E. S. P. Princípios de paisagismo. Jaboticabal: FUNEP, 1997.

SILVA FILHO, D.F. (et al). Levantamento do potencial de arborização e proposta para três Bairros no município de Piracicaba/SP, Brasil. REVSAU, Piracicaba – SP, v.3, n.4, p.20-39, 2008.

PAULA, F. C.de. Humanismo na geografia francófona: contribuições e tendências no *L'espace géographique*. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS CRISE, PRÁXIS E AUTONOMIA: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE ESPERANÇAS, 16., 2010, Porto Alegre. Anais..., Porto Alegre, 2010.

DIEGUES, A . C. S. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. São Paulo: [s:n], 1993. (Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, 1).

DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

DUBOS, R. Um Deus interior: uma filosofia prática para a mais completa realização das potencialidades humanas. São Paulo: Melhoramentos/Ed. da USP, 1975.

FARIA, H.M. Centro Universitário de Itajubá/ Fundação de Ensino e Pesquisa de Parques Urbanos e áreas de preservação permanente: Elementos estruturadores da Sustentabilidade urbana Itajubá. Disponível em: <<http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos...039/pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

FERRARI JÚNIOR, J.C. Limites e possibilidades do planejamento urbano. Estudos Geográficos, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 15-28, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2011.

FERREIRA, A.D. Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: o caso do Passeio Público da cidade do Rio de Janeiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/cienciaambiental/dissertacoes/ADFerreira.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

FERREIRA, C.C.M. As áreas verdes: uma análise qualitativa e quantitativa para a cidade de Juiz de Fora. 2009. Disponível em: <www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/comunicacao.../003.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2011.

FERREIRA, L.F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. Revista Território, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, p. 65-83, jul./dez. 2000.

FORLIN L.G.; COSTA, S. M.F. da. Urbanização e segregação sócio-espacial na cidade de São José dos Campos-SP: o caso Pinheirinho. Geosul, Florianópolis, v. 25, n. 49, p. 123-158, jan./jun. 2010.

FORTALEZA. Inventário ambiental de Fortaleza dos sistemas hídricos e orla marítima do município de Fortaleza. Secretaria Municipal do meio Ambiente, 2003.

_____. Plano Plurianual do Município de Fortaleza (PPA) 2010-2013. Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, 2009.

_____. Lei complementar nº 062, de 2 de fevereiro de 2009. Estabelece o Plano Diretor Participativo de Fortaleza. Diário Oficial do Município de Fortaleza, n. 14.020, fev. 2009.

FRANCO, M.A.R. Planejamento ambiental para uma sociedade sustentável. 2 ed. São Paulo: Annablume; Edifurbe, 2002.

FRIEDRICH, D. O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GALENDER, F.C. A ideia de sistema de espaços livres públicos na ação de paisagistas pioneiros na América Latina. Paisagens em Debate, São Paulo: FAU-USP, n. 3, nov. 2005.

GARCIA, S.; GUERREIRO M.. Indicadores de sustentabilidad ambiental em la gestión de espacios verdes: parque urbano Monte Calvario, Tandil Argentina. Revista Geografia Norte Grande, Santiago- Chile: Pontificia Universidad Catolica de Chile, n. 35, p. 45-57, 2006.

GERARDI, L. H.O; SILVA, B.C.N. Quantificação em Geografia. São Paulo: Difel, 1981.

GIORGI, A. Sobre o método fenomenológico utilizado na pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. In: POUPART, J. *et al.* A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológicos e metodológicos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

GONÇALVES, M.L.Q. Educação ambiental e fenomenologia: a contribuição da excursão para as percepções de meio ambiente em estudantes de ensino médio. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba-SP, 2005.

GONDIM, M.F.; DA ROCHA, B.A.; FURTADO, V.S. Verde de cada um. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <<http://www.monicagondim.com.br>>. Acesso em: 4/03/2011.

GÓES FILHO, L.; VELOSO, H. P.; JAPIASSU, A.M. S. e LEITE, P. F. *Estudo fitogeográfico da folha SA. - São Luís e parte da folha SA.* Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto RADAM. Fortaleza. Rio de Janeiro, 1973 v. 3 p. IV/3-18

GRANZ, G. The politics of park desing: a history of urban parks in America. The Mit Press. Cambridge, Massachurtts: London, England. 1982.

GRATÃO, L.H.B. Do sonho à memória: Livia de Oliveira e a geografia humanista no Brasil. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/.../6668/6015>>. Acesso em: 14 set. 2011

GROSTEIN, M.D. Metrópole e expansão urbana a persistência de processos “insustentáveis”. *Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 1, 2001.

GUIMARÃES, S. T. L. Paisagens: aprendizados mediante experiências. Um ensaio sobre interpreta o e valora o da paisagem. 2007. Tese (Livre-docência em Interpreta o e Valora o de Paisagens) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, 2007.

HAMMES, V.S. Percep o do diagnóstico ambiental. 2. ed. São Paulo: Editora Globo, 2007. v. 3.

HARDER, I.C.F.; RIBEIRO, R.C.S.; TAVARES, A.R.  ndices de área verde e cobertura vegetal para as praças do município de Vinhedo, SP. *Sociedade de Investiga es Florestais*, Viçosa-MG, v. 30, n. 2, p. 277-282, 2006.

HOLZER, W. Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a cr nica dos viajantes no Brasil do século XVI. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. A influência de Eric Dardel na construção da geografia humanista norte-americana. Trabalho apresentado no Espaço de Socialização de Coletivos “Perspectivas fenomenológicas da geosofia”. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. Anais..., Porto Alegre, 2010.

HUSSERL, E. *Husserliana: Gesammelte Werke. Band XV: Zur Plänomenologie der Intersubjektivität*. 3. v. Martinus Nijhoff: Haia, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2011.

JUCÁ, G.N.M. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: SECULT, 2000.

KATZSCHNER, L. Urban bioclimate and open space planning. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON URBAN CLIMATE, 5., 2003. Anais..., Poland, 2003.

KLIASS, R. G. *Parques urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini Editora, 1993.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991. (Série Temas, 24).

LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, A. M.L.P. *et al.* Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2., 1994. Anais eletrônicos..., São Luís, 1994. Disponível em: <[http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/lima%20et%20al%20\(1994\).pdf](http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/lima%20et%20al%20(1994).pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2008.

LIMA, A. E. F.; ROCHA, N.M.M. Dinâmica dos parques urbanos de Fortaleza-CE: considerações sobre o Parque Rio Branco. *Revista Conexões, Ciência e Tecnologia*, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2009.

LIPP, M.E.N. (Org.). *Pesquisa sobre stress no Brasil: ocupações e grupos de risco*. Campinas-SP: Papirus, 1996.

LOMBARDO, M. A.; LEITE, D.A.N.O; MOURA, S. de. Mapeamento de áreas verdes urbanas: o exemplo da cidade de Rio Claro-SP. Rio Claro: UNESP/CEAPLA, s/d. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/xxi_cbc/271-SG59.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2011.

_____. *Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1985.

_____. *Vegetação e clima*. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 3., Curitiba, 1990. Anais..., Curitiba: FUPEF/PR, 1990.

_____. Qualidade ambiental e planejamento urbano: considerações de método. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

LYNCH, K. A imagem da cidade. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 1999.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. Parques urbanos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003. (Coleção Quapá).

MACHADO, L.M. C. P. Percepção, cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade. In: VITTE, Antônio Carlos; GUERRA, Antônio José Teixeira (Orgs.). Reflexões sobre a geografia física no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARANDOLA JÚNIOR, E. Heidegger como matriz do pensamento fenomenológico em Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2., 2009, São Paulo. Anais..., São Paulo: DGEO/USP, 2009.

MARCONDES, M.J.A. Cidade e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social. São Paulo: Studio Nobel; Ed. da USP, 1999.

MARCUS, M. G.; DETWYLER, T. R. Urbanization and environment. Berrmont-Cal.: Duxburg Press, 1972.

MARTENS, R.S.K. Heidegger e a educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Pensadores & Educação).

MARTINS FILHO, J. R.F. Heidegger e a concepção de “outro” em ser e tempo. Revista Aproximação, n. 3, 2010. Disponível em:
<<http://www.ifcs.ufrj.br/~aproximacao/201001/heidegger.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

MASCARENHAS, G. Contribuições da geografia ao estudo do lazer. In: SEMINÁRIO LAZER EM DEBATE, 7., 2006, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos..., Rio de Janeiro, 2006. 1 CD-ROM.

MATOS, F.; LOPES, J. C; VITORINO, M.A. Parque urbano e estratégias de bem-estar nas cidades médias em Portugal Continental: o caso de PENAFIE. Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 2005. Disponível em:
<http://www.apgeo.pt/files/docs/...X_Coloquio_Iberico_Geografia/.../063.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2011.

MAZZETO, F. A. P. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. In: Sociedade e Natureza. Revista do Instituto de Geografia da UFU, Uberlândia: EDUFU, ano 12, n. 24, jul./dez. 2000.

MENEZES, C. L. Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba. Campinas-SP: Papirus, 1996.

MERTENS, R. S. K. Heidegger e a educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Pensadores e Educação).

MILANO, M. S.. Arborização urbana. In: Curso sobre arborização urbana. Resumos. Curitiba, UNILIVRE/Prefeitura Municipal de Curitiba / Sociedade de Arborização Urbana, 1993, pp. 1-52.

MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). Textos em representações sociais. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

MOREIRA, R. Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008.

MORIN, E. A cabeça bem feita: pensar a reforma – reformar o pensamento. 8. ed. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NOGUÉ, I. F. J. El paisaje existencial de cinco grupos de experiência ambiental. ensayo metodológico. In: BALLESTEROS, Aurora Garcia (Ed). Geografía y urbanismo. Barcelona: Oikos-Tau, 1992.

NUCCI, J. C. Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). São Paulo: USP; FFLCH, 2001.

OLIVEIRA, L. de. A percepção da qualidade ambiental. Cadernos de Geografia, Belo Horizonte: PUC Minas, v. 12, n. 18, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Environmental perception: regional seminar for Latin America and the Caribbean. Montevideo: Regional Office for Science and Technology for Latin America and Caribbean, 1985.

PAIXÃO, C.A. da. Parque estadual do rio turvo: um estudo sobre a percepção e interpretação ambiental da comunidade moradora do entorno da BR 116. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP. 2009.

POMPÊO, M. L. M. (Ed.). Perspectivas na limnologia do Brasil. São Luís: Gráfica e Editora União, 1999.

PULASKI Mary Ann Spencer. Compreendendo Piaget: uma introdução ao desenvolvimento cognitivo da criança. Tradução Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1980.

QUAPÁ. Parques urbanos: relatório projeto Quapá. Disponível em: <<http://www.projetoquapa.usp.br>>. Acesso em: 22 mai. 2011.

RANGEL, H.M.V. Algumas reflexões sobre bens ambientais, áreas verdes e o parcelamento do solo urbano. *ORBIS*, Campina Grande-PB, v. 2, n. 1, 2010.

RELPH, E. *Place and placeless*. London: Pilon, 1976.

_____. As bases fenomenológicas da Geografia. *Revista Geografia*, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.

RELPH, E. *A paisagem urbana moderna*. Trad. Ana MacDonald de Carvalho. Lisboa: Edições 70, 1990.

RIBEIRO, W.C.; LOBATO, W.; LIBERATO, R.C. Notas sobre fenomenologia, percepção e educação ambiental. *Sinapse ambiental*, p. 42-65, set. 2009. Disponível em: <http://www.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20090930145705.pdf?PHPSESSID=ff50a287cbde34164264d35e27071b23>. Acesso em: 20 mar. 2010.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. Praças brasileiras. *Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia*, Rio Claro, v. 2, p. 87-88, jul./dez. 2004.

ROCHA, A. A. *Do lendário Anhembi ao poluído Tietê*. São Paulo: EDUSP, 1991.

RODRIGUEZ, J.M. M.; SILVA, E.V. da. *Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: problemática, tendências e desafios*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

ROSSET, F. *Procedimentos metodológicos para estimativa do índice de áreas verdes públicas: estudo de caso*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ecologia E Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, Erichim-RS, 2005.

SAKAMOTO, E. H; HARDT, Carlos; REZENDE, D.A. *Cidade ecológica: políticas de criação de áreas verdes urbanas*. *Paisagens em debate*, FAU-USP, n. 4, dez. 2006.

SANTANA, A.F. *A mercadoria verde: a nova raridade*. In: DAMIANI, A. *et al* (Org.). *Espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto. 2001.

SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. *Manual de geografia urbana*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.

_____. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: EDUSP, 2008b.

SANTOS, V.L. dos. Além do rural: os vínculos topo-biofílicos na interação visitantes e paisagem rural em Itu-SP. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, 2005.

SARAMAGO, L. A topologia do ser: lugar, espaço e linguagem de Martin Heidegger. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Loyola, 2008.

SARTI, A.Carlos. Floresta urbana: propostas de gestão e subsídios para políticas públicas em Rio Claro-SP. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Unesp, Rio Claro-SP, 2009.

SCALISE, W. Parques urbanos: evolução, projetos, funções e usos. Revista Assentamentos Humanos, v.4, n. 1, p. 17-24, 2002.

SEGAWA, H. Ao amor do público: jardins do Brasil. São Paulo: Ed. São Paulo, 1996.

SERPA, A. S. P. Parque público: um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana? Cidades: Revista Científica, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 2, n. 3, p. 111-141, 2005.

SEWELL, G. H. Administração e controle da qualidade ambiental. São Paulo: EDUSP/CETESB, 1978.

SHAMS, J.C.A; GIACOMMELI, D.C; SUCOMINE, N.M. Emprego da arborização na melhoria do conforto térmico nos espaços livres públicos. REVSBAU, Piracicaba-SP, v. 4, n. 4, 2009.

SHELDRAKE, R. O renascimento da natureza: o reflorescimento da ciência e de Deus. São Paulo: Cultrix, 1993.

SILVA, A.C. O espaço fora do lugar. 2. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988.

SILVA, A. P. *et al.* Metodologia para identificação de pontos críticos do sistema de drenagem urbana: o estudo de caso da bacia do riacho Pajeú, Fortaleza-CE. In: SIMPÓSIO DE HIDRÁULICA E RECURSOS HÍDRICOS DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUÊS. Portugal: Évora, 2005.

SILVA, José Borzacchiello da. Discutindo a cidade e o urbano. In: COSTA, Maria Clélia L. da; DANTAS, Eutógio Wanderley C. (Orgs.). A cidade e o urbano. Fortaleza: EUFC, 1997.

_____. Considerações finais. In: PEQUENO, Luiz Renato B. (Org). Como anda Fortaleza. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópolis, 2009.

SILVA, L.C. Da *flânerie* às novas práticas de deslocamento pelo espaço: o andar pela cidade na expedição “BH de cabo a rabo”. Belo Horizonte: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.

SILVA, L.J.M da. Parques urbanos: a natureza na cidade – uma análise da percepção dos atores urbanos. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA E VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS, E DOS EDIFÍCIOS E CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DO ESTADO DO CEARÁ (SECOVI). Índice de medo da população de Fortaleza-CE. Fortaleza, 2011.

SINGER, P. A produção capitalista da casa (e cidade) no Brasil industrial: uso do solo urbano na economia capitalista. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

SOARES, J. M. B. Parque Ecológico do Cocó: a produção do espaço urbano no entorno de áreas de proteção ambiental. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento do Meio-Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

SORENSEN, B.V.; KEIPE, K.; WILLIANS, J. M. Ordenanza de urbanismo y construcción de Chile: manejo de las areas verde urbanas. Washington-DC, 1998.

SOUZA, F. S. O espaço público contemporâneo: A complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, L. B.; ZANELLA, M. E. Percepção de riscos ambientais: teoria e aplicações. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

SOUZA, M.A.; SANTOS, Milton (Orgs.). A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Editora Difel, 1980.

VARELA, E.S.; BUSTAMONTE, L.P. Procesos urbanos recientes en el área metropolitana de Concepción: transformaciones morfológicas y tipologías de ocupación. Revista de Geografía Norte Grande, v. 49, p. 79-97, 2007.

VÉLEZ RESTREPO, L.A.. Del parque urbano al parque sostenible: bases conceptuales y analíticas para La evaluación de la sustentabilidad de parques urbanos. Revista de Geografía, Pontificia Universidad Católica de Chile: Norte Grande, n. 43, p. 31-49, 2009.

VILLAÇA, F. A estrutura territorial da metrópole sul brasileira. 1979. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

VITTE, C.C.S.; KEINERT, T.M.M. Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

WILSON, Edward Osborne. **O futuro da vida:** um estudo da biosfera para a proteção de

todas as espécies, inclusive a humana. Rio de Janeiro: Campus, 2002, 242 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Quadro geral dos resultados – Tabulação definitiva (janeiro 2012)

Parque	Total Geral	PERFIL PESQUISADO																
		P1.1 Sexo		P1.2 Faixa etária			P1.3 Escolaridade			P1.4 Faixa de renda familiar								
		Total	M	F	Total	< 20	20 a 40	40 a 60	> 60	Total	F	M	S	PG	Total	Até 1sm	1 a 2 sm	2 a 5sm
1 Falconete Fialho	235	112	123	235	31	111	82	11	235	38	153	34	10	235	46	98	70	21
2 Sargento Hermínio	221	110	111	221	29	84	78	30	221	59	103	49	10	221	44	93	52	32
3 Parreão/Lagoa do Opaia	176	85	91	176	16	60	68	32	176	18	69	78	11	176	14	26	83	53
4 Rio Branco	62	21	41	62	5	24	23	10	62	10	27	15	10	62	10	15	23	14
5 Adahil Barreto	52	25	27	52	6	16	21	9	52	3	19	27	3	52	4	6	15	27
6 Cocó	30	18	12	30	-	9	18	3	30	-	3	22	5	30	-	-	10	20
7 Pajeú	21	12	9	21	3	8	8	2	21	5	14	2	-	21	2	14	3	2
8 Liberdade	16	8	8	16	1	6	7	2	16	6	8	2	-	16	1	13	2	-
Total	813	391	422	813	91	318	305	99	813	139	396	229	49	813	121	265	258	169

Parque	Total Geral	PERFIL PESQUISADO																
		P1.5 Distância		P1.6 Deslocamento				P1.7 Utiliza-se do parque			P1.8 Tempo de permanência no parque							
		Total	P	L	Total	CP	a pé	TC	Outros	Total	1 vez	2 a 3	+ de 3	Total	Até 1h	1 a 2hs	2 a 3hs	Mais de 3hs
1 Falconete Fialho	235	108	127	235	127	39	56	13	235	209	12	14	14	235	45	118	50	22
2 Sargento Hermínio	221	174	47	221	40	165	6	10	221	31	70	120	221	87	97	21	16	
3 Parreão/Lagoa do Opaia	176	144	32	176	23	137	7	9	176	10	92	74	176	79	82	13	2	
4 Rio Branco	62	55	7	62	12	49	1	-	62	14	11	37	62	18	25	9	10	
5 Adahil Barreto	52	42	10	52	22	28	2	-	52	14	16	22	52	25	20	6	1	
6 Cocó	30	27	3	30	18	10	1	1	30	14	9	7	30	11	13	5	1	
7 Pajeú	21	16	5	21	5	10	6	-	21	4	14	3	21	10	10	1	-	
8 Liberdade	16	11	5	16	1	9	-	6	16	1	13	2	16	7	6	1	2	
Total	813	577	236	813	248	447	79	39	813	297	237	279	813	282	371	106	54	

Parque	Total Geral	P1.9 Freq. em outros parques urbanos		Total	P1.10 Conhecimento do número de parques		Total	P1.11 Conhecimento do Plano Diretor de Fortaleza			Total	P1.12 Conhecimento de ações em defesa da preservação do parque	
		Sim	Não		Sim	Não		Sim	Parcialmente	Não		Sim	Não
1 Falconete Fialho	235	55	180	235	30	205	235	2	33	200	235	57	178
2 Sargento Herminio	221	42	179	221	35	186	221	7	200	14	221	36	185
3 Parreão/Lagoa do Opaia	176	39	137	176	32	144	176	21	48	107	176	28	148
4 Rio Branco	62	19	43	62	20	42	62	4	6	52	62	37	25
5 Adahil Barreto	52	8	44	52	14	38	52	5	5	42	52	16	36
6 Cocó	30	6	24	30	6	24	30	8	2	20	30	18	12
7 Pajeú	21	10	11	21	-	21	21	-	-	21	21	6	15
8 Liberdade	16	4	12	16	1	15	16	-	1	15	16	-	16
Total	813	183	630	813	138	675	813	47	295	471	813	198	615

Bloco 2 – Percepção ambiental do sujeito em relação ao parque

Parque	Total Geral	Total	P2.1 A iniciativa de frequentar o parque deve-se					
			1. Orientação médica	2. Hábito de praticar atividades	3. Espaço de convív. e lazer	4. Participar de eventos socio-esportivos	5. Necessita de contato c/ a natureza	6. Mais de uma opção
1 Falconete Fialho	235	235	1	4	114	11	35	70
2 Sargento Herminio	221	221	42	80	24	11	11	53
3 Parreão/Lagoa do Opaia	176	176	17	85	6	4	5	59
4 Rio Branco	62	62	4	10	11	1	6	30
5 Adahil Barreto	52	52	3	19	10	-	-	20
6 Cocó	30	30	1	16	6	2	2	3
7 Pajeú	21	21	8	6	2	-	3	2
8 Liberdade	16	16	6	7	-	-	1	2
Total	813	813	82	227	173	29	63	239

Parque	Total Geral	P2.2 Sensação térmica		P2.3 Decisão de frequência no parque			P2.4 Costuma ir ao parque			Total	P2.5 Ambiente do parque lhe dá segurança		
		Total	S	N	Total	MR	Rel. Rec.	Vários anos	Sozinho		c/ família	c/ amigos	S
1 Falconete Fialho	235	235	223	12	235	63	106	66	6	190	39	211	24
2 Sargento Hermínio	221	221	207	14	221	25	47	149	94	72	55	84	137
3 Parreão/Lagoa do Opaia	183	176	117	59	176	19	77	80	113	17	45	44	132
4 Rio Branco	62	62	59	3	62	7	17	38	23	15	24	36	26
5 Adahil Barreto	52	52	52	-	52	8	11	33	22	16	14	42	10
6 Cocó	30	30	29	1	30	3	8	19	9	17	4	24	6
7 Pajeú	21	21	7	14	21	9	7	5	13	4	4	11	10
8 Liberdade	16	16	16	-	16	4	8	4	11	-	5	3	13
Total	813	813	710	103	813	138	281	394	292	331	190	455	358

Parques	Total Geral	P2.6 Como você avalia as condições de conservação do parque?					P2.7 Você se sente responsável pela preservação do parque pela administração pública?			Total	P2.8 O que falta o parque para melhorar a qualidade de vida da comunidade local?						
		P	R	B	O	Total	S	N	Em parte		Arborizado	Revitalizar	Vigilância	Promoção	Preservação	Sinalização educativa	+ de 1 opção
1 Falconete Fialho	235	36	95	94	10	235	190	9	36	235	1	42	18	28	16	10	120
2 Sargento Hermínio	221	155	54	9	3	221	133	32	56	221	4	18	46	7	18	6	122
3 Parreão/Lagoa do Opaia	176	112	60	3	1	176	58	44	74	176	2	11	62	12	32	4	53
4 Rio Branco	62	24	29	7	2	62	42	8	12	62	2	2	9	16	4	1	28
5 Adahil Barreto	52	16	18	14	4	52	43	6	3	52	-	10	4	4	2	1	31
6 Cocó	30	6	10	13	1	30	29	-	1	30	-	-	6	6	2	6	10
7 Pajeú	21	5	13	3	-	21	12	4	5	21	1	2	11	6	1	-	-
8 Liberdade	16	4	10	2	-	16	8	-	8	16	-	5	6	5	-	-	-
Total	813	358	289	145	21	813	515	103	195	813	10	90	162	84	75	28	364

APÊNDICE B



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DO CEARÁ

PARQUE URBANO _____MÊS/ANO DE APLICAÇÃO: _____

Caro (a) Participante,

Esse questionário trará subsídios a construção de uma tese cujo objetivo é conhecer os níveis de percepção ambiental do cidadão fortalezense a respeito dos parques urbanos da cidade, bem como a representatividade desses ambientes no tocante a qualidade ambiental e qualidade de vida. Sua opinião será de grande valia numa proposta de se pensar o ordenamento territorial numa dimensão Homem e Meio Ambiente como elementos integrados. As informações aqui prestadas atendem exclusivamente a fins acadêmicos. Pela contribuição, desde já, apresentamos os nossos agradecimentos.

Atenciosamente,
Pesquisadores

BLOCO 1 – PERFIL DO PESQUISADO

1.1 SEXO:

F () M ()

1.2 FAIXA ETÁRIA:

() Menos de 20 anos () De 20 a 40 anos () De 40 a 60 anos () Acima de 60 anos

1.3 GRAU DE ESCOLARIDADE:

() Fundamental () Médio () Superior () Pós-graduação

1.4 FAIXA DE RENDA FAMILIAR:

() Até 1 S. M. () De 1 a 2 S.M. () De 2 a 5 S. M. () Acima de 5 S. M.

1.5 A DISTÂNCIA DE SUA RESIDÊNCIA PARA O PARQUE É:

() Perto () Longe

1.6 COMO VOCÊ SE DESLOCA PARA O PARQUE?

() Condução própria () A pé () Transporte coletivo () Outros

1.7 COM QUE FREQUÊNCIA UTILIZA O PARQUE?

() Uma vez por semana () 1 a 3 vezes por semana () mais de 3 vezes por semana

1.8 QUANTO TEMPO VOCÊ COSTUMA PERMANECER NO PARQUE?

() Até uma hora () De 1 a 2 horas () De 2 a 3 horas () Mais de 3 horas

1.9 VOCÊ TEM CONHECIMENTO DO NÚMERO DE PARQUE URBANOS DISPONÍVEIS NA CIDADE DE FORTALEZA?

() Sim () Não

1.10 COSTUMA FREQUENTAR OUTROS PARQUES URBANOS NA CIDADE DE FORTALEZA?

Sim Não

1.11 VOCÊ TEM CONHECIMENTO DO QUE DISPÕE O PLANO DIRETOR DE FORTALEZA SOBRE AS ÁREAS LIVRES DE USO COMUM, COMO OS PARQUES URBANOS?

Sim Parcialmente Não

1.12 VOCÊ TEM CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE MOVIMENTOS EM DEFESA DO PARQUE?

Sim Não

BLOCO 2 – PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO SUJEITO EM RELAÇÃO AO PARQUE

2.1 A INICIATIVA DE FREQUENTAR O PARQUE DEVE-SE A:

- Orientação médica
- Hábito de praticar atividades físicas regulares
- Espaço de convivência e lazer
- Participar de eventos socioculturais e esportivos
- Necessidade de contato com a natureza
- Mais de uma opção

2.2 A SENSACÃO TÉRMICA PROPORCIONADA PELA VEGETAÇÃO DO PARQUE É FATOR QUE O LEVA A BUSCÁ-LO COMO ÁREA DE CONVIVÊNCIA E LAZER?

Sim Não

2.3 A DECISÃO DE FREQUENTAR O PARQUE É:

muito recente relativamente recente Há vários anos

2.4 VOCÊ COSTUMA IR AO PARQUE:

Sozinho Com a família Com amigos

2.5 O AMBIENTE DO PARQUE LHE TRAZ TRANQUILIDADE E SEGURANÇA?

Sim Não

2.6 COMO VOCÊ AVALIA AS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Precárias Regulares Boas Ótimas

2.7 VOCÊ SE SENTE RESPONSÁVEL PELA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE?

Sim Não Em parte

2.8 O QUE FALTA NO PARQUE PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE LOCAL?

- Ser mais arborizado
- Revitalizar os equipamentos existentes
- Maior vigilância
- Promoção de eventos socioculturais, esportivos e artesanais
- Preservação ambiental
- Sinalização educativa

APÊNDICE C

Localização da praça do entre as ruas Gilberto Studart e Vilebaldo Aguiar – Cocó

Associação de moradores denominada “Amigos da Praça” – entidade responsável pela sua manutenção em parceria com o poder público municipal.



APÊNDICE D

Pesquisa piloto – Abril de 2011 – Parque Ecológico do Cocó

